



Conab

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2009 Matriz



Maio de 2010

Agricultura e abastecimento em boa companhia

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

REINHOLD STEPHANES

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

JOSÉ GERARDO FONTELLES

Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI

JOSÉ MENEZES NETO12

MARIA DAS GRAÇAS FONTES

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

Presidente

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES

PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE

WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER

Membros

Diretoria Colegiada

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Presidente

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA

Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Política e Informações

Superintendência de Orçamento e Avaliação

RAFAEL FERREIRA FONTES

Superintendente

MARIA DE LOURDES MARINO

Assistente

EDMAR JOSÉ TOSTA

Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA

JOSÉ PEREIRA ROCHA

GRACE MARY MORENO DA SILVA

JORACY MENDES LIMA DOS REIS

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA

Elaboração

BETTI ISABEL BORGMANN

Apoio-Capa

supor@conab.gov.br

Fones: (061)3312-6286 / 6272 / 6257 - Fax (061)3225-0451

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31/05/2010

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ATR	Açúcar Total Recuperável
BioFcah	Exposição de produtos orgânicos
BCAnet	Aplicativo que permite a geração de Boletins de Cadastro de Armazéns
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDRH	Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Ceapi	Central de Abastecimento do Piauí
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Ceagesp	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Ceasaminas	Centrais de abastecimento de Minas Gerais
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFAC	Centro de Formação e Assistência Comunitária
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Cohortifrut	Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros de São Luís
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra Especial da Agricultura Familiar
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
Craisa	Companhia Regional de Abastecimento de Santo André
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos S.A.
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER/RO	Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
Empasa	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ER	Estoque Regulador
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFE	Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural
Inera	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ONG	Organizações Não Governamentais
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação

PNPB	Programa Nacional de Produção de Uso do Biodiesel
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEFAZ	Secretaria de Fazenda
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOT	Sistema de Gestão de Contratos
SISGAT	Sistema Gerencial de Atendimento

SISMAT	Sistema de Almoarifado
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
VBPA	Valor Bruto da Produção
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques

Lista de Quadros e Figuras

Quadros	
1.01 – Identificação da Unidade	16
2.01 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Ações de Informática	39
2.02 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira - SAS	40
2.03 – Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	41
2.04 – Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos	42
2.05 - Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	43
2.06 - Demonstrativo da Execução Física e Financeira, por Sureg – Em (R\$)	44
2.07 - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	46
2.08 - Evolução do Auxílio-Alimentação	46
2.09 - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	48
2.10 - Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2007 a 2009	48
2.11 - Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional – 2009	49
2.12 - Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras	51
2.13 - Demonstrativo de Execução da Despesa	51
2.14 - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador	53
2.15 - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais	54
2.16 - Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	55
2.17 - Metas e Resultados - Exercícios 2008 e 2009	55
2.18 - Demonstrativo das Despesas Realizadas	56
2.19 - Cursos de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado Realizados em 2009	56
2.20 - Projeto Graduar e Língua Estrangeira - Exercícios 2008 e 2009	56
2.21 - Demonstrativo da Execução Física e Financeira	58
2.22 - Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada	59
2.23 - Demonstrativo de Execução Física e Financeira	60
2.24 - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	62
2.25 - Demonstrativo de Execução da Despesa	62
2.26 - Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos	64
2.27 - Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	65

2.28 - Demonstrativo das Despesas Realizadas	66
2.29 - Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos	67
2.30 - Demonstrativo das Despesas Realizadas	68
2.31 - Demonstrativo das Aquisições Realizadas	69
2.32 - Demonstrativo das Remoções Realizadas	70
2.33 - Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	72
2.34 - Demonstrativo da Execução da Despesa	72
2.35 - Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa	73
2.36 - Demonstrativo de Execução da Despesa	74
2.37 - Demonstrativo da Execução da Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	75
2.38 - Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	79
2.39 - Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios	80
2.40 - Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	81
2.41 - Demonstrativo de Execução da Despesa	81
2.42 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2007/08 e 2008/09	82
2.43 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2008/09 e 2009/10	84
2.44 - Balanço de Oferta e Demanda	86
2.45 - Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	87
2.46 - Demonstrativo da Execução da Ação Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	88
2.47 - Demonstrativo do Número de Contratos de Opção Negociados	90
2.48 - Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	92
2.49 - Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO	933
2.50 - Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	94
2.51 – Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar	95
2.52 – Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos produtores Extrativistas	95
2.53 - Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem	96
2.54 - Demonstrativo da Remoção de Produtos	98
2.55 - Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	101
2.56 - Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2008/09	103
2.57 - Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10	104
2.58 - Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2010	104

2.59 - Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF	105
2.60 - Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café	106
2.61 - Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	107
2.62 - Demonstrativo da Produção de Açúcar	108
2.63 - Demonstrativo da Produção de Álcool	109
2.64 – Demonstrativo de Fiscalização de Apólices do Seguro Rural	110
2.65 - Demonstrativo de Cobranças	111
2.66 - Demonstrativo de Recebimentos até 31/12/2009	112
2.67 - Demonstrativo Gerencial de Cobrança	113
2.68 – Demonstrativo de Aquisições pelo CDAF/MDA	115
2.69 – Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/MDA	116
2.70 – Demonstrativo da Execução da Despesa-PA/MDA	117
2.71 – Demonstrativo das Metas Previstas-PAA/MDS	118
2.72 – Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	119
2.73 – Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/MDS	120
2.74 – Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Doação/MDS	121
2.75 – Demonstrativo da Execução da Despesa-PAA/MDS	122
2.76 – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	124
2.77 – Demonstrativo de Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos/MDS	125
2.78 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos-MDS	126
2.79 – Demonstrativo da Remoção de Produtos	128
2.80 – Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos/MI	129
2.81 – Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI	130
2.82 - Identificação das Unidades Orçamentárias	142
2.83 - Programação das Despesas Correntes	142
2.84 - Programação das Despesas de Capital	142
2.85 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	143
2.86 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	144
2.87 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ	182
2.88 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	183
2.89 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ	184
2.90 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ	185
2.91 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	186

2.92 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	190
2.93 - Evolução de Gastos Gerais - Matriz	191
2.94 - Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	192
3.01 - Composição do Quadro de Recursos Humanos-Conab. Situação apurada em 31/12/2009	200
3.02 - Composição do Quadro de Recursos Humanos-Matriz. Situação apurada em 31/12/2009	200
3.03 - Composição do Quadro de Terceirizados-Matriz. Situação apurada em 31/12/2009	201
3.04 - Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados	201
3.05 - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	202
3.06 - Demonstrativo Detalhado da Situação Funcional dos Empregados	202
3.07 - Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo	203
3.08 – Demonstrativo de Vínculos Especiais	203
3.09 - Distribuição dos Estagiários	204
3.10 - Composição e Custos de Recursos Humanos na Matriz nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009	205
3.11 - Demonstrativo do Número de Empregados que Aderiram ao PDV e PDVI	206
5.01 – Demonstrativo do Pagamento de Restos a Pagar	212
7.01 – Demonstrativo do Valor da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	217
7.02 – Demonstrativo do Valor das Contribuições Pagas pelos Empregados	218
7.03 -Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB	219
7.04 -Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	220
7.05 - Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento	224
7.06 - Meta de rentabilidade	225
7.07 - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos	228
12.01 - Demonstrativo de Admissões e Demissões	246
Figuras	
2.01 – Demonstrativo da Evolução dos Estoques Públicos	71
2.02 – Demonstrativo da Evolução do Estoque Médio Armazenado	97
2.03 – Demonstrativo da Evolução da Receita de Armazenagem	98
3.01 - Faixa Etária dos Empregados - Matriz	204
3.02 - Evolução do Número de Empregados - Conab	207
3.03 – Ações Trabalhistas - Conab	208
3.04 – Ações Trabalhistas - Matriz	209
3.05 – Demonstrativo da Faixa Etária dos Empregados - Conab	209

Sumário

<u>Lista de Siglas</u>	1
<u>Lista de Quadros e Figuras</u>	6
<u>Apresentação</u>	14
<u>1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual</u>	16
<u>2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos</u>	20
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas</u>	20
<u>2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização</u>	21
<u>2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA</u>	24
<u>2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento</u>	25
<u>2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas</u>	27
<u>2.1.5 – Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários</u>	30
<u>2.2 – Estratégia de Atuação</u>	33
<u>a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos</u>	33
<u>b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar</u>	34
<u>c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos</u>	35
<u>d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte</u>	36
<u>e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros</u>	36
<u>2.3 - Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade</u>	37
<u>2.3.1- Relação dos Programas</u>	37
<u>2.3.2 - Principais Ações do Programa</u>	39
<u>2.3.2.1 (2003) Ações de Informática</u>	39
<u>2.3.2.2 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</u>	40
<u>2.3.2.3 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos</u>	42
<u>2.3.2.4 - (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</u>	43
<u>2.3.2.5 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</u>	45
<u>2.3.2.6 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</u>	47
<u>2.3.2.7 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras</u>	50
<u>2.3.2.8 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador</u>	52
<u>2.3.2.9 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação</u>	53
<u>2.3.2.10 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG</u>	57
<u>2.3.2.11 - (0110) Contribuição à Previdência Privada</u>	59
<u>2.3.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista</u>	62
<u>2.3.2.13-(10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos</u>	63
<u>2.3.2.14 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários</u>	64
<u>2.3.2.15 - (2130) Formação de Estoques Públicos</u>	67
<u>2.3.2.16 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar</u>	71
<u>2.3.2.17 - (2272) Gestão e Administração do Programa</u>	72
<u>2.3.2.18 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro</u>	74

<u>2.3.2.19 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas</u>	78
<u>2.3.2.20 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras</u>	80
<u>2.3.2.21 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns</u>	87
<u>2.3.2.22 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento</u>	88
<u>2.3.3 – Outras Ações</u>	89
<u>2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos</u>	89
<u>a) Vendas em Leilão Público</u>	89
<u>b) Contrato Público de Opção de Venda</u>	89
<u>c) Programa Vendas em Balcão</u>	90
<u>d) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP</u>	91
<u>2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários</u>	91
<u>a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural-PEPRO</u>	92
<u>b) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP</u>	93
<u>c) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar</u>	94
<u>d) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas</u>	95
<u>2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem</u>	96
<u>2.3.3.4 – Remoção de Produto</u>	98
<u>2.3.3.5 - Projeto SigaBrasil</u>	99
<u>2.3.3.6 – Participação na Execução do Fome Zero</u>	99
<u>a) Produtos recebidos em doação</u>	100
<u>b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos</u>	100
<u>c) Apoio Institucional ao Fome Zero</u>	100
<u>d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar</u>	100
<u>2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café</u>	102
<u>a) Levantamento da Safra Brasileira de Café</u>	102
<u>b) Levantamento dos Estoques Privados de Café</u>	105
<u>2.3.3.8 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar</u>	106
<u>2.3.3.9–Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural</u>	109
<u>2.3.3.10 – Cobranças</u>	110
<u>2.3.3.11 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA</u>	113
<u>2.3.3.11.1 - Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA</u>	114
<u>a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF</u>	114
<u>b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque</u>	115
<u>c) Execução da Despesa</u>	116
<u>2.3.3.11.2 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS</u>	117
<u>a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF</u>	118
<u>b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque</u>	119
<u>c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação</u>	120
<u>d) Execução da Despesa</u>	121
<u>2.3.3.12 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS</u>	122
<u>2.3.3.13 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI</u>	127
<u>2.3.3.14 – Avaliação do Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos de Reforma Agrária</u>	130
<u>2.3.4 – Programa de Revitalização da Conab</u>	131
<u>a) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab</u>	131

b) <u>Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafra)</u>	135
c) <u>Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis</u>	137
d) <u>Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar</u>	140
e) <u>Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia</u>	141
2.4 – <u>Desempenho Operacional</u>	142
2.4.1 <u>Programação Orçamentária</u>	142
2.4.2. <u>Execução Orçamentária</u>	182
2.4.3 – <u>Evolução de Gastos Gerais</u>	191
2.4.4 - <u>Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ</u>	191
2.4.4.1 – <u>Análise Quanto ao Cumprimento das Metas</u>	193
a) <u>Cumprimento das Metas Físicas</u>	193
b) <u>Ações que apresentaram problemas de execução</u>	193
c) <u>Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas</u>	193
2.4.5 – <u>Indicadores de Desempenho ou institucionais</u>	193
3 – <u>Composição dos Recursos Humanos</u>	200
4 – <u>Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</u>	212
5 – <u>Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</u>	212
6 - <u>Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício</u>	212
6.1 - <u>Recursos Recebidos</u>	212
6.2 - <u>Recursos Repassados</u>	216
7 – <u>Previdência Complementar Patrocinada</u>	217
7.1 – <u>Identificação da Entidade</u>	217
7.2 – <u>Valor total da folha de pagamento dos empregados participante</u>	217
7.3 – <u>Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes</u>	218
7.4 - <u>Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB</u>	218
7.5 – <u>Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab</u>	219
7.6– <u>Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições</u>	219
7.7 – <u>Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal</u>	220
7.8 – <u>Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar</u>	221
7.9 - <u>Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar</u>	221
7.10 - <u>Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente</u>	229
7.11 - <u>Conclusões do último estudo atuarial</u>	230
7.12 - <u>Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício</u>	236
8 – <u>Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos</u>	239
9 – <u>Renúncias Tributárias</u>	239
10 – <u>Operações de Fundos</u>	239
11A – <u>Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</u>	240
11B – <u>Determinações e Recomendações do TCU</u>	240
12 – <u>Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</u>	246
13 – <u>Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV</u>	247
14 – <u>Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão</u>	249

<u>15 – Informações Contábeis da Gestão</u>	250
<u>15.1 - Declaração do Contador</u>	250
<u>15.2 - Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64</u>	251
<u>15.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76</u>	251
<u>15.4 – Composição acionária e posição da UJ como detentora de investimento</u>	279
<u>a) Composição Acionária do Capital Social</u>	279
<u>b) Posição da UJ como Detentora de Investimentos</u>	280
<u>15.5 - Parecer da Auditoria Independente</u>	282
<u>16 – Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins</u>	283
<u>16.1 – Demonstrativo do pagamento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal</u>	283
<u>16.2 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal</u>	284

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Sede da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2009, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 57, de 27 de agosto de 2008 Decisão Normativa n.º 100, de 7 de outubro de 2009, Portaria CGU n.º 2.270, de 4 de novembro de 2009, e de acordo com as orientações contidas nas Portarias TCU n.º 389, de 2 de dezembro de 2009, assim como as Orientações Complementares da CGU para Elaboração do Relatório de Gestão (versão atualizada em 25 de fevereiro de 2010).

Tomando-se por base o Anexo II, item A – Conteúdo Geral, da DN 100, não foram atendidos os itens 4, 8 e 9 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 10, por não se aplicar à natureza jurídica da Conab.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Conab, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas pela Conab no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralizações orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados com órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a empresa e os empregados.

O presente relatório detalha o desenvolvimento de todas as Ações e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como os fatores endógenos e exógenos que contribuíram para o não-atingimento pleno das metas estabelecidas, tendo como balizador cinco grandes linhas de atividades, apresentando como carro chefe a Política de Garantia de Preços Mínimos.

- **Gestão dos estoques públicos:** fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Informações do setor agropecuário:** desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.

- Programas sociais e de abastecimento: desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos (seja pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista de hortigranjeiros: induz ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e promove articulações com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

Entre as ações que a Conab desenvolve, a PGPM ocupa posição de destaque, em vista dos benefícios diretos que propicia aos agricultores – por meio da sustentação da renda e da garantia de remuneração mínima. As intervenções realizadas objetivam a retirada de excedentes de produção para a correção de eventuais distorções de preços recebidos pelos produtores.

Em 2009, em função dos baixos preços praticados das principais commodities, a Conab atuou de forma intensa no mercado, retirando mais de 5,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas e providenciando a remoção para áreas próximas às regiões de consumo, garantindo, assim, espaço nas unidades armazenadoras das zonas de produção para a guarda de novos produtos.

Destacam-se também as diversas ações direcionadas ao combate à fome e à desnutrição, quer seja pela distribuição de cestas de alimentos às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou pelo atendimento às solicitações de doações de alimentos apresentadas por milhares de entidades sociais civis ou públicas, ou pela operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, especificamente quanto ao instrumento CPR-Doação, e também pelo envio de alimentos a famílias de países amigos atingidos por desastres naturais.

Necessário destacar que a Sede da Conab, identificada no corpo deste Relatório como Matriz, por ser esta a denominação corrente, tem como funções principais o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e a publicidade das ações e dos resultados alcançados, atuando, também, de forma direta na execução de diversas atividades. Conseqüentemente, o presente relatório apresenta de forma detalhada alguns resultados apurados nas diversas Superintendências Regionais.

A Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, nesse exercício de 2009, levando em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento e Combate à Fome-MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com o Ministério da Integração Nacional-MI, na condição de parceiros na execução dos Termos de Cooperação e programas de apoio social que visaram amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro 1.01 Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento			
Denominação abreviada: Conab			
Código SIORG: 002114	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 22211	
Situação: Em Operação, por tempo indeterminado			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-6000	(061) 3326-9058	
Endereço Eletrônico: conab@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: SGAS Quadra 901, Bloco "A", Lote 69, Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, Art. 19, Inciso II			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab-MOC Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135100	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab		
135167	Unidade de Estoque Estratégico/DF		
135168	Núcleo Estoque Regulador/DF - PGPM		
135347	Núcleo do Estoque Estratégico-SEDE-EE		
135348	Núcleo Estoque Regulador-SEDE-ER		
135350	Presidência - Presi		

135351	Gabinete - Gabin
135352	Assessoria da Presidência - Aspre
135353	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional - Copri
135354	Auditoria Interna - Audin
135355	Procuradoria Geral - Proge
135356	Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai
135357	Gerencia de Avaliação de Resultados – Geare
135359	Gerencia de Planejamento e Programação e Orçamento – Gepor
135360	Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
135361	Gerencia da Rede de Armazéns Próprios – Gerap
135362	Gerência de Movimentação de Estoques – Gemov
135363	Gerência de Formação e Controle de Estoque – Gefoc
135365	Gerência de Execução Operacional – Gerop
135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento – Gepab
135368	Diretoria Financeira – Difin
135369	Superintendência de Contabilidade – Sucon
135370	Superintendência de Finanças – Sufin
135371	Gerência de Execução Orçamentária – Georc
135373	Superintendência de Administração – Supad
135374	Superintendência de Recursos Humanos – Sureh
135375	Gerência de Sistemas e Informações – Gesin
135377	Gerência de Material – Gemat
135378	Pessoal à Disposição de Outros Órgãos
135388	Gerência de Administração Rede e Segurança da Informação – Geasi
135389	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag
135390	Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob
135428	MO/Distrito Federal
135450	Superintendência de Abastecimento Social – Supab
135452	Gerência de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade
135454	Superintendência de Operações Comerciais – Suope
135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis
135456	Gerência de Comercialização de Estoque – Gecom
135467	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – Coamo
135468	Corregedoria Geral – Coger
135469	Gerência de Comunicação
135470	Gerência de Promoção Institucional – Gepin
135477	Controladoria
135495	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – Sutin

135496	Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf
135497	Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof
135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa
135499	Gerência de Informações Técnicas – Geint
135500	Gerência de Custos de Produção - Gecup
135501	Gerência de Informações de Estoques Privados
135502	Gerência de Alimentos Básicos – Gerab
135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais – Gefip
135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários – Geole
135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis
135506	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm
135507	Gerência de Supervisão Técnica Operacional do Agronegócio
135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade – Gecoq
135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad
135511	Gerência de Parcerias Institucionais – Gepri
135512	Gerência de Serviços Gerais – Geseg
135513	Gerência de Protocolos, Serviços Gráficos e Telecomunicação – Gepot
135514	Gerência de Patrimônio e Seguros – Gepas
135515	Gerência de Programação Financeira – Gefin
135517	Gerência de Controle Financeiro e Operações Governamentais – Gefog
135518	Gerência de Execução Contábil – Gecon
135519	Gerência de Controle de Convênios e Operações Governamentais – Gecov
135520	Gerência Fiscal e Tributária – Gefit
135521	Gerência de Análise e Custos – Gerac
135522	Gerência de Cadastro de Pessoal – Gepes
135523	Gerência de Folha de Pagamento – Gefop
135524	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina no Trabalho – Gebem
135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa – Sumad
135526	Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj
135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação – Gecav
135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap
135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – Supaf
135536	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – Gecaf
135537	Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar – Gepaf
135538	Gerência de Geotecnologias - Geote
135542	Gerência de Auditoria – Geaud
135543	Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop
135573	Gerência de Contratos – Gecot

135574	Ouvidoria – Ouvir
135575	Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – Suorc
135576	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Gehor
135577	Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud
135578	Diretoria Administrativa – Dirad
135579	Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc
135580	Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor
135581	Gerência de Controle e Relações do Trabalho – Gecat
135582	Gerência de Riscos – Geris
135583	Gerência de Implantação e Acompanhamento de Programas – Geiap
135588	Gerência de Operações Especiais – Geop
135589	Gerência de Apoio ao Varejo de Pequeno Porte – Gevap
135590	Gerência de Engenharia de Software – Gesof
135591	Gerência de Suporte Técnico – Gesut
135592	Gerência de Produção da Sociobiodiversidade – Gebio
135593	Gerência de Serviços de Assistência à Saúde – Gesas
135594	Gerência de Documentação e Informação – Gedin
135595	Unidade Mercado de Opções – Sede
135603	Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor
135604	Gerência de Armazenagem – Gearm
138010	Companhia Nacional de Abastecimento – Dif. Int.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento-Conab
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Todas as Unidades Gestoras acima relacionadas, com seus respectivos códigos SIAFI, apresentam o mesmo código SIAFI da Gestão = 22211	

2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1 – Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão** institucional da Conab é **“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”**

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio

brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa

continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2009 foram adquiridas 1.144.920 toneladas de produtos tais como arroz, café, fécula, feijão, milho, sisal, sorgo e trigo, com destaque para o milho no estado do Mato Grosso com participação de 43,25%.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2009, os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, resultaram na aquisição de 4.596.139 toneladas, com destaque também para o estado do Mato Grosso com participação de 41,76%.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2009, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 4.241.044 toneladas de feijão, milho e trigo; 14.104.978 litros de vinho e 14.830.646 litros de leite.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2009 foram negociadas 111.453 toneladas de milho em grãos e trigo, armazenados no Estado do Mato Grosso e Paraná, promovendo o escoamento para todos os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Do total de produtos ofertados em 2009 (2.857.187 toneladas de algodão, feijão e milho), 91,76% foi negociado. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto estava bem abaixo do preço fixado pelo governo.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2009, resultaram em 10.686,1 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 56,87% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2009, o total de vendas em balcão correspondeu a 157.517 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,7%), já que as vendas de castanha de caju e de farelo foram pouco significativas (434 e 33 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram atendidos 46.745 beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (56.212 e 54.751 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos.

Mediante o instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 46.787 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.762 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 125 municípios, em 19 estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra Especial da Agricultura familiar- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 89.737 toneladas, contemplando 34.434 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para São Paulo. Os produtos adquiridos foram doados a 8.737 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 7.919.812 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e em São Paulo.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 18 estados da federação, ocorreu a aquisição de 132.118 toneladas de diversos produtos, atendendo 37.530 agricultores familiares, localizados em 486 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 13.069 agricultores, distribuídos em 104 municípios do Estado.

Em 2009 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$204.733.231,07. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2009, viabilizar a distribuição de 49.999,4 toneladas de produtos, equivalentes a 2.140.027 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros,

famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 45.528,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas por calamidades públicas nos seguintes países: Faixa de Gaza (8,4 t), Honduras (10.300,1 t), Cuba(19.805,9 t), Haiti (15.400,3 t) e El Salvador (14 t).

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas

concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R\$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Em 2009 foram cadastradas 752 unidades varejistas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e 5 em formação.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo

técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2009, destacam-se: a) a elaboração e o acompanhamento dos planos de trabalho interno dos acordos de cooperação no Projeto DevCoCast (divulgação de dados sobre o meio ambiente a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa); b) acompanhamento das condições agrometeorológicas e espectrais das maiores regiões produtoras do Brasil e dos principais exportadores de commodities

agrícolas, e c) publicações periódicas de informes agrometeorológicos

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de-açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2009, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2008/09 foi de 135,13 milhões de toneladas, inferior à safra anterior em 6,2%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2009/10, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 47.882,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2008/09) em 0,4% (253,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 141,35 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café, no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 39.470 mil sacas beneficiadas, apresentando redução de 14,18% em relação a anterior (45.992 mil sacas). Já a produção nacional da safra 2010 deverá atingir entre 45.889 e 48.658 mil sacas de 60kg de café beneficiado, com acréscimo entre 16,26% e 23,28%, em razão do ciclo de alta biennialidade e às chuvas regulares.

Com relação à cana-de-açúcar, a área plantada na safra 2008/09 foi de 7.076,8 mil hectares, estando 84,9% concentrada na região Centro-Sul. Para a safra 2009/10 as pesquisas apontaram crescimento da área cultivada de 6,4%, totalizando 7.531,1 mil hectares. A produção brasileira da safra 2008/09 foi de 571.434,3 mil toneladas, 13,94% superior à safra passada (501.536,2 mil toneladas) e a estimada para 2009/10 é de 612.211,2 mil toneladas, apontando um crescimento de mais 7,14%. Da produção de 2009/10 a previsão é de destinar 276.007,1 mil toneladas à fabricação de açúcar e 336.204,1 mil toneladas para produção de álcool, um aumento de 14,26% e 3,14%, respectivamente, em relação a safra anterior.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas

pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5 – Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no

Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2008, equivalia a 496,561 toneladas, sendo 138.943 t de estoques do governo e 357.618 t de estoques de terceiros.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivale a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 toneladas de estoques do governo e 429.584 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 107,3%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 331,67% e 20,12% no quantitativo de estoques de terceiros, inclusive na receita, equivalente a 16,91%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2009, a programação previa a realização de recadastramento de armazéns nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, tendo sido realizado apenas no Estado do Mato Grosso. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 2.866 armazéns.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.133 armazéns, com capacidade estática para 130.244.771 de toneladas, sendo 25.597.640 toneladas para produtos embalados ou enfardados

e 104.647.131 toneladas para granel. No entanto, apenas 593 destes armazéns, correspondendo a 7.816.353 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 608.545 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 9.294 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 4.736 toneladas dos estoques do MDA, 39.061 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais nove especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 4.095 armazéns, localizados em 25 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2009 contemplou, cumulativamente, 24.127.014 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,59% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 60,85%.

Nas operações não foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) somente quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 15.259 toneladas de arroz, farinha de mandioca, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 2.615 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2009, correspondeu a 7,2 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação

Considerando a missão institucional da Conab que é: “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou,

em 2009, com recursos orçamentários da ordem de R\$3,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 5,9 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários, como de fato o fez conforme demonstrado nos volumes financeiro e físico, já mencionados.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações. A Conab, então, adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho. Em 2006, pelo mesmo motivo, foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz. Em 2009, a Conab adquiriu 5.788.025 t de diversos produtos, sendo 4.152.370 t de milho.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados destacaram-se, em 2009, o PEPRO e o PEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP e do PEPRO foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos; em 2007, 11.266.274 toneladas, em 2008, 1.923.314 toneladas, e em 2009, 7.000.236 toneladas de produtos e 28.935.624 litros de vinho e leite.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Em 2009 foram atendidos 82.726 produtores familiares, com a aquisição de 267.801 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques, na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional e a instituições sociais.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros. Em 2006 foram atendidas 505.375 famílias, com recursos do MDS. A partir de 2006, a Conab firmou parceria com o MI, possibilitando o aumento do número de atendimentos, tendo beneficiado, em 2008, 648.350 famílias, e em 2009, 1.040.684 famílias.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

➤ Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;

➤ Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;

➤ Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;

➤ Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2009 a rede contava com 1.992 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1- Relação dos Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 21 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação com outros órgãos públicos, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item **2.3.3 – Outras Ações**

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Wagner Gonçalves Rossi – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Norival Onofre Kwiatkowski – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 - Principais Ações do Programa

2.3.2.1 (2003) Ações de Informática

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar recursos relacionados à área de Informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
- **Descrição:** Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador nacional da Ação:** Marcelo Lins Faustino
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – SUTIN

Quadro 2.01
Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Ações de Informática

Controle: SIAFI – PTRES 024582 – Programa de Trabalho 20.126.0352.2003.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	2.674.350,00	2.635.850,00	98,56
Execução Orçamentária (liquidado)	1.287.408,21	1.250.826,36	97,16
Restos a Pagar	1.142.921,67	1.142.415,67	99,96
Execução Total	2.430.329,88	2.393.242,03	98,47
Índice	90,88	90,80	-

Fonte: Supor e SIAFI

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2009 foi de R\$2.674.350,00. Foram gastos em toda a Conab R\$2.430.329,88, equivalente a 90,88% da dotação.

No âmbito da Matriz, foram adquiridos 560 microcomputadores, 1 impressora plotter, 2 scanners, com dispêndio de R\$1.250.826,36, e inscrito em restos a pagar a aquisição de 441 impressoras, componentes para instalação da nova rede LAN da Matriz, 32 servidores de rede, 295 monitores, cuja aquisição foi realizada via Sistema de Registro de Preços (SRP) e objetos de Pregão Eletrônico, totalizando R\$1.142.921,67. A despesa total foi de R\$2.393.242,03, com um índice de

realização (eficácia) de 90,80% da dotação orçamentária prevista.

Nome	Percentual de Execução Financeira Ações de Informática	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com aquisições de equipamentos de informática			
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$	-	-	90,80
Variáveis	X= Valor executado e Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte	X= Siafi e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Sutin			

2.3.2.2 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Daniela Ramos Sette
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GESAS

Quadro 2.02

Demonstrativo da Execução Física e Financeira - SAS

Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	13.354.361,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	19.340.989,00	3.980.489,00	20,58
Execução Orçamentária (liquidado)	19.233.871,44	3.977.887,00	20,68
Execução Orçamentária (Restos a Pagar)	81.525,45	1.907,38	2,34
Execução Orçamentária Total	19.315.396,89	3.979.794,38	20,60
Índice	99,45	99,93	-
Meta Física – Pessoa Beneficiada (unid)	14.531	3.126	21,51
Execução Física	14.912	3.494	23,43
Índice	102,62	111,78	-

Fonte: Supor, Siafi e Gebem

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2009 crédito orçamentário de R\$13.354.361,00 e estimado o atendimento médio de 14.531 beneficiários mensais em toda a Conab. Em face do aumento do número de beneficiários, decorrente do retorno de anistiados e considerando também a ampliação dos procedimentos e o reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R\$5.986.628,00, totalizando R\$19.340.989,00.

No acumulado até 31/12/2009, a média mensal de atendimento atingiu 14.912 beneficiários, isto é, 102,62% do previsto e dispêndio total de R\$19.233.871,44, representando 99,45% do valor programado. Comparativamente a igual período do exercício anterior, verificou-se aumento de 8,86% no número de beneficiários atendidos e aumento de 31,47% no valor liquidado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.03
Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) - Exercícios – 2007 a 2009

Anos	Prevista		Realizada		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2007	19.920	11.370.000,00	13.417	11.345.480,25	67,35	99,78
2008	20.497	14.666.772,00	13.698	14.630.333,19	66,83	99,75
2009	14.531	19.340.989,00	14.912	19.233.871,44	102,62	99,45

Fonte: Conab/Sureh/Geben e Siafi

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor se dá de acordo com a faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria MTE n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII – Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consiste de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Especificamente na Matriz, foram gastos R\$3.979.794,38 com o atendimento médio a 3.126 empregados e/ou dependentes mês, o equivalente a 99,93% da dotação orçamentária e 111,8% da meta física, conforme demonstrado pelos indicadores execução física e financeira (eficácia) abaixo. A seguir os indicadores utilizados no acompanhamento da execução da Ação e na avaliação dos resultados:

Nome	Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e dependentes	64,57	61,95	111,78
Objetivo	Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte	X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gesas			

Nome	Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes	99,94	99,91	99,93
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA mais créditos/cancelamentos			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte	X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gesas			

Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuados pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador, como acima demonstrado.

Nome	Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)	2007	2008	2009
Descrição	Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS	588,85	912,20	1.138,41
Objetivo	Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo	Eficiência			
Unidade de Medida	Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta	Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo	(X/Y)			
Variáveis	X = Valor executado Y = n.º de atendimentos no período			
Fonte	X = Siafi Y = Sureh/Gesas			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gesas			

O aumento apurado é decorrente da alta idade média dos empregados, acarretando maiores custos com assistência médica. Buscando redução nos custos, a Conab continua investindo nos exames periódicos anuais, na aplicação de vacinas e no maior controle de emissões de guias de exames, e para a maioria dos tratamentos solicitados são realizadas perícias médica e odontológica.

2.3.2.3 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

- Tipo: Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:**
- **Unidades Executoras:**

Quadro 2.04

Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos

Controle: SIAFI – PTRES 030856 – Programa de Trabalho 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	55.632,00	-	-
Execução Orçamentária	0,00	-	-
Índice	0,00	-	-
Meta Física – Servidor Beneficiado (unid)	2.596	-	-
Execução Física	0	-	-
Índice	0,00	-	-

Fonte: Supor

A Ação foi criada por meio da Lei n.º 2.118, de 14 de dezembro de 2009, com recursos orçamentários descentralizados em 15 de dezembro de 2009 e liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos. Por este motivo, a Conab decidiu pela não execução dos créditos em 2009.

2.3.2.4 - (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro 2.05

Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 024580 – Programa de Trabalho 20.365.0352.2010.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	2.698.313,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	2.867.649,00	639.912,28	22,31
Execução Orçamentária	2.867.649,00	639.912,28	22,31
Índice	100,00	100,00	-
Meta Física – criança atendida (unid)	514	110	21,40
Execução Física	534	118	22,10
Índice	103,89	107,27	-

Fonte: Gepor, Siafi e Gebem

Para o exercício de 2009, foi aprovado crédito orçamentário no valor de R\$2.698.313,00 e prevista a concessão do benefício a 514 crianças/mês. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$169.336,00, totalizando R\$2.867.649,00, tendo sido executados 100% da dotação final e 103,89% da meta física (média mensal de 534 atendimentos).

Em relação ao exercício de 2008 verificou-se aumento de 13,37% na execução orçamentária (de R\$2.529.532,44 para R\$2.867.649,00) e de 11,72% na física (de 478 benefícios mensais para 534).

São beneficiários desta Ação:

- **Auxílio-Creche:** dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e;
- **Auxílio-Deficiente:** dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das

atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

O pagamento do benefício aos empregados acontece por meio da folha de pagamento elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de beneficiários por Sureg.

Quadro 2.06
Demonstrativo da Execução Física e Financeira, por Sureg

UF	Execução Física				%	Execução Financeira (Em R\$)					%
	Meta	Executado				Meta	Executado				
		Aux. Creche	Aux Port Nec Esp	Total			Auxílio-Escola	Auxílio Creche	Aux Port Nec Esp	Total	
AC	0	0	0	0	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
AL	6	4	2	6	100,00	49.500,00	5.120,00	22.960,00	21.420,00	49.500,00	100,00
AM	15	13	3	16	106,67	85.660,00	18.320,00	45.920,00	21.420,00	85.660,00	100,00
AP	0	0	0	0	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
BA	24	14	7	21	87,50	134.090,00	32.880,00	48.440,00	52.770,00	134.090,00	100,00
CE	38	21	18	39	102,63	243.480,00	44.080,00	71.400,00	128.000,00	243.480,00	100,00
ES	10	8	3	11	110,00	65.875,00	18.800,00	27.440,00	19.635,00	65.875,00	100,00
GO	40	30	14	44	110,00	248.655,00	40.400,00	100.800,00	107.455,00	248.655,00	100,00
MA	34	23	8	31	91,18	156.180,00	23.180,00	75.880,00	57.120,00	156.180,00	100,00
MG	20	16	5	21	105,00	116.210,00	29.760,00	54.320,00	32.130,00	116.210,00	100,00
MS	7	5	3	8	114,29	44.520,00	8.400,00	17.080,00	19.040,00	44.520,00	100,00
MT	23	16	5	21	91,30	105.016,33	14.000,00	52.341,33	38.675,00	105.016,33	100,00
PA	19	19	1	20	105,26	77.060,00	6.080,00	63.840,00	7.140,00	77.060,00	100,00
PB	18	19	2	21	116,67	123.670,00	39.040,00	64.120,00	20.510,00	123.670,00	100,00
PE	37	29	7	36	97,30	167.780,00	44.720,00	87.360,00	35.700,00	167.780,00	100,00
PI	21	19	4	23	109,52	121.720,00	29.040,00	64.120,00	28.560,00	121.720,00	100,00
PR	23	18	4	22	95,65	102.010,72	13.040,00	59.815,72	29.155,00	102.010,72	100,00
RJ	9	6	4	10	111,11	79.255,00	32.880,00	19.600,00	26.775,00	79.255,00	100,00
RN	17	13	6	19	111,76	95.595,00	14.080,00	42.840,00	38.675,00	95.595,00	100,00
RO	15	11	3	14	93,33	62.340,00	4.800,00	36.120,00	21.420,00	62.340,00	100,00
RR	0	3	0	3	-	2.800,00	-	2.800,00	-	2.800,00	100,00
RS	10	11	2	13	130,00	58.875,00	9.440,00	36.400,00	13.035,00	58.875,00	100,00
SC	8	6	1	7	87,50	38.664,67	11.920,00	20.794,67	5.950,00	38.664,67	100,00
SE	0	0	0	0	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SP	1	1	0	1	100,00	8.160,00	4.800,00	3.360,00	-	8.160,00	100,00
TO	9	8	1	9	100,00	40.620,00	6.320,00	27.160,00	7.140,00	40.620,00	100,00
Matriz	110	88	30	118	107,27	639.912,28	98.146,84	307.448,69	234.316,75	639.912,28	100,00
Total	514	401	133	534	103,89	2.867.649,00	549.246,84	1.352.360,41	966.041,75	2.867.649,00	100,00

Fonte: Conab/Dirad/Sureh/Gebem e Siafi

Obs.: Excluído na Matriz R\$10.093,16 pagos com recursos da Ação; Gestão e Administração do Programa (Custeio)

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram comportamento esperado, destacando apenas a execução física cujo resultado superou em 7,27% a meta estabelecida, em função, principalmente, do aumento do quadro de empregados.

Nome	Percentual de Atendimento na Assistência Pré-Escolar	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade	80,83	100,00	107,27
Objetivo	Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= n.º de beneficiários atendidos e Y= n.º total de beneficiários previstos			
Fonte	X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Percentual de Execução Financeira da Assistência Pré-Escolar	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade	100,00	99,54	100,00
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= Valor executado e Y= Valor previsto na LOA			
Fonte	X= Siafi e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Custo por Atendimento na Assistência Pré-Escolar	2007	2008	2009
Descrição	Custo unitário do benefício Pré-Escolar	5.600,29	5.113,20	5.422,99
Objetivo	Acompanhar a variação dos custos de atendimento do benefício Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade			
Tipo	Eficiência			
Unidade de Medida	Valor monetário (R\$) por beneficiário			
Meta				
Fórmula de Cálculo	(X/Y)			
Variáveis	X = Valor executado e Y= n.º de beneficiários			
Fonte	X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

2.3.2.5 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou

manutenção de refeitório.

- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro 2.07

Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	17.685.228,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	18.878.228,00	3.889.028,00	20,60
Execução Orçamentária	18.874.094,44	3.888.780,35	20,60
Índice	99,98	99,99	-
Meta Física – servidor beneficiado (unid)	3.769	929	24,65
Execução Física	4.142	1.005	24,26
Índice	109,90	108,18	-

Fonte: Supor, Siafi e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2009 foi de R\$17.685.228,00. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$1.193.000,00 totalizando R\$18.878.228,00 dos quais foram executados R\$18.874.094,44, representando 99,98%. A meta física de beneficiar 3.769 empregados/mês foi superada em 9,9%, perfazendo uma média mensal de 4.142 empregados.

Comparativamente ao exercício anterior houve incremento de 14,59% na despesa realizada e de 10,07% na quantidade de empregados beneficiados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.08

Evolução do Auxílio-Alimentação

Discriminação	2008	2009	Varição (%)
Execução Física	3.763	4.142	10,07
Execução Financeira (Em R\$)	16.470.695,37	18.874.094,44	14,59
Gasto <i>Per Capta</i> (R\$/empregado)	4.377,01	4.556,76	4,11

Fonte: Siafi e Gebem

Na Matriz, a execução orçamentária foi de R\$3.888.780,35, representando 99,99% da dotação. O atendimento médio mensal foi de 1.005 empregados, superando a meta física em 8,18%, em função do aumento do número de empregados, conforme apurado nos indicadores de execução física e financeira (eficácia).

Nome	Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados	94,44	105,66	108,18
Objetivo	Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte	X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados	99,62	95,49	99,99
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X= Valor executado e Y= Valor previsto na LOA			
Fonte	X= Siafi e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação	2007	2008	2009
Descrição	Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação	4.688,03	4.433,52	5.095,02
Objetivo	Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo	Eficiência			
Unidade de Medida	Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta				
Fórmula de Cálculo	(X/Y)			
Variáveis	X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte	X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

2.3.2.6 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União,

bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM.

Quadro 2.09

Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	5.222.827,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	6.522.827,00	1.462.827,00	22,43
Execução Orçamentária(1)	6.482.238,08	1.460.058,87	22,52
Índice	99,38	99,81	-
Meta Física – servidor beneficiado (unid)	3.270	830	25,38
Execução Física	4.111	1.007	24,50
Índice	125,72	121,33	-

Fonte: Supor, Siafi e Gebem

Obs.: A execução orçamentária na Coluna Matriz refere-se apenas aos empregados lotados na UG 135100

A dotação aprovada na LOA/2009 foi de R\$5.222.827,00, tendo sido suplementada em R\$1.300.000,00, totalizando R\$6.522.827,00 dos quais foram gastos durante o período R\$6.482.238,08, correspondente a 99,38% do programado. A meta física previa o atendimento a 3.270 empregados/mês sendo superada em 25,72%, beneficiando uma média mensal de 4.111 empregados. Comparativamente ao exercício de 2008, a execução orçamentária aumentou 15,96% e o número de empregados beneficiados 16,29%, em decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno aos quadros da Empresa dos anistiados pela Lei n.º 8.878/94, Decreto n.º 6.077/07 e Portaria/MPOG n.º 6, de 21/01/08.

Quadro 2.10

Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2007 a 2009

Anos	Prevista		Realizada		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2007	3.320	5.000.000,00	3.058	4.797.036,95	92,11	95,94
2008	3.161	5.656.353,00	3.535	5.589.901,76	111,83	98,83
2009	3.270	6.522.827,00	4.111	6.482.238,08	125,72	99,38

Fonte: Sureh/Geben e Siafi

A execução orçamentária desta Ação se dá por meio da folha de pagamento elaborada

na Matriz ou pela concessão de vale-transporte ou ainda por meio de créditos em cartão magnético, dependendo da escolha do empregado, neste caso a execução se processa na Sureg. O montante executado por meio da folha de pagamento foi de R\$5.434.207,42 enquanto as Superintendências Regionais executaram R\$1.048.030,66, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.11
Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional – 2009

Sureg	Auxílio-Transporte							
	Execução Física			Execução Financeira (R\$)				
	Meta	Executado	(%)	Dotação	Executado			(%)
Pecúnia(1)					Ticket	Total		
AC	0	0	-	-	-	-	-	-
AL	0	28	-	58.000,00	55.478,44	-	55.478,44	95,65
AM	90	111	123,33	250.000,00	248.688,32	-	248.688,32	99,48
AP	0	0	-	-	-	-	-	-
BA	130	144	110,77	238.000,00	186.990,83	48.215,04	235.205,87	98,83
CE	180	243	135,00	288.000,00	226.542,63	58.422,60	284.965,23	98,95
ES	110	127	115,45	165.000,00	78.203,73	86.604,55	164.808,28	99,88
GO	270	349	129,26	643.000,00	380.661,40	259.549,80	640.211,20	99,57
MA	110	126	114,55	125.000,00	80.344,84	42.678,00	123.022,84	98,42
MG	170	203	119,41	383.000,00	369.340,94	13.510,29	382.851,23	99,96
MS	80	83	103,75	98.000,00	86.520,36	10.970,20	97.490,56	99,48
MT	100	122	122,00	163.000,00	148.045,20	12.686,64	160.731,84	98,61
PA	60	72	120,00	85.000,00	69.940,38	15.030,50	84.970,88	99,97
PB	110	182	165,45	208.000,00	190.478,00	15.730,00	206.208,00	99,14
PE	240	320	133,33	545.000,00	518.485,34	23.575,56	542.060,90	99,46
PI	150	180	120,00	223.000,00	141.633,58	80.118,97	221.752,55	99,44
PR	100	97	96,50	150.000,00	149.471,15	-	149.471,15	99,65
RJ	130	233	179,23	605.000,00	483.855,11	118.699,90	602.555,01	99,60
RN	90	109	121,11	163.000,00	147.873,83	13.718,90	161.592,73	99,14
RO	60	73	121,67	83.000,00	81.049,90	-	81.049,90	97,65
RR	0	6	-	8.000,00	5.672,00	-	5.672,00	70,90
RS	100	119	119,00	253.000,00	184.694,01	68.120,46	252.814,47	99,93
SC	50	55	110,00	113.000,00	102.975,81	8.973,83	111.949,64	99,07
SE	0	0	-	-	-	-	-	-
SP	70	73	104,29	150.000,00	109.427,32	38.113,14	147.540,46	98,36
TO	40	49	122,50	63.000,00	56.568,71	4.519,00	61.087,71	96,96
Matriz	830	1.007	121,33	1.462.827,00	1.331.265,59	128.793,28	1.460.058,87	99,81
Total	3.270	4.111	125,70	6.522.827,00	5.434.207,42	1.048.030,66	6.482.238,08	99,38

Fonte: Conab/Dirad/Sureh/Geben e Siafi

Obs.: Execução orçamentária sob a responsabilidade da UG 135100 (Matriz)

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram comportamento esperado, destacando apenas a execução física cujo resultado superou em 21,33% a meta estabelecida, em função, principalmente do aumento do quadro de empregados.

Nome	Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo	Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$	92,37	117,41	121,33
Variáveis	X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte	X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$	99,09	99,62	99,81
Variáveis	X= Valor executado e Y= Valor previsto na LOA			
Fonte	X= Siafi e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

Nome	Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	2007	2008	2009
Descrição	Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte			
Objetivo	Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte			
Tipo	Eficiência			
Unidade de Medida	Valor monetário (R\$) por empregado			
Meta				
Fórmula de Cálculo	(X/Y)	1.989,30	1.364,47	1.449,91
Variáveis	X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte	X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gebem			

2.3.2.7 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.

- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro 2.12

Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	500.000,00	80.000,00	16,00
Execução Orçamentária	289.106,30	71.074,82	24,58
Índice	57,82	88,84	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	4.790	-	0,00
Execução Física	2.866	-	0,00
Índice	59,83	-	-

Fonte: Supor, Gecad e Siafi

A dotação aprovada na LOA/2009 foi de R\$500.000,00, tendo sido executado em toda a Conab R\$289.106,30, correspondente a 57,82% do programado. A meta física previa o cadastramento de 4.790 unidades armazenadoras, tendo sido cadastradas apenas 2.866, representando cerca de 59,83% da meta estabelecida para o período.

Pelas características operacionais da Ação, que implica no deslocamento de empregados para o cadastramento/recadastramento de armazéns, e pela dificuldade de formação de equipes com empregados da própria Regional, em função do acelerado ritmo operacional desenvolvido durante o exercício, parte das atividades foram realizadas por empregados lotados na Matriz. No período, as despesas realizadas somaram R\$71.074,82, representando cerca de 88,84% da dotação. As despesas com diárias totalizaram R\$62.921,50 representaram 99,43% do custo total realizado. O quadro a seguir detalha as despesas realizadas em 2009, por elemento de despesa.

Quadro 2.13

Demonstrativo de Execução da Despesa

Elemento de Despesa (R\$)				Total
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
62.921,50	369,54	7.753,58	30,20	71.074,82

Fonte: Siafi

Tradicionalmente, o desenvolvimento desta Ação ocorre durante o segundo semestre de cada ano, em função dos trabalhos com a safra. Nesse período, grande parte dos produtos já foram comercializados facilitando a atividade de medição e vistoria dos armazéns. Em 2009, as unidades armazenadoras permaneceram com grande volume de estoques retardando o início das operações de cadastramento/recadastramento. Além disso houve dificuldades na formação de equipes para cumprirem os roteiros traçados, em função do grande número de empregados ocupados na fiscalização dos estoques. Em consequência, foi realizado apenas o cadastramento de armazéns instalados em Mato Grosso.

Em 2009, foi desenvolvido e entrou em estágio de produção o aplicativo BCANet, para

uso em modo off-line em computadores portáteis (notebook), permitindo a geração de Boletim de Cadastro de Armazéns em trabalhos de campo, reduzindo o tempo de preenchimento dos boletins, o consumo de formulários, eliminação do trabalho e de possíveis erros na digitação dos boletins.

No fim do exercício estavam cadastrados 17.133 armazéns, com capacidade estática disponível para 130.244,771 toneladas, sendo 25.597,640 para produtos embalados ou enfardados e 104.647.131 toneladas para granel.

Verifica-se que a capacidade estática dos armazéns instalados é inferior à produção agrícola nacional de grãos, projetada em mais de 140,0 milhões de toneladas para o período 2009/10, o que deve aumentar os problemas de falta de espaço para a armazenagem de produtos principalmente nas áreas de grande produção, como os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná.

Do total cadastrado apenas 593 armazéns, com capacidade para 7.816.353 toneladas, apresentavam todos os requisitos técnicos para trabalharem com os estoques públicos.

Também na mesma data estavam descredenciados 380 armazéns, com capacidade para 3.251.521 toneladas, por terem sido registrados desvios de produtos, trocas de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 11.607, com capacidade para 65.355.182 toneladas, estavam impedidos de operar com os estoques de propriedade do Governo Federal, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 751 armazéns com capacidade para 5.732.842 toneladas, não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab e 3.802 armazéns (48.088.873 toneladas) estavam impedidos por falta de renovação da certidão ou como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

A baixa capacidade estática credenciada deverá trazer problemas à Conab no reposicionamento dos estoques públicos quando da retirada dos produtos depositados em armazéns de terceiros, principalmente de cooperativas, objetivando a abertura de espaço para recebimento de produtos da safra 2009/10.

2.3.2.8 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão-de-obra e a geração de empregos no setor.
- **Descrição:** Ação realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas, consistindo na realização de seminários, cursos e treinamento em recepção, tratamento fitossanitário, guarda e conservação, expedição de produtos agrícolas, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, para posterior disseminação, especialmente nas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM

Quadro 2.14
Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	250.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	0,00	0,00	-
Índice	0,00	-	-
Meta Física – Pessoa capacitada (unid)	800	800	100,00
Execução Física	0	0	-
Índice	0,00	-	-

Fonte: Supor e Siafi

Até 2008, a Conab manteve um convênio com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), responsável financeira do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem (CENTREINAR) objetivando a qualificação da mão de obra de agricultores familiares, cooperativas, armazenadores públicos e privados e, eventualmente, empregados da Conab. Entretanto, por decisão da Diretoria da Companhia, conforme Ofício Presi/Diges n.º 476 de 16/09/2008, o convênio com a referida Fundação foi rescindido, sem repasse financeiro no exercício de 2008.

Em 2009, a ação não foi executada, uma vez que a Diretoria de Operações e Abastecimento (DIRAB) da Conab decidiu pela suspensão da mesma por tempo indeterminado, até a definição da Instituição que ministrará os cursos de capacitação da mão de obra do setor armazenador.

É importante destacar que existe uma grande carência de mão de obra capacitada no setor de armazenamento de grãos, notadamente nas localidades de grande expansão da produção agrícola, onde foram instalados armazéns, os quais são operacionalizados por empregados sem conhecimento dos princípios básicos que regem o armazenamento e a conservação de grãos.

2.3.2.9 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP

Quadro 2.15
Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	1.400.000,00	643.000,00	45,93
Execução Orçamentária	1.336.093,73	619.805,88	46,39
Índice	95,44	96,39	-
Meta Física – Servidor Qualificado (unid)	5.129	596	11,62
Execução Física	3.664	843	23,01
Índice	71,44	141,44	-

Fonte: Supor e Siafi

A Diretoria Administrativa (DIRAD), responsável pela ação de capacitação dos empregados no âmbito da Conab, desenvolve-a como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa (PEC), com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os resultados da Companhia.

A cada ano, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar outros treinamentos não previstos, correlatos às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nessas Unidades, propondo, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz e nas Sureg de Pernambuco e Piauí, e, desenvolveu, no âmbito da Companhia, cursos de Educação de Jovens e Adultos, tendo os empregados como educadores. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados, incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78, desde que não oferecidos pela Companhia em cursos fechados, conforme Cláusula Vigésima Quinta do Acordo Coletivo de Trabalho-Biênio 2009/2011.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado na LOA/2009 crédito orçamentário no valor de R\$1.400.000,00 para treinamento de 5.129 empregados. Durante o exercício foi executado o montante de R\$1.336.093,73, correspondendo a 95,44%, com o atendimento de 3.664 empregados.

Especificamente para a Matriz a dotação prevista foi de R\$643.000,00 cuja execução atingiu 96,39%, correspondendo a R\$619.805,88.

No período foram capacitados 843 funcionários na Matriz, alcançando 141,44% da meta que previa a capacitação de 596 pessoas, mediante o desenvolvimento de eventos nas áreas de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administrativa, Planejamento, Informática, Operacional, Financeira etc. Cabe registrar que vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano, daí serem identificados como treinandos. Nesse total, não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados.

No exercício de 2009, o tempo de treinamento somou 23.205homens/hora com uma carga horária média de 27,53 horas por treinando.

Quadro 2.16
Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Planejamento	73	4.388	60,11
Operacional	75	1.375	18,33
Administrativa	185	3.130	16,92
Financeira	68	1.602	23,56
Gerencial	6	155	25,83
Informática	80	3.254	40,68
Qualidade	3	52	17,33
Jurídica	45	3.492	77,60
Auditoria	19	2.831	149,00
Comunicação Social	15	323	21,53
Educ/Desenvolvimento	274	2.603	9,50
Total	843	23.205	27,53

Fonte: Conab/Dirad/Sureh/Gecap

Em relação ao exercício e 2008 houve redução de 82,0% no número de treinandos e de 9,82% nas despesas, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 2.17
Metas e Resultados - Exercícios 2008 e 2009

Ano	Prevista		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2008	3.311	713.000,00	2.413	710.350,48	72,88	99,63
2009	596	643.000,00	843	619.805,88	141,44	96,39

Fonte: Conab/Dirad/Sureh/Gecap e Siafi

O fato de a Conab manter, em Brasília, um Centro de Treinamento com uso intensivo durante todo o ano, sem despesas com aluguel de salas e contando com locais para realização de eventos, inclusive com um laboratório de informática, justifica a concentração, na Matriz, de maior número de cursos e de treinandos (23,01%). O Centro disponibiliza, também, salas para reuniões e cursos promovidos por outros órgãos do Governo Federal, como MAPA, MDS, MDA etc.

No que diz respeito às despesas com a referida Ação, a maior incidência de gastos recai sobre Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, em decorrência da contratação de instituições para realização dos eventos, seguida das despesas com Diárias, Passagens e Locomoção. As despesas com Indenizações, verificadas no desempenho da Ação, representam a restituição das mensalidades de cursos de idiomas.

Quadro 2.18
Demonstrativo das Despesas Realizadas

Elemento de Despesa (R\$)						Total Liquidado	Restos a Pagar	Total Executado
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Indenizações e Restituições			
			Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
101.226,00	-	66.922,31	17.100,00	417.639,05	16.918,52	619.805,88	4.060,00	623.865,88

Fonte: Siafi

No Programa de Valorização do Servidor, a Conab proporcionou cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado a 22 empregados, sendo que no ano anterior apenas 14 foram beneficiados. Durante o ano de 2009 a Conab continuou a investir em Cursos de Educação de Jovens e Adultos e no Projeto Graduar, possibilitando o retorno aos estudos de funcionários e prestadores de serviços, proporcionando a 4 deles a conclusão de Ensino Médio e Fundamental. Também concedeu incentivo financeiro para 21 empregados frequentarem cursos de Língua Estrangeira.

Quadro 2.19
Cursos de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado Realizados em 2009

Curso	Treinandos	Carga Horária	
Agronegócio	Mestrado	2	1.110
Auditoria Governamental	Especialização	6	2.520
Direito e Processo Administrativo	Especialização	2	736
Direito e Processo do Trabalho	Especialização	1	390
Direito Material, Processual do Trabalho e Previdenciário	Especialização	1	360
Direito Processual Civil	Especialização	1	390
Gestão de Administração Pública	Especialização	1	360
Gestão de Recursos Humanos	Especialização	1	420
Gestão Pública	Especialização	5	1.830
Ordem Jurídica e Ministério Público	Especialização	1	720
Planejamento Tributário	Especialização	1	485
Total		22	9.321

Fonte: Conab/Dirad/Sumoc/Gecap

Quadro 2.20
Projeto Graduar e Língua Estrangeira - Exercícios 2008 e 2009

Curso	Nº de Participantes		Homens/Hora	
	2008	2009	2008	2009
Projeto Graduar	16	4	2.560	160
Língua Estrangeira	20	21	1.580	1.680
Total Geral	36	25	4.140	1.840

Fonte: Conab/Dirad/Sumoc/Gecap

A seguir, os indicadores criados para o acompanhamento da execução física e orçamentária e do atendimento às solicitações de capacitação das diferentes áreas orgânicas da Companhia.

Nome	Atendimento da Demanda de Capacitação	2007	2008	2009
Descrição	Percentual dos empregados treinados previstos na LOA	133,15	72,88	141,44
Objetivo	Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte	X = Sureh/Gecap e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gecap			

Durante o exercício, a área responsável pela capacitação de empregados ofereceu um número maior de treinamentos que o solicitado pelas diversas áreas da Conab, na medida em que promoveu a realização de um maior número de eventos, notadamente nas áreas administrativa e de informática, superando a meta em 41,44%.

Os demais indicadores apresentaram resultados dentro das expectativas.

Nome	Percentual da Execução Financeira com Capacitação	2007	2008	2009
Descrição	Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados	99,1	99,63	96,39
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária consignada na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte	X = Siasi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gecap			

Nome	Percentual da Execução Financeira com Capacitação	2007	2008	2009
Descrição	Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados	99,1	99,63	96,39
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária consignada na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte	X = Siasi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gecap			

2.3.2.10 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Concluir a obra inacabada do graneleiro de fundo tipo “V”, com capacidade para 100.000 toneladas, do Complexo Armazenador de Uberlândia, objetivando sobretudo atuar como alternativa à iniciativa privada e contribuir para minimizar a escassez de espaço para armazenamento, especialmente das safras de soja e milho, na região do Triângulo Mineiro.
- **Descrição:** Em 19/04/1989 foi firmado, pela então CIBRAZEM, uma das empresas fusionadas da Conab, contrato com a firma construtora Norberto Odebrecht S/A, para

executar as obras de ampliação do Complexo Armazenador de Uberlândia-MG, com a construção de um graneleiro com capacidade estática de 100.000 toneladas. A execução dos serviços foi iniciada em 10 de maio do mesmo ano. Do total da obra contratada, foram realizados 52,75% dos serviços. A paralisação da obra, ocorrida em 23/03/1990, teve como causa alegada pela Construtora os constantes atrasos nos pagamentos de suas faturas, aliado às questões administrativas da Conab, notadamente a descontinuidade administrativa vivida pela Companhia, o que levou à postergação de uma solução efetiva sobre sua conclusão. O Complexo Armazenador de Uberlândia possui relevante importância para a agricultura regional e é estratégico para o desempenho das políticas agrícola e de abastecimento, principalmente com a atual diretriz do governo de recompor os seus estoques estratégicos e de segurança alimentar. Dispõe de uma boa rede viária, ligando-se por ferrovia e rodovias aos grandes centros do País. Sob o prisma locacional, observa-se que o Complexo Armazenador de Uberlândia possui posicionamento estratégico, pois está inserido em quatro corredores de exportação: Uberlândia/Santos, Uberlândia/Vitória, Uberlândia/Ilhéus e Uberlândia/Paranaguá.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM

Quadro 2.21
Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Controle: SIAFI – PTRES 020871 – Programa de Trabalho 20.605.0352.12BZ.0101	
Discriminação	Dotação e Meta
	Conab
Dotação Orçamentária Inicial	26.000.000,00
Dotação Orçamentária Final	30.600.000,00
Execução Orçamentária (liquidado)	20.439.426,53
Execução Orçamentária (Restos a Pagar)	10.160.573,47
Execução Orçamentária Total	30.600.000,00
Índice	66,80
Meta Física – % de Execução Física	78
Execução Física	61
Índice	78,21

Fonte: Gerap e Siafi

O processo licitatório para a execução da obra da conclusão da UA Uberlândia teve como vencedor o consórcio constituído pelas empresas Enterpa Engenharia Ltda e Kepler Weber S.A., cujo contrato foi celebrado em 28/07/2009. As obras e serviços executados de agosto a dezembro corresponderam a 78,21% da meta física. Da dotação inicial constante na LOA-2009, no valor de R\$26.000.000,00, foi concedido a suplementação de crédito no valor de R\$4.600.000,00 advindo do cancelamento de mesmo valor da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns, conforme Decreto de 15/12/2009, totalizando R\$30.600.000,00, sendo despendido no período R\$20.439.426,53, isto é, 66,80% da meta financeira. O restante da dotação foi inscrito em restos a pagar.

Deve ser mencionado que mensalmente são realizadas Reuniões de Coordenação de Obra do referido projeto, em Uberlândia/MG, com a participação de técnicos da Conab e da

contratada, onde são elaboradas atas com o detalhamento das obras e serviços já executadas e em andamento, abordando a instalação do canteiro de obras, as obras civis, a montagem eletromecânica e as instalações elétricas.

A coordenação desta Ação está a cargo do Engenheiro Temístocles Barbosa Pinto, com lotação na Sede da Conab em Brasília, onde é procedida a execução orçamentária, portanto, os valores aqui apresentados foram liquidados na UG 135100.

Quando do pedido de suplementação orçamentária para esta Ação, a Conab solicitou também alteração da meta física, de 61% para 86%. O decreto acima mencionado aprovou a suplementação mas não fez referência ao aumento da meta física, portanto, a Conab manteve o valor aprovado na LOA/2009.

2.3.2.11 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa - DIRAD
- **Coordenador Nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC, Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN

Quadro 2.22

Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada

Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – Programa de Trabalho 20.273.0352.0110.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	24.661.884,00	18.065.356,70	73,25
Execução Orçamentária	24.661.884,00	18.065.356,70	73,25
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º 109/01, do crédito orçamentário final de R\$24.661.884,00 foi executado o montante de R\$24.661.884,00, correspondente a 100% do programado para o exercício.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$22.931.919,11, houve aumento da ordem de 7,54%. Tal aumento decorreu do crescimento da

folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R\$24.661.884,00, o montante de R\$14.062.398,45 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra da Dotação Global no valor de R\$1.742.261,39. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$10.599.485,55, contemplando uma massa de 1.629 participantes ativos.

A participação se dá por meio da folha de pagamento elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de participantes por Sureg.

Quadro 2.23
Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha dos Participantes (R\$)	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições (R\$)			Empregados
		Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora			
					Complemento de Previdência	Contribuição Patronal	Total	
AL	2.130.370,00	36	10	46	-	113.154,46	113.154,46	67.794,00
AM	2.832.742,21	35	14	49	-	201.925,57	201.925,57	198.157,18
BA	2.633.257,86	36	27	63	-	176.114,42	176.114,42	173.453,08
CE	8.460.120,60	129	139	268	-	534.800,64	534.800,64	521.035,01
ES	4.204.095,48	46	17	63	-	303.976,94	303.976,94	303.640,00
GO	10.742.893,70	116	90	206	-	729.928,45	729.928,45	716.527,56
MA	2.873.370,79	47	19	66	-	179.824,71	179.824,71	176.259,28
MG	7.821.539,69	79	77	156	-	524.466,82	524.466,82	516.561,87
MS	4.989.680,64	63	33	96	-	320.415,14	320.415,14	313.758,65
MT	3.844.284,77	48	28	76	-	257.342,08	257.342,08	252.195,53
PA	2.622.350,98	27	27	54	-	178.237,48	178.237,48	174.856,04
PB	3.762.783,39	42	44	86	-	250.601,07	250.601,07	245.942,03
PE	8.010.964,44	114	81	195	-	552.463,99	552.463,99	582.927,59
PI	2.534.862,25	28	19	47	-	166.234,78	166.234,78	162.506,31
PR	7.510.769,20	83	57	140	-	489.304,60	489.304,60	487.407,35
RJ	4.313.242,83	42	127	169	-	283.317,22	283.317,22	287.583,57
RN	3.550.333,20	40	33	73	-	229.403,29	229.403,29	224.948,93
RO	2.309.355,01	26	12	38	-	150.101,33	150.101,33	137.646,71
RR	195.623,45	0	1	1	-	7.198,08	7.198,08	7.198,08
RS	4.677.306,27	59	84	143	-	311.551,93	311.551,93	305.011,42
SC	2.871.090,42	29	22	51	-	200.938,86	200.938,86	198.110,12
SP	4.303.006,63	37	65	102	-	291.941,08	291.941,08	288.033,36
TO	2.108.520,23	13	2	15	-	143.284,36	143.284,36	132.683,88
Matriz	61.186.694,10	454	276	730	14.062.398,45	4.002.958,25	18.065.356,70	4.129.473,20
Total	160.489.258,14	1.629	1.304	2.933	14.062.398,45	10.599.485,55	24.661.884,00	10.603.710,75

Fonte: Conab/Sucon/Gecon/Dre e Cibrius

A seguir, os indicadores utilizados para o acompanhamento da execução orçamentária e avaliação da filiação dos empregados ao Cibrius.

Nome	Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada	2008	2009
Descrição	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	100,00	100,00
Objetivo	Acompanhar a execução financeira/orçamentária com a contribuição à Previdência Privada		
Tipo	Eficácia		
Unidade de Medida	%		
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA		
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y)*100]$		
Variáveis	X= valor executado e Y= valor previsto na LOA		
Fonte	X= Siafi e Y= Supor/Gepor		
Base geográfica	UF e Brasil		
Periodicidade	Mensal		
Responsável	Superintendente da Sumoc		

O custo patronal por participante apresentou crescimento de 2,72% em função do aumento dos salários pela concessão de promoção em 2009 e pelo aumento das gratificações por tempo de serviço.

Descrição		2008	2009
Nome	Custo Patronal por Participante Ativo no Plano de Previdência Privada	8.583,53	8.817,09
Descrição	Custo Unitário por empregado ativo		
Objetivo	Identificar o valor despendido pela patrocinadora com cada participante ativo		
Tipo	Eficiência		
Unidade de Medida	Valor monetário (R\$) por empregado ativo		
Meta	Redução de custo em relação ao previsto		
Fórmula de Cálculo	X/Y		
Variáveis	X= valor da contribuição da patrocinadora e Y= quantidade de empregados ativos		
Fonte	X= Siafi e Y= Cibrius		
Base geográfica	UF e Brasil		
Periodicidade	Anual		
Responsável	Superintendente da Sumoc		

O indicador abaixo apresenta o índice de adesão dos empregados ao Instituto. Verifica-se que no fim do exercício de 2009 apenas 42,87% dos empregados estavam inscritos no plano de previdência complementar. A baixa motivação é decorrente de:

- demora na solução do déficit atuarial;
- elevada idade dos empregados da Companhia, que para a adesão terão que pagar a título de joia o serviço passado;
- baixos salários de ingresso na Companhia, o que desmotiva a adesão dos novos empregados.

Nome	Percentual de Empregados Atendidos com o Benefício da Previdência Privada	2008	2009
Descrição	Percentual de participantes ativos no Cibrius em relação ao total de empregados da patrocinadora (Conab)	43,09	42,87
Objetivo	Acompanhar a evolução da participação dos empregados no Plano de Benefícios da Previdência Privada patrocinado pela Conab		
Tipo	Efetividade		
Unidade de Medida	%		
Meta	100% dos empregados		
Fórmula de Cálculo	$\{(X/Y)*100\}$		
Variáveis	X= número de participantes ativos e Y= total de empregados		
Fonte	X= Cibrius e Y= Sureh/Gepes		
Base geográfica	UF e Brasil		
Periodicidade	Anual		
Responsável	Superintendente da Sumoc		

2.3.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ

Quadro 2.24

Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	18.727.309,00	2.794.309,00	14,92
Pessoal e Encargos	17.500.822,00	2.577.822,00	14,73
Despesas Correntes	1.226.487,00	216.487,00	17,65
Execução Orçamentária	17.575.496,88	2.576.023,85	14,66
Pessoal e Encargos	17.123.935,26	2.576.023,85	15,04
Despesas Correntes	451.561,62	0,00	0,00
Índice	93,85	92,19	-

Fonte: Supor e SIAFI

A dotação orçamentária inicialmente aprovada na LOA 2009 foi da ordem de R\$10.100.000,00. Conforme Decreto de 31/08/2009, foi consignado crédito suplementar de R\$5.582.739,00. Por meio do Decreto de 04/12/2009, foi autorizada nova suplementação de crédito no valor de R\$1.682.000,00. Também em dezembro, foram concedidos créditos suplementares para fazer face aos pagamentos dos passivos judiciais de Sentenças Trabalhistas nos valores de R\$717.570,00 (Decreto de 15/12/2009) e de R\$645.000,00 (Decreto de 23/12/2009), totalizando R\$18.727.309,00.

A execução total foi de R\$17.575.496,88, representando cerca de 98,35% da dotação.

Da previsão de pagamentos na Matriz, no valor de R\$2.794.309,00, foram pagas sentenças que totalizaram R\$5.576.023,85, perfazendo 92,19% da meta prevista.

Quadro 2.25

Demonstrativo de Execução da Despesa

						Em R\$
Pessoal			Corrente			Total Liquidado
Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Total	Pensões	Sentenças Judiciais	Total	
839.460,75	1.736.563,10	2.576.023,85	-	-	-	2.576.023,85

Fonte: Safi

O indicador utilizado na avaliação desta ação apresentou comportamento esperado.

Nome	Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficiência			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA	-	79,83	92,19
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) \times 100$			
Variáveis	X= Valor executado Y = Dotação prevista na LOA			
Fonte	X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Superintendente da Sumaj			

2.3.2.13-(10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Tem por finalidade identificar as perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras. A determinação dos índices de perda é uma importante ferramenta na regulamentação do setor, visando evitar prejuízos aos produtores, empresas armazenadoras e ao próprio governo.
- **Descrição:** Trata-se de um projeto que será desenvolvido em parceria entre a Conab e instituições de pesquisa. As Unidades Armazenadoras da Conab em Ponta Grossa-PR, Rio Formoso-TO, Rio Verde-GO, Rondonópolis-MT, Sorriso -MT, Uberlândia-MG e Varginha-MG foram selecionadas para a implantação de testes experimentais em seus armazéns devido às localizações geográficas, diversidades climáticas, tipos de armazéns e produtos existentes. Os produtos a serem estudados foram selecionados por sua importância na produção nacional e de consumo em massa, como: arroz em casca, milho, soja em grãos e café beneficiado, originários dos estoques governamentais, em quantidades a serem definidas no projeto.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e movimentação de Estoques – SUARM

Quadro 2.26
Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

(10HG) Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos		
Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.10HG.00001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 500.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	R\$ 500.000,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 0,00	-
Meta Física – Estudo Realizado	1	-
Execução Física	-	-

Fonte: Supor

O Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos é uma antiga reivindicação do agronegócio brasileiro, haja vista os compromissos assumidos notadamente com o Ministério Público Federal/Procuradoria da República do Distrito Federal.

No intuito de deslanchar o processo de realização do referido estudo, a Presidência da Conab encaminhou, por meio do Ofício PRESI n.º 204, de 10/05/2009, convite a 13 Universidades brasileiras, verificando o interesse de realizar o referido estudo, em conjunto com a Conab. Das consultadas, apenas 5 demonstraram interesse de desenvolverem o Estudo das Perdas, sendo: Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPEL); Universidade Estadual de Londrina/PR (UEL), Universidade Federal de Lavras/MG (UFLA), Universidade Estadual de Campinas/SP (UNICAMP) e Universidade Federal de Mato Grosso/MT (UFMT).

Em reunião realizada com representantes dessas universidades, em 02/09/2009, ficou acertado que os projetos de pesquisa (incluindo metodologia, custos e outras informações) deveriam ser entregues à Conab até 02/11/2009. Entretanto, até o fim do exercício foi recebido apenas o projeto da Universidade Federal de Mato Grosso. Outra alternativa em análise é a de buscar parceria com a EMBRAPA, tendo sido iniciadas tratativas com esse objetivo.

2.3.2.14 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas

em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS

Quadro 2.27
Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária (R\$)	2.400.000,00	792.000,00	33,00
a) Despesas Correntes	2.300.000,00	698.000,00	30,35
b) Despesas de Capital	100.000,00	94.000,00	94,00
Execução Orçamentária (liquidado)	2.286.449,84	697.425,91	30,50
a) Despesas Correntes	2.282.403,84	697.425,91	30,56
b) Despesas de Capital	4.046,00	0,00	0,00
Restos a Pagar	61.818,29	55.780,00	90,23
a) Despesas Correntes	5.228,29	0,00	0,00
b) Despesas de Capital	56.590,00	55.780,00	98,57
Execução Total	2.348.268,13	753.205,91	32,07
a) Despesas Correntes	2.287.632,13	697.425,91	30,49
b) Despesas de Capital	60.636,00	55.780,00	91,99
Índice (%)	97,84	95,10	97,20
Meta Física – fiscalização realizada (unid)	2.850	0	0,00
Execução Física	4.095	0	0,00
Índice (%)	143,68	-	-

Fonte: Supor, Gefis e Siafi

Quando da elaboração do PPA 2008/11, a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em decorrência, foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto de estoque fiscalizado(t) para fiscalizações realizadas.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS que, mediante programação anual, coordena e executa todo o processo de fiscalização, seguindo orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

A dotação aprovada na LOA/2009 foi de R\$2.400.000,00, sendo R\$2.300.000,00 para despesas correntes e R\$100.000,00 para investimento. Foram gastos no

período R\$2.348.268,13, representando 97,84% da dotação. A execução física superou a meta prevista em 43,68%, sendo realizadas 4.095 fiscalizações. O maior número de realizações decorreu do aumento dos estoques públicos, da realização de fiscalizações especiais necessárias para a formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda e, também, do grande número de operações com os instrumentos de incentivo à comercialização, como o PEP e o PEPRO.

Com relação aos estoques públicos, foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização e mais dez especiais. Foram fiscalizadas cumulativamente 24.127.014 toneladas de produtos vinculados às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, ao Fome Zero e demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,6% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização e a 160,85% da meta física para o exercício (15, 0 milhões de toneladas). Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Nas operações realizadas não foram registradas perdas qualitativas (produto abaixo do padrão e desclassificados), apenas diferenças quantitativas. As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem. Em 2009 ocorreram desvios praticados pelos fiéis depositários de 9.921 toneladas de produtos e perdas em armazenagem de 5.337 toneladas.

Após a realização deste procedimento foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Em 2009, a atividade de fiscalização foi executada durante todo o exercício por diversas Suregs, seja no cumprimento da programação para o exercício ou na fiscalização prévia às aquisições do produtos no âmbito da PGPM. Tal fato exigiu o envolvimento de todos os fiscais existentes na Conab, elevando os custos com diárias e com passagens e locomoção.

A equipe de fiscalização lotada na Matriz participou de várias ações, seja na execução da atividade ou na coordenação das etapas previstas.

Da dotação prevista em despesas correntes (R\$698.000,00), foram gastos R\$697.425,91, onde se destacaram as despesas com diárias no valor de R\$538.528,50, representando cerca de 77,22% das despesas correntes, conforme detalhado a seguir.

Quadro 2.28 **Demonstrativo das Despesas Realizadas**

Elemento de Despesa (R\$)								Total
Diárias	Material de Consumo	Passagem e Desp c/ Locomoção	Outros Servs de Terceiros – Pes Física	Outros Serviços de Terceiros – Pes Jurídica	Prorrogações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
538.528,50	54.333,36	101.251,75	80,00	3.207,30	-	55.805,00	-	753.205,91

Fonte: Siafi

Objetivando a melhoria da atividade e o aumento do número de fiscais, principalmente nas Regionais, está previsto para o início de 2010 a realização de cursos de reciclagem e formação de novos fiscais. Também foram adquiridos notebooks e impressoras para os trabalhos em campo e equipamentos de proteção individual.

2.3.2.15 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON e Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF

Quadro 2.29

Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação orçamentária(a)	3.300.000.000,00	70.000.000,00	2,12
Execução orçamentária	Despesas liquidadas(b)	2.686.676.772,40	2,19
	Despesas executadas(c)	2.876.664.929,48	2,04
Índice (c/a)	87,17	83,95	-
Meta Física – produto adquirido (ton)	5.892.160	0	0,00
Execução Física	5.741.059	0	0,00
Índice	97,44	-	-

Fonte: Supor, Suope e Siafi

A dotação inicial aprovada na LOA/2009 foi de R\$2.300.000.000,00 sendo aprovadas suplementações orçamentárias por meio do Decreto de 29/09/2009, no valor de R\$230.000.000,00 e pela Lei n.º 138, de 18/12/2009, de R\$770.000.000,00, finalizando a dotação em R\$3.300.000.000,00.

Com base na previsão de compra de produtos agrícolas elaborada pelas Regionais e da necessidade de recursos para manutenção e remoção dos estoques públicos, a Matriz realiza

reuniões mensais com a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE, Secretaria de Política Agrícola-SPA e Banco do Brasil solicitando a liberação de recursos orçamentários/financeiros. Durante o período foram gastos R\$2.876.664.929,48, representando 87,17% da dotação total.

Os pagamentos efetuados pela Matriz totalizaram R\$58.761.888,53, correspondente a 83,94% da dotação prevista para a Matriz e 2,04% da despesa total realizada pela Conab. O quadro a seguir detalha as despesas realizadas pela Matriz.

Quadro 2.30
Demonstrativo das Despesas Realizadas

Natureza da Despesa Detalhada (Em R\$)	Matriz	Conab	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	370.545,42	2.279.961.932,01	0,02
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	0,00	1.439.722,75	0,00
Embalagens	0,00	1.284.141,14	0,00
COFINS	25.801,51	25.801,51	100,00
PASEP	5.354,91	5.354,91	100,00
Armazenagem	53.279.601,86	235.750.989,01	22,60
Seguros em geral	3.678.644,61	3.678.644,61	100,00
Comissões e corretagens	482.283,21	1.721.026,92	28,02
ICMS	114.483,92	151.597.245,74	0,08
ISS	40.408,85	40.408,85	100,00
Serviços gráficos	0,00	27.325,12	0,00
INSS-Produtor rural	8.456,30	48.567.548,58	0,02
Encargos financeiros	0,00	2.475,01	0,00
Serviços de terceiros	13.008,34	5.003.445,77	0,26
Ensaque e reensaque	0,00	774,00	0,00
INSS-Armazenagem	0,00	63.244,63	0,00
Análises laboratoriais	0,00	3.574.784,85	0,00
Taxas e pedágios	0,00	1.277,99	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	729.379,08	143.904.865,56	0,51
Editais e publicações	13.920,52	13.920,52	100,00
Total	58.761.888,53	2.876.664.929,48	2,04

Fonte: Siafi

Quando do pedido de suplementação orçamentária para esta Ação, a Conab solicitou também alteração da meta física, de 5.892.160 toneladas para 7.712.160 toneladas. Tanto o Decreto quanto a Lei acima mencionados aprovaram as suplementações mas não fizeram referência ao aumento da meta física, portanto, a Conab manteve o valor aprovado na LOA/2009. Durante o exercício foram adquiridas 5.741.059 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.31
Demonstrativo das Aquisições Realizadas

UF	Produto	Quantidade (Em t)		Total (R\$)
		AGF	Contrato de Opção	
BA	Café	-	152	152
	Milho	15.785	-	15.785
	Sisal	10.764	-	10.764
Subtotal		26.549	152	26.701
DF	Feijão	173	-	173
	Milho	-	432	432
Subtotal		173	432	605
ES	Café	134	865	999
Subtotal		134	865	999
GO	Café	-	168	168
	Feijão	8.209	-	8.209
	Milho	289.908	520.644	810.552
	Sorgo	3.045	-	3.045
Subtotal		301.162	520.812	821.974
MG	Café	-	27.255	27.255
	Feijão	11.081	-	11.081
	Milho	6.615	95.607	102.222
	Trigo	-	2.160	2.160
Subtotal		17.696	125.022	142.718
MS	Feijão	1.015	-	1.015
	Milho	32.492	629.424	661.916
	Trigo	23.048	12.465	35.513
Subtotal		56.555	641.889	698.444
MT	Milho	549.080	1.954.314	2.503.394
Subtotal		549.080	1.954.314	2.503.394
PR	Café	-	659	659
	Fécula	1.087	-	1.087
	Feijão	82.187	-	82.187
	Milho	-	412.371	412.371
	Trigo	5.200	259.304	264.504
Subtotal		88.474	672.334	760.808
RO	Feijão	20	-	20
	Milho	-	10.800	10.800
Subtotal		20	10800	10.820
RS	Arroz	292	469.962	470.254
	Feijão	1.943	-	1.943
	Trigo	15.065	149.823	164.888
Subtotal		17.300	619.785	637.085
SC	Arroz	-	8.948	8.948
	Feijão	43.589	-	43.589
	Trigo	5.600	11.556	17.156
Subtotal		49.189	20.504	69.693
SP	Café	-	4283	4.283
	Feijão	9.207	-	9.207
	Trigo	2.907	24.947	27.854
Subtotal		12.114	29.230	41.344
TO	Milho	26.474	-	26.474
Subtotal		26.474	0	26.474
Total		1.144.920	4.596.139	5.741.059

Fonte: Suope/Gefoc

Cabe esclarecer que a diferença entre as quantidades adquiridas constantes do quadro acima e as existentes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento-Sigplan decorreram de inconformidade no módulo de geração de back up do Sistema de Faturamento e Controle de Estoques-xFac, desenvolvido pela Conab. Entre o período de atualização do Sistema Integrado de Planejamento-Siplan/MAPA e de encerramento da avaliação do PPA no Sigplan, a Conab não havia

conseguido corrigir o problema. De posse de novas informações, a Conab solicitou à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos-SPI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG autorização para a correção dos dados e da análise de execução desta Ação. A SPI, por sua vez, alegando já terem sido encaminhados os relatórios de acompanhamento ao TCU e à CGU, não permitiu a correção, orientando para que neste Relatório de Gestão sejam informados os dados corretos, acompanhados das justificativas quanto às diferenças apontadas.

Objetivando a abertura de espaço em armazéns localizados nas zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos da nova safra, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques, a Matriz realizou diversos leilões de fretes, tendo sido contratada a remoção de 913.638 toneladas, ao custo de 121.337.435,68.

Além da realização dos leilões cabe à Matriz a coordenação das operações de remoção participando, também, do acompanhamento das operações, da avaliação e da prestação de contas enviadas trimestralmente à Secretaria de Política Agrícola-SPA, à Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE e a Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional-COPEC.

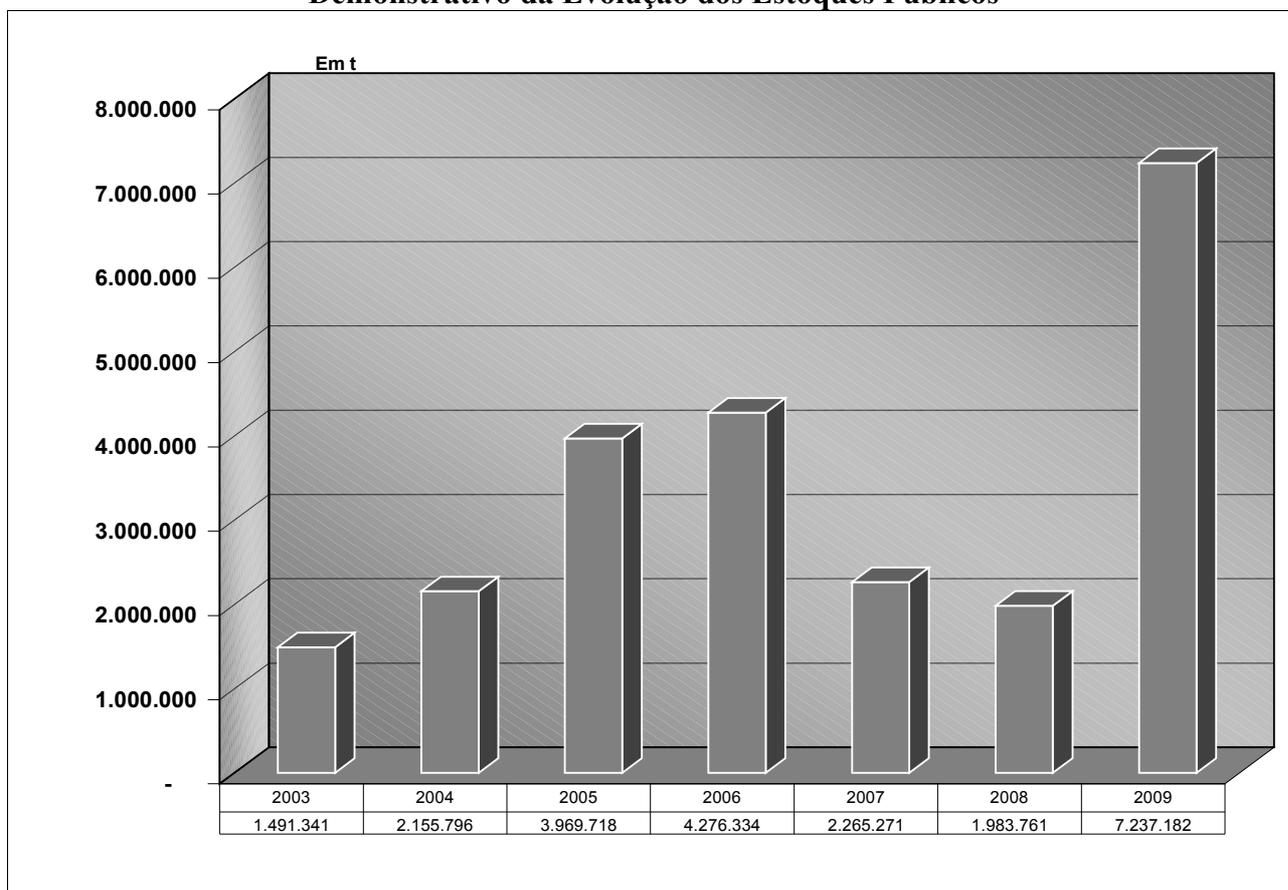
Quadro 2.32
Demonstrativo das Remoções Realizadas

Origem	Destino	Produto	Leilão (R\$)		Quantidades (t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
MG	MG	Milho	0,00	0,00	1	1	-	-	-
MS	SP	Milho	155.008,17	113.900,00	1.799	1.799	-	-	-
MT	AM	Milho	294.154,29	294.154,29	1.000	1.000	-	-	-
	BA	Milho	1.247.141,83	1.066.124,43	3.500	3.500	-	-	-
	DF	Milho	960.645,96	729.656,41	5.157	5.157	-	-	-
	ES	Milho	2.090.307,90	1.432.559,68	3.000	3.000	-	-	-
	GO	Milho	25.810.056,35	20.840.498,99	143.724	83.541	-	-	60.183
	MG	Milho	22.052.629,17	19.351.421,44	107.500	96.996	-	16.496	27.000
	MT	Milho	42.728.138,48	34.694.015,05	454.512	220.250	20.447	2.084	215.899
	PI	Milho	4.036.556,88	2.680.000,00	8.518	4.509	-	-	4.009
	RO	Milho	235.572,00	161.440,32	1.800	900	-	-	900
	RR	Milho	512.389,42	499.848,25	1.000	1.000	-	-	-
	RS	Milho	24.865.854,63	23.035.171,34	90.700	104.070	-	13.370	-
	SC	Milho	13.105.154,10	12.362.000,00	48.235	53.235	-	5.000	-
PR	CE	Feijão	1.404.642,21	1.404.642,21	2.919	0	-	-	2.919
	PB	Feijão	426.265,00	426.265,00	1.000	0	-	-	1.000
	PR	Trigo	305.506,00	305.506,00	11.600	11.600	-	-	-
RS	RS	Arroz	219.000,00	219.000,00	10.022	10.022	-	-	-
	RS	Milho	60.074,52	60.074,52	5.521	521	-	-	5.000
	RS	Trigo	156.266,55	137.984,24	5.075	5.075	-	-	-
SC	AL	Feijão	596.772,59	596.772,59	1.463	0	-	-	1.463
	MA	Feijão	905.305,58	95.305,58	2.223	0	-	-	2.223
	MT	Feijão	375.735,34	375.735,34	2.000	2.000	-	-	-
	PE	Feijão	444.670,00	444.670,00	1.000	0	-	-	1.000
SP	SP	Milho	10.690,00	10.690,00	369	369	-	-	-
Total			142.998.536,97	121.337.435,68	913.638	608.545	20.447	36.950	321.596

Fonte: Suarm/Gemov

No início do exercício, o estoque público administrado pela Conab (PGPM) era de 1.983.761 toneladas, tendo sido contabilizado no fim de 2009 um volume de 7.237.182 toneladas, representando um crescimento de 264,8%.

Figura 2.01
Demonstrativo da Evolução dos Estoques Públicos



Fonte: Suope/Gefoc

2.3.2.16 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e

Informações – DIPAI

- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF

Quadro 2.33

Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	350.000,00	334.000,00	95,43
Execução Orçamentária	36.720,80	24.118,22	65,68
Índice	10,49	7,22	-
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	8.000	100,00
Execução Física	7.746	7.746	100,00

Fonte: Supor, Suinf e Siafi

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a realização de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e da confiabilidade dos dados, contando, para tanto, com dotação orçamentária aprovada na LOA/2009 de R\$350.000,00 e meta física de 8.000 informações a serem disponibilizadas.

Durante o exercício, foram elaboradas apenas pesquisas de preços e de insumos para composição dos custos de produção de aves e suínos e treinamento de empregados de algumas Regionais para operacionalização do banco de dados estatístico. A execução orçamentária representou apenas 10,49% da dotação total.

Em função do deslocamento de técnicos lotados na Matriz, para os treinamentos, nas Regionais, a despesa registrada foi de R\$24.118,22 representando cerca de 7,22% da dotação prevista e 65,68% de toda a despesa realizada nesta Ação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.34

Demonstrativo da Execução da Despesa

Elemento de Despesa (R\$)				Total
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Indenizações e Restituições	
13.933,90	67,00	10.107,32	10,00	24.118,22

Fonte: Siafi

2.3.2.17 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios

da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN

Quadro 2.35

Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa

Discriminação	Metas		Participação (%)	Execução Orçamentária das Demais UGs
	Conab	Matiz		
Dotação Orçamentária	372.585.060,00	130.909.650,00	35,14	-
Pessoal	290.301.410,00	104.190.000,00	35,89	-
Custeio	70.650.000,00	16.520.000,00	23,38	-
Investimentos	11.633.650,00	10.199.650,00	87,67	-
Execução Orçamentária (1)	370.111.990,12	129.204.272,29	34,91	-
Pessoal	290.271.541,93	104.187.544,91	35,89	127.785.225,86
Custeio	70.065.140,84	16.507.541,06	23,56	-
Investimentos	9.775.307,35	8.509.186,32	87,05	-
Índice	99,34	98,70	-	-

Fonte: Supor e Siafi

Obs.: (1) Inclui Restos a Pagar

A dotação inicial aprovada na LOA/2009 foi de R\$352.162.245,00, sendo R\$271.401.410,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$63.435.185,00 para custeio e R\$17.325.650,00 para investimentos. Durante o exercício foram solicitadas e aprovadas as seguintes suplementações e cancelamentos:

➤Pessoal – suplementações de R\$9.500.000,00 e de R\$9.400.000,00 aprovadas pelos Decretos de 26/11/2009 e de 23/12/2009;

➤Custeio – suplementações de R\$1.714.815,00 e R\$5.500.000,00, aprovadas pelos decretos de 25/05/2009 e de 15/12/2009, e

➤Investimentos – cancelamentos de R\$192.000,00 e R\$5.500.000,00, aprovados pelo Decreto de 15/12/2009.

Até o fim do exercício foram gastos R\$370.111.990,12, representando cerca de 99,34% da dotação final, conforme detalhado no quadro anterior.

Cabe à Matriz a elaboração da folha de pagamento de toda a Conab, cabendo às Regionais basicamente o pagamento de encargos (INSS e FGTS) e o auxílio-funeral. A execução orçamentária referente à Matriz foi de R\$104.187.544,91 e das demais UGs foi R\$127.785.225,86, totalizando R\$231.972.770,77.

Quadro 2.36
Demonstrativo de Execução da Despesa

Discriminação	MATRIZ		
	2007	2008	2009
Pessoal	80.504.729,96	94.008.953,50	104.187.544,91
Outros benefícios assistenciais	97.538,45	79.919,80	140.700,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	58.845.889,70	68.400.821,02	75.540.434,67
Obrigações patronais	20.080.898,33	23.894.471,43	6.188.726,61
Outras despesas variáveis	868.440,88	839.448,82	1.275.184,12
Depósitos compulsórios	-	372.152,89	-
Sentenças judiciais	-	-	6.382,62
Despesas de exercícios anteriores	-	812,03	4.435,91
Indenizações e restituições trabalhistas	260.857,14	203.988,82	157.797,04
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	351.105,46	217.338,69	160.277,35
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	-	-	20.690.718,82
Indenizações trabalhistas	-	-	22.887,77
Custeio	18.208.481,39	16.889.508,88	16.507.541,06
Outros benefícios assistenciais	360.108,54	22.975,00	10.093,16
Diárias	973.064,38	808.335,85	1.124.965,69
Material de consumo	889.051,07	851.394,53	1.012.298,43
Passagens e Despesas com locomoção	727.662,02	1.006.811,49	692.343,48
Serviços de Consultoria	0,00	139.020,00	31.000,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	15.420,00	18.317,00	-
Locação de mão-de-obra	1.388.319,65	496.813,97	617.250,75
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	12.470.609,92	11.726.434,69	10.972.118,53
Obrigações tributárias e contributivas	251.321,48	456.923,36	429.481,44
Sentenças judiciais	5.031,31	-	119.978,12
Indenizações e restituições	1.127.893,02	1.362.482,99	1.498.011,46
Investimentos	2.307.104,70	2.926.488,37	8.509.186,32
Obras e instalações	78.833,95	86.740,00	3.015.837,81
Equipamento e material permanente	2.228.270,75	2.839.748,37	5.493.348,51
Total	101.020.316,05	113.824.950,75	250.094.793,87

Fonte: Siafi

2.3.2.18 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.
- **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior
- **Unidades Executoras:** Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – GEHOR

Quadro 2.37
Demonstrativo da Execução da Ação Intensivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	400.000,00	396.000,00	99,00
Execução Orçamentária	54.837,22	51.785,20	94,43
Índice	13,71	13,08	-
Meta Física – unidade organizada	18	-	-
Execução Física	13	-	-
Índice	72,22	-	-

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supa/Gehor e Siafi

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento.

Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Pela Portaria MAPA n.º 141, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Prohort, com a finalidade de, em interação com estados e municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, levar tecnologia à produção, estreitar os contatos com as universidades e ampliar as funções das centrais de abastecimento.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização.

A meta física contida na LOA/2009 previa mercados atacadistas hortigranjeiros modernizados, a partir da implementação de um banco de dados integrado e ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa em 18 mercados, a um custo de R\$400.000,00.

Durante o exercício foram integrados os mercados de Rio Branco/AC, Goiânia/GO e 11 mercados do Estado de São Paulo (Araraquara, Araçatuba, Franca, Marília, Piracicaba, Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Bauru e Presidente Prudente), com a implementação do Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil-Simab.

O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-GEHOR, na Matriz. O não cumprimento do total da meta física estabelecida ocorreu em função de atrasos nos quesitos sob a responsabilidade dos mercados, tais como: disponibilidade de equipamentos e falta de qualificação dos recursos

humanos. As atividades para a integração dos mercados foram iniciadas durante o exercício de 2009, devendo ser concretizados no início do de 2010.

A execução orçamentária total foi de R\$54.837,22, representando apenas 13,71% da dotação aprovada na LOA, cabendo à Matriz o valor de R\$51.785,50.

Também foram realizadas as seguintes atividades:

- Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI).
- Portal do PROHORT:
 - Atualização diária dos preços de 48 produtos comercializados em 43 mercados atacadistas;
 - Disponibilização de dados de comercialização (preços, volume e origem) no sistema de informações gerenciais;
 - Informações relacionadas ao setor hortigranjeiro e atualização diária de notícias.
- Participação em:
 - Reuniões, como membro, das Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas de Horticultura, Fruticultura, Citricultura, Flores e Plantas Ornamentais – MAPA;
 - Grupos de trabalho de banco de dados e embalagens - MAPA;
 - Reuniões, como membro, da comissão responsável pela formulação de lei específica para as centrais de abastecimento brasileiras;
 - Programa de Responsabilidade Social e Ambiental da Conab;
 - Consulta pública para alterações da minuta da instrução normativa n.º 54 de 2009, sobre embalagens;
 - Grupo de trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças para discussão da execução do projeto “Estudo do perfil sócio-econômico da cadeia produtiva de olericultura no Brasil” e finalização do projeto “Promoção das hortaliças”, para pleito de campanha publicitária realizada pelo MAPA;
 - Encontro com o conselheiro da Embaixada da Espanha visando o estabelecimento de cooperação técnica com esse país para a troca de experiências relacionadas ao setor hortigranjeiro.
- Visita técnica:
 - Mercados atacadistas de Madri, Almeria e Valência para intercâmbio de informações e conhecimento da estrutura espanhola de produção, distribuição e comercialização de frutas e hortaliças;
 - Secretária de Agricultura e do Desenvolvimento agrário, com objetivo de verificar a possibilidade de instalação de um mercado atacadista nos municípios de Itabaiana e Aracaju;
 - Encontro com o prefeito do município de Araguatins-TO para discussão de formas de incentivo à produção de hortigranjeiros na região.

- Visita técnica / Diagnóstico dos Mercados Atacadistas de Hortigranjeiros:
 - Visita técnica para conhecer a estrutura do mercado de abastecimento (observando também a viabilidade de inserção dos mercados ao banco de dados do Prohort) e aplicar questionário de diagnóstico nos seguintes locais: Ceasa-PA (Belém/PA), Coortifruiti (São Luís/MA), Ceapi (Teresina/PI), Ceasa CE (Fortaleza/CE), Ceasa RN (Natal/RN), Empasa (João Pessoa/PB), Ceasa PE (Recife/PE), Ceaca (Caruaru/PE), Ideral (Maceió/AL), Ebal (Salvador/BA), Mercado do Produtor em Juazeiro (Juazeiro/BA), Ceasa DF (Brasília/DF), Ceasa GO (Goiânia/GO), Ceasa MS (Campo Grande/MS), Ceasaminas (Contagem/MG), Ceasa RJ (Rio de Janeiro/RJ), Ceasa ES (Vitória/ES), Ceagesp (São Paulo/SP), Craisa (Santo André/SP), Ceasa Campinas (Campinas/SP), Ceasa PR (Curitiba/PR), Ceasa SC (São José/SC), Ceasa RS (Porto Alegre/RS), Ceasa Serra (Caxias/RS).
 - Criação de um banco de imagens dos mercados atacadistas visitados;
 - Confecção, impressão e publicação de livreto, além de apresentação oral, sobre informações relevantes sobre o setor hortigranjeiros (quantos mercados, onde se localizam, volume comercializado, movimentação financeira, questões relacionadas à infraestrutura e gestão);

- Participação em eventos:
 - Fórum Social Mundial em Belém – PA, visando a viabilização da inserção das políticas de desenvolvimento social e ambiental em mercados atacadistas;
 - Feira Nacional da Agricultura Irrigada da América Latina, visando a ampliação do conhecimento do setor hortícola;
 - Comemoração dos 149 anos do MAPA e lançamento do livro Produção Integrada no Brasil, elaborado pelo MAPA;
 - Curso “Gestão de resíduos sólidos”;
 - Encontro da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Abracen;
 - 5.º Congresso Pan-Americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para Promoção da Saúde;
 - Feira de produtos orgânicos BioFach América Latina e ExpoSustentat;

- II Encontro da Educação Promotora de Saúde e I Encontro do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal de Goiás;
 - Encontro com Abracen, Ceagesp, Ceasa Campinas, Instituto Agropólos, Sindicato dos Empresários de Floricultura para tratar sobre a Feira Internacional de Flores e Plantas Ornamentais a realizar-se em Madri-ES;
 - Encontro com os floricultores para análise e participação no evento Flor Brasil em Madri-ES, em Campinas – SP.

- Palestras Proferidas:
 - Participação na Reunião do Conselho Nacional de Saúde como palestrante sobre o

Prohort e suas interações com o setor da saúde no país;

- 5.º Congresso Pan-Americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para Promoção da Saúde;
 - II Encontro da Educação Promotora de Saúde e I Encontro do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal de Goiás.
- Entrevistas a rádios e outros veículos de comunicação (Rádio no Rio Grande do Sul, entrevista sobre as ações do Prohort; Canal Rural e TV NBR, entrevista sobre o Prohort e Diagnóstico).

2.3.2.19 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB e Gerência de Parcerias Institucionais – GEPRI

Quadro 2.38
Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	300.000,00	245.000,00	81,67
Execução Orçamentária	102.929,11	70.744,55	68,73
Índice	34,31	28,88	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	-	0,00
Execução Física	752	-	0,00
Índice	53,71	0,00	-

Fonte: Supor e Siafi

A Ação contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2009 de R\$300.000,00 objetivando a organização de 1.400 unidades de comercialização. As atividades são coordenadas pela Matriz, que também participa da execução, tendo sido portanto reservado cerca de 81,67% da dotação para o custeio das despesas. Durante o exercício foram gastos R\$70.744,55, representando cerca de 28,88% da dotação, com destaque para as despesas com viagens e locomoção, que somaram R\$54.542,42 (77,09% da despesa).

A execução física foi de apenas 53,71% da meta prevista, sendo identificado dois motivos principais pela baixa execução:

- excesso de chuvas nos estados nordestinos, causando alagamentos nas regiões periféricas das capitais onde se encontra o público-alvo da Rede, causando paralisação das ações de formação das centrais de negócios, e
- falta de pessoal qualificado nas Suregs

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,

- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2009, foram disponibilizadas 941,1 toneladas de açúcar, arroz, feijão e leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.39

Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios

UF	Produto (Em kg)				Total
	Açúcar	Arroz	Feijão	Leite em pó	
BA	92010	-	-	-	92.010
CE	-	-	-	110	110
MA	-	12.120	-	1.950	14.070
PB	-	30.000	-	13.640	43.640
PE	751.587	3.750	210	11.520	767.067
PI	-	-	-	24.230	24.230
Total	843.597	45.870	210	51.450	941.127

Fonte: Supab

As despesas da Matriz se concentram em visitas técnicas de campo, estimulando e apoiando o pequeno varejista.

2.3.2.20 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo

setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.

- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA

Quadro 2.40

Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	200.000,00	20,00
Execução Orçamentária	737.734,69	116.741,78	15,82
Índice	73,77	58,37	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	0	0,00
Execução Física	12	0	0,00
Índice	100,00	-	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

A dotação aprovada na LOA/2009 foi de R\$1.000.000,00 e a meta física previa a realização de 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações. Durante o exercício foram gastos R\$737.734,69, representando 73,77% da dotação orçamentária e realizada 100% da meta física prevista.

Os trabalhos são programados e coordenados pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-Geasa, que também participa da execução, tendo para tanto uma dotação de R\$200.000,00. As despesas realizadas no âmbito da Matriz totalizaram R\$116.741,78 (58,37%), com destaque para as despesas com diárias, passagens e despesas com locomoção que, juntas, representaram 84,25% da despesa total, referente a visitas de técnicos da Matriz ao campo.

Quadro 2.41

Demonstrativo de Execução da Despesa

Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
57.913,50	17.314,17	40.443,83	1.070,28	116.741,78

Fonte: Siafi

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da

safras 2008/09 e estimativas de plantio da safra 2009/10, cujos resultados são detalhados a seguir.

a) Safra 2008/09

A área cultivada com as culturas de algodão, amendoim 1.^a e 2.^a safras, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão 1.^a, 2.^a e 3.^a safras, girassol, mamona, milho 1.^a e 2.^a safras, soja, sorgo, trigo e triticale foi de 47,6 milhões de hectares, superior à safra 2007/08 em 0,6% que foi de 47,41 milhões de hectares.

Já a produção apresentou queda de 6,2% em relação à anterior, caindo de 144,13 milhões para 135,13 milhões de toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.42
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2007/08 e 2008/09

Produto	Área				Produção			
	Safra		Em 1000ha		Safra		Em mil t	
	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	1.077,4	843,2	-21,7	-234,2	2.504,7	1.890,6	-24,5	-614,1
Amendoim total	115,2	113,8	-1,2	-1,4	303,1	300,6	-0,8	-2,5
Amendoim 1 ^a safra	88,2	84,0	-4,8	-4,2	256,2	246,1	-3,9	-10,1
Amendoim 2 ^a safra	27,0	29,8	10,4	2,8	46,9	54,5	16,2	7,6
Arroz	2.875,0	2.909,0	1,2	34,0	12.074,0	12.602,5	4,4	528,5
Aveia	106,1	111,2	4,8	5,1	230,2	232,2	0,9	2,0
Centeio	3,7	4,7	27,0	1,0	4,9	6,1	24,5	1,2
Cevada	98,3	79,3	-19,3	-19,0	264,7	237,0	-10,5	-27,7
Feijão total	3.993,0	4.147,8	3,9	154,8	3.520,9	3.490,6	-0,9	-30,3
Feijão 1 ^a safra	1.313,4	1.407,0	7,1	93,6	1.243,1	1.344,5	8,2	101,4
Feijão 2 ^a safra	1.866,6	1.973,7	5,7	107,1	1.445,5	1.371,6	-5,1	-73,9
Feijão 3 ^a safra	813,0	767,1	-5,6	-45,9	832,3	774,5	-6,9	-57,8
Girassol	111,3	75,0	-32,6	-36,3	147,1	109,4	-25,6	-37,7
Mamona	162,7	157,5	-3,2	-5,2	123,3	92,5	-25,0	-30,8
Milho total	14.765,7	14.171,8	-4,0	-593,9	58.652,2	51.003,9	-13,0	-7.648,3
Milho 1 ^a safra	9.635,6	9.270,5	-3,8	-365,1	39.964,1	33.654,9	-15,8	-6.309,2
Milho 2 ^a safra	5.130,1	4.901,3	-4,5	-228,8	18.688,1	17.349,0	-7,2	-1.339,1
Soja	21.313,1	21.743,1	2,0	430,0	60.017,7	57.165,5	-4,8	-2.852,2
Sorgo	843,4	846,1	0,3	2,7	1.985,5	1.934,9	-2,5	-50,6
Trigo	1.851,8	2.396,2	29,4	544,4	4.097,1	5.884,0	43,6	1.786,9
Triticale	94,5	75,7	-19,9	-18,8	211,9	184,7	-12,8	-27,2
Brasil	47.411,2	47.674,4	0,6	263,2	144.137,3	135.134,5	-6,2	-9.002,8

Fonte: Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A seguir, breve comentário sobre o comportamento dos principais produtos na safra 2008/09:

- Algodão: verificou-se expressiva redução da área, precisamente nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País. Tal retração foi motivada pela baixa cotação do produto nos mercados interno e externo, desvantagem comparativa com a soja e, sobretudo, alto custo de produção se comparado a outras culturas. No Nordeste, a falta de chuva no estágio inicial de desenvolvimento e após, excesso de chuva, comprometeram a produtividade média regional.
- Arroz: produção superior à safra passada como resultado das boas condições climáticas em todo o ciclo da cultura aliada à boa tecnologia adotada. No Rio Grande do Sul, a média de produtividade foi acima da média registrada no ciclo anterior. Em Santa Catarina, apesar das adversidades climáticas as lavouras obtiveram média superior, o que é considerado recorde em toda a série histórica.

- Feijão: para a 3.^a safra foi registrada queda na área plantada e na quantidade produzida em todas as regiões produtoras, com destaque para Minas Gerais e São Paulo. O desestímulo para o plantio deve-se aos baixos preços verificados no primeiro semestre. Na Bahia, importante polo produtor, as lavouras foram beneficiadas pelo clima, com chuvas normais e bem distribuídas.
- Milho: na região Centro-Sul, que participa com mais de 60% da área nacional, a redução de área foi considerável devido aos baixos preços no mercado aliado à estiagem na época recomendada para o plantio. Esses fatores induziram os produtores a optarem em substituir parte da área para o cultivo da soja.
- Soja: apresentou crescimento de área nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, exceto no Rio Grande do Sul que sofreu com excesso e escassez de chuvas. As regiões Norte e Nordeste também apresentaram redução de área em função do elevado custo de produção no início da safra. Previa-se maior redução na área, o que não ocorreu em função do atraso no início das chuvas nos Estados de Goiás e Mato Grosso, que acabaram por gerar uma melhor expectativa de mercado desta leguminosa e, com isso, os produtores destas regiões optaram pelo plantio da soja em áreas de algodão e milho.
- Trigo: o estado do Paraná é responsável por mais de 50% da área cultivada no país; os produtores, estimulados pela Política de Garantia de Preços Mínimos que reajustou o preço do trigo, aumentaram significativamente a área de produção. Já no Rio Grande do Sul, que produz o trigo não destinado à panificação, e com preços menores, houve redução de área. O excesso de chuva intensificou o ataque de doenças fungicidas aumentando o custo de produção e redução na qualidade do produto.

b) Safra 2009/10

A partir do mês de setembro, empregados da Conab visitaram os principais municípios produtores do país, objetivando a realização de levantamentos de intenção de plantio da safra de grãos 2009/10 e o acompanhamento da safra de inverno 2010.

Os levantamentos de plantio realizados pela Conab visam, especificamente, detectar as possíveis variações que possam ocorrer na área a ser cultivada com as principais culturas no país, além de estimar a produção da safra e suas implicações para a política de abastecimento.

No último levantamento realizado em dezembro, o plantio das culturas da primeira safra de verão (algodão, arroz, feijão, milho e soja) estava praticamente encerrado. A pesquisa foi realizada considerando a metodologia utilizada, ou seja, mantendo a mesma área plantada das culturas de verão de segunda e terceiras safras em 2008/09 e dos estados das regiões Norte e Nordeste, onde o plantio ainda não teve início. A área nesta safra está estimada em 47,88 milhões de hectares, superior em 0,4% ou 208,4 mil hectares à da safra 2008/09.

À exceção da soja, todas as culturas pesquisadas acusaram redução no plantio. Em termos percentuais, o milho primeira safra apresentou a maior retração (10,7%), ou menos 989,5 mil hectares, explicado pelo excesso do produto no mercado e pelos preços praticados, abaixo do esperado pelos produtores.

O algodão acusa redução de 6,0% na área em todos os estados da região Centro-Sul, devido a baixa cotação no mercado interno. Mas com a recuperação dos preços nos últimos meses do ano essa situação poderá ser alterada com uma área igual ou até superior à da safra passada, principalmente nos estados da região Centro-Oeste onde o plantio é realizado até o mês de janeiro.

A área cultivada com arroz apresenta queda de 2,6% (77,0 mil hectares). A maior redução encontra-se no Mato Grosso com menos 20,5 mil hectares, onde predomina a modalidade sequeiro e no Rio Grande do Sul, face às dificuldades do plantio decorrentes do excesso de chuvas.

O feijão primeira safra aponta diminuição no plantio de 4,5% (63,4 mil hectares). O baixo preço do produto nos últimos meses foi o principal fator de desestímulo. A maior redução foi observada no Paraná com menos 38,4 mil hectares, seguido de Santa Catarina, com menos 12,3 mil hectares.

A soja apresenta crescimento de 6,1% na área a ser cultivada, o que representa um incremento de 1.319,5 mil hectares. O menor custo por hectare, a maior liquidez do mercado e a maior resistência à estiagem, são fatores que justificam a substituição do milho pela oleaginosa.

A produção nacional de grãos, estimada em 141,35 milhões de toneladas, é 4,6% ou 6,21 milhões de toneladas superior ao volume de 135,13 milhões de toneladas produzido na safra 2008/09. A produção estimada está relacionada às condições climáticas favoráveis durante o desenvolvimento das culturas. Destaque para a cultura da soja, que registra crescimento de 14,0% ou 7,99 milhões de toneladas a mais que o produzido na safra anterior, passando de 65,16 milhões de toneladas. Com a confirmação da área estimada e das condições climáticas favoráveis, a produção da oleaginosa será recorde.

O feijão primeira safra, mesmo com redução na área plantada, acusa crescimento de 8,3% (111,1 mil toneladas), devido também à recuperação da produtividade, que no ano anterior foi afetada pela estiagem, sobretudo no Paraná. As demais culturas (algodão, arroz e milho primeira safra) apresentam queda na produção. O milho, redução de 3,9% (1,31 milhão de toneladas), o arroz 4,5% (572,3 mil toneladas) e o algodão 1,2% (22,0 mil toneladas), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.43
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2008/09 e 2009/10

Produto	Área				Produção			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/ a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/ a)	Absoluta (b-a)
Algodão	843,2	792,4	-6,0	-50,8	1.890,6	1.868,6	-1,2	-22,0
Amendoim total	113,8	94,9	-16,6	-18,9	300,6	237,5	-21,0	-63,1
Amendoim 1ª safra	84,0	64,6	-23,1	-19,4	246,1	184,5	-25,0	-61,6
Amendoim 2ª safra	29,8	30,3	1,7	0,5	54,5	53,0	-2,8	-1,5
Arroz	2.909,0	2.832,0	-2,6	-77,0	12.602,5	12.030,2	-4,5	-572,3
Aveia	111,2	122,4	10,1	11,2	232,2	236,0	1,6	3,8
Canola	-	30,9	-	30,9	-	42,1	-	42,1
Centeio	4,7	4,4	-6,4	-0,3	6,1	4,8	-21,3	-1,3
Cevada	79,3	77,5	-2,3	-1,8	237,0	201,5	-15,0	-35,5
Feijão total	4.147,8	4.084,4	-1,5	-63,4	3.490,6	3.645,3	4,4	154,7
Feijão 1ª safra	1.407,0	1.343,6	-4,5	-63,4	1.344,5	1.455,6	8,3	111,1
Feijão 2ª safra	1.973,7	1.973,7	0,0	0,0	1.371,6	1.432,5	4,4	60,9
Feijão 3ª safra	767,1	767,1	0,0	0,0	774,5	757,2	-2,2	-17,3
Girassol	75,0	70,2	-6,4	-4,8	109,4	100,1	-8,5	-9,3
Mamona	157,5	193,1	22,6	35,6	92,5	153,6	66,1	61,1
Milho total	14.171,8	13.182,3	-7,0	-989,5	51.003,9	50.488,3	-1,0	-515,6
Milho 1ª safra	9.270,5	8.281,0	-10,7	-989,5	33.654,9	32.347,3	-3,9	-1.307,6
Milho 2ª safra	4.901,3	4.901,3	0,0	0,0	17.349,0	18.141,0	4,6	792,0
Soja	21.743,1	23.062,6	6,1	1.319,5	57.165,5	65.159,0	14,0	7.993,5
Sorgo	846,1	840,2	-0,7	-5,9	1.934,9	2.003,9	3,6	69,0
Trigo	2.396,2	2.428,0	1,3	31,8	5.884,0	5.026,3	-14,6	-857,7
Triticale	75,7	67,5	-10,8	-8,2	184,7	149,6	-19,0	-35,1
Brasil	47.674,4	47.882,8	0,4	208,4	135.134,5	141.346,8	4,6	6.212,3

Fonte: Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A seguir, breves comentários sobre o volume produzido para os principais produtos para

a safra 2009/10:

- Algodão: a área plantada no país, ainda com certa indefinição, poderá atingir 792,4 mil hectares, o que representa redução de 6,0%. Fatores como política cambial, baixas cotações do produto e alto custo de produção em relação a outras culturas, justificam tal retração. Reduções de área foram verificadas em todo Centro-Sul, com destaque para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Há também tendência de redução em São Paulo e praticamente extinção no Paraná.
- Arroz: a lavoura vem crescendo em produtividade, embora a expansão da área encontre dificuldades pela falta de terras apropriadas à cultura, uma vez que a maior parcela da produção vem do arroz irrigado. A área cultivada deve ficar em 2,83 milhões de hectares, redução de 2,6% em relação a safra anterior. Poderá haver reduções consideráveis na área de arroz irrigado, cultivado no Centro-Sul, devido ao excesso de chuvas e aos extensos alagamentos das lavouras. Outro fator relevante é a substituição pela cultura da soja, que tem maior liquidez no mercado. A produção nacional de arroz na safra 2009/10 está estimada em 12.030,2 mil toneladas, com redução de 4,5% em relação à safra anterior que foi de 12.602,5 mil toneladas.
- Canola: O cultivo da canola no Brasil é recente e os produtores estão ainda em fase de conhecimento e adaptação às técnicas que a cultura exige. O plantio existente está localizado no sul do país, mais precisamente no Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. A área cultivada na safra 2009 foi de 30.917 hectares, com produção de 37.410 toneladas. O produto colhido foi de ótima qualidade, devido às condições climáticas e por ser um produto que dificilmente deprecia durante a fase de colheita. O mercado encontra-se favorável, com preços semelhantes aos praticados no mercado da soja.
- Feijão 1ª safra: a safra está estimada em 1.343,6 mil hectares, 4,5% a menos, ou seja, a cultura perdeu uma área de 63,4 mil hectares. Com exceção de São Paulo e Mato Grosso do Sul, todos os demais estados produtores apresentaram redução de área. Esta redução se deve, sobretudo, ao desempenho na comercialização, com preços aquém do esperado pelo produtor na safra passada. As previsões climáticas são de muita chuva para o próximo trimestre o que pode impactar no rendimento e na qualidade da produção no momento da colheita. Caso se confirmem os dados apurados, a produção nacional está estimada em 1.455,6 mil toneladas, representando um crescimento de 8,3%. Considerando-se as três safras, estima-se que a área total fique em 4.084,4 mil hectares, com redução de 1,5% sobre a safra anterior. A produção brasileira deverá ser de 3.645,3 mil toneladas, superior em 4,4% à última safra.
- Milho 1ª safra: a lavoura de milho está bastante tecnificada, fazendo com que a produtividade tenha experimentado aumentos crescentes nas últimas safras. A área cultivada com milho na 1ª safra de 2009/10 deverá atingir 8.281,0 mil hectares, uma redução de 10,7% em relação à anterior, devido ao volume de produto no mercado e aos preços praticados abaixo do esperado pelos produtores. Entretanto, a redução de área não significa diminuição da produção nacional, porque espera-se que o clima favorável à cultura na Região Sul leve a uma produção dentro da normalidade. A produção está estimada em 32.347,3 mil toneladas, com uma redução de 3,9%.
- Soja: a área de plantio está estimada em 23,06 milhões de hectares, o que corresponde a um crescimento de 6,1% em relação à safra passada. Esse resultado constitui-se na segunda maior área cultivada com a oleaginosa. A produção nacional, estimada em 65,16 milhões de

toneladas, representa um acréscimo de 14,0% (7,99 milhões de toneladas) sobre a safra anterior, incremento este observado em todas as unidades da federação que produzem a soja, destacando-se o Paraná, onde se prevê um crescimento de 313,3 mil hectares, seguido do Mato Grosso, com 311,2 mil hectares, do Rio Grande do Sul, com 159,4 mil hectares e Goiás, com crescimento de 161,5 mil hectares. Com esses níveis de produção, as exportações para a temporada estão estimadas em 25,9 milhões de toneladas e o esmagamento em 32,9 milhões de toneladas. Convém registrar que o óleo vegetal proveniente do aumento do esmagamento deve ser destinado a atender a demanda adicional, gerada pelo aumento de 4% para 5% da mistura de óleo vegetal ao diesel mineral, no âmbito Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.

- Trigo: a colheita está concluída, com resultados satisfatórios no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Nas demais regiões, as condições climáticas foram desfavoráveis à cultura, acarretando perda de produção e principalmente perda na qualidade do produto. São Paulo foi o estado mais prejudicado e muito pouco do produto colhido terá condições de ser usado na panificação. Os estados que colheram produto de melhor qualidade foram Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A área cultivada com trigo na safra 2009/10 foi de 2.428,0 mil hectares, distribuídas em três regiões e oito estados da federação. A maior concentração de cultivo está localizada no Paraná, com 1.299,6 mil hectares ou 35,4%. Quanto à produção esperada, a redução estimada é de 14,6%, devido às adversidades climáticas. O excesso de precipitações impediu que os produtores aplicassem o tratamento fitossanitário adequado à produção da cultura, ficando exposta ao ataque de doenças.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2009 e uma estimativa para 2010.

Quadro 2.44
Balço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2006/07	355,9	1.524,0	96,8	1.976,7	990,0	419,4	567,3
	2007/08	567,3	1.602,2	33,7	2.203,2	1.009,2	532,9	661,1
	2008/09	661,1	1.213,7	15,0	1.889,8	948,6	480,0	461,2
	2009/10	461,2	1.198,9	50,0	1.710,1	970,0	360,0	380,1
Arroz em casca	2006/07	2.879,3	11.315,9	1.069,6	15.264,8	12.930,0	313,1	2.021,7
	2007/08	2.021,7	12.059,6	589,9	14.671,2	12.800,0	789,9	1.081,3
	2008/09	1.081,3	12.602,6	900,0	14.583,9	12.850,0	750,0	983,9
	2009/10	983,9	12.030,2	1.000,0	14.014,1	12.850,0	500,0	664,1
Feijão	2006/07	176,2	3.339,7	96,0	3.611,9	3.500,0	30,5	81,4
	2007/08	81,4	3.520,9	209,7	3.812,0	3.630,0	2,0	180,0
	2008/09	180,0	3.502,7	100,0	3.782,7	3.500,0	25,0	257,7
	2009/10	257,7	3.645,3	100,0	4.003,0	3.500,0	25,0	478,0
Milho	2006/07	3.268,3	51.369,9	1.095,5	55.733,7	41.500,0	10.933,5	3.300,2
	2007/08	3.300,2	51.369,9	1.095,5	55.733,7	41.500,0	10.933,5	3.300,2
	2008/09	3.300,2	58.652,3	808,0	62.760,5	44.500,0	6.400,0	11.860,5
	2009/10	11.860,5	51.003,8	900,0	63.764,3	45.554,0	7.000,0	11.210,3
Soja em grãos	2006/07	2.469,7	58.391,8	97,9	60.959,4	33.550,0	23.733,8	3.675,6
	2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4.540,1
	2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	31.150,0	28.680,0	1.971,7
	2009/10	1.971,7	65.159,0	100,0	67.230,7	37.079,5	25.900,0	4.251,2
Trigo	2006/07	2.010,8	2.233,7	7.164,1	11.408,6	9.571,0	19,7	1.817,9
	2007/08	1.817,9	4.097,1	5.926,4	11.841,4	9.418,0	746,7	1.676,7
	2008/09	1.676,7	5.884,0	5.676,4	13.237,1	10.463,0	351,4	2.422,7
	2009/10	2.422,7	5.026,3	5.450,0	12.899,0	10.667,0	750,0	1.482,0

Fonte: Conab/Dipai/Suinf/Geasa

2.3.2.21 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro 2.45

Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	22.450.000,00	0,00	
Dotação Orçamentária Final	17.850.000,00	4.965.000,00	27,82
Despesas Correntes	5.850.000,00	3.700.000,00	63,25
Despesas de Capital	12.600.000,00	1.265.000,00	10,04
Execução Orçamentária (valor liquidado)	7.730.655,22	227.299,86	-
Despesas Correntes	1.128.746,80	20.299,86	-
Despesas de Capital	6.601.908,42	207.000,00	-
Restos a Pagar	6.249.520,49	1.085.300,00	-
Execução Total	13.980.175,71	1.312.599,86	-
Índice	78,32	26,44	-
Meta Física – unidade modernizada	70	0	-
Execução Física	66	0	-
Índice	94,29	-	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada na LOA/2009 para esta Ação foi de R\$22.450.000,00, sendo R\$5.850.000,00 para despesas correntes e R\$16.600.000,00 para despesas de capital (investimento), contemplando 70 unidades armazenadoras. Ao final do exercício foi autorizado, por meio do Decreto de 15/12/2009, o cancelamento de R\$4.600.000,00 das despesas de capital, para utilização na Ação Conclusão da Obra da UA Uberlândia/MG, no mesmo valor e grupo de despesa, ficando a dotação em R\$17.850.000,00.

Quando do pedido de cancelamento de dotação orçamentária, a Conab solicitou também redução da meta física, de 70 para 56 unidades modernizadas. Pelo Decreto acima mencionado foi aprovado o cancelamento mas não houve referência à redução da meta física, portanto, a Conab manteve o valor aprovado na LOA/2009. Durante o exercício foram atendidas 66 unidades.

Na Matriz, as despesas somaram R\$1.312.599,86 com a aquisição de 520 sondas para monitoramento de insetos; contratação de empresa especializada na execução de serviços de

envolvimento de 21 caminhões; aquisição de um caminhão; aquisição de vinte transpaleteiras e 61 carros plataformas sem abas. aquisição de 25 transportadores helicoidais de grãos e 59 empilhadeiras horizontais inclináveis e aquisição de estações meteorológicas para as unidades da Conab.

2.3.2.22 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Possibilitar o acompanhamento e controle dos estoques privados armazenados e avaliar as condições técnico-operacionais do seu armazenamento, com vistas a apurar e registrar os problemas decorrentes das práticas e comportamentos adotados, orientar sobre os procedimentos mais adequados para conservação, maior segurança e manutenção da integridade dos produtos depositados e aumentar a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a credibilidade do segmento armazenador.
- **Descrição:** O trabalho consta de inspeção e verificação da existência de estoques e das condições de armazenagem e da documentação pertinente, de acordo com os critérios, as normas e os procedimentos fixados pelo MAPA. As operações serão executadas obedecendo a programação prévia ou em ações específicas para a apuração de denúncias, sendo as informações registradas em Termo de Vistoria que servirão para alimentação e gestão do Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, orientações de política para o setor ou aplicação das penalidades previstas na legislação, quando for o caso.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Márcio Augusto da Silva Júnior
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados – GEVEP

Quadro 2.46

Demonstrativo da Execução da Ação Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

Controle: SIAFI – PTRES 001692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	200.000,00	115.000,00	57,50
Execução Orçamentária	192.546,11	110.858,83	57,58
Índice	96,27	96,40	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	200.000	0	0,00
Execução Física	200.000	0	0,00
Índice	100,00	-	-

Fonte: Supor, Sufis/Gefis

Esta Ação foi criada com base no Art. 19, Capítulo VII do Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, que regulamenta a Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 (Lei de Armazenagem), que outorga ao MAPA, entre outras atividades, a responsabilidade pela vistoria dos estoques e das condições de armazenamento dos produtos agropecuários.

Em reunião com o MAPA, ficou definida que a responsabilidade pela execução da Ação é da Conab, cabendo ao MAPA elaborar as diretrizes e as políticas, demandar o que será vistoriado, bem como articular sua operacionalização, através de Termo de Cooperação, conforme estabelece o Decreto n.º 6170/2007.

A meta física para 2009 previa a vistoria de 200.000 toneladas de produtos armazenados em unidades de terceiros; para tanto foi consignada dotação orçamentária de R\$200.000,00.

O cronograma de vistorias é definido pela Conab/Matriz, e a implementação ocorre em várias Unidades da Federação, conforme orientação da Gerência de Vistoria dos Estoques Privados-Gevep. No mês de maio, a Conab realizou vistoria nos estoques privados de café nos estados do Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e São Paulo. De outubro a dezembro, foram realizadas vistorias de estoques em propriedades de terceiros para formalizações de AGF e Contratos de Opção, atingindo 100% da meta (200.000 toneladas). A matriz alcançou gastos de R\$110.858,83, correspondente a 96,40% da meta, referente a viagens dos fiscais aos locais vistoriados.

2.3.3 – Outras Ações

2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público

Em 2009, a Conab ofertou para venda em leilão público 26.193,9 toneladas de algodão, arroz, café, milho e trigo, tendo sido negociadas 10.686,1 toneladas (40,8% da oferta). O valor da operação ficou em R\$18.047.372,07.

b) Contrato Público de Opção de Venda

Em decorrência da queda nos preços recebidos pelos produtores de arroz, café e trigo e com o objetivo de assegurar a manutenção da renda dos produtores, a Conab absorveu parte da oferta através de leilões de Contratos de Opção de Venda. Foram negociados 175.434 contratos, correspondente a 4.106.718 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.47
Demonstrativo do Número de Contratos de Opção Negociados

Produto	UF Beneficiada	N.º Contratos		Quantidade (em t)	Valor (Em R\$)	
		Ofertados	Negociados		Prêmio	Da Operação
Arroz(1)	RS	2.944	23.597	637.119	3.992.643,90	386.731.233,00
	SC	3.108	723	19.521	59.242,62	11.849.247,00
Cafê(2)	Brasil	30.000	30.000	180.000	12.614.650,00	926.090,00
Milho(1)	GO	19.572	19.572	528.444	6.450.320,00	165.931.416,00
	MS	27.154	26.413	713.151	5.551.895,92	23.929.414,00
	MT	55.366	52.661	1.421.847	22.434.730,35	363.992.832,00
	MG	5.550	4.795	129.465	346.838,55	40.652.010,00
	PR	37.028	17.273	466.371	732.202,47	146.440.494,00
	RO	400	400	10.800	13.824,00	2.764.800,00
Total		181.122	175.434	4.106.718	52.196.347,81	1.143.217.536,00

Fonte: Geope

Obs.: (1) cada contrato corresponde a 27 toneladas e (2) cada contrato corresponde a 6 toneladas

c) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação quanto ao desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranqüilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode-se vislumbrar no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, atenuada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações, configuradas no Programa de Vendas em Balcão, o Governo vem assegurando aos segmentos de menor porte acesso a insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, propiciando a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e cliente, sendo: milho em grãos (14 toneladas para as Regiões Norte e Nordeste e 27 toneladas para as Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul); arroz em casca (100 toneladas); castanha de caju (10 toneladas); trigo (50 toneladas) e sacaria (1.000 unidades).

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 25 estados, totalizando 157.517 toneladas de produtos, sendo: 157.050 toneladas de milho em grãos, 33 toneladas de farelo e 435 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 46.745 atendimentos.

O volume total, se comparado ao de 2008, que atingiu 75.721 toneladas, apresentou aumento de 108,02%. Valor revertido aos cofres públicos no total de R\$50.246.270,32.

d) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período, a Conab ofertou 262.098 toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso e 210 milhões de toneladas de trigo nos estados do Paraná e São Paulo, sendo negociado um total de 111.453 toneladas. O valor da operação, incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio, foi de R\$30.676.603,89 e o valor total previsto do prêmio foi de R\$13.505.968,27. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 72.138.090 toneladas.

2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Ação orçamentária de responsabilidade do Ministério da Fazenda e executada pela Conab mediante o repasse de recursos financeiros para pagamento das subvenções.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

- **Coordenador Nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF

Quadro 2.48

Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 – de Trabalho 20.846.0352.0300.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 2.926.930.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	R\$ 1.664.967.354,00	55,6
Execução Orçamentária	R\$ 925.646.311,00	

Fotne: Siafi

Para garantir e sustentar os preços, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

Em decorrência dos baixos preços praticados nas principais regiões produtoras, a Conab realizou leilões para escoamento de algodão (3 leilões), feijão (2 leilões) e milho (14 leilões), com oferta total de 2.857.188 toneladas, sendo negociadas 2.621.878 toneladas e subvenção prevista de R\$495.049.476,36, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.49
Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

UF	Quantidade (Em t)		Subvenção Prevista (R\$)
	Ofertada	Negociada	
Algodão			
BA	253.184	253.184	176.843.211,45
GO	61.907	61.907	41.479.812,92
MA	10.887	10.887	7.687.161,76
MT	394.910	394.910	125.029.815,49
MS	38.002	38.002	25.463.915,83
MG	13.855	13.855	7.567.523,90
PR	2.246	2.246	1.171.965,93
PI	8.115	8.115	5.729.832,01
SP	6.730	6.730	3.492.630,47
TO	2.353	2.353	1.661.619,50
Total	792.188	792.188	396.127.489,26
Feijão			
GO	3.000	2.603	336.008,00
MG	4.000	4.000	620.000,00
MT	1.500	185	25.160,00
PR	11.000	7.545	867.675,00
RS	1.500	0	0,00
SC	4.000	2.400	276.000,00
Total	25.000	16.733	2.124.843,00
Milho			
BA	260.000	228.216	12.459.666,54
DF/GO	160.000	139.997	5.031.874,00
MT	1.340.000	1.337.430	74.369.113,56
MS	180.000	107.315	4.936.490,00
PR	100.000	0	0,00
Total	2.040.000	1.812.957	96.797.144,10
Total Geral	2.857.188	2.621.878	495.049.476,36

Fonte: Suope/Geope

b) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Até o fim do exercício foram realizados leilões destinados ao escoamento de feijão (8 leilões), milho (23 leilões), trigo (25 leilões), leite (5 leilões) e vinho (9 leilões), sendo negociado o escoamento de 6.133.814 toneladas e 206.220.000 milhões litros de vinho e leite, com subvenção prevista de R\$37.482.330,00, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.50
Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

UF	Quantidades (Em tl)		Subvenção Prevista (R\$)
	Ofertada	Negociada	
Feijão			
GO	4.290	3.289	583.440,00
MT	1.619	1.619	220.184,00
MG	3.449	3.449	543.410,40
PR	30.485	29.488	3.351.497,10
RS	0	0	0,00
SC	10.297	9.605	1.172.097,50
Total	50.140	47.450	5.870.629,00
Milho			
BA	177.773	172.489	8.766.658,74
GO/DF	601.190	578.186	32.197.428,63
MT	2.280	2.280	98.040,00
MS	26.807	26.807	1.769.229,00
MA	175.545	171.308	8.207.334,99
MG	3.804.049	3.692.168	268.215.312,00
PR	20.520	20.520	841.320,00
PI	35.700	35.700	1.035.300,00
RO	31.249	25.649	2.736.754,80
TO	0	0	0,00
Total	4.875.113	4.725.107	323.867.378,16
Trigo			
BA	0	0	0,00
DF	500	0	80.000,00
GO	12.685	12.685	1.625.245,00
MS	20.015	16.399	2.648.931,60
MG	7.228	7.228	845.676,00
PR	1.123.298	671.084	169.425.023,07
RS	1.555.797	650.261	241.073.708,00
SC	101.600	0	10.772.000,00
SP	56.900	3.600	11.158.600,00
Subtotal	2.878.023	1.361.257	437.629.183,67
Total Produto	7.803.276	6.133.814	767.367.190,83
Vinho(1)			
RS	122.000.000	36.720.000	23.647.330,00
Total	122.000.000	36.720.000	23.647.330,00
Leite(1)			
GO	175.000.000	21.500.000	1.795.000,00
MG	500.000.000	135.000.000	11.130.000,00
PR	65.000.000	13.000.000	910.000,00
Sul	260.000.000	0	0,00
Total	1.000.000.000	169.500.000	13.835.000,00
Total Litros	1.122.000.000	206.220.000	37.482.330,00

Fonte: Fonte: Suope/Geope

Obs.: (1) em litros

c) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida diretamente aos produtores ou por meio de suas cooperativas, em função da quantidade de cana de açúcar efetivamente vendida às usinas de açúcar e de álcool da região. O valor é definido pela diferença entre o custo variável de produção do Nordeste para a safra 2008/09, calculado pela Conab em R\$40,92 por tonelada de cana de açúcar e o preço médio líquido mensal da tonelada de cana padrão calculado a partir do preço apurado pelo Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool-CONSECANA, de Alagoas e Pernambuco, ponderado pela produção desses Estados, estimada no levantamento de safra da Conab

de dezembro de 2008. O pagamento é limitado a R\$5,00 por tonelada de cana de açúcar e a 10.000 toneladas por produtor em toda a safra, conforme disposto no Artigo 65 da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.

Até o fim do exercício foram pagos R\$62.036.430,22 a 33.473 produtores e/ou cooperativas de produtores, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.51

Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	1ª Etapa		2.ª Etapa		Total	
	N.º Produtores	Valor (R\$)	N.º Produtores	Valor (R\$)	N.º Produtores	Valor (R\$)
AL	4.575	23.104.765,05	2.718	2.189.115,02	7.293	25.293.880,07
BA	150	1.910.927,18	97	209.390,05	247	2.120.317,23
MA	15	219.462,77	0	0,00	15	219.462,77
PB	1.600	6.477.308,27	329	475.580,22	1.929	6.952.888,49
PE	8.725	15.375.012,35	6.184	2.360.687,78	14.909	17.735.700,13
PI	50	138.171,33	434	136.193,02	484	274.364,35
RJ	0	0,00	7.955	7.761.525,59	7.955	7.761.525,59
RN	525	1.435.110,72	116	243.180,87	641	1.678.291,59
Subtotal	15.640	48.660.757,67	17.833	13.375.672,55	33.473	62.036.430,22

Fonte: Sufin/Gefog

d) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Durante o exercício foram pagos R\$1.068.420,70 a 3.499 produtores de borracha, castanha do brasil e amêndoa nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.52

Demonstrativo do Pagamento da Subvenção aos Produtores Extrativistas

UF	Produto	Quantidade (kg)	N.º de Produtores/Cooperativa	Valor (R\$)
AC	Borracha Natural	114.288,10	515	242.936,90
	Castanha do brasil com casca	13.970,00	4	2.495,50
AM	Borracha Natural	272.575,00	845	435.346,00
	Castanha do brasil com casca	19.500,00	13	4.871,10
AP	Castanha do brasil com casca	95.200,00	34	52.360,00
MA	Amêndoa	313.240,00	1.877	182.961,30
MT	Borracha Natural	5.170,00	32	7.755,00
PA	Borracha Natural	717,00	1	1.577,40
	Castanha do brasil com casca	59.050,00	24	25.067,50
RO	Borracha Natural	51.124,80	154	113.050,00
Total		944.834,90	3.499	1.068.420,70

Fonte: Dipai/Sugof/Gebio

2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem

A Rede Armazenadora Própria da Conab administrada pela Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 2.53
Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem

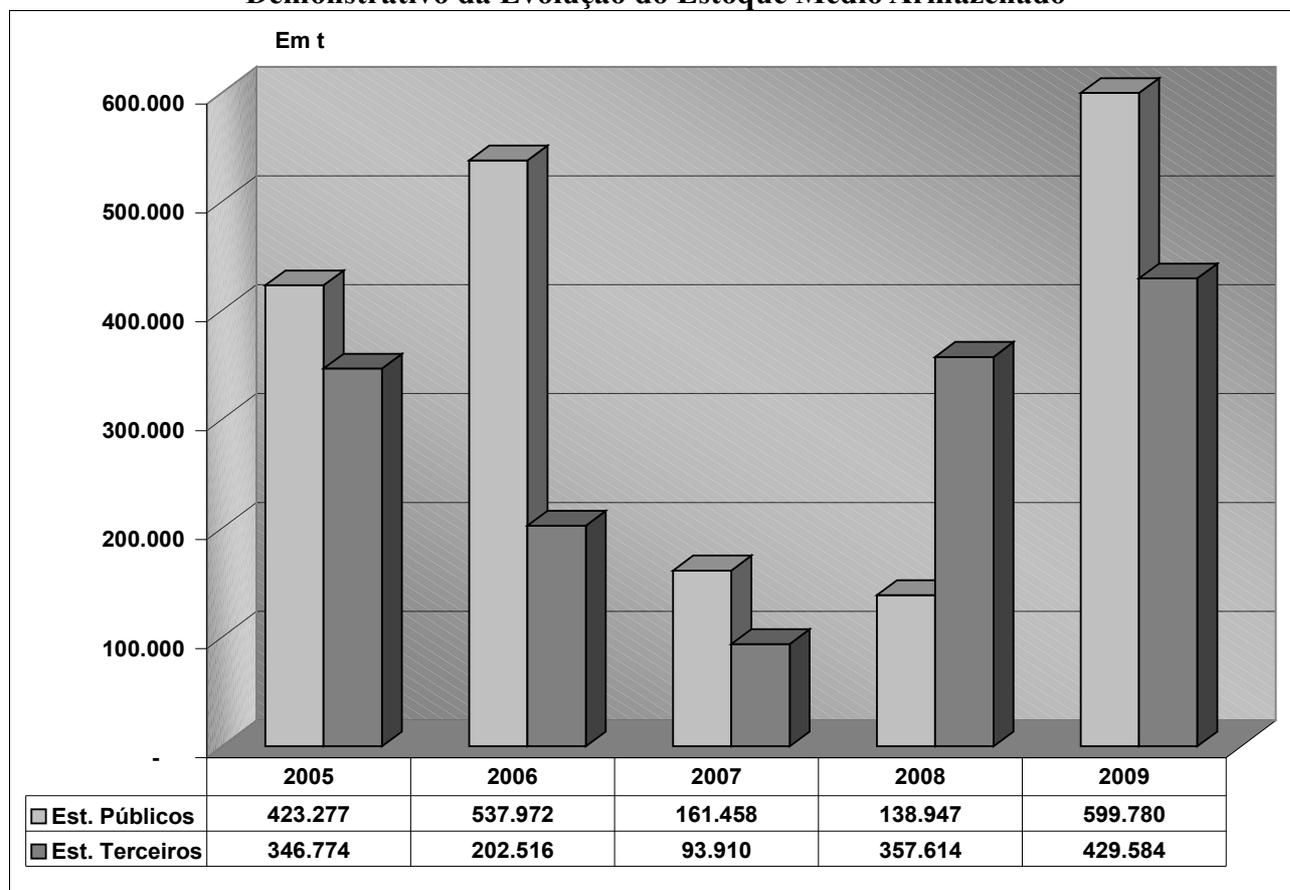
UF	Quantidade		Capacidade (t)			Total
	Armazém	Unidade	Convencional	Granel	Frigorífica	
AC	1	1	600	-	-	600
AL	1	1	2.800	-	-	2.800
AM	2	1	4.800	-	-	4.800
BA	11	6	38.030	-	-	38.030
CE	10	7	53.400	-	-	53.400
DF	5	1	37.800	25.800	-	63.600
ES	3	2	86.000	-	-	86.000
GO	14	9	45.200	145.000	-	190.200
MA	13	4	15.000	66.400	-	81.400
MG	17	11	137.300	141.600	2.400	281.300
MS	16	8	14.700	169.700	-	184.400
MT	23	6	24.100	180.100	-	204.200
PA	5	3	25.000	-	-	25.000
PB	2	2	15.900	-	-	15.900
PE	4	2	28.400	-	-	28.400
PI	6	4	23.900	-	-	23.900
PR	12	5	107.800	445.800	5.000	558.600
RJ	2	1	26.800	-	-	26.800
RN	5	5	23.700	-	-	23.700
RO	5	3	20.000	-	-	20.000
RR	4	1	8.700	-	-	8.700
RS	4	3	13.300	-	14.400	27.700
SC	4	2	6.600	5.000	-	11.600
SE	1	1	3.200	-	-	3.200
SP	6	5	167.300	-	-	167.300
TO	3	2	5.200	28.000	-	33.200
Total	179	96	935.530	1.207.400	21.800	2.164.730

Fonte: Conab/Dirab/Suarm/Gecad

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores. Neste sentido, e de posse dos recursos orçamentários aprovados na LOA para a Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns, a Suarm autoriza a aquisição dos equipamentos necessários e a realização de serviços e/ou obras de manutenção, recuperação e modernização das unidades.

A rede de armazenagem própria está destinada à armazenagem dos estoques públicos, atuando também, de forma supletiva, como empresa de armazéns gerais. Em 2009, o estoque médio armazenado apresentou acréscimo de 7,3% em relação ao do ano anterior, sendo 331,7% nos estoques públicos e 20,1% no de terceiros, conforme ilustrado na figura a seguir.

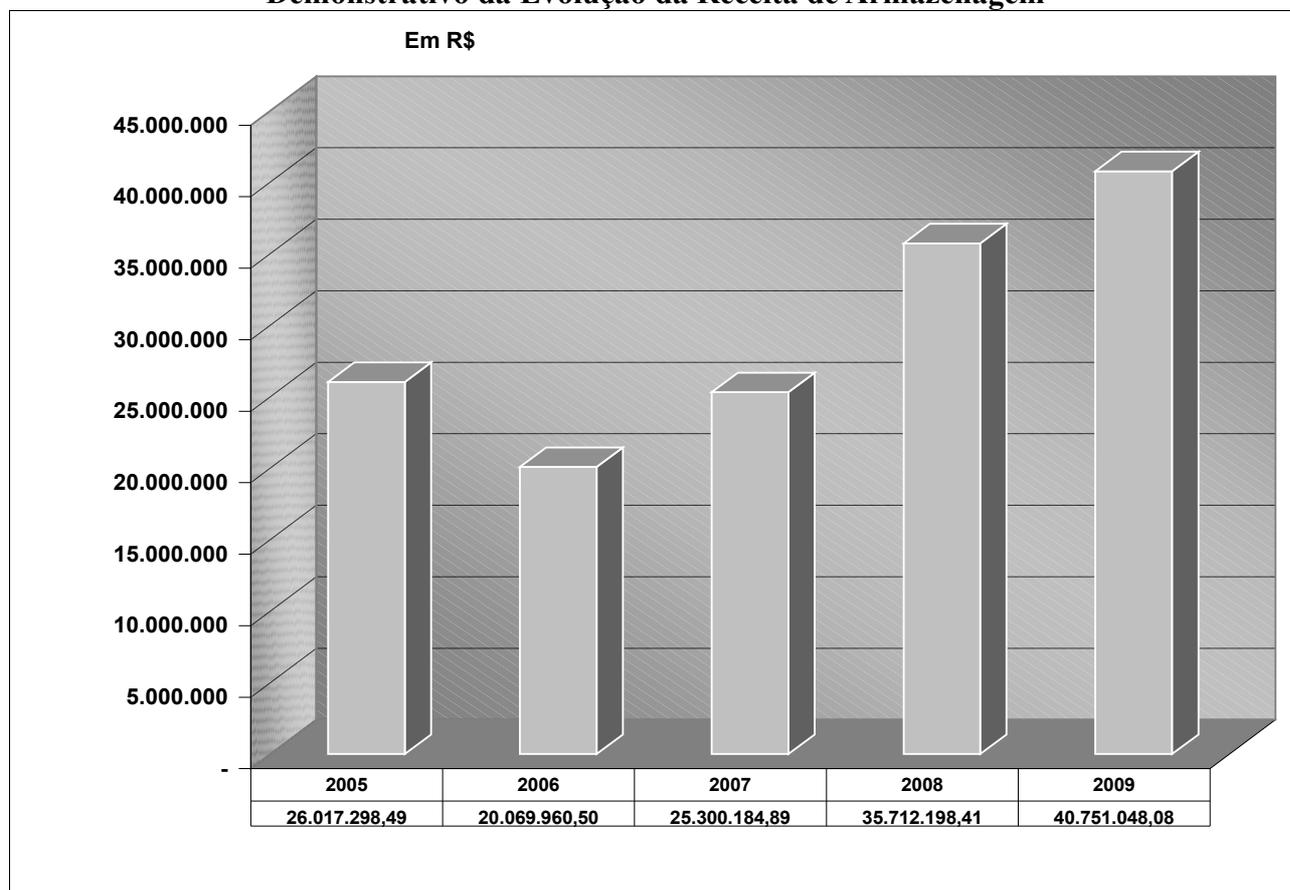
Figura 2.02
Demonstrativo da Evolução do Estoque Médio Armazenado



Fonte: Suarm

Por sua vez, a receita de armazenagem de produtos de terceiros apresentou elevação de 114,11% em relação aos resultados do mesmo período de 2008.

Figura 2.03
Demonstrativo da Evolução da Receita de Armazenagem



Fonte: Siafi

2.3.3.4 – Remoção de Produto

Durante o exercício foram contratadas, via leilões eletrônicos realizados na Matriz, a remoção de 226.585 toneladas de diversos produtos alimentícios, com recursos previstos nos planos de trabalhos e nos Termos de Cooperação firmados com os MDA e MDS. Estas objetivaram a remoção de produtos para formação de cestas de alimentos para distribuição aos grupos/famílias atingidos por desastres naturais e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional ou a retirada de produtos dos pólos de compra para armazéns próximos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.54
Demonstrativo da Remoção de Produtos

Órgão	Leilão (R\$)		Quantidades (t)				
	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
MI	3.022.225,25	3.022.226,15	9.378	9.294	39	-	45
MDA	1.263.506,20	1.263.506,40	4.440	4.736	4	300	-
MDS	3.604.676,61	3.664.829,98	37.285	39.061	729	2.805	300
Total	7.890.408,06	7.950.562,53	51.103	53.091	772	3.105	345

Fonte: Conab/Suarm/Gemov

2.3.3.5 - Projeto SigaBrasil

Este projeto, denominado Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira -SIGABrasil, integra e especializa informações do setor (produção, estoques, rede de armazéns, vias de transporte, plantas de processamento, portos, entre outras), de forma a possibilitar sua sobreposição, bem como permitir operações como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha das regiões mais adequadas para instalação de agroindústrias; e gerenciamento da logística do agronegócio.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2009 foram:

- Atualização dos mapas de evolução da produção agrícola brasileira;
- Georreferenciamento das Usinas de cana de açúcar;
- Mapeamento dos programas de subvenção, tanto da agricultura familiar (Ex.: PGPAF - RS e MT), quanto da empresarial (Ex.: PROAGRO – Trigo/RS);
- Localização de Unidades de Processamento e/ou Armazenamento de produtos agropecuários (Ex.: Estabelecimentos Processadores de Leite com SIF no Brasil);
- Mapeamento das atividades do PAA.

2.3.3.6 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2009 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2009 foram recebidas mercadorias no valor de R\$3.968.547, totalizando 5.121 atendimentos em 82 municípios, presentes em 10 unidades da federação.

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2009, foram distribuídas 325.440 unidades, que foram utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

c) Apoio Institucional ao Fome Zero

A título de apoio institucional, a Conab promoveu o recebimento, guarda e entrega de material de assistência humanitária, que se destinava aos atendimentos emergenciais a vítimas de calamidades públicas, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2009, 26,4 mil toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar, totalizando 2.876 atendimentos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.55
Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios



UF	Produtos (Em t)															Total
	Nº Entidades	Açúcar	Açúcar mascavo	Arroz Beneficiado	Arroz em casca	Doce	Farinha de mandioca	Farinha de Milho	Feijão	Leite em pó	Leite Integral	Mel	Milho	Semente	Suco	
AL	93	161,5	-	-	-	-	3.124,2	-	1.857,0	3,2	-	-	-	-	-	5.145,9
AM	15	-	-	-	-	-	-	-	77,7	-	-	-	-	-	-	77,7
BA	62	-	-	-	-	-	278,0	-	548,6	69,7	-	-	50,0	-	228,9	1.175,2
CE	3	-	-	-	-	-	-	-	75,0	-	-	-	-	-	-	75,0
ES	19	-	-	-	-	-	268,2	-	-	3,9	-	-	-	-	-	272,1
GO	96	-	-	80,3	1.099,6	-	24,6	-	180,8	74,8	-	-	-	-	-	1.460,1
MA	45	-	-	-	350,1	-	0,9	-	0,8	5,7	-	-	233,5	-	-	591,0
MG	9	-	-	-	-	-	13,3	-	5,9	-	-	-	-	-	-	19,2
MS	24	0,0	-	-	-	-	906,3	-	30,8	37,8	-	-	44,0	-	-	1.018,9
MT	56	-	-	-	-	-	-	-	526,8	35,3	-	-	10,0	-	-	572,1
PA	2	-	-	1,2	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	-	-	3,1
PB	85	-	-	38,7	-	-	359,6	-	138,2	5,0	-	-	-	-	-	541,5
PE	328	403,5	-	51,0	-	-	2.478,0	-	816,5	73,9	-	-	-	-	0,0	3.822,9
PI	137	23,3	-	-	-	-	1.267,7	-	808,8	5,5	-	-	207,6	-	-	2.312,9
PR	526	-	-	33,6	201,1	-	48,0	-	1.212,0	28,7	-	-	-	-	-	1.523,4
RN	460	180,2	-	-	-	-	631,3	-	84,0	5,4	-	-	-	-	-	900,9
RO	118	20,9	-	-	-	-	-	-	1.564,9	5,5	-	-	-	-	-	1.591,3
RS	84	2,4	10,1	209,4	-	11,3	-	-	142,6	283,3	-	0,4	-	10,7	0,9	671,1
SC	165	5,6	46,7	-	23,1	4,2	79,9	0,9	1.380,3	-	695,7	-	-	-	-	2.236,4
SP	487	-	-	-	-	-	837,2	-	752,7	463,2	-	-	-	-	-	2.053,1
TO	62	-	-	430,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	430,8
Geral	2.876	797,4	56,8	845,0	1.673,9	15,5	10.317,2	0,9	10.203,4	1.102,8	695,7	0,4	545,1	10,7	229,8	26.494,6

Fonte: Supab

2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

Objetivando a realização dessas atividades, a Conab elaborou Plano de Trabalho aprovado pelo MAPA, prevendo recursos da ordem de R\$929.024,13, sendo R\$859.024,13 para o levantamento da safra, R\$40.000,00 para a elaboração de custos de produção e R\$30.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Até o fim de 2009 foram repassados pela Secretaria de Produção e Agroenergia/MAPA/FUNCAFE (Ação 20.122.0350.2272.0001) o total dos recursos programados, objetivando:

- Levantamentos da safra brasileira de café – a serem divulgados aos usuários nacionais e internacionais, consolidando metodologias que reduzam a subjetividade dos números finais das estimativas, fazendo com que estes sejam os mais próximos possíveis da realidade, reduzindo a margem de erros. Inúmeras experiências realizadas por instituições de pesquisas e universidades, inclusive pela Conab, já comprovaram a eficiência das tecnologias disponíveis, aplicadas à previsão de safras, que precisam tornar-se operacionais e serem adotadas sistematicamente, inclusive pelas instituições parceiras. Neste caso, propõe-se a definição e implementação de procedimentos comuns entre estes parceiros, a fim de aperfeiçoar o processo de previsão das safras e que sejam ao mesmo tempo precisos e expeditos, visando auxiliar com absoluta segurança a tomada de decisão por parte dos produtores rurais e demais integrantes da cadeia produtiva, bem como subsidiar a aplicação das políticas públicas ao setor cafeeiro.
- Custos de produção – elaboração dos custos de produção da cultura, nas mais diversas regiões produtoras, com divulgações periódicas das informações, da forma mais atualizada possível, com base no acompanhamento mensal da evolução dos preços dos insumos. Este trabalho, além de ser parâmetro básico para subsidiar o cálculo dos preços mínimos do produto, também tem importância fundamental para apoiar tomada de decisões governamentais.
- Levantamento dos estoques privados de café – a partir do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras são selecionadas todas as unidades que se dedicam à guarda e conservação de café. O levantamento destes estoques tem a função de identificar a localização e o volume dos estoques no mês de abril, quando inicia a safra seguinte, permitindo, assim, maior segurança no controle do abastecimento pelo Governo, em face do aprimoramento do Quadro de Oferta e Demanda, no tocante às variáveis estoque inicial e estoque final.

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

Em 2009 foram realizados 4 levantamentos referentes à safra 2009 e outro, no período de 23 de novembro a 4 de dezembro de 2009, sobre a safra 2010. Nessas pesquisas, os empregados da Conab e das instituições parceiras tais como: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A-EBDA; Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná-SEAB; Departamento de Economia Rural-DERAL/PR; Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia-EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; visitaram municípios produtores de café em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro (que respondem por 98,2% da produção nacional) para colherem dados e informações sobre as condições da safra 2009 e 2010).

A safra nacional de café de 2009 fechou com uma produção de 39,47 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado representa uma redução de 14,18% ou 6.522 mil sacas inferiores ao volume de 45,99 milhões de sacas produzidas na safra anterior.

As altas precipitações pluviométricas ocorridas nos últimos meses, coincidindo com as fases de maturação e colheita causaram prejuízos às lavouras, dificultando os trabalhos de colheita e secagem, resultando em um maior volume de café de qualidade inferior.

Quadro 2.56
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2008/09

UF/Região	Safra				Variação	
	2008		2009		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.048.172	23.581	1.000.731	19.880	-4,53	-15,69
Espírito Santo	489.592	10.230	479.798	10.205	-2	-0,24
São Paulo	188.495	4.420	182.020	3.423	-3,44	-22,56
Paraná	96.920	2.608	85.180	1.467	-12,11	-43,75
Bahia	125.033	2.141	126.170	1.874	0,91	-12,47
Rondônia	155.972	1.876	154.335	1.547	-1,05	-17,54
Mato Grosso	15.007	138	15.272	141	1,77	2,17
Pará	12.917	233	12.407	228	-3,95	-2,15
Rio de Janeiro	13.562	266	13.923	265	2,66	-0,38
Outros	24.125	499	23.073	440	-4,36	-11,82
Total	2.169.795	45.992	2.092.909	39.470	-3,54	-14,18

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon), para a safra 2010, indica que o País deverá colher entre 45,8 e 48,6 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa um acréscimo entre 16,26% e 23,28%, quando comparada com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na temporada anterior.

No mês de setembro as chuvas foram intensas e ocorreram significativamente acima da média no sul de Minas, em São Paulo e no Paraná, o que atrapalhou o final da colheita e a secagem dos grãos, além de comprometer a qualidade do produto final. No entanto, essas chuvas favoreceram o pegamento dos chumbinhos, possibilitando o início de uma florada vigorosa em praticamente todas as regiões produtoras.

Considerando o intervalo superior de 48,66 milhões de sacas, esta é a maior safra já colhida no País. Até então, a safra recorde foi colhida na temporada 2002/03 com o volume de 48,48 milhões de sacas.

Quadro 2.57
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safrá					Variação		
	2009		2010			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
			Lim. Superior (d)	Lim. Inferior (e)				
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.007.587	23.202	24.727	0,69	16,71	24,38
Espírito Santo	479.798	10.205	472.269	11.497	12.035	-1,57	12,66	17,93
São Paulo	182.020	3.423	179.900	3.857	4.103	-1,16	12,68	19,87
Paraná	85.180	1.467	83.400	2.000	2.200	-2,09	36,33	49,97
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.414	2.516	10,6	28,82	34,26
Rondônia	154.335	1.547	154.335	1.846	1.930	0	19,33	24,76
Mato Grosso	15.272	141	15.272	128	151	0	-9,22	7,09
Pará	12.407	228	12.450	214	227	0,35	-6,14	-0,44
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	249	264	-5,91	-6,04	-0,38
Outros	23.073	440	23.234	482	505	0,7	9,55	14,77
Total	2.092.909	39.470	2.101.097	45.889	48.658	0,39	16,26	23,28

Fonte: Convênio MAPA/SPAÉ e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A área total do parque cafeeiro cultivado (em formação e produção) do arábica e conilon está estimada em 2.362.682 hectares, 0,5% superior à safra passada (2.350.779 hectares), o que corresponde a um acréscimo de 11.903 hectares. Desse total, 8,16% (192,8 mil hectares) estão em formação e 91,84% (2.169,7 mil hectares) estão em produção.

O maior acréscimo se dará na produção de café arábica, estimada entre 33,96 e 36,15 milhões de sacas, o que representa um ganho entre 17,7% e 25,5%. Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta uma produção entre 11,92 e 12,5 milhões de sacas, ou seja, crescimento entre 12,5% e 17,9%.

Quadro 2.58
Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2010

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2009							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total		Limite Inferior	Limite Superior
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior		
Minas Gerais	122.156	437.758	1.048.172	3.223.892	22.929	24.436	273	291	23.202	24.727	17,81	18,72
Espírito Santo	27.147	80.923	489.592	1.065.049	2.940	3.076	8.557	8.959	11.497	12.035	18,81	19,78
São Paulo	12.106	46.638	188.495	407.608	3.857	4.103	-	-	3.857	4.103	18,35	18,98
Paraná	8.580	44.900	96.920	329.900	2.000	2.200	-	-	2.000	2.200	17,72	19,33
Bahia	5.796	20.132	125.033	291.251	1.793	1.869	621	647	2.414	2.516	15,49	16,20
Rondônia	7.045	13.393	155.972	276.070	-	-	1.846	1.930	1.846	1.930	11,24	11,69
Mato Grosso	5.301	12.722	15.007	36.017	10	12	118	139	128	151	7,89	9,31
Pará	2.365	8.612	12.917	31.001	-	-	214	227	214	227	17,34	18,19
Rio de Janeiro	260	1.200	13.562	26.080	238	251	11	13	249	264	17,99	19,87
Outros	2.131	5.325	24.125	57.900	196	205	286	300	482	505	17,67	18,58
Total	192.887	671.603	2.169.795	5.744.768	33.963	36.152	11.926	12.506	45.889	48.658	17,38	18,28

Fonte: Convênio MAPA/SPAÉ e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 31 de março a 30 de maio de 2009, o 6.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, com o objetivo de coletar informações sobre o volume, tipo, distribuição espacial, e por segmento, dos armazenadores dos estoques nacionais de café no dia 31/03/2009, data que antecede a entrada da safra 2009.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram pesquisados 1.176 estabelecimentos, cadastrados, que integram a cadeia produtiva do café, apurando o volume de 14.656.397 sacas de café. A validação das informações prestadas foi realizada por empregados da Companhia, por meio de visita aos armazenadores escolhidos aleatoriamente, onde foi procedida a contagem dos volumes e a conferência dos registros de entrada e saída do produto.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se acréscimo de 41,4%, 50,7% e 21,7% nos exercícios de 2008, 2006 e 2005, respectivamente e queda de 16,6% em 2007.

Quadro 2.59
Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2005		2006		2007		2008		2009	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	7.849	59	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42
ES	578	428	512	129	529	456	471	531	613	345
SP	1.405	511	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57
PR	762	120	566	78	652	67	522	49	742	107
Outros	278	54	391	93	485	172	393	94	590	100
Total	10.872	1.172	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651
	12.044		9.724		17.583		10.365		14.656	

Fonte: Conab/Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 71,12% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 30,82% do estoque total.

Quadro 2.60
Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café
sacas de 60 kg

UF	Entidades				Total
	Indústrias	Exportadores	Cooperativas	Outros	
AL	2.098	-	-	-	2.098
AM	640	-	-	-	640
BA	32.684	95.089	155.637	53.756	337.166
CE	27.734	-	-	1.535	29.269
DF	11.995	-	-	-	11.995
ES	81.171	294.660	97.601	484.923	958.355
GO	73.096	-	-	21.071	94.167
MA	997	-	-	-	997
MG	224.266	2.825.857	4.518.788	2.854.546	10.423.457
MS	2.338	-	-	308	2.646
MT	3.005	-	420	952	4.377
PB	7.786	-	-	-	7.786
PE	6.387	-	-	-	6.387
PR	205.744	-	229.253	414.175	849.172
RJ	19.975	-	-	3.444	23.419
RN	26.950	-	-	-	26.950
RO	10.368	7.602	5.995	15.253	39.218
RS	736	-	-	-	736
SC	7.533	-	-	158	7.691
SE	94.255	-	-	-	94.255
SP	233.138	182.394	736.430	583.655	1.735.617
Total	1.072.896	3.405.602	5.744.124	4.433.776	14.656.398

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

2.3.3.8 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 27 de novembro a 05 de dezembro de 2009, o terceiro levantamento da safra 2009/2010 de cana de açúcar.

Na metodologia empregada pela Companhia para realizar este levantamento estão programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. Este contato direto com as fontes de informação permite manter uma forte interação com este ramo de atividade e, com o preenchimento dos questionários, apurar um conjunto de informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor de produção.

Este terceiro levantamento teve a finalidade de apurar o resultado final da safra de cana de açúcar, recolhendo informações sobre a área cultivada, produtividade, produção de Açúcar Total Recuperável - ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra. Por meio dos dados obtidos é possível detectar a ocorrência de chuvas acima da média que possam prejudicar os trabalhos de colheita, além de influenciar na qualidade da cana principalmente no teor de sacarose.

Referente às duas diferentes regiões brasileiras que produzem cana de açúcar em calendários distintos, a situação encontrada é a seguinte:

a) Região Norte/Nordeste: nos principais estados produtores (Alagoas, Pernambuco e Paraíba) as chuvas foram escassas e estiveram abaixo da média nas áreas mais representativas de cultivo, o que favoreceu a maturação, mas prejudicou a brotação e o crescimento da cana.

b) Região Centro-Sul: abrangendo os estados das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Nas principais regiões produtoras ocorreu o contrário, as chuvas estiveram significativamente acima da média. A previsão indica maior probabilidade das chuvas ocorrerem acima da média, o que deverá atrapalhar o planejamento das unidades que pretendem estender o final da colheita até o início do ano de 2010 para tentar amenizar o déficit de moagem e de produção de açúcar e álcool.

Houve um aumento da área colhida na ordem de 6,4% em relação à safra de 2009 representando 473 mil ha. A safra de cana destinada à atividade sucroalcooleira, na presente safra, está estimada em 7.531 hectares, distribuída em todos os estados produtores. A maior concentração está em São Paulo (4.101,4 mil ha); Paraná (590,1 mil ha); Minas Gerais (587,1 mil ha); Goiás (520,3 mil ha) e Alagoas (448 mil ha).

A previsão total de cana moída é de 612.211,20 mil toneladas, volume superior em 7,1% ao colhido na safra passada. Há previsão também que em torno de 20 milhões de toneladas de cana ficarão no campo para a próxima colheita - devido principalmente ao excesso de chuvas ocorrido no período de safra.

Do total da cana esmagada, 276.007,1 mil toneladas (45,08%) foram destinadas à produção de 34.636,9 mil toneladas de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (54,99%) destinadas à produção de 25.866,06 milhões de litros de álcool.

Quadro 2.61
Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safra		Var (%)	Safra		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2008/09	2009/10		2008/09	2009/10		Açúcar	Álcool
AL	432,0	448,0	3,7	27.400,0	26.433,5	-3,5	17.472,5	8.961,0
AM	3,8	3,8	0,0	303,5	211,0	-30,5	104,4	106,6
BA	37,4	37,8	1,1	2.692,7	2.976,3	10,5	1.101,2	1.875,1
CE	1,8	1,8	0,0	124,0	118,8	-4,2	-	118,8
ES	65,2	70,7	8,4	4.419,0	4.168,9	-5,7	750,4	3.418,5
GO	401,8	520,3	29,5	29.645,2	44.491,9	50,1	13.681,3	30.810,6
MA	38,9	33,1	-14,9	2.385,0	1.854,9	-22,2	102,0	1.752,9
MG	564,5	587,1	4,0	41.461,4	49.776,2	20,1	21.553,1	28.223,1
MS	275,8	328,2	19,0	20.755,0	28.811,9	38,8	8.931,7	19.880,2
MT	223,2	194,2	-13,0	16.109,9	13.436,3	-16,6	3.277,1	10.159,2
PA	9,5	8,5	-10,5	628,4	576,5	-8,3	247,3	329,2
PB	112,5	115,5	2,7	6.117,0	6.328,9	3,5	1.854,4	4.474,5
PE	321,4	321,4	0,0	19.119,8	18.062,7	-5,5	11.697,4	6.365,3
PI	13,1	13,6	3,8	900,9	1.013,1	12,5	445,8	567,3
PR	524,5	590,1	12,5	44.200,1	50.096,1	13,3	23.695,5	26.400,6
RJ	50,0	50,0	0,0	3.556,3	3.556,3	0,0	2.009,3	1.547,0
RN	59,5	62,3	4,7	3.296,7	3.411,9	3,5	1.876,5	1.535,4
RO	1,7	1,8	5,9	106,3	111,5	4,9	-	111,5
RS	21,0	2,4	-88,6	120,0	113,3	-5,6	-	113,3
SE	36,0	37,9	5,3	2.380,0	2.223,2	-6,6	622,5	1.600,7
SP	3.882,1	4.101,4	5,6	345.657,7	354.360,1	2,5	166.584,7	187.775,4
TO	1,1	1,2	9,1	55,4	77,9	40,6	-	77,9
Total	7.076,8	7.531,1	6,4	571.434,3	612.211,2	7,1	276.007,1	336.204,1

Fonte: Conab/Dirab/Suinif/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 31.620,2 mil toneladas na safra passada para 34.637,0 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 9,5%. A safra 2009/10 foi marcada por maior atenção à produção de açúcar. Houve quebra de safra nos principais países produtores. A Índia passou de exportador para importador, o que abriu oportunidade de novos

negócios para o Brasil, que exporta cerca de 65% da sua produção.

Na Região Norte/Nordeste a previsão é redução de 0,2% (4.545,7 para 4.536,8 mil toneladas), e na Centro/Sul a previsão é de crescimento de 11,18% (de 27.074,5 para 30.100,0 mil toneladas).

Quadro 2.62
Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2008/09	2009/10		2008/09	2009/10	
AL	17.015,4	17.472,5	2,7	2.204,9	2.255,9	2,3
AM	160,0	104,4	-34,8	14,3	8,7	-39,2
BA	972,1	1.101,2	13,3	121,8	135,3	11,1
ES	848,4	750,4	-11,6	109,7	93,0	-15,2
GO	8.300,7	13.681,3	64,8	1.103,3	1.709,5	54,9
MA	186,0	102,0	-45,2	24,8	13,1	-47,2
MG	20.114,8	21.553,1	7,2	2.639,2	2.710,8	2,7
MS	7.679,4	8.931,7	16,3	1.006,1	1.190,4	18,3
MT	3.818,0	3.277,1	-14,2	506,3	425,5	-16,0
PA	321,6	247,3	-23,1	36,8	28,3	-23,1
PB	1.627,1	1.854,4	14,0	190,8	228,5	19,8
PE	12.045,5	11.697,4	-2,9	1.521,9	1.503,3	-1,2
PI	540,5	445,8	-17,5	69,0	53,9	-21,9
PR	18.829,2	23.695,5	25,8	2.379,5	2.935,1	23,3
RJ	2.222,7	2.009,3	-9,6	263,7	234,5	-11,1
RN	1.919,3	1.876,5	-2,2	243,0	232,4	-4,4
SE	942,5	622,5	-34,0	118,4	77,5	-34,5
SP	144.022,5	166.584,7	15,7	19.066,7	20.801,3	9,1
Total	241.565,7	276.007,1	14,3	31.620,2	34.637,0	9,5

Fonte: Conab/Dirab/Suinfi/Geasa

Para o álcool, a previsão é uma redução de 3,1%, passando de um total de 26.683.816,4 mil litros para 25.866.061,2 mil litros. A redução na produção de álcool e açúcar ocorreu pela queda acentuada da concentração de açúcar total recuperada (ATR). A redução da produção de álcool anidro se deve à variáveis mercadológicas já que há uma tendência de aumento do consumo de álcool hidratado em detrimento da gasolina, que leva o álcool anidro na mistura.

Em relação ao etanol, houve uma redução drástica das exportações nesta safra, aproximadamente 1,5 bilhão de litros em relação à safra anterior quando foram exportados cerca de 4,9 bilhões de litros. Por outro lado, há uma latente demanda pelo etanol no mercado interno, em função do aumento da frota de veículos 'flex-fuel' que respondem por cerca de 90% das vendas de veículos leves. A estimativa é de que sejam produzidas nesta safra 25,86 bilhões de litros de etanol, enquanto que o consumo doméstico deverá atingir 21 bilhões de litros, sendo 70% de álcool etílico hidratado e o restante álcool etílico anidro misturado à gasolina.

Quadro 2.63
Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Alcool (Em 1.000t)			Produção de Alcool (Em 1.000l)								
				Álcool Anidro			Álcool Hidratado			Total		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2008/09	2009/10		2008/09	2009/10		2008/09	2009/10		2008/09	2009/10	
AL	10.275,0	8.961,0	-12,8	356.004,1	306.814,9	-13,8	495.737,0	397.712,2	-19,8	851.741,1	704.527,1	-17,3
AM	143,5	106,6	-25,7	293,5	-	-100,0	7.963,0	5.481,2	-31,2	8.648,0	5.481,2	-36,6
BA	1.717,9	1.875,1	9,2	83.637,8	53.250,8	-36,3	48.582,5	87.331,3	79,8	132.220,3	140.582,1	6,3
CE	111,5	118,8	6,5	377,2	643,4	70,6	7.426,5	7.722,4	4,0	7.803,7	8.365,8	7,2
ES	3.570,6	3.418,5	-4,3	162.005,7	116.675,3	-28,0	119.511,3	140.992,8	18,0	281.517,0	257.668,1	-8,5
GO	21.344,5	30.810,6	44,3	514.038,8	479.308,2	-6,8	1.244.588,3	1.888.772,3	51,8	1.758.627,1	2.368.080,5	34,7
MA	2.199,0	1.752,9	-20,3	119.044,1	93.379,2	-21,6	57.946,7	41.850,1	-27,8	176.990,8	135.229,3	-23,6
MG	24.005,2	28.223,1	17,6	754.082,6	490.988,3	-34,9	1.216.563,5	1.690.301,2	38,9	1.970.646,1	2.181.289,5	10,7
MS	13.075,7	19.880,2	52,0	405.978,3	296.804,5	-26,9	658.065,9	1.334.331,8	102,8	1.064.044,2	1.631.136,3	53,3
MT	12.291,9	10.159,2	-17,4	414.251,9	310.883,3	-25,0	588.615,9	494.088,7	-16,1	1.002.867,8	804.972,0	-19,7
PA	428,0	329,2	-23,1	29.754,8	22.379,3	-24,8	-	-	-	29.754,8	22.379,3	-24,8
PB	4.489,9	4.474,5	-0,3	157.383,6	178.167,2	13,2	166.040,5	156.136,7	-6,0	323.424,1	334.303,9	3,4
PE	6.691,9	6.365,3	-4,9	231.107,3	179.985,9	-22,1	311.795,3	319.788,3	2,6	542.902,6	499.774,2	-7,9
PI	360,4	567,3	57,4	25.168,6	35.892,6	42,6	3.568,9	5.142,6	44,1	28.737,5	41.035,2	42,8
PR	24.089,1	26.400,6	9,6	411.098,8	295.167,1	-28,2	1.504.298,8	1.721.211,1	14,4	1.915.397,6	2.016.378,2	5,3
RJ	1.333,6	1.547,0	16,0	30.038,2	10.119,3	-66,3	71.729,5	101.486,9	41,5	101.767,7	111.606,2	9,7
RN	1.480,7	1.535,4	3,7	50.414,7	43.975,3	-12,8	68.261,2	72.119,3	5,7	118.675,9	116.094,6	-2,2
RO	106,3	111,5	4,9	-	-	-	7.224,0	7.581,4	4,9	7.224,0	7.581,4	4,9
RS	120,0	113,3	-5,6	-	-	-	9.003,7	6.699,0	-25,6	9.003,7	6.699,0	-25,6
SE	1.363,7	1.600,7	17,4	55.603,3	28.464,2	-48,8	50.447,6	93.926,5	86,2	106.050,9	122.390,7	15,4
SP	196.487,9	187.775,4	-4,4	6.251.405,9	4.709.399,8	-24,7	9.972.202,1	9.634.841,2	-3,4	16.223.608,0	14.344.241,0	-11,6
TO	285,0	77,9	-72,7	12.021,9	-	-100,0	10.141,6	6.245,6	-38,4	22.163,5	6.245,6	-71,8
Total	325.971,3	336.204,1	3,1	10.063.711,1	7.652.298,6	-24,0	16.619.713,8	18.213.762,6	9,6	26.683.816,4	25.866.061,2	-3,1

Fonte: Conab/Dirab/Suinf/Geasa

2.3.3.9–Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro-rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados,

proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Neste contexto, a Conab elaborou e apresentou ao MAPA Plano de Trabalho para 2008/09, contemplando a fiscalização de 1.800 operações de seguro rural, no valor total de R\$576.200,00. Este Plano foi encerrado com a fiscalização de 1.499 apólices, envolvendo uma área de 161.842 hectares

O Plano de Trabalho 2009/10, que envolve repasses de recursos da Secretaria de Política Agrícola, no valor de R\$649.675,00, entrou em execução durante o mês de julho de 2009, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.64
Demonstrativo de Fiscalização de Apólices do Seguro Rural

UF	Programa							
	2008/09				2009/10			
	N.º Apólices	Situação				N.º Apólices	Situação	
Regular		Irregular	Não Mensurada	Não Vistoriada	Regular		Irregular	
AC	1	1	-	-	-	-	-	-
BA	12	12	-	-	-	4	4	-
DF	6	6	-	-	-	-	-	-
ES	7	6	1	-	-	3	3	-
GO	117	100	17	-	-	27	26	1
MA	8	8	-	-	-	1	1	-
MG	116	95	22	-	-	19	18	1
MS	58	45	5	8	-	22	22	-
MT	53	46	7	-	-	14	13	1
PE	1	1	-	-	-	-	-	-
PI	3	3	-	-	-	1	1	-
PR	476	403	67	2	4	225	205	20
RJ	3	3	-	-	-	-	-	-
RS	235	165	70	-	-	65	60	5
SC	130	105	25	-	-	28	26	2
SP	267	236	31	-	-	112	101	11
TO	6	5	-	1	-	1	1	-
Total	1.499	1.240	245	11	4	522	481	41

Fonte: Sufis/Gefag

2.3.3.10 – Cobranças

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$13.211.471,70 referentes a operações vinculadas aos estoques governamentais, R\$8.067.994,90 de outros devedores e R\$182.800,67 de ex-empregados, totalizando R\$21.462.267,27, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.65
Demonstrativo de Cobranças

Operações	Quantidade		Valor cobrado (R\$)
	Dívidas	Produtos (kg)	
a) Cobranças Administrativas Por Operações Estoques Governamentais			
Classificação abaixo do padrão	2	3.083.577	663.336,11
Deságio	38	6.772.661	3.884.566,63
Desvio	13	10.353.323	6.297.390,79
Perda em armazenagem	36	6.259.386	2.366.178,17
Subtotal	89	26.468.947	13.211.471,70
b) Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de Outros Devedores			
Agricultura familiar	3	-	119.374,36
Aluguel	13	-	36.657,68
Armazenagem	1	-	6.573,90
Comissão	8	-	953,02
Indenização de prejuízos	2	-	48.144,56
Multa Bolsa de Valores	126	-	164.119,28
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	457	-	5.602.940,80
Pessoal cedido	71	-	1.638.070,95
Ressarcimento despesas administrativas	128	-	436.692,17
Restituição de Salários	2	-	14.468,18
Subtotal	811	0	8.067.994,90
c) Dívidas de Ex-Empregados			
Ressarcimento de despesas administrativas	2	-	5.443,39
Restituição de salários	3	-	86.643,22
Serviço de assistência a saúde	28	-	90.714,06
Subtotal	33	-	182.800,67
Total	933	26.468.947	21.462.267,27

Fonte: Conab/Difin/Sufin/Gecob

No mesmo período a Conab recebeu, em espécie, R\$13.582.918,42 e 38.205.085 toneladas de produtos, referentes a cobranças por desvios e perdas em armazenagem realizadas em 2009 e em exercícios anteriores, e de cobranças a outros devedores e ex-empregados.

Quadro 2.66
Demonstrativo de Recebimentos até 31/12/2009

Operações	Quantidade		Recebimentos			Valores recebido (R\$)
	Dividas	Produtos (kg)	Produtos (kg)	Sobretaxa (R\$)	INPC (R\$)	
a) Recebimentos Por Operações Estoques Governamentais						
Classificação Abaixo do Padrão	2	3.083.577	2.391.657	145.303,20	0,00	145.303,20
Compra antecipada CAAF/MDS	529	152.640	3.125	0,00	170.679,61	170.679,61
Deságio	42	5.509.561	4.853.976	961.215,09	18.427,36	979.642,45
Desvio	16	15.359.635	2.084.337	4.349.914,20	123.350,85	4.473.265,05
Perda em armazenagem	61	14.099.672	6.068.900	2.627.759,45	833.619,61	3.461.379,06
Subtotal	650	38.205.085	15.401.995	8.084.191,94	1.146.077,43	9.230.269,37
b) Recebimentos de Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de Outros Devedores						
Agricultura familiar	2	-	-	-	-	10.669,49
Alienação de imóveis	30	-	-	-	-	218.652,86
Aluguel	35	-	-	-	-	36.372,36
Armazenagem	1	-	-	-	-	283.961,82
Comissão	8	-	-	-	-	953,02
Indenização de prejuízos	7	-	-	-	-	426.542,78
Multa Bolsa de Valores	116	-	-	-	-	120.367,91
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	437	-	-	-	-	1.300.971,89
Pessoal cedido	64	-	-	-	-	1.462.103,43
Ressarcimento despesas administrativas	373	-	-	-	-	408.738,65
Restituição de salários	9	-	-	-	-	4.701,90
Subtotal	1.082	0	0	0	0	4.274.036,11
c) Recebimentos de Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de (ex) empregados						
Ressarcimento despesas administrativas	33	-	-	-	-	9.870,06
Restituição de salários	79	-	-	-	-	61.216,87
Serviço de Assistência a Saúde	29	-	-	-	-	7.526,01
Subtotal	141	0	0	0	0	78.612,94
Totais de recebimentos	1.873	38.205.085	15.401.995	8.084.191,94	1.146.077,43	13.582.918,42

Fonte: Conab/Difin/Sufin/Gecob

O valor total das cobranças atualizadas para 31 de dezembro de 2009, desde os processos ajuizados até aquelas em fase de instrução é de R\$1.888.160.867,77 conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2.67
Demonstrativo Gerencial de Cobrança

Natureza do Débito	Número de Processos e Valores									
	Ajuizados		Enc p/ Ajuizamento		Cobranças em Andamento		Outros (*)		TOTAIS	
	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS
Compra Antecipada CAAF/MDS	21	58.783,08	-	-	513	1.189.777,03	39.492	89.131.839,44	40.026	90.380.399,55
Deságio	463	59.929.744,04	3	175.311,19	-	-	7	1.711.650,26	473	61.816.705,49
Desclassificação em Armazenagem	185	57.517.750,99	12	1.898.502,88	-	-	-	-	197	59.416.253,87
Desvio	1.420	883.213.892,85	4	58.945,33	-	-	3	1.052.579,95	1.427	884.325.418,13
Outros	5	28.329.394,02	-	-	-	-	-	-	5	28.329.394,02
Perda (Transporte)	2	163.152,47	-	-	-	-	-	-	2	163.152,47
Perda em Armazenagem	3.161	537.072.865,27	31	4.653.077,52	1	2.106,79	3	118.710,05	3.196	541.846.759,63
Remoção	1	6.834,76	-	-	-	-	-	-	1	6.834,76
Sinistro em ARM	6	3.621.931,68	-	-	-	-	-	-	6	3.621.931,68
Agricultura Familiar	19	8.948.371,11	3	563.529,79	-	-	2	45.500,00	24	9.557.400,90
Alienação de Imóveis	9	4.176.907,73	1	3.996.706,99	-	-	2	499.953,26	12	8.673.567,98
Alt. Classif. Algod. - Conab	691	31.680.740,62	-	-	-	-	-	-	691	31.680.740,62
Alt. Classif. Algod. - M.P	122	25.957.189,53	-	-	-	-	-	-	122	25.957.189,53
Aluguel	2	1.025.610,68	-	-	1	100,00	2	4.735,98	5	1.030.446,66
Armazenagem	13	2.678.768,77	1	6.573,90	-	-	1	75.182,18	15	2.760.524,85
Comissão	1	393,26	-	-	-	-	-	-	1	393,26
Indenização de Prejuízos	81	50.191.782,98	3	288.963,10	-	-	6	31.891.109,52	90	82.371.855,60
Multa Atraso Entrega	602	18.074.608,08	20	2.508.592,33	-	-	1	87.080,03	623	20.670.280,44
Multa Bolsa de Valores	15	332.311,96	-	-	1	2.000,00	6	114.901,65	22	449.213,61
Multa pelo não Cumprimento Aviso/AVE	276	22.064.608,80	28	2.954.852,27	148	1.464.653,24	75	6.916.417,36	527	33.400.531,67
Pessoal cedido	13	451.188,37	-	-	36	933.352,57	-	-	49	1.384.540,94
Ressarc. Desp. Administrativas	3	14.332,83	-	-	5	2.789,11	28	58.672,96	36	75.794,90
Restituição de Salários	1	11.908,94	1	13.922,76	1	13.668,76	10	109.645,46	13	149.145,92
Serviço de Assistência à Saúde	12	78.260,86	1	12.490,73	-	-	2	1.639,70	15	92.391,29
Total	7.124	1.735.601.333,68	108	17.131.468,79	706	3.608.447,50	39.640	131.819.617,80	47.578	1.888.160.867,77

Fonte: Conab/Difin/Sufin/Gecob

2.3.3.11 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na nodalidade CPR-Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a CPR-Estoques e para a compra direta.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em

situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$533.940.262,00, conforme descrito a seguir.

2.3.3.11.1 - Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados nas **Ações 2B81-Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e 3B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar-PAA**, integrantes do Programa **0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

Em 2009 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$133.940.262,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio da utilização das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 18.000 famílias de produtores rurais com a aquisição de 41.800 toneladas de diversos produtos agropecuários.

Durante o exercício foram atendidos 16.285 produtores familiares, representando cerca de 90,39% da meta prevista, com aquisição de 106.883 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Este instrumento tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008. Podem ser adquiridos produtos de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Os preços de referência são elaborados pela Conab de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, e após a aprovação pelo Grupo são divulgados no DOU e incluídos no Manual de Operações da Conab.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2009, 70.452 toneladas de diversos produtos

agrícolas, ao custo total de R\$57.840.021,53, beneficiando 9.242 famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.68
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Sureg	UF	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
BA	BA	27	Feijão	2.572	7.025	9.815.365,82
			Milho em grãos	102	750	237.733,07
	SE	5	Feijão	17	40	57.339,82
			Milho em grãos	5	46	14.680,63
Subtotal		32		2.696	7.861	10.125.119,34
MT	MT	1	Milho em grãos	162	2.505	563.072,40
Subtotal		1		162	2.505	563.072,40
PI	PI	11	Castanha de caju	4	2	1.850,40
			Milho em grãos	368	2.286	728.372,59
Subtotal		11		372	2.288	730.222,99
PR	PR	7	Feijão	72	173	254.574,45
			Trigo	1.075	13.414	7.353.254,08
Subtotal		7		1.147	13.587	7.607.829
RS	RS	13	Leite empó	1.817	1.929	14.467.594,33
			Trigo	3.048	42.282	24.346.183,94
Subtotal		13		4.865	44.211	38.813.778
Total		64		9.242	70.452	57.840.021,53

Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 e Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Podem ser adquiridos em todo o território nacional produtos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 36.258 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R\$32.385.867,70, beneficiando 7.043 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.69
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Sureg	UF	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
AM	AM	5	357	1.092	1.285.629,70
BA	BA	8	498	638	1.821.555,90
	SE	2	205	569	724.508,00
CE	CE	5	321	923	1.226.418,42
MG	MG	2	437	516	1.529.500,00
MS	MS	1	100	125	350.000,00
MT	MT	7	174	386	571.301,10
PA	PA	3	64	163	250.724,00
PB	PB	2	37	34	50.566,00
PE	PE	1	144	217	518.399,00
PI	PI	2	160	137	425.000,00
PR	PR	13	826	3.137	4.494.957,07
RN	RN	8	220	460	815.242,70
RO	RO	2	167	312	706.499,90
	AC	1	547	1.921	1.912.056,00
RS	RS	24	2.434	24.006	13.784.010,41
SP	SP	7	352	1.622	1.919.499,50
TOTAL		93	7.043	36.258	32.385.867,70

Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

O número total de agricultores atendidos com os recursos repassados para a operacionalização do PAA foi de 16.270 equivalendo a 90,39% da meta prevista. A execução a menor deve-se ao cronograma de desembolso dos recursos e à menor demanda pela CPR Estoque e pela aquisição direta.

c) Execução da Despesa

A despesa total paga na execução dessas atividades, incluindo os valores inscritos em restos a pagar foi, de R\$100.154.545,22, representando cerca de 78,78% dos recursos recebidos. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$92.053.334,20 equivalente a 91,91% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.70
Demonstrativo da Execução da Despesa- PAA/MDA

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Outros Serviços de Terceiros							
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda(1)	
AC	5.790,00	368,39	2.378,04	-	-	10.518,11	1.912.056,00	1.931.110,54
AL	4.275,00	676,14	1.188,26	-	28.176,22	291,82	-	34.607,44
AM	11.723,00	210,00	10.677,85	-	16.382,53	-	1.285.629,70	1.324.623,08
BA	51.843,10	16.588,00	12.088,48	4.800,00	522.144,22	34.331,57	12.104.988,15	12.746.783,52
CE	10.487,00	1.450,00	-	-	66.038,54	-	1.243.965,51	1.321.941,05
ES	1.382,00	346,92	247,20	-	12.637,18	-	-	14.613,30
GO	10.844,40	2.483,45	5.386,55	-	74.282,89	-	-	92.997,29
MA	9.026,00	2.985,04	7.350,00	-	48.281,34	-	-	67.642,38
MG	13.160,66	2.674,95	3.917,69	-	37.040,51	51.948,02	1.529.500,00	1.638.241,83
MS	1.275,00	183,68	270,00	-	63.057,35	-	350.000,00	414.786,03
MT	8.765,00	2.185,38	2.146,96	-	346.404,72	96.911,26	1.147.404,38	1.603.817,70
PA	6.075,00	1.431,79	2.091,34	-	30.241,60	-	250.724,00	290.563,73
PB	18.171,82	6.907,20	2.488,74	-	67.848,05	-	50.566,00	145.981,81
PE	22.395,00	5.332,14	334,00	-	205.242,35	-	518.399,00	751.702,49
PI	51.780,00	5.947,28	6.262,40	807,22	338.137,24	127.529,94	1.182.541,67	1.713.005,75
PR	2.627,76	1.276,32	1.580,11	-	87.798,89	29.771,77	12.102.785,60	12.225.840,45
RJ	3.677,00	1.107,02	700,00	-	32.128,85	2.282,64	-	39.895,51
RN	28.571,50	6.916,55	3.558,77	7.824,91	32.154,92	1.564,99	815.242,70	895.834,34
RO	17.960,66	4.373,36	1.354,00	-	25.707,63	-	706.499,90	755.895,55
RR	225,00	-	-	-	-	-	-	225,00
RS	2.387,00	1.223,42	1.053,55	-	407.093,64	3.501.450,18	54.135.194,68	58.048.402,47
SC	470,00	188,58	437,17	-	41.874,92	2.376,63	-	45.347,30
SE	4.425,00	-	-	-	21.287,93	430,97	798.337,41	824.481,31
SP	4.377,00	842,91	757,15	-	34.675,47	-	1.919.499,50	1.960.152,03
TO	12.645,00	4.622,86	34.838,14	-	5.459,72	-	-	57.565,72
Matriz	20.370,00	1.484,74	18.637,91	-	1.147.413,40	20.581,55	-	1.208.487,60
Total	324.728,90	71.806,12	119.744,31	13.432,13	3.691.510,11	3.879.989,45	92.053.334,20	100.154.545,22

Fonte: Siafi

Obs.: R42.000.000,00 referentes a despesas com sacaria e INSS

2.3.3.11.2 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados nas Ações 2798-Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e 2802-Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, integrantes do Programa 1049-Programa Acesso à Alimentação, que tem por objetivo garantir à população em situação de insegurança alimentar acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Em 2009 foi celebrado o Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, estabelecendo parceria entre o MDS e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, envolvendo instrumentos como a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação

Simultânea-CPR Doação, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em três etapas, cujas metas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 2.71

Demonstrativo das Metas Previstas

Ano	N.º de Famílias Atendidas	Quantidade Produtos Adquiridos (t)	N.º de Pólos e Compra	Valor a Liberar (R\$)
2009	68.572	200.000	34	240.000.000,00
2010	71.428	205.000	20	250.000.000,00
2011	45.714	134.000	13	160.000.000,00
Total	185.714	539.000	67	650.000.000,00

Fonte: Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

No rol de produtores beneficiários serão priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, pois fazem parte integrante da estratégia do MDS para a geração e oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

Em função do aumento dos limites de financiamento por produtor familiar, estabelecidos pelo Decreto n.º 6.959 de 15 de setembro de 2009, foi celebrado durante o mês de dezembro, o Termo Aditivo n.º 01 estabelecendo novo repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$50.000.000,00 permanecendo inalteradas as metas físicas.

Portanto, a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$290.000.000,00, objetivando o atendimento a 68.572 agricultores familiares com a compra de 200.000 toneladas de diversos produtos agropecuários. No rol de famílias atendidas foram priorizadas: a) aquelas dos municípios pertencentes ao 60 Territórios da Cidadania; b) a participação de grupos de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; c) a aquisição de produtos alimentícios da agrobiodiversidade, e d) aquisição de alimentos de origem extrativista oriundos dos povos e comunidades tradicionais, conforme compromisso firmado com a Agenda Socioambiental.

Durante o exercício foram atendidos 66.441 agricultores familiares, representando cerca de 96,89% da meta prevista, com aquisição de 161.759 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por este instrumento foram adquiridas 60.652 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$109.008.977,53, beneficiando 28.288 famílias, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 2.72
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Sureg	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AL	36	Farinha de mandioca	294	1923	1.739.560,07
		Feijão	1055	4389	6.398.107,27
AM	1	Feijão	29	37	40.257,95
BA	22	Farinha de mandioca	43	135	118.874,80
		Feijão	2063	6153	8.750.670,43
		Leite em pó	988	460	3.449.565,00
CE	12	Farinha de mandioca	376	1419	1.278.030,94
GO	1	Feijão	28	71	96.667,20
MS	20	Farinha de mandioca	482	2261	1.672.944,04
		Feijão	482	1650	2.295.989,03
MT	5	Feijão	304	535	781.726,84
PB	1	Farinha de mandioca	97	383	332.845,60
PE	10	Farinha de mandioca	1366	5191	4.659.123,37
		Feijão	621	1423	1.847.652,50
PI	21	Farinha de mandioca	550	1586	1.267.323,42
		Feijão	489	1084	1.062.405,24
		Milho	88	550	174.786,95
PR	77	Farinha de mandioca	35	164	124.987,10
		Feijão	2.896	7.053	10.377.085,59
		Leite em pó	1.290	600	4.500.000,00
RN	7	Farinha de mandioca	128	490	440.963,30
RO	27	Feijão	3.435	6.153	8.673.811,07
RS	91	Compota de pêssego	506	1.448	4.023.786,00
		Feijão	1.721	2.840	4.071.733,59
		Leite em pó	5.946	3.971	29.782.437,46
		Pessêgada	31	2	6.274,96
SC	36	Feijão	1.080	2.385	3.486.267,96
SE	10	Feijão	961	2.572	3.636.083,23
SP	44	Farinha de mandioca	256	1.158	856.969,21
		Feijão	596	1.929	2.759.492,06
		Trigo	45	600	285.600,00
TO	1	Arroz	7	37	16.955,35
Total	422	-	28.288	60.652	109.008.977,53

Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Por meio desse instrumento foram adquiridas 10.529 toneladas de diversos produtos alimentícios de 3.719 produtores familiares em 32 municípios, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.73
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AL	AL	273	1	1.194	955.500,00
BA	BA	387	3	828	1.614.499,00
	SE	1.328	3	2.703	4.865.184,00
MG	MG	123	1	172	430.500,00
PR	PR	134	3	257	618.223,00
RN	RN	192	2	114	643.146,00
RS	RS	970	11	4.411	3.522.577,40
SC	SC	92	4	69	338.000,00
SP	SP	220	4	781	1.109.455,20
Total		3.719	32	10.529	14.097.084,60

Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, conforme o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

Os fornecedores são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os povos e comunidades tradicionais, qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

Os consumidores são instituições governamentais, ou não governamentais, que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

São amparados produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/processados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados que poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Os preços de aquisição são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 12, de 12 de maio de 2004.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 89.910 toneladas de diversos produtos alimentícios de 34.434 produtores familiares e distribuídas a 7.919.812 beneficiários consumidores, conforme quadro a seguir.

Quadro 2.74
Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AM	AM	547	6	1.695	40.716	88	1.845.510,95
	RR	101	4	144	31.930	94	384.012,00
BA	BA	2.990	45	6.066	278.066	478	9.643.002,80
	SE	261	5	617	26.895	25	858.997,90
CE	CE	5.524	63	661	979.777	248	19.130.300,63
ES	ES	314	8	769	35.041	113	96.018,05
GO	GO	43	8	569	56.091	253	1.893.260,05
MA	MA	255	4	171	16.823	54	532.000,00
MG	MG	1.048	102	19.056	1.408.412	1.379	35.734.288,80
MS	MS	664	11	1.681	173.720	156	2.327.277,16
MT	MT	916	16	1.627	66.527	226	2.671.862,82
PA	PA	88	5	212	151.648	31	298.008,60
	AP	0	0	0	0	0	0,00
PB	PB	78	3	87	9.445	24	242.305,78
PE	PE	1.836	18	4.671	187.650	556	5.953.599,76
AL	AL	601	8	1.575	592.083	107	1.935.114,14
PI	PI	260	11	198	119.650	145	759.223,06
PR	PR	2.253	36	6.323	544.582	672	7.588.972,84
RJ	RJ	120	5	435	37.782	17	498.443,19
RN	RN	1.307	25	1.467	518.373	1.578	4.112.308,15
RO	RO	22	1	22	587	4	74.001,00
	AC	0	0	0	0	0	0,00
RS	RS	976	10	1.945	263.563	956	3.325.120,25
SC	SC	5.240	56	8.568	616.019	1.334	17.049.614,18
SP	SP	8.968	83	31.322	1.757.758	175	32.595.871,40
TO	TO	22	2	29	6.674	24	63.013,84
Total		34.434	535	89.910	7.919.812	8.737	149.612.127,35

Fonte: Conab/Dipai/Supaf/Gecaf

Além das transferências acima descritas foram recebidos recursos orçamentários das ações:

Ação 2798.0058-Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$200.000,00, referente a Emenda Parlamentar n.º 25120007 do deputado federal Pastor Manoel Ferreira, para atendimento a 185 agricultores familiares. Os recursos foram inscritos em restos a pagar, visando a aquisição de leite em pó no município de Porciúncula.

Ação 2798.0062-Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar em Uberlândia-MG, no valor de R\$100.000,00, referente a Emenda Parlamentar n.º 35900013, do deputado federal Gilmar Machado, para atendimento a 65 agricultores familiares. Durante o exercício, foram atendidos por meio de CPR-Doação 64 agricultores com aquisição de 144.675 kg de diversos produtos agropecuários, no valor de R\$93.696,52. Os produtos foram doados a uma instituição social beneficiando 5.148 pessoas carentes.

d) Execução da Despesa

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$289.892.963,16, representando cerca de 99,96% dos recursos recebidos, no valor total de R\$290.000.000,00. Com a

aquisição de produtos foram gastos R\$249.782.419,20, equivalente a 86,16% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.75
Demonstrativo da Execução da Despesa-MDS

Sureg	UF	Elemento de Despesa (RS)								Total
		Diárias	Material de Consumo	Aquisição de Produtos para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Restos a Pagar	
						Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
AL	AL	117.755,28	11.339,26	11.102.100,63	12.091,78	17.513,30	290.100,71	211.297,67	263,52	11.762.462,15
AM	AM	32.891,00	1.305,50	1.607.695,13	25.006,45	-	100.512,41	-	283.973,70	2.051.384,19
BA	BA	191.414,72	30.332,61	23.781.537,76	50.850,86	372,00	297.046,32	34.569,98	232.553,30	24.618.677,55
	SE	750,00	336,17	9.443.899,08	-	126,19	74.544,07	25,24	94.344,37	9.614.025,12
CE	CE	205.021,50	25.380,70	20.881.477,37	23.812,63	-	261.493,03	3.297,99	-	21.400.483,22
ES	ES	17.793,00	2.653,51	960.180,05	8.197,65	-	42.206,73	12.725,05	-	1.043.755,99
GO	GO	81.348,84	20.059,52	1.823.181,47	53.305,23	-	162.495,61	61.139,34	167.948,63	2.369.478,64
MA	MA	106.731,00	28.913,18	588.086,45	58.408,67	-	250.041,64	364.005,92	70.000,00	1.466.186,86
MG	MG	23.519,70	4.322,38	36.281.062,20	18.284,20	-	441.670,77	62.959,02	-	36.831.818,27
MS	MS	42.717,50	9.409,78	6.502.067,30	11.363,51	-	298.039,59	517.070,46	31.136,93	7.411.805,07
MT	MT	89.717,50	14.464,16	3.196.089,65	23.832,56	75,60	164.110,86	43.768,54	152.918,80	3.684.977,67
PA	PA	47.235,01	13.076,11	322.458,83	34.884,11	-	444.128,45	7,00	-	861.789,51
PB	PB	60.239,84	15.994,70	587.618,61	9.391,93	-	301.321,73	691,95	2.740,18	977.998,94
PE	PE	142.096,72	28.935,16	12.596.785,65	18.320,10	1.205,00	1.230.719,69	241,00	-	14.018.303,32
PI	PI	132.176,92	19.739,04	3.364.096,37	28.923,41	1.690,97	313.450,23	372.768,64	-	4.232.845,58
PR	PR	66.420,29	13.703,13	22.913.073,19	42.014,03	-	169.436,80	358.427,73	353.444,97	23.916.520,14
RJ	RJ	18.592,80	4.278,58	498.443,19	1.940,32	-	34.949,42	1.253,35	-	559.457,66
RN	RN	50.847,26	16.714,44	5.208.520,56	15.222,33	5.704,78	122.044,22	12.166,27	-	5.431.219,86
RO	RO	123.767,78	21.920,52	9.017.528,93	45.532,42	18.737,49	265.151,55	1.081.031,04	-	10.573.669,73
	AC	3.744,50	1.149,61	-	646,33	-	5.961,63	448,56	-	11.950,63
RR	RR	12.374,25	2.883,90	384.012,00	5.203,00	-	-	-	12.240,00	416.713,15
RS	RS	37.536,50	6.850,39	43.706.925,98	31.853,56	-	147.634,37	1.363.426,93	1.271.523,33	46.565.751,06
SC	SC	35.014,50	10.319,85	20.954.629,91	17.421,35	-	170.966,37	112.677,42	1.414,12	21.302.443,52
SP	SP	20.288,00	3.876,24	13.980.979,70	4.530,36	-	56.957,08	80.810,45	23.769.281,22	37.916.723,05
TO	TO	32.492,69	6.203,69	79.969,19	10.222,65	-	80.228,09	16.509,41	-	225.625,72
Matriz	DF	116.118,50	4.121,72	-	156.845,69	-	331.672,18	18.138,47	-	626.896,56
Total		1.808.605,60	318.283,85	249.782.419,20	708.105,13	45.425,33	6.056.883,55	4.729.457,43	26.443.783,07	289.892.963,16

Fonte: Siafi

3.3.3.12 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O Programa 1049-Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõe citado Programa as Ações orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** e **2802-Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar**, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição de cestas de alimentos, parcialmente compostas por produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de alimentos-PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência iniciada em 2003, com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios, tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por intermédio do Ofício n.º 02, de 6 de janeiro de 2009, a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias acampadas, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidas por barragens, marisqueiras e caranguejeiras e/ou outras em situação de insegurança alimentar e nutricional, num total de 17.292 toneladas de diversos produtos, para a composição de aproximadamente 786.000 cestas.

O Termo de Cooperação 001/2009 e seus Termos Aditivos de n.ºs 01 e 02, celebrados entre a Conab e o MDS, estabeleceram o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$61.400.000,00 para composição e distribuição de 1.247.000 cestas de alimentos até junho/2010. Até o fim do exercício, a Conab recebeu destaque orçamentário no valor total de R\$61.400.000,00 e transferência financeira de R\$41.400.000,00.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício foram adquiridas pela modalidade de leilão eletrônico 42.000 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 93,91% da meta estabelecida. Além dessas foram utilizadas outras 8.251 t adquiridas pelo PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.76
Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Em t



UF	Leilão										AF						Total Geral	
	Arroz	Feijão	Fubá	Far. Mandioca	Óleo	Açúcar	Macarrão	Flocos	Far. Trigo	Total-Leilão	Arroz	Feijão	Far. Mandioca	Açúcar	Far. Trigo	leite		Total-PAA
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AL	1.066	178	-	-	213	154	107	107	-	1.825	-	-	119	57	-	59	235	2.060
AM	385	-	-	87	58	59	73	57	-	719	-	50	-	30	-	35	115	834
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0
BA	4.128	453	-	568	867	552	443	383	-	7.394	-	497	-	295	-	278	1.070	8.464
CE	818	43	-	48	171	115	107	57	-	1.359	-	160	87	60	-	95	402	1.761
DF	568	63	57	114	124	43	57	-	-	1.026	-	45	-	72	-	100	217	1.243
ES	189	21	24	-	38	14	24	-	-	310	-	25	20	30	-	20	95	405
GO	620	124	62	124	124	83	62	-	-	1.199	-	-	-	50	-	65	115	1.314
MA	652	-	-	65	142	65	65	65	-	1.054	-	81	-	68	-	35	184	1.238
MT	955	163	96	191	191	137	96	-	-	1.829	-	-	-	60	-	55	115	1.944
MS	2.449	327	245	-	531	381	245	-	-	4.178	-	170	433	130	-	301	1.034	5.212
MG	1.413	103	121	283	309	194	161	-	-	2.584	-	175	-	94	-	136	405	2.989
PA	1.036	63	-	207	218	104	104	104	-	1.836	-	92	-	103	-	57	252	2.088
PB	761	49	-	65	165	119	76	76	-	1.311	-	140	36	40	-	67	283	1.594
PR	650	55	83	-	167	93	83	-	167	1.298	155	343	-	87	-	46	631	1.929
PE	3.175	469	-	-	662	323	318	318	-	5.265	-	-	547	312	-	310	1.169	6.434
PI	542	27	-	-	112	90	69	39	-	879	-	67	197	30	-	31	325	1.204
RJ	446	67	35	89	89	45	55	-	-	826	-	31	-	45	-	47	123	949
RN	244	23	-	-	49	24	24	24	-	388	-	14	24	24	-	12	74	462
RS	695	81	76	40	192	137	116	-	83	1.420	262	146	-	60	131	101	700	2.120
RO	323	-	-	65	65	33	32	32	-	550	-	121	-	34	-	16	171	721
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0
SC	660	-	46	40	132	93	86	-	92	1.149	-	144	-	39	-	99	282	1.431
SP	891	150	89	100	178	128	89	-	-	1.625	-	-	-	50	-	50	100	1.725
SE	795	136	-	91	176	114	79	80	-	1.471	-	15	-	50	-	57	122	1.593
TO	264	45	-	53	53	38	26	26	-	505	-	-	-	16	-	16	32	537
Total	23.725	2.640	934	2.230	5.026	3.138	2.597	1.368	342	42.000	417	2.316	1.463	1.836	131	2.088	8.251	50.251

Fonte: Supab/Gepab

Na aquisição, montagem das cestas e distribuição, foram gastos R\$60.190.648,49, tendo sido liquidados R\$41.035.929,03 e inscrito em restos a pagar R\$19.154.719,46. A despesa total com aquisição de produtos para distribuição foi de R\$58.337.432,12 (R\$39.380.996,90 liquidados e R\$18.956.435,22 inscritos em restos a pagar), representando cerca de 96,92, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 2.77

Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos/MDS

Sureg	Elemento de Despesa (RS)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Aquisição de Produtos para Distribuição	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AL	-	6.368,00	2.772.722,61	-	2.861,52	7.097,21	-	2.789.049,34
AM	-	-	1.142.264,72	-	-	13.321,75	6.848,85	1.162.435,32
BA	11.701,26	60.466,66	10.377.739,58	433,00	2.357,04	63.899,59	1.745,13	10.518.342,26
CE	-	-	1.983.321,70	-	-	9.695,98	-	1.993.017,68
ES	-	-	425.218,53	-	-	1.083,00	-	426.301,53
GO	45.926,50	83.743,08	1.535.616,79	-	-	17.148,76	2.223,35	1.684.658,48
MA	675,00	-	1.600.256,57	-	-	2.096,45	-	1.603.028,02
MG	15.531,00	18.628,11	3.449.790,59	665,29	-	21.724,99	938,24	3.507.278,22
MS	-	7.680,50	5.236.704,18	-	-	112.955,43	125.268,50	5.482.608,61
MT	-	-	2.554.008,85	-	-	11.837,06	-	2.565.845,91
PA	1.710,00	-	2.713.223,15	200,00	-	44.771,98	-	2.759.905,13
PB	20.416,26	33.940,60	1.922.709,47	-	12.149,96	58.182,93	2.430,00	2.049.829,22
PE	8.959,50	12.119,37	7.722.617,46	-	13.139,18	59.930,61	2.215,54	7.818.981,66
PI	5.191,00	12.426,54	1.252.241,34	-	-	47.050,28	17.201,66	1.334.110,82
PR	-	29.756,89	1.655.843,96	-	-	89.792,15	-	1.775.393,00
RJ	-	-	1.125.284,12	-	-	17.738,07	-	1.143.022,19
RN	450,00	395,00	586.561,47	-	1.042,19	2.006,77	178,95	590.634,38
RO	-	15.068,43	796.300,17	-	-	737,46	-	812.106,06
RR	-	-	-	-	-	4.172,12	-	4.172,12
RS	18.221,00	3.382,42	1.762.334,04	1.846,40	-	11.284,32	-	1.797.068,18
SC	-	-	1.428.141,91	344,97	-	13.146,21	95.280,19	1.536.913,28
SE	-	-	2.124.206,42	-	-	16.742,95	3.091,86	2.144.041,23
SP	-	-	2.094.596,95	-	-	34.500,14	-	2.129.097,09
TO	-	-	720.200,32	-	-	-	-	720.200,32
Matriz	38.699,50	38.825,95	1.355.527,22	13.886,58	-	395.669,19	-	1.842.608,44
Total	167.481,02	322.801,55	58.337.432,12	17.376,24	31.549,89	1.056.585,40	257.422,27	60.190.648,49

Fonte: Siafi

Durante o exercício foram distribuídas 1.427.275 cestas de alimentos a 338.446 famílias, totalizando 32.636 toneladas de alimentos. Destacaram-se os atendimentos aos agricultores sem terras acampados a espera da reforma agrária com 66,88% das cestas distribuídas e o atendimento aos indígenas com 15,12%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.78 Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MDS

Em t



UF	Atendimentos Efetuados																					Total		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Índigenas			Marisqueiras/Caranguejeiras					
	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)
AC	172	516	11	-	-	-	100	300	7	-	-	-	-	-	-	323	969	28	-	-	-	595	1.785	46
AL	13.050	65.417	1.397	555	2.775	60	200	1.020	22	-	-	-	-	-	-	1.300	5.300	114	-	-	-	15.105	74.512	1.593
AM	100	100	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.476	13.428	284	-	-	-	4.576	13.528	287
AP	600	600	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600	600	11
BA	51.759	148.146	3.315	4.364	13.338	298	1.850	8.908	186	3.000	8.000	208	400	800	18	2.399	9.458	213	1.000	4.775	113	64.772	193.425	4.351
CE	2.777	15.584	343	557	3.270	80	100	604	13	-	-	-	1.622	6.488	143	1.500	9.650	211	678	2.878	63	7.234	38.474	853
DF	4.886	24.804	599	-	-	-	-	-	-	100	100	2	-	-	-	40	80	2	-	-	-	5.026	24.984	603
ES	1.263	4.746	111	454	1.816	43	300	2.100	50	-	-	-	-	-	-	340	1.700	40	-	-	-	2.357	10.362	244
GO	7.629	28.322	653	2.135	11.545	276	500	3.300	74	70	1.020	23	2.290	12.688	287	111	211	5	-	-	-	12.735	57.086	1.318
MA	8.492	23.755	529	3.645	7.440	153	1.000	2.932	65	-	-	-	-	-	-	2.818	6.529	142	850	3.400	75	16.805	44.056	964
MG	10.198	50.617	1.126	2.151	9.004	205	1.600	4.800	107	-	-	-	1.303	4.406	99	2.670	12.443	274	-	-	-	17.922	81.270	1.811
MS	14.893	100.473	2.593	180	720	20	100	400	12	-	-	-	-	-	-	13.000	65.000	1.300	-	-	-	28.173	166.593	3.925
MT	9.767	56.443	1.253	868	3.472	76	100	400	9	-	-	-	965	3.860	84	2.111	10.966	245	-	-	-	13.811	75.141	1.667
PA	18.399	53.178	1.150	2.210	4.420	97	1.100	2.900	65	2.000	2.000	66	2.410	4.820	106	1.123	3.127	69	250	500	11	27.492	70.945	1.564
PB	3.668	18.863	416	770	4.620	103	400	2.500	57	-	-	-	1.050	7.350	163	2.135	12.809	284	428	2.568	59	8.451	48.710	1.082
PE	31.754	146.545	3.323	2.853	12.298	278	1.300	3.800	86	-	-	-	-	-	-	3.152	16.493	363	400	1.600	36	39.459	180.736	4.086
PI	3.578	18.163	550	603	3.618	109	500	2.600	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360	1.440	43	5.041	25.821	782
PR	6.822	42.769	1.124	182	396	11	100	100	3	-	-	-	610	3.660	95	1.612	10.398	268	-	-	-	9.326	57.323	1.501
RJ	1.805	8.056	180	482	2.410	53	3.850	15.210	338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.137	25.676	571
RN	3.448	14.189	308	515	2.535	55	100	500	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.063	17.224	374
RO	2.214	8.330	222	-	-	-	100	300	7	-	-	-	1.527	4.481	121	850	3.110	77	-	-	-	4.691	16.221	427
RR	270	810	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	270	810	22
RS	2.954	26.277	607	341	2.387	57	1.100	3.800	94	2.123	2.123	47	1.373	9.625	223	3.626	19.056	459	-	-	-	11.517	63.268	1.487
SC	2.041	8.164	184	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.275	7.425	169	820	8.730	203	-	-	-	4.136	24.319	556
SE	10.694	43.103	942	462	1.848	41	200	800	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.356	45.751	1.001
SP	9.830	39.628	872	1.395	5.580	123	1.300	5.800	125	-	-	-	-	-	-	496	2.636	58	-	-	-	13.021	53.644	1.178
TO	1.500	6.910	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	4.376	96	1.181	3.725	83	-	-	-	3.775	15.011	332
Total	224.563	954.508	21.997	24.722	93.492	2.138	15.900	63.074	1.429	7.293	13.243	346	15.919	69.979	1.604	46.083	215.818	4.722	3.966	17.161	400	338.446	1.427.275	32.636

Fonte: Supab/Gepab

2.3.3.13 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI

O **Programa 1029 – Resposta aos Desastres**, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, em todo o território nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade à distribuição de alimentos com os estoques remanescentes do exercício de 2008 e com produtos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA a Conab, em atendimento aos Ofícios SEDEC/MI n.ºs 263 e 1712, ambos de 2009, apresentou planos de trabalho à Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, recebendo repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$5.086.800,00, para aquisição de embalagens, confecção das cestas de alimentos, pagamento de serviços de braçagem e contratação de transporte para o reposicionamento de produtos, visando a distribuição emergencial e gratuita de 400.000 cestas.

Desde a fase de elaboração do Plano de Trabalho, de levantamento das necessidades de remoção dos produtos, de realização dos leilões de frete, do acompanhamento, da avaliação das operações e da prestação de contas, todos os trabalhos são executados e coordenados pela Matriz.

Durante o exercício foi contratada a remoção de 9.378 toneladas de diversos produtos, tendo sido removidas 9.294 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.79 Demonstrativo da Remoção de Produtos

Origem	Destino	Produto	Leilão (R\$)		Quantidades (t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
BA	AL	Cestas	9.707,10	9.707,00	130	130	-	-	-
BA	ES	Diversos	51.335,63	51.335,63	14	14	-	-	-
BA	MS	Diversos	128.243,93	128.243,93	28	28	-	-	-
BA	PI	Diversos	121.521,86	121.521,86	85	85	-	-	-
BA	PR	Diversos	109.977,91	109.977,91	21	21	-	-	-
BA	RS	Diversos	375.051,56	375.051,56	10	10	-	-	-
BA	RS	Kit limpeza	75.856,46	75.856,46	7	7	-	-	-
BA	SC	Diversos	16.196,50	16.196,50	25	25	-	-	-
DF	BA	Arroz	51.425,58	51.425,58	300	300	-	-	-
DF	BA	Açúcar	6.857,36	6.858,36	40	40	-	-	-
DF	CE	Cestas	569.509,47	569.509,47	1.490	1.490	-	-	-
DF	ES	Açúcar	1.793,72	1.793,72	10	10	-	-	-
DF	ES	Arroz	19.548,96	19.548,96	75	75	-	-	-
DF	ES	Feijão	3.910,54	3.910,54	15	15	-	-	-
DF	ES	Leite empó	3.134,37	3.134,37	10	10	-	-	-
DF	MS	Cestas	13.123,58	13.123,58	81	81	-	-	-
DF	PI	Cestas	147.629,66	147.629,66	630	630	-	-	-
DF	RS	Açúcar	5.212,19	5.212,19	200	200	-	-	-
DF	RS	Arroz	39.097,93	39.097,93	150	150	-	-	-
DF	RS	Óleo de soja	5.212,19	5.212,19	20	20	-	-	-
DF	SC	Açúcar	4.382,18	4.382,18	200	200	-	-	-
DF	SC	Arroz	32.868,18	32.868,18	150	150	-	-	-
DF	SC	Leite empó	7.860,06	7.860,06	20	20	-	-	-
DF	SC	Óleo de soja	4.382,18	4.382,18	20	20	-	-	-
MG	MA	Cestas	82.562,32	82.562,32	157	157	-	-	-
MS	MS	Cestas	13.968,24	13.968,24	286	247	39	-	-
MT	AM	Cestas	88.193,50	88.193,50	230	230	-	-	-
PA	AM	Diversos	185.157,76	185.157,76	37	37	-	-	-
PA	AP	Cestas	8.024,50	8.024,50	46	46	-	-	-
PB	RN	Cestas	4.268,16	4.268,16	86	86	-	-	-
PE	AL	Cestas	3.049,80	3.049,80	60	60	-	-	-
PE	CE	Cestas	66.534,00	66.534,00	600	600	-	-	-
PE	MA	Cestas	53.042,50	53.042,50	250	250	-	-	-
PE	PI	Cestas	44.970,37	44.970,37	301	301	-	-	-
PI	MA	Cestas	7.015,67	7.015,67	55	55	-	-	-
PI	PI	Farinha de mandioc	10.272,00	10.272,00	150	150	-	-	-
RJ	ES	Cestas	5.131,07	5.131,07	50	50	-	-	-
RO	AM	Cestas	23.797,61	23.797,61	146	146	-	-	-
RO	AM	Feijão	10.914,34	10.914,34	50	50	-	-	-
RO	BA	Feijão	155.110,68	155.110,68	361	361	-	-	-
RO	CE	Feijão	50.420,26	50.420,26	90	90	-	-	-
RO	MA	Feijão	59.245,42	59.245,42	120	120	-	-	-
RO	MG	Feijão	71.349,73	71.349,73	205	205	-	-	-
RO	PA	Feijão	47.394,18	47.394,18	92	92	-	-	-
RO	PB	Feijão	57.344,70	57.344,70	100	100	-	-	-
RO	RN	Feijão	16.686,50	16.686,50	30	30	-	-	-
RO	RO	Feijão	72.173,70	72.173,70	1.833	1.833	-	-	-
RO	SE	Feijão	69.982,07	69.982,07	140	140	-	-	-
SC	DF	Embalagens	2.917,86	2.917,86	50	50	-	-	-
SC	PE	Embalagens	5.411,30	5.411,30	50	5	-	-	45
SC	SC	Cestas	3.447,91	3.447,91	72	72	-	-	-
Total			3.022.225,25	3.022.226,15	9.378	9.294	39	0	45

Fonte: Conab/Suarm/Gemov

Durante o exercício foram distribuídas 712.752 cestas de alimentos a 702.238 famílias em 24 estados e no Distrito Federal, totalizando 17.363,4 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 2.80
Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MI



UF	Atendimentos Efetuados															Total		
	Emergencial/Defesa Civil			Indígenas			Acampados			Quilombolas			Atendimentos Especiais					
	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Entregue (t)
AC	3.000	3.000	690,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	690,0
AL	34.225	34.225	787,6	-	-	-	2.500	2.500	65,0	-	-	-	-	-	-	36.725	36.725	852,6
AM	65.439	65.439	1.402,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,6	65.439	65.439	1.443,1
AP	2.000	2.000	46,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	46,0
BA	104.392	104.392	2.416,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.392	104.392	2.416,7
CE	89.033	89.033	1.923,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89.033	89.033	1.923,3
ES	10.185	10.185	240,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,0	10.185	10.185	255,7
GO	7.163	7.163	200,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.163	7.163	200,6
MA	20.000	20.000	495,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000	20.000	495,0
MG	11.545	11.545	261,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.545	11.545	261,0
MS	6.233	6.233	151,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.233	6.233	151,1
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	0	0	0,5
PA	42.721	42.721	853,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,5	42.721	42.721	942,6
PB	15.501	15.501	330,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.501	15.501	330,6
PE	34.600	34.600	744,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.600	34.600	744,1
PI	77.317	77.317	1.827,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.317	77.317	1.827,7
PR	4.865	4.865	104,5	130	130	3,1	4.926	4.926	100,7	-	-	-	-	-	68,5	9.921	9.921	276,8
RJ	3.500	3.500	82,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39,3	3.500	3.500	121,3
RN	41.050	41.050	900,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.050	41.050	900,3
RS	47.157	47.157	1.103,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.157	47.157	1.103,8
SC	44.268	44.268	1.195,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.268	44.268	1.195,9
SE	21.001	21.001	458,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.001	21.001	458,0
SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,0	0	0	15,0
TO	4.991	4.991	114,8	-	-	-	-	-	-	10	10	0,2	-	-	-	5.001	5.001	115,0
DF	-	-	-	-	-	-	4.486	15.000	333,9	-	-	-	-	-	262,8	4.486	15.000	596,7
Total	690.186	690.186	16.329,3	130	130	3,1	11.912	22.426	499,6	10	10	0,2	0	0	531,2	702.238	712.752	17.363,4

Fonte: Conab/Supab/Gepab

A despesa total foi de R\$3.815.701,57, representando cerca de 75,01% do valor repassado, com destaque para os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, que atingiu 79,35% da despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 2.81

Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI

UF	Elemento de Despesa (R\$)				Total	
	Diárias	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros			Obrigações Tributárias e Contributivas
			Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AL	270,00		1.510,80	12.150,80	302,16	14.233,76
AM	-	-	-	569.930,17	-	569.930,17
BA	1.875,00	330,00	-	58.813,15	-	61.018,15
CE	-	4.721,00	13.219,94	375.847,65	-	393.788,59
ES	-	-	-	87.652,19	-	87.652,19
GO	540,00	722,00	-	-	-	1.262,00
MA	-	-	-	149.143,90	656,34	149.800,24
MG	-	758,50	-	11.913,48	-	12.671,98
MS	-	-	-	128.243,93	-	128.243,93
PA	-	10.700,00	-	280.002,12	187.612,61	478.314,73
PB	2.700,00	5.785,87	-	3.906,24	-	12.392,11
PE	-	10.620,00	17.874,54	35.371,96	3.574,90	67.441,40
PI	8.670,00	36.102,26	-	471.542,37	5.968,76	522.283,39
PR	-	-	-	110.702,43	-	110.702,43
RN	-	-	-	4.268,15	-	4.268,15
RS	-	-	-	509.917,40	-	509.917,40
SC	-	1.200,00	-	76.777,60	6.527,71	84.505,31
SE	-	-	-	3.427,20	-	3.427,20
SP	-	-	-	8.530,98	-	8.530,98
TO	-	439.389,68	-	-	26.159,52	465.549,20
Matriz	-	-	-	129.768,26	-	129.768,26
Total	14.055,00	510.329,31	32.605,28	3.027.909,98	230.802,00	3.815.701,57

Fonte: Siafi

2.3.3.14 – Avaliação do Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos de Reforma Agrária

Repasse de recursos orçamentários no valor de R\$678.590,91, objetivando a avaliação da eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA sobre as condições de sustentabilidade econômica e social das famílias assentadas, mediante realização de inquérito domiciliar junto a uma amostra significativa dessas famílias, bem como a verificação dos principais problemas enfrentados pelas organizações das famílias assentadas no acesso ao Programa; avaliação do nível de desenvolvimento das famílias inseridas no PAA, implementando metodologia e instrumentos de execução que contribuam pra a construção de uma proposta de avaliação da qualidade dos assentamentos implantados no País; e divulgação dos resultados auferidos com a pesquisa junto a gestores das organizações dos assentados em todos os estados da federação. O orçamento foi descentralizado à Conab em 18/12/09 e repassado ao Pnud para execução em 2010.

2.3.4 – Programa de Revitalização da Conab

Esse Programa teve início em dezembro de 2003, mediante acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (Projeto BRA-03/34), com o objetivo geral de capacitar a Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País, fortalecendo cada vez mais a posição da Companhia dentro do contexto nacional.

Nesse cenário, tal Programa vem sendo desenvolvido mediante a implementação de quatro projetos, a seguir descritos, sendo que o primeiro busca atender necessidades internas da Conab e os outros três estão relacionados com exigências externas da organização. Um quinto projeto, Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia, denominado de Planejamento Estratégico, foi paralisado em 2007.

a) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab

O caminho determinado para o cumprimento da missão da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - Sutin, estabelecida em *Coordenar e integrar as ações institucionais na área de tecnologia da informação, avaliando e provendo soluções adequadas, com foco nos objetivos estratégicos*, tem resultado em elevado grau de transformação tecnológica, necessário ao alcance dos objetivos estratégicos traçados pela Companhia e colocando-a em igual patamar de grandes corporações.

O Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, iniciado em 2004, é o carro-chefe da Sutin e principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico "Prover a Companhia de Infra-estrutura de TI Atualizada" do Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: "Melhorar a geração de Informação e Conhecimento", "Facilitar o acesso às Informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação", "Atuar proativamente na formação dos estoques públicos", "Fortalecer atuação no segmento da Agricultura Familiar", "Prover a articulação do mercado de hortigranjeiros" e "Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado".

O PMTI tem, portanto, impacto em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim a sua importância, como fator crítico de sucesso para a execução de sua estratégia organizacional.

O Projeto Geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível. O PMTI, o qual se encontra em pleno andamento, vem desenhando um novo cenário de TI, com padrões metodológicos e tecnológicos.

Os novos sistemas corporativos, uma das principais entregas do PMTI, estão sendo desenvolvidos com tecnologias de ponta e utilização de melhores práticas em desenvolvimento de sistemas, baseados em premissas tais como tecnologia web e utilização de software livre, desde software básico e de suporte, banco de dados, linguagens de programação e ferramentas de desenvolvimento, em aderência às recomendações do Governo Federal.

Pautados na preservação da visão sistêmica, estes novos sistemas compartilham um mesmo modelo corporativo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento de sistemas, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*.

Além dos novos sistemas corporativos, os destaques ficam para os *Datawarehouse* e

soluções de *Business Intelligence (BI)*, também pautados na utilização de softwares livres (bancos de dados, ferramentas OLAP e ETL) derivados das bases de dados corporativas.

O PMTI também vem privilegiando a infraestrutura tecnológica: melhoria gradual do parque computacional e da infraestrutura de rede e a migração dos serviços de rede (Firewall, Correio Eletrônico, Servidores Web) e ferramentas de automação de escritório para plataforma livre, o que possibilitou redução significativa do seu Custo Total de Propriedade (TCO – Total Cost Ownership) e projetou a Conab como referência de sucesso na adoção de software livre, no âmbito da administração pública.

As ações previstas vêm ocorrendo de acordo com as prioridades, metas, indicadores traçados e também de acordo com as expectativas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Conab; contudo, neste exercício, diante da evasão de novos concursados para outros órgãos de governo com remuneração melhor adequada aos padrões de mercado de TI, assim como a não recomposição do quadro funcional próprio, algumas atividades e projetos foram impactados diretamente, comprometendo sobremaneira a prestação dos serviços de infraestrutura, de suporte e de sistemas em produção e em desenvolvimento.

A importância da recomposição do quadro de pessoal próprio específico para a área de TI, em seus diversos perfis, já foi manifestada em vários expedientes desta Superintendência, da Audin em seu “Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão n.º 10, de 09/06/2009” e pela Auditoria Independente BDO Trevisan no “Relatório de Recomendações para Melhoria dos Controles Internos e Procedimentos relativos ao Ambiente de Processamento Eletrônico de Dados”. Considerando que a solução definitiva para que a Sutin possa cumprir seu papel institucional passa, necessariamente pela recomposição de seu quadro de pessoal de TI, é extremamente preocupante a situação da Companhia já que o exercício de 2010 será o último ano do Acordo de Cooperação Técnica BRA/03/034 formalizado com a ABC e o Pnud. Ao término deste, e na ausência da recomposição do quadro de TI nos perfis e quantitativos aprovados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o quinquênio 2007-2011, não será possível responder às demandas existentes, muito menos atender a novas demandas, tendo impacto direto em vários processos negociais da Conab, hoje automatizados, quer seja no âmbito da Matriz, Suregs ou Unidades Armazenadoras.

Especificamente em relação ao exercício de 2009, que se destacou pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, várias foram as ações realizadas, cabendo registrar as de maior relevância:

- Desenvolvimento e entrada em produção do Sistema de Gestão de Contratos–SISCOT, em plataforma web e livre. O sistema trata dos registros dos Contratos Administrativos e Contratos de Cessão de Uso de Bens Imóveis, controle dos vencimentos das parcelas de pagamentos e controle dos termos aditivos.
- Desenvolvimento e entrada em produção do Sistema de Controle das Operações de Subvenção–SISSUB (módulo cana de açúcar) em plataforma web e livre. O sistema trata do controle das operações de subvenção recebida pelo produtor na comercialização da cana de açúcar ao mercado (usinas).
- Desenvolvimento e entrada em produção do Catálogo Telefônico On-line, em plataforma web e livre. A solução facilita a busca de informações sobre gestores e sobre qualquer empregado ou terceirizado. Possibilita, também, a atualização de dados do empregado como ramal, e-mail, entre outros.
- Desenvolvimento e Entrada em produção do aplicativo BCANet, para uso em modo off-line

em computadores portáteis (notebook) em trabalhos de campo. A solução permite a geração de Boletim de Cadastro de Armazéns em trabalhos de campo como censo dos armazéns e/ou quaisquer outras vistorias pontuais.

- Implantação do Sistema de Faturamento e Controle de Estoques-xFAC, em mais 15 Suregs, a saber: AL, BA, CE, ES, GO, MA, MS, PE, PI, RJ, RO, RR, SE, SP e TO. Serviços de manutenção corretiva e evolutiva em andamento. O sistema, em substituição ao Sinteg, efetua controles integrados das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal. A entrada em produção nos demais estados (AC, AP, PA e RS) encontra-se em andamento, de acordo com o cronograma definido pela Comissão constituída por meio da Portaria Presi n.º 212/2009.
- Implantação e disponibilização na intranet do Sistema Gerencial de Atendimento–SISGAT. É um sistema de “Service Desk” para atendimento das demandas do sistema xFAC. Sua sistemática de atendimento é baseada na ITIL (Information Technology Infraestrutura Library). Os chamados abertos são classificados de acordo com a sua prioridade (baixa, média, alta ou crítica) e sua situação pode variar de acordo com o seu andamento (enviado ao analista, aceito, em andamento, concluído, fechado). Os chamados também podem ser categorizados como problema, incidente ou requisição de serviço.
- Entrada em produção da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em diversas unidades armazenadoras próprias e nas Suregs AM, CE, GO, MA, MG, MT, PB, PR, RO, SC e TO. A solução é responsável pela comunicação entre os sistemas Saagra e xFAC com a Sefaz de cada estado, no processamento, transmissão e retorno/autorização de NF-e. A entrada em produção nos demais estados encontra-se em andamento, de acordo com o cronograma definido pela Comissão constituída por meio da Portaria Presi n.º 212/2009.
- Desenvolvimento e entrada em produção de solução para a Escrituração Fiscal Digital – EFD/SPED FISCAL a partir do sistema xFAC.
- Entrada em produção do sistema de apuração dos índices IPP/IPR, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - SIAGRO em plataforma web e livre.
- Início do levantamento de requisitos dos Casos de Uso para o oportuno desenvolvimento do sistema de Valor Bruto da Produção (VBPA), parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - SIAGRO em plataforma web e livre.
- Elaboração do Documento de Visão para o novo Sistema de Almoxarifado – SISMAT em plataforma web e livre e início de seu desenvolvimento.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suarm no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras–SICARM, desenvolvido em plataforma web e livre. O sistema trata de todo o ciclo de vida dos armazéns: cadastro, impedimento, credenciamento e descredenciamento de armazéns, cadastro de contrato, termo aditivo, termo de rescisão, impedimentos, descredenciamentos e recredenciamentos de agentes, registro de perdas de estoque e informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país.
- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suinf no sistema de Preços, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento–SIAGRO, desenvolvido em plataforma web e livre. O sistema gera informações de séries, preços de produtos e índices econômicos para divulgação

à sociedade e aos setores interessados, possibilitando a realização de análises conjunturais.

- Implementação das solicitações de mudanças e melhorias demandadas e priorizadas pela área gestora Suinf, inclusive aquelas necessárias para atendimento ao PGPAF 2009, na solução de Datawarehouse do sistema de Preços, parte integrante do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO, desenvolvido em plataforma web e livre. A partir do cadastramento diário de preços e de índices no SIAGRO, a solução de DW consolida uma base multidimensional, permitindo, via solução de Business Intelligence (BI), análises gerenciais – geração de relatórios, gráficos e mapas das séries históricas de preços e índices.
- Reestruturação em avançado estágio de conclusão, do sistema web da Agricultura Familiar e do aplicativo PAANet, partes integrantes do Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST, cujas mudanças nos requisitos do sistema foram demandadas pela área gestora Supaf com a finalidade de simplificar o processo de participação no PAA e possibilitar uma melhor gestão. O sistema permite o controle das demandas e programação orçamentárias e o registro de propostas de participação dos seguintes mecanismos do PAA: Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar–CPR Doação e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar–CPR/Estoque.
- Continuidade do levantamento de requisitos de casos de uso com vistas ao oportuno desenvolvimento do sistema de Administração de Estoques, parte integrante do projeto SIGEST. Dada a grande abrangência do escopo negocial do projeto SIGEST, de longo prazo, o mesmo vem sendo continuado com o próximo módulo priorizado, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência.
- Desenvolvimento, em curso, da nova solução tecnológica para o Sistema de Comercialização Eletrônica–SISCOE, para plataforma web e livre.
- Desenvolvimento, e entrada em produção de novos módulos do Sistema de Avaliação de Safras: café e cana de açúcar, desenvolvidos em plataforma web. O sistema possibilita o cadastramento dos levantamentos e avaliação de safras. Fornece informações relativas à diferença de área plantada em relação à safra anterior. Possibilita acompanhamento de dados sobre a colheita/comercialização ao longo do ano.
- Suporte tecnológico ao Projeto Prohort e ao Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB.
- Implementação de melhorias no Sistema de Informações Gerenciais–ConabSIG, desenvolvido em plataforma web e livre para atendimento ao Projeto Prohort e demais projetos corporativos.
- Implantação do Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA para os armazéns próprios que passaram a integrar a rede estratégica da Conab. O sistema proprietário possibilita a automação das atividades inerentes à operação das unidades armazenadoras da Companhia. Implantação em andamento de acordo com cronograma da NF-e.
- Prospecção de soluções para um novo sistema de controle de atividade jurídica, demandado pela área gestora Proge e elaboração do Projeto Básico. Certame licitatório cancelado. Aguarda-se novo certame para 2010.
- Continuidade na implantação/ampliação dos links de longa distância. Em fase final a última etapa de instalação, a qual irá integrar os armazéns próprios restantes à rede Wan da Conab.

- Revitalização gradual do parque computacional, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. No decorrer do exercício foram concluídos os processos de aquisição de 558 microcomputadores destinados às UAs, Suregs, CDRH e Matriz e 20 notebooks para atendimento da área de fiscalização de estoques. Encontra-se em curso as aquisições de várias impressoras de grande e médio porte para atendimento à Matriz e Suregs/UAs, componentes para a nova rede LAN da Matriz, 32 equipamentos servidores e 295 microcomputadores/monitores.
- Elaboração e realização de treinamentos virtuais (ensino à distância), destinados a empregados/usuários em âmbito nacional, para todos os módulos do BrOffice e Dot Project, assim como de ferramentas de editoração gráfica (InkScape, Gimp e Scribus).
- Levantamento e organização da documentação dos hardwares de todos os servidores, atualização dos firmwares e guarda em meio digital, de todos os firmwares e drivers respectivos.
- Análise, prospecção e instalação de software para monitoramento de todos os circuitos de longa distância, servidores e serviços.
- Análise e montagem do ambiente de desenvolvimento da distribuição linux base, Ubuntu.
- Atualização e implantação do sistema de inventário CACIC na Matriz, CDRH, Suregs e UAs com servidores de rede, referentes aos softwares e hardwares (microcomputadores e servidores), com verificação de licenças de softwares e relatório apontando eventuais problemas de licenciamento.
- Análise, prospecção, documentação e implantação de cliente SNA livre, para acesso às aplicações estruturantes do governo federal (Siafi, Siasg, Siape, etc).
- Otimização, customização e adequação de interface gráfica da distribuição Linux Ubuntu: análise dos requisitos, seleção/personalização/implantação de pacotes similares em funcionalidade ao ambiente MS-Windows – clientes de correio e navegadores compatíveis (ferramentas de navegação); mensageria instantânea (chat). Criação de imagem contemplando a interface gráfica em sua forma final.
- Implementação de segurança de rede baseado no Mac-Address dos equipamentos e respectivo IP no DHCP.
- Implantação de novos servidores sobre o Storage (sistema de armazenamento).
- Implantação em curso do novo sistema de backup dos servidores Linux e Windows.

b) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras)

Visa ao aperfeiçoamento metodológico da previsão de safras do Brasil, buscando a redução da subjetividade na avaliação das safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas e localização da produção, e objetivando a melhoria da gestão dos estoques e do escoamento da safra em apoio às políticas públicas e ao mercado. Na geração das informações o Geosafras faz uso de geotecnologias tais como: sensoriamento remoto, posicionamento por satélite, sistema de informações geográficas, além de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo.

As principais atividades desenvolvidas em 2009, no âmbito do Projeto Geosafras foram:

- Acompanhamento das condições agrometeorológicas e espectrais (mapas de condição da

vegetação) nas principais regiões produtoras do Brasil e dos principais países exportadores de commodities agrícolas. Produção de mapas, textos e apresentações para a Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras (Geasa) durante o fechamento das divulgações de safra;

- Publicação periódica de Informes Agrometeorológicos (semanais), Boletins Agrometeorológicos e Espectrais (mensais) e Boletins Agroclimáticos (prognósticos trimestrais - atualizados mensalmente);
- Atualização permanente do Banco de Dados das Usinas de cana de açúcar;
- Levantamento sistemático da disponibilidade de imagens de alta resolução para o mapeamento (pré-validação) de grãos, cana de açúcar, café e outras culturas permanentes;
- Atendimento às demandas relacionadas ao geoprocessamento;
- Elaboração e acompanhamento dos planos de trabalho internos (consultores), dos Acordos de Cooperação (DevCoCast e INMET) e das atividades dos Parceiros (UNICAMP, SIMEPAR e UFRGS), vinculados às duas frentes de trabalho da Gerência, o Projeto Geosafra e o Projeto SigaBrasil.
- Desenvolvimento, instalação e configuração de uma Solução Web para disseminação de informações geográficas do ambiente de produção, contendo todos os requisitos de software necessários para o funcionamento na solução Web.
- Mapeamento do café:
 - Conclusão da validação do mapeamento realizado com imagens de 2007 no estado do Paraná;
 - Aquisição e processamento das imagens (2007) para o mapeamento na Bahia;
 - Aquisição das imagens de aerofotogrametria, disponibilizada pelo IEMA e ICMBIO, para o mapeamento no estado do Espírito Santo;
 - Atualização do mapeamento em Minas: de 2006 para 2008;
 - Início da atualização do mapeamento em São Paulo: de 2006 para 2008.
- Mapeamento de grãos e cana de açúcar:
 - Elaboração das máscaras de cultivo de grãos nos estados de TO, GO, MA, PI, BA, com imagens MODIS (2009);
 - Mapeamento da cana de açúcar nos estados de TO, GO, MA, PI, BA, com imagens LANDSAT de 2009;
 - Levantamento da qualidade das imagens para o mapeamento da cana de açúcar na Região Nordeste.
- Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas:
 - Identificação do uso do solo e determinação dos perfis espectrais nas microrregiões de Vão do Paraná, Entorno de Brasília, Catalão, Anápolis e Anicuns, em Goiás;
 - Definição do calendário de plantio de referência por mesorregião estadual.
- Estudos específicos e mapas temáticos:
 - Mapeamento das áreas cultivadas com arroz no território indígena de Raposa Serra do Sol,

em Roraima, na safra 2008/09 (com validação em campo);

- Investigação do desmatamento de áreas de proteção pela expansão do cultivo de cana de açúcar e/ou grãos na microrregião de Ceres–GO;
- Mapeamento temático da microrregião de Ceres, Goiás;
- Descrição das condições climáticas, da viabilidade da produção agrícola e da suscetibilidade aos fenômenos climáticos transitórios El Niño e La Niña, nos municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD);
- Localização e mapeamento das áreas produtoras de cana de açúcar na Argentina;
- Mapeamento das pastagens no Sudeste do Pará.
- Acordos de cooperação: DevCoCast e LATIS (CONAB/INMET):
- Assinatura do Grande Acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Européia, chamado DevCoCast;
- Assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre a CONAB e o INMET;
- Implementação e operacionalização do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, previsto no acordo com o INMET;
- Participações importantes:
- Atendimento à determinação do Supremo Tribunal Federal para o mapeamento das áreas cultivadas com arroz, na safra 2008/09, no território indígena de Raposa Serra do Sol. Estimativa da produção e do preço do produto nas áreas não colhidas;
- Participação no Zoneamento Agroecológico da cana de açúcar, através da disponibilização das coordenadas das usinas e das máscaras de cultivo;
- Ator principal do programa recém criado pelo Ministério da Agricultura, denominado Boi Guardião, que visa o diagnóstico e o monitoramento do crescimento das pastagens no sudeste do Pará, através da participação do LATIS (CONAB/INMET);
- Elaboração de mapas sobre PGPM, PAA, países exportadores de commodities agrícolas, insegurança alimentar e classificação da subnutrição no mundo, para apresentação na FAO.

c) Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis

A Conab, tradicionalmente vinculada às ações de política pública voltadas para o abastecimento, mercado e armazenamento agrícolas, pretende verificar a eficácia da estratégia e dinâmica de Rede em duas dimensões: a) no incremento da presença da agricultura familiar no mercado e no acesso às políticas públicas – especialmente aquelas operadas pela própria Companhia; b) no aumento, em volume e qualidade, das informações existentes sobre a produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-a de mais mais favorável nos dados que caracterizam a agricultura brasileira.

Este objetivo representa também a possibilidade de estruturação e perenização de uma dinâmica autônoma centrada na cooperação e ajuda mútua para além da vigência e interesses

institucionais do Projeto Conab/PNUD.

Coerente com tal perspectiva de autonomia, a metodologia adotada para a estruturação das Redes tem caráter participativo, com as organizações envolvidas sendo chamadas a definir os principais obstáculos a enfrentar, assim como as atividades e estratégias para sua implantação.

Iniciado em 2004, com o desenvolvimento de critérios para seleção das regiões alvo do projeto, ocorreram, no mesmo ano, atividades de sensibilização de entidades nas regiões alvo e a realização de diagnósticos sobre as experiências de produção e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, levantamentos que culminaram com a realização de seminários de discussão sobre os diagnósticos realizados.

Entre o fim de 2004 e meados de 2005 ocorreram seminários para discussão dos Planos Preliminares de Ação e aprovação de definição dos Planos de Ação Regional (PARs) para cada uma das 3 regiões-alvo (MT, PA e BA/SE). Ao mesmo tempo, foram definidas Comissões Coordenadoras de Rede.

A partir de então as Comissões Coordenadoras reuniram-se por várias vezes ao longo do ano, coordenando atividades como a avaliação e definição de entidades para serem designadas Agência Implementadora do Projeto, selecionado animadores de rede e participantes de capacitações e participando dos pré-serviços para capacitação dos animadores selecionados.

Ainda em 2005 teve início o processo de capacitação previsto nos PARs e no projeto de capacitação “Comercialização, cooperativismo e associativismo - Princípios básicos e ferramentas de ação” (convênio com MAPA/SEARC) - o qual foi concluído já em 2006, totalizando 231 pessoas capacitadas - 139 num processo de médio prazo (130 horas divididas em 4 módulos) e outras 92 no curto prazo (1 módulo de 8 horas).

Em 2006 foram celebradas Cartas de Acordo com Agências para implementação das atividades previstas nos PARs permitindo, então, o repasse de recursos às entidades. A partir de tais repasses, as entidades contrataram os animadores selecionados e treinados e assumiram a implementação das atividades previstas nos Planos de Trabalho. Ao final daquele ano, foram realizados Seminários Regionais e de Rede em cada um dos estados envolvidos que, avaliando as atividades realizadas de 2004 a 2006, atualizaram suas estratégias de estruturação das redes e elaboraram um novo Plano de Ação para 2007.

Entretanto, a descontinuidade no fluxo de recursos do Projeto Conab/PNUD para as Agências Implementadoras, comprometeu o pleno alcance das metas traçadas, determinando a elaboração de Termos Aditivos às Cartas de Acordo para assegurar o completo alcance das metas previstas para o ano de 2006 ainda que adentrando 2007.

A revisão do Projeto Conab/PNUD – BRA 03/034 ocupou todo o segundo semestre de 2007, impedindo que novas Cartas de Acordo para assegurar a continuidade da estruturação das redes fossem celebradas. Assim, as Agências Implementadoras não tiveram meios materiais para garantir o custeio das atividades dos animadores e Comissões Coordenadoras.

O cumprimento do rito de seleção e contratação das agências implementadoras, a partir de então denominadas Parceiras de Desenvolvimento (PDs) ocupou todo o primeiro semestre de 2008 e logrou definir um rol de 11 parceiras.

A contratação das mesmas deu-se em julho e somente em setembro passaram a receber recursos - o que ocorreu em parte devido a substituição, pelo PNUD, do sistema (ATLAS) anteriormente utilizado.

O lapso nas atividades de rede durou um total de 18 meses (de julho de 2007 a dezembro de 2008), mas apesar do mesmo, as organizações que integram as redes asseguraram a continuidade das ações, impedindo que as redes caíssem em total ostracismo ou paralisação (em todos os estados envolvidos na dinâmica de rede observou-se incremento nas operações do PAA).

As atividades previstas e contratadas com as 11 organizações Parceiras de Desenvolvimento (9 no MT, PA e BA/SE; 1 em GO e 1 no RS), previam a realização, até dezembro de 2009, de mais de 1.500 eventos/atividades a serem consolidados em 384 produtos.

Entretanto, como a maioria das Parceiras de Desenvolvimento recebeu recursos somente entre outubro e dezembro, a implementação das atividades adquiriu força somente a partir do início de 2009. Tal fato determinou queda no desempenho das organizações, as quais não puderam realizar dentro do prazo todas as atividades previstas - entregando 110 produtos num total de 672 atividades/eventos, os quais envolveram a participação de cerca de 5.541 pessoas.

As ações de sensibilização e capacitação para o PAA (acesso, elaboração e gestão de projetos) totalizaram 103 eventos, logrando o envolvimento de 3.725 agricultores, extrativistas, índios, quilombolas, pescadores profissionais artesanais e outros povos tradicionais, enquanto as ações voltadas para a gestão comercial e manejo da sócio biodiversidade somam 41 eventos e 345 participantes.

Integrando ainda o rol de capacitações voltadas para o PAA, foram realizadas 10 oficinas direcionadas para técnicos de organizações voltadas para o público PRONAF, com a participação de cerca de 260 técnicos integrantes de cooperativas, associações, movimentos sociais, ONGs e órgãos públicos municipais, estaduais e federais ligados ao meio rural.

A questão da mulher foi abordada em 3 eventos regionais (norte, nordeste e sudeste) voltados para a capacitação das mulheres para o acesso às políticas públicas, com destaque para o PAA e para a PGPM sociobiodiversidade, logrando a participação de 111 mulheres que ocupam posições de liderança em organizações em tais regiões.

As ações em rede oportunizaram ainda a realização de 5 intercâmbios técnicos entre comunidades e organizações, com a participação de 200 pessoas e a realização de várias atividades comunitárias como mutirões e, em 30 comunidades tradicionais, a celebração de acordos comunitários de manejo da sociobiodiversidade denominados Planos de Manejo Simplificado.

No tocante à realização de estudos e pesquisas, teve início a realização de uma pesquisa sobre o nível de acesso das mulheres e suas organizações ao PAA e, ainda, foram realizados 3 estudos de mercado para avaliar as possibilidades de inserção de produtos oriundos da agricultura familiar em mercados micro-regionais localizados nos estados do Pará e Rio Grande do Sul.

As redes em estruturação nos estados do MT, PA e BA/SE realizaram 11 reuniões de suas Comissões Coordenadoras de Rede, monitorando e avaliando a execução dos Planos de Ação contratados perante as Parceiras de Desenvolvimento.

Face à impossibilidade de cumprir com o cronograma contratado, as organizações encaminharam à Conab solicitação de Aditivo de Prazo às Cartas de Acordo, o que foi aceito tanto pela Conab quanto pelo PNUD, prorrogando o prazo de vigência das mesmas até setembro de 2010 - exceção feita à uma das organizações com a qual não foi realizado Aditivo (CFAC).

Além das atividades focadas nas redes, foi dado apoio às ações de comercialização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo, envolvendo a capacitação e/ou publicização de políticas públicas junto a várias organizações e atores relacionados ao público PRONAF. Abaixo, temos uma listagem de tais eventos:

- 16 a 18/02/09 - I Encontro de Sementes do Semi-árido - Campina Grande/PB
- 09 a 11/02/09 - Reunião de monitoramento GT-Biodiversidade da Artic. Nac. de Agroecologia – Brasília
- 31/03 a 02/04/09 - Coordenação da Artic. Nac. de Agroecologia para avaliação e planejamento de ações junto ao PAA - Rio de Janeiro/RJ
- 27 a 30/04/09 - Curso de Capacitação em Políticas Públicas para mulheres rurais – Natal/RN
- 05 a 08/05/09 - Curso de Capacitação em Políticas Públicas para mulheres rurais - Rio Branco/AC
- 19 a 22/05/09 - Curso de Capacitação em Políticas Públicas para mulheres rurais - Belo Horizonte/MG
- 20 e 21/07/09 - Grupo de Trabalho Soberania e Segurança Alimentar da Artic. Nac. de Agroecologia (GT-SSAN) - Rio de Janeiro/RJ
- 20 a 23/07/09 - Oficina Mapeamento de Experiências Agroecológicas Reunião de monitoramento GT-Biodiversidade – RJ
- 05 e 06/08/09 - Encontro sobre marco regulatório de produtos da Agrobiodiversidade e Oficina sobre Direito dos Agricultores ao livre uso da biodiversidade – Curitiba/PR
- 13 a 15/11/09 - Encontro sobre seguridade e rastreabilidade nas cadeias de produtos da agrobiodiversidade - Antonio Prado/RS
- 13 a 15/11/09 - Encontro sobre experiências de manejo e resgate de raças crioulas e comercialização de produtos de origem animal – Ipê/RS
- 24 a 26/11/09 - Encontro sobre Marco Regulatório da produção e comercialização de produtos da agrobiodiversidade – Brasília/DF
- 08 e 09/12/09 – Encontro de Identificação e mapeamento das experiências de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade no Brasil - Rio de Janeiro/RJ.

d) Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Visa estruturar e consolidar uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, capaz de garantir uma melhoria significativa das condições de remuneração dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Objetiva, também, reduzir a intermediação existente entre pescadores artesanais e o mercado consumidor, por meio da estruturação de corredores de comercialização, ampliando a oferta de pescado pelos beneficiários diretamente aos consumidores, e capacitando pescadores e aquicultores para a comercialização direta com o consumidor.

O projeto está subdividido em duas formas de atuação, ambas em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA. As ações são viabilizadas por Termo de Cooperação Técnica firmado com a Conab e que prevê o repasse de recursos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

- Aquisição de equipamentos e materiais para a composição e distribuição de módulos de comercialização (kits feira do peixe)

Os Kits Feira do Peixe são disponibilizados em 02 padrões: Peixe fresco e Peixe Vivo. O objetivo dessa ação é dar oportunidade ao Aquicultor ou pescador de comercializar seus produtos diretamente em feiras livres locais, garantindo preços mais justos tanto para produtores quanto para consumidores. Os Kits possibilitam ainda a comercialização em condições higiênico-sanitárias adequadas, melhorando a qualidade do produto oferecido.

Até dezembro de 2009 foram adquiridos equipamentos e materiais para a composição de 340 Kits Feira do Peixe, que serão distribuídos para entidades selecionadas de 22 estados da Federação e Distrito Federal, beneficiando 05 regiões administrativas.

O valor gasto com a aquisição de materiais e equipamentos foi de R\$ 1.584.739,04.

Em que pese não ter ocorrido repasse de recursos no exercício de 2009, a assinatura da Portaria n.º 306 de 12 de dezembro de 2008, da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, prorrogou o prazo para aplicação dos recursos de 2007 até 2010, o que permitiu a execução das ações em 2009.

- Aquisição de equipamentos e materiais para atendimento aos Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal

O apoio aos Pequenos Empreendimentos objetiva melhorar a qualidade do produto, a renda dos Pescadores e Aquicultores Artesanais, a saúde dos trabalhadores e a geração de novas oportunidades de trabalho. Estes estão divididos em 4 modalidades: Acampamento de Pescadores Artesanais, Cozinhas Comunitárias, Manipulação de Pescado e Pontos Comerciais Fixos.

Foram abertos 5 processos de licitação para a aquisição de materiais e equipamentos, que estão em fase de conclusão, e serão pagos com recursos repassados em 2008 para aplicação até Dez/2010.

Serão atendidas 65 instituições, já selecionadas através de edital, de 59 municípios, que beneficiarão aproximadamente 3.500 pescadores/aquicultores e suas famílias, em 19 estados.

e) Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia

Visa ao aprimoramento das ferramentas de planejamento e, sobretudo, de controle das ações, de forma a garantir o efetivo monitoramento das atividades estratégicas, propiciando transparência ao desempenho institucional, inclusive no que pertine às dimensões de interesse do Tribunal de Contas da União (economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade).

Este projeto foi paralisado em 2007 para revisão das estratégias e adequação às novas atividades desenvolvidas pela Companhia.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 Programação Orçamentária

Quadro 2.82
Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Companhia Nacional de Abastecimento	22211	135100

Quadro 2.83
Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	241.084.071,00	306.063.294,00	-	-	142.209.093,00	117.360.729,00	
	PLOA	241.084.071,00	306.063.294,00	-	-	142.209.093,00	117.360.729,00	
	LOA	241.084.071,00	306.063.294,00	-	-	141.309.093,00	115.645.914,00	
CRÉDITOS	Suplementares	62.549.400,00	26.345.190,00	-	-	790.000,00	17.045.898,00	
	Especiais	Abertos	-	55.632,00	-	-	7.490.000,00	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	24.580.000,00	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Supor

Quadro 2.84
Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	16.200.000,00	62.700.000,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-	
	PLOA	13.800.000,00	62.700.000,00	2.400.007.967,00	2.300.000.000,00	-	-	
	LOA	12.730.000,00	62.700.000,00	2.400.009.941,00	2.300.000.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	800.000,00	4.600.000,00	-	1.000.000.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	3.200.000,00	-	3.485.000,00	192000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	3.785.000,00	10.292.000,00	411.964,00	-	6.988.036,00	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Supor

Quadro 2.85
Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	383.293.164,00	423.424.023,00	2.413.807.967,00	2.362.700.000,00	-	-	
	PLoa	383.293.164,00	423.424.023,00	2.413.807.967,00	2.362.700.000,00	-	-	
	LOA	382.393.164,00	421.709.208,00	2.412.739.941,00	2.362.700.000,00	6.988.036,00	-	
CRÉDITOS	Suplementares	63.339.400,00	43.391.088,00	230.800.000,00	1.004.600.000,00	-	-	
	Especiais	Abertos	7.490.000,00	55.632,00	6.685.000,00	192.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		24.580.000,00	-	4.196.964,00	10.292.000,00	6.988.036,00	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Supor

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135347	20605035221300001	-	-	-	-	34.355.889,09	-	
				20122035222720001	-	-	879.735,12	405.434,86	-	-	
				20122035228290001	-	-	2.000.000,00	2.025.758,14	-	-	
				08244104927920001	-	-	23.008.236,13	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	3.249.740,56	-	-	-	
				06182102945640103	-	-	2.200.710,59	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	5.712.998,83	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	-	-	49.655.843,59	-	
				08306104927980001	-	-	64.297.947,50	-	-	-	
				20126035220030001	-	-	-	989.812,00	-	-	
				08306104927980062	-	-	6.303,44	-	-	-	
				135348	20605035221300001	-	-	-	-	4.926.421,73	-
					20605035221300001	-	-	-	-	19.636.436,24	-
				135595	08244104927920001	-	-	20.000,00	-	-	-
					06182102945640103	-	-	20.000,00	-	-	-
			490002	2112203512B830001	-	-	4.045.085,03	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	-	-	14.049.036,42	-	
			530012	06182102945640103	-	-	1.267.097,81	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	1.160.177,53	-	-	-	
			550008	08605104928020001	-	-	55.403,57	-	-	-	
				08306104927980001	-	-	40.143,35	-	-	-	
				08306104927980062	-	-	6.303,44	-	-	-	
			135167	2112203512B830001	-	-	5.434,06	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	1.112,93	2.439,74	-	-	
			135294	08605104928020001	-	-	479,70	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	25,00	-	-	-	
			135295	08605104928020001	-	-	3.312,15	-	-	-	
			135296	20605035221300001	-	-	-	-	242,41	-	
				08605104928020001	-	-	5.513,51	-	-	-	
			135439	08306104927980001	-	-	14.598,71	-	-	-	

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135586	20605035221300001	-	-	-	-	602.981,18	-
				20122035222720001	-	-	1.073.491,14	-	-	-
				20306035220120001	-	-	106.452,37	-	-	-
				28846090100220001	32.143,51	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	458.429,06	78.114,90	-	-
				20122035228290001	-	-	0,00	21.600,00	-	-
				20125035221370001	-	-	2.506,00	-	-	-
				20126035247020001	-	-	3.250,00	-	-	-
				20128036045720001	-	-	5.784,48	-	-	-
				20605036047110001	-	-	5.094,48	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.110.279,33	-	-	-
				08605104928020001	-	-	438.181,57	-	-	-
				06182102945640103	-	-	51.730,90	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	6.171,96	-	-	-
				08306104927980001	-	-	7.839.838,99	-	-	-
		20301035220040001	-	-	91.642,13	-	-	-		
		135045	135045	20605035221300001	-	-	-	-	4.485.103,30	-
				20122035222720001	-	-	2.266.229,88	-	-	-
				20306035220120001	-	-	588.788,00	-	-	-
				28846090100220001	101.771,83	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	1.575.560,04	32.347,00	-	-
				20122035228290001	-	-	-	9.600,00	-	-
				20125035221370001	-	-	14.051,48	-	-	-
				20126035247020001	-	-	1.522,78	-	-	-
				20128036045720001	-	-	44.037,72	-	-	-
				20605036047110001	-	-	10.170,26	-	-	-
				20692035247100001	-	-	2.291,54	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.060.328,97	-	-	-
				08605104928020001	-	-	281.573,10	-	-	-
				06182102945640103	-	-	592.945,73	-	-	-

Quadro 2.86

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135045	2112203512B830001	-	-	210.498,50	-	-	-		
				08306104927980001	-	-	3.000.000,00	-	-	-		
				20301035220040001	-	-	594.422,51	-	-	-		
			135246	20122035228290001	-	-	50.234,50	-	-	-	-	
				20306035220120001	-	-	753.954,84	-	-	-	-	
				20331035220110001	-	-	48.989,64	-	-	-	-	
				28846090100220001	2.862.109,27	-	28.407,02	-	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	2.295.398,18	35.196,68	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	-	31.968,00	-	-	-	
				20125035221370001	-	-	48.847,00	-	-	-	-	
				20128036045720001	-	-	38.185,64	-	-	-	-	
				20605036047110001	-	-	36.986,01	-	-	-	-	
				20692035247100001	-	-	4.451,00	-	-	-	-	
			135101	08244104927920001	-	-	5.409.895,60	-	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	592.211,16	-	-	-	-	
				06182102945640103	-	-	19.796,20	-	-	-	-	
				20605035285660001	-	-	2.030,00	-	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	453.587,68	-	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	-	-	6.716.793,11	-	-	
				08306104927980001	-	-	28.343.151,07	-	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	806.734,63	-	-	-	-	
				135103	20122035222720001	-	-	51,00	-	-	-	-
				135112	20605035221300001	-	-	-	-	89.808,90	-	-
			135113	08306104927980001	-	-	4.154.091,07	-	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	4.154.091,07	-	-	-	-	
			135114	20122035222720001	-	-	489,34	-	-	-	-	
			135416	20122035222720001	-	-	1.228,32	-	-	-	-	
			135425	20605035221300001	-	-	-	-	1.411,08	-	-	
				08306104927980001	-	-	178.650,46	-	-	-	-	
			135558	08605104928020001	-	-	10.000,00	-	-	-	-	

Quadro 2.86

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135565	20122035222720001	-	-	538,94	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	-	2.865,00	-	-	
				135584	20122035222720001	-	-	272,05	-	-	-
				135585	20122035222720001	-	-	132,32	-	-	-
			135000	20122035222720001	-	-	77,36	-	-	-	
			135115	20605035221300001	-	-	-	-	-	3.170.466,89	-
				20122035222720001	-	-	5.918.642,58	-	-	-	-
				20306035220120001	-	-	1.142.846,26	-	-	-	-
				20331035220110001	-	-	60.924,60	-	-	-	-
				28846090100220001	1.965.572,48	-	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	3.135.430,40	51.095,04	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	326.820,00	-	-	-
				20125035221370001	-	-	45.673,91	-	-	-	-
				20125035247060001	-	-	8.224,92	-	-	-	-
				20126035247020001	-	-	41.730,31	-	-	-	-
				20128036045720001	-	-	34.356,31	-	-	-	-
				20605036047110001	-	-	19.121,64	-	-	-	-
				20692035247100001	-	-	3.604,00	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.403.001,82	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	575.914,56	-	-	-	-
				06182102945640103	-	-	234.299,73	-	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	295.345,60	-	-	-	-
				2160503512B810001	-	-	-	-	-	4.157.199,13	-
				08306104927980001	-	-	25.447.134,64	-	-	-	-
				20301035220040001	-	-	1.851.953,20	-	-	-	-
			135116	08306104927980001	-	-	447.134,64	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	447.134,64	-	-	-	-
			135118	20122035222720001	-	-	492,24	1.646,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	0,00	374.795,43	-	-	-
				20301035220040001	-	-	2,00	-	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135130	20122035222720001	-	-	34,17	-	-	-
			135131	20122035222720001	-	-	1.283,03	-	-	-
			135133	20122035222720001	-	-	322,87	-	-	-
				20301035220040001	-	-	0,25	-	-	-
			135329	20122035222720001	-	-	106,50	-	-	-
			135447	20605035221300001	-	-	-	-	5.047,37	-
				20122035222720001	-	-	5,90	-	-	-
			135552	20122035222720001	-	-	3.974,15	-	-	-
				20301035220040001	-	-	290,02	-	-	-
			135597	08306104927980001	-	-	28.195,56	-	-	-
			135458	20605035221300001	-	-	-	-	7.423.879,98	-
				20306035220120001	-	-	633.272,99	-	-	-
				20331035220110001	-	-	86.797,40	-	-	-
				28846090100220001	392.985,91	-	689.044,61	-	-	-
				20122035222720001	-	-	1.031.969,25	44.777,30	-	-
				20122035228290001	-	-	0,00	218.988,00	-	-
				20125035221370001	-	-	26.947,56	-	-	-
				20125035247060001	-	-	2.380,00	-	-	-
				20126035247020001	-	-	2.859.016,46	-	-	-
				20128036045720001	-	-	31.920,98	-	-	-
				20605036047110001	-	-	8.018,73	-	-	-
				08244104927920001	-	-	272.370,57	-	-	-
				08605104928020001	-	-	74.799,78	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	50.664,07	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.001.063,27	-	-	-
				20301035220040001	-	-	730.412,78	-	-	-
				201220352125A0032	-	-	-	192.000,00	-	-
			135465	20122035222720001	-	-	20,03	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135141	20605035221300001	-	-	-	-	365.276.293,67	-
				20122035222720001	-	-	8.391.083,97	-	-	-
				20306035220120001	-	-	2.166.830,45	-	-	-
				20331035220110001	-	-	260.723,20	-	-	-
				28846090100220001	1.709.066,60	-	69.183,20	-	-	-
				20122035222720001	-	-	6.230.001,55	49.603,40	-	-
				20122035228290001	-	-	0,00	53.946,00	-	-
				20125035221370001	-	-	224.514,84	-	-	-
				20125035247060001	-	-	24.354,78	-	-	-
				20126035247020001	-	-	63.253,85	-	-	-
				20128036045720001	-	-	111.149,40	-	-	-
				20605036047110001	-	-	93.375,48	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.872.824,33	-	-	-
				08605104928020001	-	-	559.527,88	-	-	-
				06182102945640103	-	-	3.080,00	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	767.249,92	-	-	-
				08306104927980001	-	-	3.084.089,37	-	-	-
				20301035220040001	-	-	2.496.245,45	-	-	-
				20126035220030001	-	-	-	3.545,00	-	-
				20122035222720001	-	-	713,37	-	-	-
				20122035228290001	-	-	133.815,40	-	-	-
				20301035220040001	-	-	2.554,94	-	-	-
				20122035228290001	-	-	2.861,15	-	-	-
				20605035221300001	-	-	-	-	118,26	-
				20122035222720001	-	-	773,60	-	-	-
				20122035228290001	-	-	29.900,00	-	-	-
				20122035222720001	-	-	2.912,27	-	-	-
				20122035228290001	-	-	7.350,30	148.009,75	-	-
20122035222720001	-	-	1.640,50	-	-	-				
20122035222720001	-	-	106,64	-	-	-				

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135153	20605035221300001	-	-	-	-	153.599,77	-
				20122035222720001	-	-	447.671,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	1.900,00	207.000,00	-	-
				08244104927920001	-	-	181.380,39	-	-	-
				08605104928020001	-	-	11.370,48	-	-	-
				06182102945640103	-	-	2.917,87	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	7.525,89	-	-	-	
			135161	20122035222720001	-	-	1.981,28	-	-	-
			135410	20122035222720001	-	-	600,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	24.448,45	-	-	-
			135449	20122035222720001	-	-	622,75	-	-	-
			135540	20122035222720001	-	-	0,02	-	-	-
				08306104927980001	-	-	8.869,90	-	-	-
			135170	20605035221300001	-	-	-	-	1.272.961,48	-
				20122035222720001	-	-	2.366.270,62	-	-	-
				20306035220120001	-	-	618.593,54	-	-	-
		20331035220110001		-	-	87.384,60	-	-	-	
		28846090100220001		-	-	9.256,02	-	-	-	
		20122035222720001		-	-	2.926.440,78	24.739,03	-	-	
		20122035228290001		-	-	-	21.331,00	-	-	
		20125035221370001		-	-	50.705,02	1.200,00	-	-	
		20126035247020001		-	-	43.493,49	-	-	-	
		20128036045720001		-	-	45.441,57	-	-	-	
		20605036047110001		-	-	27.450,50	-	-	-	
		20692035247100001		-	-	5.325,66	-	-	-	
		08244104927920001		-	-	1.073.546,07	-	-	-	
		08605104928020001		-	-	831.634,81	-	-	-	
		06182102945640103		-	-	361.978,34	-	-	-	
		2112203512B830001		-	-	229.139,12	-	-	-	
		2160503512B810001	-	-	-	-	300.000,00	-		
		08306104927980001	-	-	7.601.722,61	-	-	-		
		20301035220040001	-	-	1.039.150,42	-	-	-		

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135171	20122035222720001	-	-	110.883,44	-	-	-		
				20301035220040001	-	-	2.404,70	-	-	-		
				135173	20122035228290001	-	-	130.096,80	94.500,00	-	-	
				135174	20122035222720001	-	-	7.217,94	-	-	-	
				135460	20122035228290001	-	-	57.389,52	-	-	-	
				135550	08605104928020001	-	-	522,38	-	-	-	
			135182	20605035221300001	-	-	-	-	-	275.105.767,30	-	
				20122035222720001	-	-	5.784.177,74	-	-	-	-	
				20306035220120001	-	-	1.130.546,05	-	-	-	-	
				20331035220110001	-	-	62.674,49	-	-	-	-	
				28846090100220001	2.312.171,32	-	-	-	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	4.246.181,23	29.046,00	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	-	482.767,67	-	-	-	
				20125035221370001	-	-	166.127,72	-	-	-	-	
				20125035247060001	-	-	16.091,10	-	-	-	-	
				20126035247020001	-	-	56.063,84	-	-	-	-	
				20128036045720001	-	-	167.050,17	-	-	-	-	
				20605036047110001	-	-	100.234,15	-	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	2.559.100,29	-	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	580.132,27	-	-	-	-	
				06182102945640103	-	-	11.561,29	-	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	252.009,80	-	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	-	-	-	5.520.500,00	-	
				08306104927980001	-	-	36.858.737,64	-	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	919.140,33	-	-	-	-	
				20126035220030001	-	-	-	7.212,60	-	-	-	
				08306104927980062	-	-	100.000,00	-	-	-	-	
				135183	08244104927920001	-	-	49.631,41	-	-	-	-
					08605104928020001	-	-	379,00	-	-	-	-
					2112203512B830001	-	-	3.048,38	-	-	-	-
					08306104927980001	-	-	30.344,49	-	-	-	-
				135184	20605035221300001	-	-	-	-	1.059,74	-	

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135185	20122035222720001	-	-	16.283,88	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	24.332,50	150.978,06	-	-	
				20122035222720001	-	-	215.228,39	-	-	-	
				135186	20122035228290001	-	-	26.760,72	226.968,50	-	-
					20301035220040001	-	-	138,24	-	-	-
				135187	20122035222720001	-	-	485,80	-	-	-
					20122035228290001	-	-	-	15.870,00	-	-
				135475	20122035228290001	-	-	-	9.616,00	-	-
					20605035221300001	-	-	-	-	48.227,60	-
				135482	20122035222720001	-	-	48.297,60	-	-	-
					20122035228290001	-	-	-	7.002,00	-	-
				135483	20122035222720001	-	-	0,01	-	-	-
				135491	20122035222720001	-	-	104,03	-	-	-
				135492	20122035222720001	-	-	620,33	-	-	-
					20122035222720001	-	-	388,01	-	-	-
				135494	20122035228290001	-	-	-	769.410,28	-	-
					2112203512B830001	-	-	587,23	-	-	-
					20301035220040001	-	-	270,00	-	-	-
				135431	20605035221300001	-	-	-	-	926.086,24	-
					20122035222720001	-	-	670,00	-	-	-
					20605035221300001	-	-	-	-	295.569.932,53	-
					20122035222720001	-	-	2.413.212,56	-	-	-
					20306035220120001	-	-	557.354,03	-	-	-
					20331035220110001	-	-	12.973,00	-	-	-
					20122035222720001	-	-	4.391.304,63	25.287,00	-	-
					20122035228290001	-	-	-	242.964,00	-	-
					20125035221370001	-	-	44.814,69	325,00	-	-
					20125035247060001	-	-	2.164,90	-	-	-
				135192	20126035247020001	-	-	7.027,00	-	-	-
					20128036045720001	-	-	59.844,34	-	-	-
					20605036047110001	-	-	45.246,59	-	-	-
					08244104927920001	-	-	3.368.433,67	-	-	-
					08605104928020001	-	-	870.178,65	-	-	-
		20605035285790001	-	-	2.475,00	-	-	-			
		2112203512B830001	-	-	181.711,43	-	-	-			
		2160503512B810001	-	-	-	-	350.000,00	-			
		08306104927980001	-	-	5.743.799,26	-	-	-			
		20301035220040001	-	-	618.856,07	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135193	20605035221300001	-	-	-	-	62.067,30	-
			135194	20122035222720001	-	-	-	300,00	-	-
			135195	20122035228290001	-	-	-	5.027,00	-	-
			135196	20122035222720001	-	-	94,00	3.478,00	-	-
			135197	20122035228290001	-	-	-	419.770,75	-	-
			135199	20122035222720001	-	-	3.590,00	-	-	-
			135200	20122035222720001	-	-	163,50	300,00	-	-
			135201	20122035222720001	-	-	0,11	-	-	-
				20122035228290001	-	-	182.874,19	300,00	-	-
			135397	20122035222720001	-	-	174,00	640,50	-	-
				20122035228290001	-	-	28.390,00	1.012,50	-	-
			135402	08244104927920001	-	-	1.266.853,97	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.266.853,97	-	-	-
			135432	20605035221300001	-	-	-	-	13.000.000,00	-
			135043	20605035221300001	-	-	-	-	3.256.469,66	-
			135209	20605035221300001	-	-	-	-	895.783.572,50	-
				20122035222720001	-	-	3.294.718,41	-	-	-
				20306035220120001	-	-	551.192,84	-	-	-
				20331035220110001	-	-	12.542,34	-	-	-
				28846090100220001	67.238,92	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	3.829.281,45	8.125,57	-	-
				20122035228290001	-	-	9.490,50	212.983,08	-	-
				20125035221370001	-	-	140.432,65	7.406,70	-	-
				20125035247060001	-	-	31.742,00	-	-	-
				20126035247020001	-	-	80.573,72	-	-	-
				20128036045720001	-	-	87.897,85	-	-	-
				20605036047110001	-	-	66.726,99	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.398.922,55	-	-	-
				08605104928020001	-	-	653.335,19	-	-	-
				20605035285790001	-	-	6.248,08	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	217.316,28	-	-	-
				2160503512B810001	-	-	-	-	1.750.430,48	-
			08306104927980001	-	-	4.425.749,01	-	-	-	
20301035220040001	-	-	520.436,38	-	-	-				
20126035220030001	-	-	-	-	4.100,00	-				

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135210	08605104928020001	-	-	5.279,37	-	-	-
			135211	20605035221300001	-	-	-	-	4.206.356,20	-
			135215	20122035228290001	-	-	84.351,18	54.836,72	-	-
			135216	20122035222720001	-	-	1.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	190.468,00	-	-	-
			135218	20122035222720001	-	-	1.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	117.565,58	2.921,00	-	-
			135224	20122035222720001	-	-	1.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	84.661,51	2.450.000,00	-	-
			135446	20122035222720001	-	-	1.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	41.709,88	457.146,20	-	-
			135539	08605104928020001	-	-	14.354,44	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	3.993,33	-	-	-
				08605104928020001	-	-	4.000,00	-	-	-
			135242	20605035221300001	-	-	-	-	1.134.843,99	-
				20122035222720001	-	-	1.833.195,18	-	-	-
				20306035220120001	-	-	509.870,33	-	-	-
				20331035220110001	-	-	15.081,70	-	-	-
				28846090100220001	763.822,07	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	1.513.486,86	27.927,31	-	-
				20122035228290001	-	-	-	15.984,00	-	-
				20125035221370001	-	-	31.110,56	-	-	-
				20125035247060001	-	-	2.031,15	-	-	-
				20126035247020001	-	-	19.094,76	-	-	-
				20128036045720001	-	-	83.542,25	-	-	-
				20605036047110001	-	-	12.563,16	-	-	-
				08244104927920001	-	-	1.608.027,43	-	-	-
				08605104928020001	-	-	529.003,89	-	-	-
06182102945640103	-	-		480.092,74	-	-	-			
2112203512B830001	-	-		94.569,24	-	-	-			
08306104927980001	-	-		300.000,00	-	-	-			
20301035220040001	-	-		262.937,48	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa



Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135243	08605104928020001	-	-	5.000,00	-	-	-	
			135244	20605035221300001	-	-	-	-	0,01	-	
			135245	20122035222720001	-	-	2.722,10	3.494,98	-	-	
				20122035228290001	-	-	56.400,00	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	327,67	-	-	-	
			135532	20122035222720001	-	-	80.533,45	-	-	-	
			135546	08605104928020001	-	-	9.203,45	-	-	-	
			135288	20331035220110001	-	-	171,60	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	6.515,28	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	0,00	9.668,00	-	-	
			135289	20122035222720001	-	-	603,21	-	-	-	
				20122035228290001	-	-	0,00	11.108,00	-	-	
				20301035220040001	-	-	436,92	-	-	-	
			135300	20125035221370001	-	-	16.847,76	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	483.865,74	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	5.388,00	-	-	-	
				08306104927980001	-	-	483.865,74	-	-	-	
			135301	20605035221300001	-	-	-	-	6.372,08	-	
			135464	08306104927980001	-	-	6.268,49	-	-	-	
			135476	20605035221300001	-	-	-	-	1.234.951,12	-	-
				20122035222720001	-	-	3.476.384,98	-	-	-	
				20306035220120001	-	-	866.828,25	-	-	-	
				20331035220110001	-	-	16.138,10	-	-	-	
				28846090100220001	1.150.375,95	-	-	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	1.614.626,11	84.600,00	-	-	
				20122035228290001	-	-	1.463,44	532.838,36	-	-	
				20125035221370001	-	-	204.325,27	-	-	-	
				20125035247060001	-	-	2.016,00	-	-	-	
				20128036045720001	-	-	86.023,41	-	-	-	
				20605036047110001	-	-	10.021,00	-	-	-	
				20692035247100001	-	-	20.473,94	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	1.022.133,83	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	358.174,66	-	-	-	
06182102945640103	-	-		25.548,99	-	-	-				
20605035285790001	-	-		9.229,31	-	-	-				
2112203512B830001	-	-		245.909,40	-	-	-				
2160503512B810001	-	-		-	-	11.468.477,30	-				
08306104927980001	-	-		990.905,88	-	-	-				
20301035220040001	-	-		663.107,69	-	-	-				
20126035220030001	-	-	-	-	5.000,00	-	-				

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	135100	20605035221300001	-	-	-	-	458.006,43	-
			20122035222720001	-	-	8.337.209,21	-	-	-
			20306035220120001	-	-	1.936.337,97	-	-	-
			20331035220110001	-	-	154.370,86	-	-	-
			28846090100220001	2.100.721,93	-	-	-	-	-
			20122035222720001	-	-	1.866.750,73	128.541,44	-	-
			20122035228290001	-	-	-	28.748,00	-	-
			20125035221370001	-	-	29.665,63	-	-	-
			20126035247020001	-	-	5.431,00	-	-	-
			20128036045720001	-	-	40.046,94	-	-	-
			20605036047110001	-	-	7.840,15	-	-	-
			20692035247100001	-	-	8.403,02	-	-	-
			08244104927920001	-	-	6.768.922,46	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.582.688,80	-	-	-
			06182102945640103	-	-	79.895,70	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	746.913,71	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	-	-	3.842,00	-
			08306104927980001	-	-	11.620.527,99	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.702.461,27	-	-	-
			20122035222720001	-	-	116,00	-	-	-
			20122035228290001	-	-	38.614,26	-	-	-
			20126035220030001	-	-	-	399,99	-	-
			135304	20122035228290001	-	6.286,02	306.218,57	-	-
			135178	20122035228290001	-	5.862,80	-	-	-
			135179	20122035222720001	-	1.400,00	-	-	-
			135180	08244104927920001	-	235.853,00	-	-	-
				08306104927980001	-	233.853,00	-	-	-
			135181	20605035221300001	-	-	-	785,00	-
				20122035222720001	-	598.885,90	-	-	-
				28846090100220001	132,56	-	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135217	20122035222720001	-	-	495,25	-	-	-		
			135345	20605035221300001	-	-	-	-	2.961.153,52	-		
				20122035222720001	-	-	3.272.001,16	-	-	-		
				20306035220120001	-	-	838.895,99	-	-	-		
				20331035220110001	-	-	80.474,33	-	-	-		
				28846090100220001	1.705.965,87	-	2.122,55	-	-	-		
				20122035222720001	-	-	1.470.471,29	17.856,00	-	-		
				20122035228290001	-	-	-	167.788,00	-	-		
				20125035221370001	-	-	26.587,43	-	-	-		
				20126035247020001	-	-	20.306,99	-	-	-		
				20128036045720001	-	-	35.956,48	-	-	-		
				20605036047110001	-	-	43.036,13	-	-	-		
				20692035247100001	-	-	7.250,88	-	-	-		
				08244104927920001	-	-	953.878,38	-	-	-		
				08605104928020001	-	-	725.742,20	-	-	-		
				06182102945640103	-	-	511.647,51	-	-	-		
				2112203512B830001	-	-	534.086,64	-	-	-		
				2160503512B810001	-	-	-	-	1.201.054,05	-		
				08306104927980001	-	-	3.162.187,27	-	-	-		
			20301035220040001	-	-	753.738,06	-	-	-			
			20126035220030001	-	-	-	4.340,00	-	-			
			135462	20122035222720001	-	-	74,00	-	-	-		
			135541	08244104927920001	-	-	223,20	-	-	-		
				08605104928020001	-	-	14.173,57	-	-	-		
				2112203512B830001	-	-	13.623,28	-	-	-		
			135265	08306104927980001	-	-	74,40	-	-	-		
				20605035221300001	-	-	-	-	134.755,13	-		
				20605035221300001	-	-	-	-	558.757.972,74	-		
				20122035222720001	-	-	4.320.882,97	-	-	-		
						20306035220120001	-	-	602.420,50	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	28846090100220001	678.210,12	-	106.984,10	-	-	-		
			20122035222720001	-	-	5.006.698,35	76.562,48	-	-		
			20122035228290001	-	-	-	244.343,97	-	-		
			20125035221370001	-	-	130.582,36	-	-	-		
			20125035247060001	-	-	5.840,32	-	-	-		
			20126035247020001	-	-	7.075,65	-	-	-		
			20128036045720001	-	-	98.856,34	-	-	-		
			20605036047110001	-	-	66.258,10	-	-	-		
			08244104927920001	-	-	1.449.671,26	-	-	-		
			08605104928020001	-	-	701.691,72	-	-	-		
			06182102945640103	-	-	2.572,55	-	-	-		
			2112203512B830001	-	-	87.477,68	-	-	-		
			2160503512B810001	-	-	-	-	-	4.270.556,00	-	
			08306104927980001	-	-	41.679.765,03	-	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	379.008,36	-	-	-	-	
			20126035220030001	-	-	-	-	-	1.199,00	-	
			135267	20605035221300001	-	-	-	-	-	392.137,82	-
			135268	20122035222720001	-	-	-	2.557,22	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	76.420,00	-	-	-
				20126035220030001	-	-	-	-	531,00	-	-
			135270	20122035222720001	-	-	-	2.601,53	1.199,00	-	-
				20122035228290001	-	-	-	145.403,68	200.885,02	-	-
			135271	20122035222720001	-	-	-	2.143,43	-	-	-
				20126035220030001	-	-	-	-	531,00	-	-
			135274	20122035222720001	-	-	-	7.000,00	-	-	-
				20122035222720001	-	-	-	56,16	-	-	-
			135396	20122035228290001	-	-	-	487.638,85	15.870,00	-	-
				20126035220030001	-	-	-	-	531,00	-	-
			135437	20605035221300001	-	-	-	-	-	315.380,13	-
			135544	20122035222720001	-	-	-	3.683,01	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	15.560,96	3.146,20	-	-

Quadro 2.86

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135545	2112203512B830001	-	-	608,28	-	-	-
			135305	20605035221300001	-	-	-	-	926,20	-
				20122035222720001	-	-	4.352.089,41	-	-	-
				20306035220120001	-	-	1.226.887,03	-	-	-
				20331035220110001	-	-	134.327,70	-	-	-
				28846090100220001	188.950,14	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	3.935.830,81	36.674,41	-	-
				20122035228290001	-	-	0,00	171.770,10	-	-
				20125035221370001	-	-	885,00	-	-	-
				20125035247060001	-	-	1.967,07	-	-	-
				20126035247020001	-	-	4.603,00	-	-	-
				20128036045720001	-	-	45.723,34	-	-	-
				20605036047110001	-	-	8.243,31	-	-	-
				08244104927920001	-	-	865.934,91	-	-	-
				08605104928020001	-	-	135.075,85	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	103.433,29	-	-	-
				20301035220040001	-	-	1.118.554,74	-	-	-
				08306104927980001	-	-	200.000,00	-	-	-
			135308	20122035222720001	-	-	36,50	-	-	-
				20122035228290001	-	-	15.660,00	71.639,00	-	-
			135136	20122035222720001	-	-	5.068,75	227.718,50	-	-
			135219	20122035222720001	-	-	13,73	-	-	-
				20122035228290001	-	-	10.389,30	4.524,00	-	-
			135220	20122035222720001	-	-	95,04	-	-	-
				20122035228290001	-	-	8.500,00	-	-	-
			135228	20605035221300001	-	-	-	-	314,10	-
			135229	20122035222720001	-	-	8.130,36	310.489,90	-	-
				20122035228290001	-	-	3.996,00	214.992,00	-	-
135433	20605035221300001	-	-	-	-	916,10	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Concedidos	135100	20605035221300001	-	-	-	-	5.715.644,22	-		
			20122035222720001	-	-	1.985.716,50	-	-	-		
			20306035220120001	-	-	353.587,88	-	-	-		
			28846090100220001	272.304,12	-	-	-	-	-		
			20122035222720001	-	-	1.238.687,47	98.876,47	-	-		
			20122035228290001	-	-	7,12	218.532,00	-	-		
			28846090100220001	-	-	13.709,42	-	-	-		
			20126035247020001	-	-	22.556,00	-	-	-		
			20128036045720001	-	-	41.292,07	-	-	-		
			20605036047110001	-	-	9.496,86	-	-	-		
			08244104927920001	-	-	525.414,34	-	-	-		
			08605104928020001	-	-	1.540.260,19	-	-	-		
			2112203512B830001	-	-	148.173,49	-	-	-		
			2160503512B810001	-	-	-	-	-	587.944,00	-	
			08306104927980001	-	-	10.237.215,82	-	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	288.355,31	-	-	-	-	
			20126035220030001	-	-	-	-	1.194,00	-	-	
			08306104927980001	-	-	106.000,00	-	-	-	-	
			135547	20122035222720001	-	-	-	8.685,56	-	-	-
			135119	20122035222720001	-	-	-	175,55	-	-	-
			135138	20301035220040001	-	-	-	1.508,72	-	-	-
			135140	20605035221300001	-	-	-	-	-	8.944,00	-
				08605104928020001	-	-	-	2.997,38	-	-	-
			135457	20605035221300001	-	-	-	-	-	3.032.623,82	-
				20122035222720001	-	-	-	3.333.390,05	-	-	-
				20306035220120001	-	-	-	533.326,00	-	-	-
				20331035220110001	-	-	-	16.042,50	-	-	-
				28846090100220001	773.812,05	-	-	75.067,16	-	-	-
				20122035222720001	-	-	-	1.680.622,85	76.980,00	-	-
				20122035228290001	-	-	-	0,00	246.360,00	-	-
20125035221370001	-	-	-	-	51.098,92	1.900,00	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital					
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital			
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135457	20126035247020001	-	-	8.471,64	-	-	-		
				20128036045720001	-	-	93.866,88	-	-	-		
				20605036047110001	-	-	6.706,85	-	-	-		
				08244104927920001	-	-	349.820,56	-	-	-		
				08605104928020001	-	-	242.079,81	-	-	-		
				06182102945640103	-	-	4.268,16	-	-	-		
				2112203512B830001	-	-	148.493,30	-	-	-		
				2160503512B810001	-	-	-	-	-	1.426.542,00	-	
				08306104927980001	-	-	9.209.478,00	-	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	427.005,06	-	-	-	-		
			135533	20122035228290001	-	-	-	-	414.000,00	-	-	
				08605104928020001	-	-	8.479,60	-	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	7.885,89	-	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	-	-	-	450.000,00	-	
				08306104927980001	-	-	110,05	-	-	-	-	
			135534	20122035222720001	-	-	18,00	-	-	-	-	
			135567	20122035222720001	-	-	265,18	-	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	38,00	-	-	-	-	
			135436	20605035221300001	-	-	-	-	-	501.900,43	-	
			135557	20122035222720001	-	-	298,00	-	-	-	-	
			135587	20605035221300001	-	-	-	-	-	-	2.049.865,15	-
				20122035222720001	-	-	299.493,61	-	-	-	-	-
				20306035220120001	-	-	18.053,57	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	189.090,46	-	519.814,60	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	-	214.200,00	-	-	-
				20125035221370001	-	-	1.376,00	-	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	5.500,00	-	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	52.560,00	-	-	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-
				20301035220040001	-	-	16.007,86	-	-	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	20605035221300001	-	-	-	-	590.155.277,43	-	
			20122035222720001	-	-	3.852.928,16	-	-	-	
			20306035220120001	-	-	563.539,67	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	77.083,88	-	-	-	
			28846090100220001	516.105,66	-	221.325,76	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	9.232.260,21	30.688,48	-	-	
			20122035228290001	-	-	58.791,29	302.945,39	-	-	
			20125035221370001	-	-	296.261,67	-	-	-	
			20125035247060001	-	-	19.630,00	-	-	-	
			20126035247020001	-	-	41.815,78	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	37.909,71	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	14.413,33	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	67.827,65	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	1.473.663,97	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	1.536.036,96	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	407.624,81	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	588.828,58	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	9.525,00	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	-	38.070.321,82	
			08306104927980001	-	-	35.063.847,48	-	-	-	
			20365035220100001	-	-	64,08	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	667.631,76	-	-	-	
			135316	20605035221300001	-	-	-	-	43.302,02	-
			135317	20605035221300001	-	-	-	-	13.906,20	-
			135318	20122035222720001	-	-	27.196,35	1.710,50	-	-
				20122035228290001	-	-	122.320,46	1.273.311,50	-	-
			135319	20122035228290001	-	-	4.350,00	-	-	-
			135322	20122035222720001	-	-	6.800,00	-	-	-
20122035228290001	-	-		6.295,00	-	-	-			
135442	20605035221300001	-	-	-	-	185.510.512,40	-			
135426	20605035221300001	-	-	-	-	0,49	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concedidos	135100	20605035221300001	-	-	-	-	75.369.716,80	-	
			20122035222720001	-	-	2.517.375,41	-	-	-	
			20306035220120001	-	-	370.353,69	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	43.127,56	-	-	-	
			28846090100220001	659.771,85	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	2.536.305,94	79.090,47	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	227.837,25	-	-	
			20125035221370001	-	-	187.159,96	-	-	-	
			20125035247060001	-	-	11.987,38	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	28.152,99	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	60.003,53	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	1.316.496,89	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	136.030,79	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	8.530,98	-	-	-	
			20605035285660001	-	-	1.096,00	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	109.902,77	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	3.199.128,52	-	
			08306104927980001	-	-	27.817.640,62	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	303.828,86	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	1.908,18	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	4.700.000,00	-	-	-	
			135327	20605035221300001	-	-	-	-	78.746,28	-
			135331	20122035228290001	-	-	-	391.872,00	-	-
			135443	20605035221300001	-	-	-	-	2.121.187,96	-
			135487	20122035222720001	-	-	59.814,75	-	-	-
			135531	20122035222720001	-	-	900,41	-	-	-
			135555	08605104928020001	-	-	2.421,11	-	-	-
			135276	20122035222720001	-	-	-	844,34	-	-
20122035228290001	-	-		34.600,61	5.996,04	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital					
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital			
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135278	08306104927980001	-	-	211.436,59	-	-	-		
				08244104927920001	-	-	211.436,59	-	-	-		
			135279	20605035221300001	-	-	-	-	419.680,79	-		
						20605035221300001	-	-	-	-	99.491.814,98	-
						20122035222720001	-	-	1.994.330,56	-	-	-
						20306035220120001	-	-	292.416,15	-	-	-
						20331035220110001	-	-	8.973,87	-	-	-
						28846090100220001	162.583,94	-	-	-	-	-
						20122035222720001	-	-	1.075.564,29	101.113,43	-	-
						20122035228290001	-	-	8.711,39	218.988,00	-	-
						20125035221370001	-	-	111.641,24	-	-	-
						20125035247060001	-	-	3.797,00	-	-	-
					135284	20126035247020001	-	-	31.737,84	-	-	-
						20128036045720001	-	-	51.401,56	-	-	-
						20605036047110001	-	-	38.700,35	-	-	-
						08244104927920001	-	-	1.012.142,42	-	-	-
						08605104928020001	-	-	451.822,78	-	-	-
						06182102945640103	-	-	36.948,64	-	-	-
						2112203512B830001	-	-	86.445,45	-	-	-
						2160503512B810001	-	-	-	-	6.000.000,00	-
						08306104927980001	-	-	25.142.866,18	-	-	-
						20301035220040001	-	-	237.385,56	-	-	-
						08244104927920001	-	-	45.645,61	-	-	-
					135549	08605104928020001	-	-	19.252,03	-	-	-
						2112203512B830001	-	-	1.427,36	-	-	-
						08306104927980001	-	-	3.743.000,16	-	-	-
						20122035222720001	-	-	940,02	1.298,67	-	-
					138011	20122035228290001	-	-	9.075,00	158.820,00	-	-
						20605035221300001	-	-	-	-	11.279.415,79	-
					135337	20122035222720001	-	-	1.597.581,93	-	-	-
						20306035220120001	-	-	295.004,48	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital						
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital				
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135337	20331035220110001	-	-	4.879,00	-	-	-			
				28846090100220001	68.733,68	-	-	-	-	-			
				20122035222720001	-	-	2.248.530,35	9.273,00	-	-			
				20122035228290001	-	-	-	11.988,00	-	-			
				20125035221370001	-	-	20.060,95	-	-	-			
				20126035247020001	-	-	3.988,00	-	-	-			
				20128036045720001	-	-	40.720,88	-	-	-			
				20605036047110001	-	-	28.397,84	-	-	-			
				08244104927920001	-	-	424.727,53	-	-	-			
				08605104928020001	-	-	174.963,02	-	-	-			
				06182102945640103	-	-	481.149,20	-	-	-			
				2112203512B830001	-	-	70.830,71	-	-	-			
				08306104927980001	-	-	538.338,74	-	-	-			
				20301035220040001	-	-	150.598,14	-	-	-			
	08605104928020001	-	-	2.360,73	-	-	-						
			135340		-	-	21,20	-	-	-			
			135417		-	-	1.188,95	490.800,00	-	-			
					-	-	31.667,13	731.680,00	-	-			
					-	-	357,98	-	-	-			
		Recebidos	135347	135100	20605035221300001	-	-	-	-	1.591.688,44	-		
							20122035222720001	-	-	-	12.259,00	-	-
							20122035228290001	-	-	-	25.758,14	-	-
							08244104927920001	-	-	336.042,02	-	-	-
							08605104928020001	-	-	1.670,80	-	-	-
							06182102945640103	-	-	1.267.097,81	-	-	-
							2112203512B830001	-	-	42.078,76	-	-	-
						2160503512B810001	-	-	-	-	719,93	-	
						08306104927980001	-	-	428,30	-	-	-	
						08306104927980062	-	-	6.303,44	-	-	-	
	135167						-	-	80,00	-	-	-	
	135428						-	-	-	-	152.338,86	-	

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135547	2112203512B830001	-	-	1.916,89	-	-	-	
		135294	28846090100220001	5.357,25	-	-	-	-	-	
		135586	20122035222720001	-	-	7,20	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	2.712,62	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	99.749,76	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	72,80	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	126.508,00	-	-	-	
			20605035221300001	-	-	-	-	59.582,25	-	
		135045	135100	20122035222720001	-	-	95.801,22	-	-	-
				20306035220120001	-	-	11.345,09	-	-	-
				28846090100220001	180,00	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	121.659,56	1.508,00	-	-
				20125035221370001	-	-	5.528,60	-	-	-
				20126035247020001	-	-	287,00	-	-	-
				20128036045720001	-	-	5.171,51	-	-	-
				20605036047110001	-	-	1.961,96	-	-	-
				20692035247100001	-	-	115,55	-	-	-
				08244104927920001	-	-	17.616,32	-	-	-
				08605104928020001	-	-	89.168,92	-	-	-
				06182102945640103	-	-	435.893,55	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	22.435,20	-	-	-
				2160503512B810001	-	-	-	-	6.370,30	-
				08306104927980001	-	-	113.305,17	-	-	-
				20301035220040001	-	-	59.320,36	-	-	-
				08244104927920001	-	-	62,38	-	-	-
				06182102945640103	-	-	293,56	-	-	-
		135247	135101	20605035221300001	-	-	-	-	1.109.646,85	-
				20306035220120001	-	-	68.057,03	-	-	-
20331035220110001	-			-	528,20	-	-	-		

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135101	28846090100220001	200.616,45	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	141.002,94	17.886,30	-	-	
			20125035221370001	-	-	390,60	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	9.083,46	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	2.057,52	-	-	-	
			20692035247100001	-	-	117,66	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	25.514,45	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	19.685,33	-	-	-	
			20605035285660001	-	-	67,02	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	2.968,15	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	-	545.309,85	-
			08306104927980001	-	-	24.119,87	-	-	-	-
			20301035220040001	-	-	16.132,96	-	-	-	-
		135112	135100	20605035221300001	-	-	-	-	374.836,20	-
		135113		08244104927920001	-	-	41,76	-	-	-
		135416		06182102945640103	-	-	12.880,00	-	-	-
				20122035222720001	-	-	1.045,32	-	-	-
		135425		20605035221300001	-	-	-	-	941.750,50	-
				2112203512B830001	-	-	51.657,20	-	-	-
				2160503512B810001	-	-	-	-	2.011,30	-
		135558		08306104927980001	-	-	856,53	-	-	-
				08605104928020001	-	-	5.416,01	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	9.596,48	-	-	-
				2160503512B810001	-	-	-	-	117.728,42	-
		135564		08306104927980001	-	-	198.008,97	-	-	-
		135565		20122035222720001	-	-	145,14	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	885,00	-	-
135000	20122035222720001	-	-	332,24	-	-	-			
	20301035220040001	-	-	213,00	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135115	20122035222720001	-	-	522.907,91	-	-	-	
			20306035220120001	-	-	95.261,46	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	574,00	-	-	-	
			28846090100220001	18,00	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	110.875,67	3.194,00	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	15.568,00	-	-	
			20125035221370001	-	-	700,00	-	-	-	
			20126035247020001	-	-	1.639,17	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	5.461,17	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	1.823,01	-	-	-	
			20692035247100001	-	-	3.604,00	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	2.528,00	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	150.000,00	-	
			20301035220040001	-	-	38.662,01	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	3.256,24	-	-	-	
		08605104928020001	-	-	798,56	-	-	-		
		06182102945640103	-	-	3.321,72	-	-	-		
		135118	135110	20122035222720001	-	-	1.986,48	-	-	-
		135130	20122035222720001	-	-	996,72	-	-	-	
		135131	20301035220040001	-	-	119,58	-	-	-	
		135131	20122035222720001	-	-	391,74	-	-	-	
		135133	20301035220040001	-	-	114,04	-	-	-	
		135329	20122035222720001	-	-	664,48	-	-	-	
		135447	20122035222720001	-	-	664,48	-	-	-	
		135597	20605035221300001	-	-	-	-	49.192,50	-	
		135597	08306104927980001	-	-	25.056,85	-	-	-	
		135597	2160503512B810001	-	-	-	-	3.118.162,46	-	
		135597	08306104927980001	-	-	4.052.057,66	-	-	-	
		135311	08244104927920001	-	-	0,02	-	-	-	
		135311	06182102945640103	-	-	608,55	-	-	-	
135311	08306104927980001	-	-	1.063,27	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Recebidos	135100	20605035221300001	-	-	-	-	84.791,15	-		
			135312	20605035221300001	-	-	-	-	752.978,48	-	
			135441	20605035221300001	-	-	-	-	242.727,95	-	
			135458	20122035222720001	-	-	3.020,46	-	-	-	-
				20306035220120001	-	-	9.296,99	-	-	-	-
				20331035220110001	-	-	136,85	-	-	-	-
				28846090100220001	200.522,86	-	-	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	3.082,96	2.701,40	-	-	-
				20125035221370001	-	-	2.940,82	-	-	-	-
				20125035247060001	-	-	172,95	-	-	-	-
				20126035247020001	-	-	7.217,80	-	-	-	-
				20128036045720001	-	-	654,08	-	-	-	-
				20605036047110001	-	-	691,59	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	412,88	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	6.700,34	-	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	4.165,87	-	-	-	-
				20301035220040001	-	-	37.790,71	-	-	-	-
				135465	20122035222720001	-	-	21,29	-	-	-
				135481	20331035220110001	-	-	56,00	-	-	-
				135559	08605104928020001	-	-	298,43	-	-	-
				135141	20605035221300001	-	-	-	-	-	87.269.372,34
			20122035222720001		-	-	423.670,00	-	-	-	-
			20306035220120001		-	-	401.019,90	-	-	-	-
			20331035220110001		-	-	10,00	-	-	-	-
			28846090100220001		940,95	-	-	-	-	-	-
			20122035222720001		-	-	252.265,41	238,00	-	-	-
			20122035228290001		-	-	1.900,00	2.862,00	-	-	-
			20125035221370001		-	-	0,10	-	-	-	-
			20128036045720001		-	-	2.065,75	-	-	-	-
			20605036047110001		-	-	2.117,58	-	-	-	-
08244104927920001	-	-	164,58		-	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135141	08605104928020001	-	-	230,00	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	1.525,00	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	2.223,35	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	498.226,56	-	-	-	
			135143	20605035221300001	-	-	-	-	176.770,20	-
			135145	20122035228290001	-	-	130.449,00	-	-	-
			135148	20122035228290001	-	-	20,00	-	-	-
			135153	20331035220110001	-	-	186,60	-	-	-
			135153	20122035222720001	-	-	16.492,34	4.960,00	-	-
			135153	08244104927920001	-	-	2.898,80	-	-	-
		135427	20605035221300001	-	-	-	-	603.167,12	-	
		135170	20605035221300001	-	-	-	-	660,82	-	
			20122035222720001	-	-	85.771,93	-	-	-	
			20306035220120001	-	-	54.452,87	-	-	-	
			28846090100220001	263,03	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	155.116,16	2.521,66	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	3.349,00	-	-	
			20125035221370001	-	-	13,31	390,00	-	-	
			20126035247020001	-	-	5.113,09	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	6.400,31	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	3.050,51	-	-	-	
		135171	20692035247100001	-	-	0,90	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	407,87	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	35.805,46	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	1.275,34	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	8,10	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	267,00	1.800,00	-	-	
			20128036045720001	-	-	80,00	-	-	-	
			135460	20122035228290001	-	-	4.072,89	-	-	-
			135550	08306104927980001	-	-	6.924.540,38	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135182	135100	20605035221300001	-	-	-	-	8.269.090,00	-
				20122035222720001	-	-	16.289,52	-	-	-
				20306035220120001	-	-	84.506,05	-	-	-
				20331035220110001	-	-	4.350,00	-	-	-
				20122035222720001	-	-	18.675,37	24.000,00	-	-
				20122035228290001	-	-	-	20.757,00	-	-
				20125035221370001	-	-	5.557,69	-	-	-
				20125035247060001	-	-	1.900,40	-	-	-
				20126035247020001	-	-	7.287,32	-	-	-
				20128036045720001	-	-	9.362,59	-	-	-
				20605036047110001	-	-	1.186,28	-	-	-
				08244104927920001	-	-	12.563,23	-	-	-
				08605104928020001	-	-	41.851,87	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	16.506,70	-	-	-
				20301035220040001	-	-	20.494,75	-	-	-
		20126035220030001	-	-	-	2.605,60	-	-		
		08244104927920001	-	-	100,17	-	-	-		
		08605104928020001	-	-	8,36	-	-	-		
		06182102945640103	-	-	909,73	-	-	-		
		2112203512B830001	-	-	6.096,76	-	-	-		
		08306104927980001	-	-	9.688.593,31	-	-	-		
		08306104927980062	-	-	6.303,44	-	-	-		
		135184	-	-	-	-	-	350.315,48	-	
		135185	-	-	-	-	1.615,21	-	-	
		135185	-	-	-	-	24.332,50	16.010,67	-	
		135185	-	-	-	-	3.313,17	-	-	
		135186	-	-	-	-	57.184,91	-	-	
		135186	-	-	-	-	12.200,00	13.477,04	-	
		135186	-	-	-	-	714,96	-	-	
		135187	-	-	-	-	2.419,82	-	-	
135187	-	-	-	-	-	15.870,00	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135192	135100	20605035221300001	-	-	-	-	73.983,28	-	
				20122035228290001	-	-	-	5.500,00	-	-	
				20122035222720001	-	-	1.255,67	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	1.116,58	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	859,69	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	1.174,46	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	370,55	-	-	-	
				2112203512B830001	-	-	0,01	-	-	-	
				20605035221300001	-	-	-	-	-	13.216.546,88	-
				20306035220120001	-	-	44.886,46	-	-	-	-
				20331035220110001	-	-	999,60	-	-	-	-
				20122035222720001	-	-	258.944,97	-	136,10	-	-
				20125035221370001	-	-	2.360,90	-	325,00	-	-
				20125035247060001	-	-	260,90	-	-	-	-
				20126035247020001	-	-	320,72	-	-	-	-
				20128036045720001	-	-	16.154,07	-	-	-	-
				20605036047110001	-	-	2.623,57	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	551.448,00	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	16.921,00	-	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	315,00	-	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.925.011,76	-	-	-	-
				20301035220040001	-	-	32.248,38	-	-	-	-
				20605035221300001	-	-	-	-	-	16.637,10	-
				20122035222720001	-	-	0,08	-	-	-	-
				08244104927920001	-	-	49.376,70	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	19.887,75	-	-	-	-
				08306104927980001	-	-	49.536,06	-	-	-	-
				20605035221300001	-	-	-	-	-	233.370,12	-
				08244104927920001	-	-	23.415,03	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	8.711,89	-	-	-	-
				08306104927980001	-	-	146.862,67	-	-	-	-

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135209	20605035221300001	-	-	-	-	10.040.343,62	-
			20122035222720001	-	-	11.020,56	-	-	-
			20125035221370001	-	-	621,54	-	-	-
			20125035247060001	-	-	302,00	-	-	-
			20126035247020001	-	-	2.929,67	-	-	-
			20128036045720001	-	-	346,15	-	-	-
			20605036047110001	-	-	500,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	100.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	6.000,69	-	-	-
		135539	08605104928020001	-	-	5.522,97	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.665,15	-	-	-
			20122035222720001	-	-	12.975,93	-	-	-
			20306035220120001	-	-	1.569,00	-	-	-
			20331035220110001	-	-	691,20	-	-	-
			20122035222720001	-	-	46.059,84	4.771,12	-	-
			20125035247060001	-	-	88,98	-	-	-
			20126035247020001	-	-	442,89	-	-	-
			20128036045720001	-	-	8.324,64	-	-	-
		135242	20605036047110001	-	-	150,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	5.593,82	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	180,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	13.307,68	-	-	-
			08244104927920001	-	-	0,03	-	-	-
			08605104928020001	-	-	9.120,30	-	-	-
			06182102945640103	-	-	1.778,01	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	0,01	-	-	-
			08306104927980001	-	-	4.611,62	-	-	-
			20122035222720001	-	-	4.512,22	3.494,98	-	-
			20122035228290001	-	-	10.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	894,85	-	-	-
135245	20122035222720001	-	-	2.110,23	-	-	-		
	20301035220040001	-	-	894,85	-	-	-		
	20122035222720001	-	-	2.110,23	-	-	-		
135393	20122035222720001	-	-	2.110,23	-	-	-		
	20122035228290001	-	-	1.570,00	260,00	-	-		

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135532	20122035222720001	-	-	2.569,55	-	-	-
			20122035228290001	-	-	18.627,16	-	-	-
		135546	08605104928020001	-	-	1.370,05	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	-	-	562,47	-
		135476	20122035222720001	-	-	103.782,90	-	-	-
			20306035220120001	-	-	11.690,58	-	-	-
			20331035220110001	-	-	236,50	-	-	-
			28846090100220001	28.280,95	-	-	-	-	-
			20122035222720001	-	-	17.859,08	2.439,85	-	-
			20122035228290001	-	-	-	5.264,32	-	-
			20125035221370001	-	-	1.368,60	-	-	-
			20128036045720001	-	-	18.519,66	-	-	-
			20605036047110001	-	-	2.891,86	-	-	-
			20692035247100001	-	-	2.361,63	-	-	-
			08244104927920001	-	-	10.073,67	-	-	-
			08605104928020001	-	-	15.723,82	-	-	-
			06182102945640103	-	-	4.720,88	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.160,35	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	8.994,19	-	-	-
			08306104927980001	-	-	5.661,95	-	-	-
			20301035220040001	-	-	631,53	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	1.330,08	-
			20122035222720001	-	-	770.294,63	-	-	-
			20306035220120001	-	-	147.077,94	-	-	-
		20331035220110001	-	-	130.795,30	-	-	-	
		28846090100220001	95.639,25	-	-	-	-	-	
		20122035222720001	-	-	79.731,12	4,00	-	-	
		20125035221370001	-	-	3.226,98	-	-	-	
		20128036045720001	-	-	4.371,44	-	-	-	
		20692035247100001	-	-	22,50	-	-	-	

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital					
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital			
Movimentação Interna	Recebidos	135285	08244104927920001	-	-	55.119,64	-	-	-			
			08605104928020001	-	-	40.091,30	-	-	-			
			2112203512B830001	-	-	1.016,53	-	-	-			
			08306104927980001	-	-	25.051,69	-	-	-			
			20301035220040001	-	-	40.054,19	-	-	-			
			135286	20122035222720001	-	-	329,85	-	-	-		
		135304	20122035228290001	-	-	3.143,01	46.742,89	-	-			
		135438	08306104927980001	-	-	14.572,68	-	-	-			
		135181	20605035221300001	-	-	-	-	1.441,50	-			
		135345	135100	20605035221300001	-	-	-	-	62.393,82	-		
				20122035222720001	-	-	2.122,55	-	-	-		
				20331035220110001	-	-	245,70	-	-	-		
				28846090100220001	-	-	2.122,55	-	-	-		
				20122035222720001	-	-	33.608,18	-	-	-		
				20125035221370001	-	-	1.304,12	-	-	-		
				20128036045720001	-	-	7.356,89	-	-	-		
				20605036047110001	-	-	229,87	-	-	-		
				20692035247100001	-	-	134,38	-	-	-		
				2160503512B810001	-	-	-	-	250.000,00	-		
				20301035220040001	-	-	304,88	-	-	-		
				20126035220030001	-	-	-	1.892,38	-	-		
				135265	135100	20605035221300001	-	-	-	-	316.638,39	-
						20122035222720001	-	-	264.427,03	-	-	-
		20306035220120001	-			-	16.633,95	-	-	-		
		28846090100220001	5.826,62			-	7.832,48	-	-	-		
		20122035222720001	-			-	43.143,09	8.083,01	-	-		
		20125035221370001	-			-	4.698,67	-	-	-		
		20125035247060001	-			-	827,20	-	-	-		
		20126035247020001	-			-	272,16	-	-	-		
		20128036045720001	-	-	12.639,44	-	-	-				

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135265	20605036047110001	-	-	8.290,47	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	7.293,06	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	1.662,36	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	22.339,93	-	-	-	
		135266	20122035222720001	-	-	1.816,62	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	27.230,54	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	4.699,23	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	847,79	-	-	-	
		135267	08306104927980001	-	-	404.520,70	-	-	-	
		135268	20605035221300001	-	-	-	-	224.022,74	-	
			20122035222720001	-	-	7.302,44	-	-	-	
			20122035228290001	-	-	11.500,00	-	-	-	
		135270	20301035220040001	-	-	710,09	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	10,33	-	-	-	
			20122035228290001	-	-	8.770,37	113.090,00	-	-	
			20126035220030001	-	-	-	319,00	-	-	
			20122035222720001	-	-	674,59	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	113,00	-	-	-	
			135274	20122035222720001	-	-	9.194,17	-	-	-
			135396	20122035222720001	-	-	1.212,34	-	-	-
			135437	20605035221300001	-	-	-	-	99.843.059,72	-
			135544	20122035222720001	-	-	130,39	-	-	-
		20122035228290001		-	-	21,96	2.237,90	-	-	
		08605104928020001		-	-	34.651,33	-	-	-	
		2112203512B830001		-	-	1.496,48	-	-	-	
		135545	2160503512B810001	-	-	-	-	17.549,01	-	
			08306104927980001	-	-	140.583,74	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	222.120,78	-	-	-	
		135305	20306035220120001	-	-	258.967,05	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	15.627,80	-	-	-	

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135305	28846090100220001	5.357,25	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	-	-	490.649,67	1.013,20	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	11.387,02	-	-	
			20125035221370001	-	-	280,00	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	5.836,40	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	687,88	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	199,98	-	-	-	
			2112203512B830001	-	-	2.320,00	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	1.556,81	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	90.428,95	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	560,01	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	5.589,70	-	-	-	
			135306	135100	20122035222720001	-	-	3.027,71	-	-
		135308	08605104928020001		-	-	80,00	-	-	-
		135561	20122035222720001		-	-	80,00	-	-	-
		135461	20605035221300001		-	-	-	-	2.060.184,14	-
			20122035222720001		-	-	5.419,88	14.707,62	-	-
			20122035228290001		-	-	1.173,00	-	-	-
			20128036045720001		-	-	100,00	-	-	-
			20605036047110001		-	-	174,32	-	-	-
			08605104928020001		-	-	8.127,14	-	-	-
			2112203512B830001		-	-	2.084,37	-	-	-
			08306104927980001		-	-	52,68	-	-	-
			20301035220040001		-	-	137,69	-	-	-
			08605104928020001		-	-	4.667,11	-	-	-
		135548	2112203512B830001	-	-	217,83	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	43.500,10	-	
		135119	20122035222720001	-	-	400,00	-	-	-	
135138	20122035222720001	-	-	394,97	-	-	-			
135139	08244104927920001	-	-	0,01	-	-	-			
135140	20605035221300001	-	-	-	-	56.669,32	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135457	135100	20605035221300001	-	-	-	-	88,00	-
				20122035222720001	-	-	153.734,06	-	-	-
				20306035220120001	-	-	9.386,48	-	-	-
				20331035220110001	-	-	2.323,60	-	-	-
				20122035222720001	-	-	70.005,12	52,02	-	-
				20122035228290001	-	-	-	6.832,57	-	-
				20125035221370001	-	-	777,48	374,00	-	-
				20126035247020001	-	-	22,44	-	-	-
				20128036045720001	-	-	13.156,56	-	-	-
				20605036047110001	-	-	759,82	-	-	-
				08605104928020001	-	-	19.215,36	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	25.612,82	-	-	-
				20301035220040001	-	-	3.480,73	-	-	-
				08244104927920001	-	-	50,00	-	-	-
		135533	135100	08605104928020001	-	-	1.328,44	-	-	-
		2112203512B830001		-	-	3.000,00	-	-	-	
		08306104927980001		-	-	562,92	-	-	-	
		135567		20122035222720001	-	-	212,97	-	-	-
		135568		20122035222720001	-	-	12,00	-	-	-
		135570		08244104927920001	-	-	1.327,88	-	-	-
				08306104927980001	-	-	603.748,00	-	-	-
				20122035222720001	-	-	55.171,99	-	-	-
		135587		20122035222720001	-	-	118.139,83	3.840,59	-	-
				08605104928020001	-	-	8.558,85	-	-	-
				20122035222720001	-	-	24.491,17	-	-	-
				20306035220120001	-	-	47.284,56	-	-	-
				20331035220110001	-	-	8.091,21	-	-	-
		135315		20122035222720001	-	-	327.120,21	4.342,11	-	-
			20122035228290001	-	-	3.879,61	315,17	-	-	
			20125035221370001	-	-	100,00	-	-	-	
	20128036045720001	-	-	9.652,08	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Recebidos	135100	20605036047110001	-	-	1.112,46	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	38.711,76	-	-	-	
			2160503512B810001	-	-	-	-	5.423.000,00	-	
			08306104927980001	-	-	315,32	-	-	-	
			20365035220100001	-	-	64,08	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	37.265,67	-	-	-	
			135315	20605035221300001	-	-	-	-	187.017,95	-
			135316	20605035221300001	-	-	-	-	60,99	-
			135317	20122035222720001	-	-	12.279,82	-	-	-
			135318	20122035222720001	-	-	12.836,32	-	-	-
			135319	20122035222720001	-	-	11.815,52	-	-	-
			135322	20605035221300001	-	-	-	-	1.624.936,91	-
			135556	2160503512B810001	-	-	-	-	3.000.000,00	-
			135111	20122035222720001	-	-	9.655,04	-	-	-
			135426	08306104927980001	-	-	8.251,65	-	-	-
			135572	08605104928020001	-	-	1.920,00	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	1.920,00	-	-	-
			135278	2160503512B810001	-	-	-	-	8.191,04	-
				08244104927920001	-	-	0,03	-	-	-
			135279	06182102945640103	-	-	6.675,05	-	-	-
				08306104927980001	-	-	797,83	-	-	-
			135284	20605035221300001	-	-	-	-	401.846,59	-
				20605035221300001	-	-	-	-	54.552,79	-
				20122035222720001	-	-	114.364,79	-	-	-
				20122035222720001	-	-	3.876,10	20.005,82	-	-
				20125035221370001	-	-	81,90	-	-	-
				20128036045720001	-	-	1.981,99	-	-	-
				20605036047110001	-	-	8,35	-	-	-
08605104928020001	-	-		2.037,05	-	-	-			
2112203512B830001	-	-		979,23	-	-	-			
20301035220040001	-	-		7.123,40	-	-	-			

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital				
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital		
Movimentação Interna	Recebidos	135445	20605035221300001	-	-	-	-	133.003,90	-		
		135549	08244104927920001	-	-	17.180,74	-	-	-		
			08605104928020001	-	-	21.313,00	-	-	-		
			06182102945640103	-	-	1.200,00	-	-	-		
			08306104927980001	-	-	60.060,70	-	-	-		
			20122035222720001	-	-	119,74	-	-	-		
		138011	20122035228290001	-	-	-	203,50	-	-		
			20605035221300001	-	-	-	-	1.062,61	-		
		135337	135100	20122035222720001	-	-	8.146,80	-	-	-	
				20306035220120001	-	-	19.590,04	-	-	-	
				20331035220110001	-	-	360,00	-	-	-	
				20122035222720001	-	-	61.639,78	2.439,74	-	-	
				20125035221370001	-	-	1.126,35	-	-	-	
				20126035247020001	-	-	1.578,00	-	-	-	
				20128036045720001	-	-	9.754,72	-	-	-	
				20605036047110001	-	-	4.230,76	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	0,06	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	36.871,17	-	-	-	
				06182102945640103	-	-	15.600,00	-	-	-	
				20301035220040001	-	-	4.911,72	-	-	-	
				20605035221300001	-	-	-	-	-	1.500,00	-
				135339	20122035222720001	-	-	1.680,48	-	-	-
					20122035222720001	-	-	92,13	-	-	-
		135340	20301035220040001	-	-	2.846,14	-	-	-		
			20122035222720001	-	-	4.721,35	-	-	-		
		135417	20126035247020001	-	-	92,69	-	-	-		
			20605036047110001	-	-	132,86	-	-	-		
			20301035220040001	-	-	18,45	-	-	-		
2112203512B830001	-		-	2.966,35	-	-	-				

Quadro 2.86
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	
Movimentação Externa	Recebidos	49002	135100	2160503512B810001	-	-	-	-	106113062	-	
				2112203512B830001	-	-	12146265,17	-	-	-	
		420012		20122036022720001	-	-	649675	-	-	-	
		530012		06182102945640103	-	-	5086800	-	-	-	
				08244104927920001	-	-	61400000	-	-	-	
				550008	0860510498020001	-	-	15400000	-	-	-
					08306104927980001	-	-	274600000	-	-	-
					08306104927980058	-	-	200000	-	-	-
					08306104927980062	-	-	100000	-	-	-
	130137	20122035022720001	-	-	929024,13	-	-	-			
	373001	21606142744700001	-	-	678590,91	-	-	-			
	Enviados	490002	135100	2112203512B830001	-	-	4045085,03	-	-	-	
				2160503512B810001	-	-	14049036,42	-	14049036,42	-	
		530012		06182102945640103	-	-	1267097,81	-	-	-	
		55008		08244104927920001	-	-	1160177,53	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	55403,57	-	-	-	
				08306104927980001	-	-	40143,35	-	-	-	
				08306104927980062	-	-	6303,44	-	-	-	

Fonte: Siafi

2.4.2. Execução Orçamentária

Quadro 2.87
Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	135.063,11	38.970,00	135.063,11	38.970,00
Tomada de Preços	247.444,64	532.719,24	247.444,64	532.719,24
Concorrência	135.323,63	30.690.000,00	135.323,63	30.690.000,00
Pregão	16.079.309,58	29.144.325,73	16.061.754,06	29.144.325,73
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	41.482.505,17	55.083.449,65	41.471.884,17	55.083.449,65
Inexigibilidade	10.062.965,87	7.956.889,14	10.062.965,87	7.956.889,14
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	22.927,07	18.116,54	22.927,07	18.116,54
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	13.024.156,97	14.901.859,20	13.024.156,97	14.901.859,20
Diárias	1.463.199,15	2.030.707,59	1.431.174,15	2.030.707,59
Não se Aplica	1.483.423,75	851.489,72	1.483.423,75	851.489,72

Fonte: Siafi

Quadro 2.88

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

1 – Despesa de Pessoal	262.246.856,19	259.210.678,62	262.246.856,19	259.210.678,62	0,00	0,00	242.643.151,01	248.798.248,98
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	22.931.908,18	24.661.884,00	22.931.908,18	24.661.884,00	-	-	19.986.890,32	21.008.387,53
Outros Benefícios Assistenciais	408.219,80	565.931,10	408.219,80	565.931,10	-	-	408.219,80	565.931,10
Vencimentos e Vantagens Fixas	186.268.120,04	200.922.453,43	186.268.120,04	200.922.453,43	-	-	181.977.329,63	196.961.855,28
Obrigações Patronais	45.510.150,98	26.880.015,43	45.510.150,98	26.880.015,43	-	-	33.143.043,45	24.082.056,11
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	2.773.107,99	3.248.434,61	2.773.107,99	3.248.434,61	-	-	2.773.107,99	3.248.434,61
Depósitos Compulsórios	237.882,99	839.460,75	237.882,99	839.460,75	-	-	237.882,99	839.460,75
Sentenças Judiciais	3.693.987,71	1.742.945,72	3.693.987,71	1.742.945,72	-	-	3.693.987,71	1.742.945,72
Despesas de Exercícios Anteriores	2.150,99	8.591,42	2.150,99	8.591,42	-	-	2.150,99	8.591,42
Indenizações e Restituições Trabalhistas	203.988,82	180.684,81	203.988,82	180.684,81	-	-	203.199,44	180.309,11
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	217.338,69	160.277,35	217.338,69	160.277,35	-	-	217.338,69	160.277,35
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	32.748.659,17	34.635.937,10	32.218.041,78	33.665.569,94	530.617,39	970.367,16	29.171.556,30	32.454.828,60
Pensões	12.216,60	14.696,56	12.216,60	14.696,56	-	-	12.216,60	14.696,56
Outros Benefícios Assistenciais	2.604.314,56	2.877.742,16	2.604.314,56	2.877.742,16	-	-	2.604.314,56	2.877.742,16
Diárias	1.431.174,15	2.030.707,59	1.417.524,15	2.030.707,59	13.650,00	-	1.415.274,15	2.030.059,39
Material de Consumo	952.664,38	1.121.957,04	746.742,81	643.976,86	205.921,57	477.980,18	740.225,69	588.826,18
Material de Distribuição Gratuita	-	-	-	-	-	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção	1.397.762,25	995.099,81	1.397.762,25	995.099,81	-	-	1.397.264,07	960.710,93
Serviços de Consultoria	139.020,00	31.000,00	120.040,00	31.000,00	18.980,00	-	120.040,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	63.124,12	38.344,01	63.124,12	38.344,01	-	-	63.124,12	38.344,01
Locação de Mão-de-Obra	496.813,97	617.250,75	496.813,97	617.250,75	-	-	496.813,97	558.035,75
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	18.488.646,10	19.406.810,22	18.196.580,28	18.914.423,24	292.065,82	492.386,98	15.162.261,86	17.853.691,28
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	456.923,36	429.481,44	456.923,36	429.481,44	-	-	454.021,60	429.481,44
Auxílio-Transporte	4.619.095,16	5.434.207,42	4.619.095,16	5.434.207,42	-	-	4.619.095,16	5.434.207,42
Sentenças Judiciais	670.113,65	119.978,12	670.113,65	119.978,12	-	-	670.113,65	119.978,12
Indenizações e Restituições	1.416.790,87	1.518.661,98	1.416.790,87	1.518.661,98	-	-	1.416.790,87	1.518.055,36
4 – Investimentos	2.999.808,37	42.822.948,35	1.660.746,53	24.448.574,71	1.339.061,84	18.374.373,64	1.660.746,53	24.129.418,28
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	86.740,00	33.615.837,81	11.820,00	22.174.019,80	74.920,00	11.441.818,01	11.820,00	21.854.863,37
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	2.913.068,37	9.207.110,54	1.648.926,53	2.274.554,91	1.264.141,84	6.932.555,63	1.648.926,53	2.274.554,91
5 – Inversões Financeira	43.830.881,36	58.761.888,53	43.830.881,36	58.761.259,33	0,00	629,20	40.430.361,74	51.610.734,92
Aquisição de Imóveis	-	0,00	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Produtos para Revenda	43.830.881,36	58.761.888,53	43.830.881,36	58.761.259,33	-	629,20	40.430.361,74	51.610.734,92
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	341.826.205,09	395.431.452,60	339.956.525,86	376.086.082,60	1.869.679,23	19.345.370,00	313.905.815,58	356.993.230,78

Fonte: Siafi

Quadro 2.89
Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	135.063,11	38.970,00	135.063,11	38.970,00
Tomada de Preços	247.922,93	532.719,24	247.922,93	532.719,24
Concorrência	135.323,63	30.690.000,00	135.323,63	30.690.000,00
Pregão	23.429.119,65	31.508.591,40	23.411.564,13	31.508.591,40
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	41.580.895,16	55.140.439,00	41.569.634,16	55.140.439,00
Inexigibilidade	20.618.329,61	11.316.222,92	20.618.329,61	11.316.222,92
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	22.927,07	18.116,54	22.927,07	18.116,54
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	13.024.156,97	14.901.859,20	13.024.156,97	14.901.859,20
Diárias	1.539.361,65	2.205.895,59	1.507.336,65	2.205.895,59
Outros	1.566.704,38	960.763,82	1.566.704,38	960.763,82

Fonte: Siafi

Quadro 2.90

Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa–Créditos Recebidos pela UJ



Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (Em R\$)

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesa de Pessoal	262.246.856,19	259.210.678,62	262.246.856,19	259.210.678,62	0,00	0,00	242.643.151,01	248.798.248,98
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	22.931.908,18	24.661.884,00	22.931.908,18	24.661.884,00	-	-	19.986.890,32	21.008.387,53
Outros Benefícios Assistenciais	408.219,80	565.931,10	408.219,80	565.931,10	-	-	408.219,80	565.931,10
Vencimentos e Vantagens Fixas	186.268.120,04	200.922.453,43	186.268.120,04	200.922.453,43	-	-	181.977.329,63	196.961.855,28
Obrigações Patronais	45.510.150,98	26.880.015,43	45.510.150,98	26.880.015,43	-	-	33.143.043,45	24.082.056,11
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	2.773.107,99	3.248.434,61	2.773.107,99	3.248.434,61	-	-	2.773.107,99	3.248.434,61
Depósitos Compulsórios	237.882,99	839.460,75	237.882,99	839.460,75	-	-	237.882,99	839.460,75
Sentenças Judiciais	3.693.987,71	1.742.945,72	3.693.987,71	1.742.945,72	-	-	3.693.987,71	1.742.945,72
Despesas de Exercícios Anteriores	2.150,99	8.591,42	2.150,99	8.591,42	-	-	2.150,99	8.591,42
Indenizações e Restituições Trabalhistas	203.988,82	180.684,81	203.988,82	180.684,81	-	-	203.199,44	180.309,11
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	217.338,69	160.277,35	217.338,69	160.277,35	-	-	217.338,69	160.277,35
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	47.682.264,39	40.700.988,00	46.967.982,01	38.553.818,60	714.282,38	2.147.169,40	39.414.050,08	37.281.187,99
Pensões	12.216,60	14.696,56	12.216,60	14.696,56	-	-	12.216,60	14.696,56
Outros Benefícios Assistenciais	2.604.314,56	2.877.742,16	2.604.314,56	2.877.742,16	-	-	2.604.314,56	2.877.742,16
Diárias	1.507.336,65	2.205.895,59	1.490.476,65	2.205.895,59	16.860,00	-	1.488.226,65	2.205.247,39
Material de Consumo	1.654.098,24	1.166.389,45	1.445.176,67	685.266,92	208.921,57	481.122,53	1.438.504,27	629.960,34
Material de Distribuição Gratuita	6.843.669,94	1.355.527,22	6.843.669,94	862.618,50	-	492.908,72	2.368.161,83	811.228,59
Passagens e Despesas com Locomoção	1.467.506,85	1.184.469,99	1.467.146,85	1.184.469,99	360,00	-	1.466.648,67	1.143.094,03
Serviços de Consultoria	139.020,00	31.000,00	120.040,00	31.000,00	18.980,00	-	120.040,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	63.124,12	38.344,01	63.124,12	38.344,01	-	-	63.124,12	38.344,01
Locação de Mão-de-Obra	496.813,97	617.250,75	496.813,97	617.250,75	-	-	496.813,97	558.035,75
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	24.356.052,18	23.668.623,29	23.886.891,37	22.495.485,14	469.160,81	1.173.138,15	20.820.789,89	21.431.396,80
Contribuições	1.373.870,00	-	1.373.870,00	-	-	-	1.373.870,00	-
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentária	458.241,60	468.201,46	458.241,60	468.201,46	-	-	455.339,84	468.201,46
Auxílio-Transporte	4.619.095,16	5.434.207,42	4.619.095,16	5.434.207,42	-	-	4.619.095,16	5.434.207,42
Sentenças Judiciais	670.113,65	119.978,12	670.113,65	119.978,12	-	-	670.113,65	119.978,12
Indenizações e Restituições	1.416.790,87	1.518.661,98	1.416.790,87	1.518.661,98	-	-	1.416.790,87	1.518.055,36
4 – Investimentos	6.229.048,37	42.822.948,35	4.889.986,53	24.448.574,71	1.339.061,84	18.374.373,64	4.889.986,53	24.129.418,28
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	86.740,00	33.615.837,81	11.820,00	22.174.019,80	74.920,00	11.441.818,01	11.820,00	21.854.863,37
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentária	6.142.308,37	9.207.110,54	4.878.166,53	2.274.554,91	1.264.141,84	6.932.555,63	4.878.166,53	2.274.554,91
5 – Inversões Financeira	43.830.881,36	58.761.888,53	43.830.881,36	58.761.259,33	0,00	629,20	40.430.361,74	51.610.734,92
Aquisição de Produtos para Revenda	43.830.881,36	58.761.888,53	43.830.881,36	58.761.259,33	-	629,20	40.430.361,74	51.610.734,92
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	359.989.050,31	401.496.503,50	357.935.706,09	380.974.331,26	2.053.344,22	20.522.172,24	327.377.549,36	361.819.590,17

Fonte: Siafi

Quadro 2.91
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0352			Denominação: Abastecimento Agroalimentar			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.771.909.208,00	3.801.036.619,00	3.369.205.095,27	3.153.534.127,74	215.670.967,53	2.940.753.312,48	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial 2003	Índice final 2011		
1	Margem de Disponibilidade do Algodão em Pluma – Percentual (%)	30/11/03	15,00%	21,00%	22,00%	49,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência						
Análise do Resultado Alcançado:						
A margem de disponibilidade de algodão apurada em 2009 foi 49%, superior à meta prevista (22%) em 122,7%. Tal fato decorre principalmente do maior estoque registrado no início do ano aliado à redução do consumo interno e das exportações. O alto estoque mundial, a maior utilização de fibras sintéticas e a crise financeira internacional provocaram a redução dos preços nos mercados interno e externo e redução da demanda. Além desses fatores, a paridade na importação foi desfavorável ao produto nacional, pois as empresas conseguiram importar a custos menores que os vigentes no mercado interno. Objetivando a melhoria na comercialização do produto foram realizados leilões de PEPRO, quando foram negociadas 792,2 mil toneladas e, também, a restituição de parte do ICMS pelos governos da Bahia, de Goiás, do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso evitaram prejuízos no setor. No fim do exercício os estoques públicos somaram 1,6 milhões de toneladas, representando 0,34% do estoque de passagem e correspondendo a 0,6 dias de consumo aparente.						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice inicial 2003	Índice final 2011		
2	Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca – Percentual (%)	30/11/03	9,00%	8,00%	9,00%	8,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência						
Análise do Resultado Alcançado:						
A margem de disponibilidade de arroz em casca apurada em 2009 foi de 8%, inferior à meta prevista (9%) em 11,1%. Tal fato decorre principalmente do baixo estoque de passagem registrado no início do exercício. A produção nacional da safra 2008/09 foi de 12,6 milhões de toneladas, inferior ao consumo interno em aproximadamente 250 mil toneladas. Além disso, as exportações atingiram 750 mil toneladas. As importações somaram 900 mil toneladas, favorecidas pela desvalorização cambial. Tais fatores implicaram em um estoque no fim do exercício de 983,9 mil toneladas. Apesar da oferta interna bem ajustada, os preços no mercado nacional foram fortemente influenciados pelas baixas cotações internacionais, pressionadas pela existência de alto estoque mundial e pela desvalorização cambial que favorecia as importações. Para evitar perda de renda do setor produtivo, o Governo Federal ofertou prêmios para comercialização e absorveu parte significativa da produção via Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda. Os estoques públicos no fim do exercício atingiram 977,2 mil toneladas, representando						

Identificação do Programa de Governo						
99,3% do estoque de passagem, correspondendo a 27,76 dias de consumo aparente.						
Ordem	Indicador (Unidade de medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial 2004	Índice Final 2011		
3	Margem de Disponibilidade de Milho – Percentual (%)	31/12/03	17,00%	9,00%	10,00%	25,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>A margem de disponibilidade de milho apurada em 2009 foi de 25%, superando a meta prevista (10%) em 150%. Tal fato decorre do alto estoque de passagem existente no início do exercício de, aproximadamente, 11,9 milhões de toneladas, e da produção de 51,0 milhões de toneladas colhidas na safra 2008/09. O aumento registrado no consumo interno foi menor que o de anos anteriores em função de uma menor demanda por parte dos setores avícola e de suínos, devido à redução do plantel avícola provocado pela crise internacional e pela ocorrência da gripe H1N1. As exportações também foram afetadas pelas baixas cotações internacionais, influenciadas pelo aumento da safra americana, pela menor demanda internacional e pela baixa do preço do petróleo. Em decorrência desses fatores, foi observada forte pressão baixista nos preços internos durante todo o exercício. As menores cotações foram registradas no Estado do Mato Grosso, aliadas a problemas de falta de armazéns, à preferência pela comercialização da soja, pelos altos preços dos fretes e pela desvalorização cambial. Objetivando a solução do problema e minimização dos impactos negativos no setor produtor, o Governo Federal intensificou a realização de leilões de PEP e de PROP para atendimento da demanda de áreas desabastecidas, abertura de espaço para armazenagem e direcionamento para a exportação. Além dos leilões foram realizadas fortes intervenções com aquisição do produto por meio de Aquisições do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda. Os estoques públicos somaram ao final do exercício 5,4 milhões de toneladas, representando 68,8% do estoque de passagem e suficientes para 42,18 dias de consumo aparente.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial 2004	Índice Final 2011		
4	Margem de Disponibilidade de Trigo (%)	28/02/04	3,00%	3,00%	3,00%	23,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>A margem de disponibilidade de trigo apurada em 2009 foi de 23%, superando a meta prevista (3%) em 666,7%. Tal fato decorreu do aumento de 43,6% na produção nacional e redução nas exportações. As chuvas acima da média nas principais áreas de produção da Região Sul propiciaram o aparecimento de doenças que resultaram na baixa qualidade do produto, com reflexos diretos na comercialização. Em função da baixa qualidade do trigo, dos baixos preços internacionais, do alto estoque mundial do produto e da paridade de importação desfavorável ao produto nacional, os moinhos deram preferência à importação. Além desses fatores, os compradores preferem adquirir o produto somente quando seus estoques estão baixos, deixando os custos de armazenagem e conservação a cargo dos produtores. Durante o exercício foram realizados 18 leilões de PEP, quando foram comercializadas 2,9 milhões de toneladas. Além desses foram adquiridas por meio de Aquisições do Governo Federal 506,2 mil toneladas. Os estoques públicos no fim do exercício somavam 676,7 mil toneladas, representando 27,93 do estoque de passagem e correspondente a 23,61 dias de consumo aparente.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade de	Referência			Índice	Índice

Identificação do Programa de Governo						
	Medida)	Data	Índice Inicial 2006	Índice Final	Previsto no Exercício	Atingido no Exercício
5	Número de produtores Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários	30/12/06	11.006,00	17.084,00	15.644,00	16.948,00
Fórmula de Cálculo:						
Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO)						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador tem por finalidade mostrar a quantidade de produtores rurais atendidos (pessoa física e jurídica) pelos instrumentos de apoio à comercialização disponíveis, tanto na Formação de Estoques Públicos (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda), como na Garantia e Sustentação de Preços (PEP e PEPRO). Em função dos prazos diferenciados para comprovação da realização das operações (PEP – 2 meses, PEPRO – de oito a doze meses), grande parte das informações referentes às operações realizadas em 2009 ainda não está disponível, havendo necessidade de implementação de mecanismos para levantamento da quantidade de produtores efetivamente atendidos. Além disso, o leque de adquirentes/arrematantes dos prêmios, no caso do PEP, por exemplo, são indústrias, comerciantes, avicultores, suinocultores, cooperativas etc, o que dificulta o controle da quantidade de produtores beneficiados. Em 2009 foram atendidos cerca de 16.948 adquirentes/arrematantes.						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial 2004	Índice Final 2011		
6	Produção Nacional de Grãos	30/04/04	123,2	150	136,7	135,13
Fórmula de Cálculo:						
Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra						
Análise do Resultado Alcançado:						
Para a safra agrícola 2008/09 estava prevista uma produção de 136,7 milhões de toneladas tendo sido produzidas 135,1 milhões, ou seja, 1,2% inferior à meta e 1,4% menor que o resultado indicado nas pesquisas de safra realizadas no início de 2009. A redução deveu-se principalmente ao comportamento climático adverso, como estiagem nas principais regiões produtoras do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul, provocando redução da produtividade das lavouras tradicionais, com maior influência nas produções de milho 1. ^a e 2. ^a safras e na soja. Também, a ocorrência de chuvas acima da média registrada em áreas produtoras de trigo provocaram o aparecimento de doenças reduzindo a produtividade e a qualidade do produto, com reflexos diretos na comercialização. Contribuiu, ainda, a redução da área plantada com algodão, provocada pelos baixos preços na comercialização da safra anterior, pelo alto custo de produção e pelo pacote tecnológico que demandou elevada carga de insumos.						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial 2006	Índice Final		
7	Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários	31/12/06	3.133.029,00	4.271.152,00	3.911.203,00	3.820.843,29
Formula de Cálculo:						
Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos						

Identificação do Programa de Governo						
Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)]						
Análise do Resultado Alcançado:						
São os recursos orçamentários gastos na Formação de Estoques Públicos, pelo exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, pelo prêmio de subvenção econômica da Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários adicionados aos recursos não-orçamentários na Comercialização de Produtos via Mercados Futuros e de Opções (BB Garantia de Preços). Em 2009, foi despendido R\$3.820.843.290,00, sendo 152% acima do aplicado em 2008. É importante assinalar que os preços internos dos produtos amparados pela PGPM, principalmente o milho, trigo, arroz e feijão mantiveram-se em níveis abaixo dos preços mínimos, necessitando de fortes intervenções nos mercados desses produtos.						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial 2007	Índice Final 2011		
8	Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de produtos Agropecuários	01/08/07	11.301.553,00	16.639.331,00	13.782.050,00	46.161.253,51
Fórmula de Cálculo:						
Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador mostra o total de crédito rural concedido pelas instituições financeiras oficiais de crédito, como o Banco do Brasil-BB, Banco da Amazônia-BASA e Banco do Nordeste-BNB. Foi aplicado R\$46.161.253.51, superior em 15% ao valor investido em 2008. Trata-se de recursos não-orçamentários, orientados para atuações no mercado do agronegócio, abrangendo o setor agrícola, pecuária e agroindústria, atendendo a mini e pequenos produtores, cooperativas, associações etc.						

Fonte: Supor/Geare

Quadro 2.92
Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Programa/Ação	Meta Física	Unidade	Execução Física	Execução (%)	Obs
(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar	-	-	-	-	-
(2003) Ações de Informática	-	-	-	-	A ação não tem meta física
(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	3.126	Pessoa beneficiada	3.494	111,77	
(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	110	Criança atendida	118	107,27	
(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	929	Servidor beneficiado	1.005	108,18	
(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	830	Servidor beneficiado	1.007	121,33	
(2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador	800	Pessoa capacitada	-	-	Ação não executada
(12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG	78	% de execução física	61	78,21	
(0110) Contribuição à Previdência Privada	-	-	-	-	A ação não tem meta física
(10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos	1	Estudo realizado	-	-	Ação não executada
(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	8.000	Informação disponibilizada	7.746	96,83	
(2272) Gestão e Administração do Programa	-	-	-	-	A ação não tem meta física
(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária	-	-	-	-	-
(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	596	Servidor qualificado	843	141,44	
(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	-	-	-	-	-
(0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	-	-	-	-	A ação não tem meta física

Fonte: Supor/Gear

2.4.3 – Evolução de Gastos Gerais

Quadro 2.93
Evolução de Gastos Gerais - Matriz

Descrição	Ano (Em R\$)		
	2007	2008	2009
1 – Despesas de pessoal	84.101.524,45	99.193.432,47	108.881.001,19
1-1 Vencimentos e vantagens fixas	59.525.207,93	67.320.380,58	76.025.949,30
1-2 Obrigações patronais	20.379.537,94	24.157.811,27	27.204.080,87
1.3 Outras despesas variáveis	2.866.051,75	3.254.341,89	3.745.960,98
1.4 Sentenças judiciais e depósitos Compulsórios	1.330.726,83	4.460.898,73	1.905.010,04
2 – Material de consumo	962.829,33	853.782,41	1.130.847,74
2.1 Combustíveis e lubrificantes	138.847,49	120.651,82	139.783,15
2.2 Material químico	1.388,69	8,40	27.560,00
2.3 Material de expediente	127.122,76	153.816,67	135.053,49
2.4 Material de processamento de dados	364.795,11	268.832,32	457.390,35
2.5 – Material para manutenção	103.443,24	61.973,92	51.796,11
2.6 Aquisição de softwares de base	11.975,00	978,00	7.646,80
2.7 Outros materiais de consumo	215.257,04	247.521,28	311.617,84
3 Diárias	1.478.851,62	1.482.376,65	2.134.663,09
4 Passagens e despesas com locomoção	1.091.827,04	1.467.480,81	1.159.372,37
5 Serviços de terceiros	1.702.574,95	-13.289.319,56	16.970.848,83
5.1 Manutenção e conservação	360.803,52	306.608,26	304.645,43
5.2 Serviços de limpeza e conservação	885.070,74	873.602,68	973.245,53
5.3 Vigilância	507.832,25	426.507,86	619.650,94
5.4 Tecnologia da informação	430.278,27	486.543,31	526.081,81
5.5 Capatazia, estiva e pesagem	0,00	0,00	0,00
5.6 Fretes, transportes e encomendas	493.104,25	545.174,16	578.078,17
5.7 Publicidade	574.389,16	133.953,92	261.550,84
5.8 Outras terceirizações	-1.548.903,24	-16.061.709,75	13.707.596,11
5.9 Suprimento de fundos	(*)	(*)	
6 Cartão de pagamentos	(*)	(*)	
7 Obrigações tributárias e contributivas	7.191.084,73	10.795.979,42	9.445.786,40
8 Obras, instalações e imóveis	78.833,95	74.920,00	11.441.818,01
9 Equipamentos e material permanente	1.594.155,46	1.264.141,84	6.932.555,63
9.1 Equipamentos de processamento de dados	1.908.153,44	2.404.257,90	3.621.762,03
9.2 Outros equipamentos	-313.997,98	-1.140.116,06	3.310.793,60
10 Outras despesas	29.653.194,79	154.748.050,92	429.966.321,25
Total	127.854.876,32	256.590.844,96	588.063.214,51

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE-Sucon/Gecon

2.4.4 - Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Quadro 2.94
Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ



Função	Sub função	Progra ma	Ação	Tipo da Ação	Priori dade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2010
20	126	0352	2003	A	4	-	-	-	-	2.635.850,00	2.393.242,03	-
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	3.126	3.494	3.404	3.980.489,00	3.979.794,38	2.567.545,00
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	110	118	121	639.912,28	639.912,28	729.840,00
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	830	1.007	900	1.462.827,00	1.460.058,87	1.473.890,00
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	929	1.005	900	3.889.578,00	3.888.780,35	3.901.224,00
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido	0	0	0	70.000.000,00	58.761.259,33	230.431.000,00
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	0	0	0	792.000,00	697.425,91	773.400,00
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	258.719.660,00	250.094.793,87	274.890.641,00
20	128	0352	2808	A	4	pessoa capacitada	800	-	-	0,00	0,00	0,00
20	605	0352	12BZ	P	4	% obra executada	78	61	22	30.600.000,00	30.600.000,00	13.400.000,00
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	0	0	0	4.965.000,00	1.312.599,86	11.320.000,00
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	0	0	80.000,00	71.074,82	139.000,00
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	0	0	0	115.000,00	110.858,83	200.000,00
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0	245.000,00	70.744,55	160.000,00
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	0	0	0	400.000,00	54.837,22	400.000,00
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	8.000	7.746	9.000	334.000,00	24.118,22	350.000,00
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	1	0	1	600.000,00	0,00	400.000,00
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-	18.065.356,70	18.065.356,70	17.746.028,00
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	596	843	1.007	643.000,00	623.865,88	692.500,00
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	0	0	0	200.000,00	116.741,78	165.000,00
28	846	0901	0022	OP	4	-	0	0	0	2.794.309,00	2.576.023,85	12.000.000,00

Fonte: Supor

2.4.4.1 – Análise Quanto ao Cumprimento das Metas

Durante o exercício de 2007, o Planejamento Estratégico da Conab (elaborado no âmbito do Programa de Revitalização da Conab), foi paralisado para revisão. Nele constavam as metas de médio e longo prazos e os indicadores para a aferição da execução e da melhoria da gestão interna. Desde então, a Companhia vem trabalhando apenas com metas para o exercício aprovadas nas LOAs anuais.

a) Cumprimento das Metas Físicas

Cabe esclarecer que apesar de realizar o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades desenvolvidas pela Conab, inclusive participando de forma direta de várias iniciativas, a Matriz tem sob sua responsabilidade poucas ações com metas físicas específicas aprovadas na LOA. Basicamente, estas ações estão restritas ao pagamento de benefícios como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica, assistência pré-escolar e capacitação de empregados, todas com execução acima da meta prevista.

A ação Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG está sob a coordenação da Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm, em Brasília, com execução física inferior à meta, em função do atraso no início das obras por motivos relacionados ao processo de licitação. E a Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar, sob a responsabilidade da Superintendência de Informação do Agronegócio, SUINF, apresentou execução da ordem de 96,83%.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

Durante o exercício duas ações não foram executadas, a saber:

- Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos - apesar dos esforços desenvolvidos pela Suarm, até o fim do exercício não haviam sido selecionadas as instituições parceiras para a realização do estudo.
- Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador – Com o encerramento do convênio celebrado entre a Conab a Funarbe, e a necessidade de seleção de outra instituição para a realização dos treinamentos, a Diretoria de Operações e Abastecimento da Conab decidiu pela não realização desta Ação em 2009.

c) Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

A execução física das ações relacionadas ao pagamento de benefícios apresentaram execução acima das metas previstas, em função do aumento do número de empregados, causado pelo retorno ao quadro de empregados anistiados e pela alteração na metodologia de elaboração da previsão nas situações em que não estava previsto esse acréscimo.

2.4.5 – Indicadores de Desempenho ou institucionais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Também foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica, sendo interrompido em 2007 para reavaliação, não tendo sido portanto apurado os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

No âmbito da Matriz, os indicadores referem-se quase que exclusivamente à execução

orçamentária/financeira das ações, apesar da participação dos empregados lotados na Sede para execução e/ou coordenação de várias atividades, ficando portanto os resultados alcançados afetos às Regionais.

Os Resultados apurados dos indicadores relacionados às ações meio (administrativas) foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os relacionados às ações finalísticas.

Ação: Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Nome	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	99,81	98,92	88,84
Objetivo	Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis	X = valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte	X= Siafi e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Cead			

O resultado refletiu o decréscimo na execução desta Ação, em função do início tardio das atividades (setembro) e, em razão das dificuldades apresentadas na execução, tais como: armazéns com grande quantidade de produtos, dificuldades na formação de equipes por falta de empregados disponíveis e atraso na entrega do sistema eletrônico de cadastramento de armazéns-BCAnet .

Ação: Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Nome	Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de informações geradas e disponibilizadas	-	85,36	96,83
Objetivo	Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) \times 100$			
Variáveis	X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA			
Fonte	X = Geint e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Geint			

Esta ação foi criada somente em 2008, daí não apresentou informação em 2007.

Nome	Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	-	61,46	7,22
Objetivo	Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$(X/Y)*100$			
Variáveis	X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA			
Fonte	X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Ceint			

A baixa execução financeira contabilizada durante o exercício decorreu da redução do número de visitas às fontes de informação, tendo sido realizadas apenas pesquisa de custos de insumos e de produção de aves e suínos e, também com treinamento a usuários do banco de dados de informações agropecuárias.

Ação: Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome	Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	2.007	2.008	2.009
Descrição	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	99,79	82,24	95,10
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y)*100]$			
Variáveis	X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte	X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Anual			
Responsável	Gerentes da Gefis e da Gesup			

A Matriz detém grande número de fiscais que participam da execução desta Ação, principalmente como coordenadores das etapas programadas. Em função da grande quantidade de produtos adquiridos em 2009, todos os fiscais estiveram em campo durante todo o exercício, resultando em maiores custos com diárias e passagens e despesas com deslocamentos.

Ação: Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Nome	Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	-	99,31	13,08
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$(x/y) * 100$			
Variáveis	X = Valor liquidado e Y = Valor previsto			
Fonte	X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gehor			

Esta Ação, criada efetivamente em 2008, demandou maiores custos nos exercícios anteriores, quando foram efetuados os primeiros contatos com a maioria das Centrais de Abastecimento e realizados os prognósticos e levantadas as necessidades para a agregação no Prohort.

Ação: Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Nome	Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos	-	17,13	28,88
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) * 100]$			
Variáveis	X = valor liquidado e Y = valor previsto			
Fonte	X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF (Região Nordeste e Norte)			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gevap			

A baixa execução física e financeira registrada nesta Ação decorreu da reduzida capacidade técnico-operacional das Suregs, restringindo a abertura de frente de trabalho para formação de novas centrais de negócios, assim como da falta de empregados disponíveis e da paralisação temporária das atividades no período de chuvas devido às enchentes nas periferias de algumas cidades dos estados da Região Nordeste, área de atuação da Refap.

Ação: Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Nome	Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com pesquisa de safras	98,79	79,29	58,37
Objetivo	Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) * 100$			
Variáveis	X = valor liquidado Y = valor previsto			
Fonte	X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Geasa			

Parte das pesquisas de campo foram realizadas por empregados das próprias Suregs, reduzindo-se, assim, as despesas com passagens. Além desse fator, foi realizada apenas uma pesquisa extra realizada no Estado do Mato Grosso.

Ação: Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Nome	Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA	98,34	8,00	26,44
Objetivo	Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$[(X/Y) * 100]$			
Variáveis	X = Valor liquidado Y = Valor previsto			
Fonte	X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gerap			

A dotação orçamentária desta Ação, para execução na Matriz, refere-se à reserva destinada ao pagamento de aquisições de produtos por meio de leilão eletrônico, para uso nas unidades armazenadoras. O resultado apurado em 2009 foi 18,44 pontos percentuais superior ao do exercício anterior. Apesar do crescimento é necessário registrar que a dotação orçamentária aumentou de R\$75.000,00 para R\$4.965.000,00 no mesmo período.

Ação: Vistoria dos Estoques e das Condições de armazenamento

Nome	Percentual de Execução Financeira na Vistoria dos Estoques Privados	2007	2008	2009
Descrição	Percentual de gastos com vistoria dos estoques			
Objetivo	Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo	Eficácia			
Unidade de Medida	%			
Meta	Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo	$(X/Y) \times 100$	98,4	-	96,4
Variáveis	X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte	X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica	UF e Brasil			
Periodicidade	Mensal			
Responsável	Gerente da Gêvep			

Durante o exercício foram realizadas pesquisas nos estoques privados de café, trigo e milho. O indicador apresentou o resultado esperado.

3 – Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

Quadro 3.01
Composição do Quadro de Recursos Humanos-Conab
Situação apurada em 31/12/2009

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	NA	NA	NA
Próprios	NA	NA	NA
Requisitados	NA	NA	NA
Celetistas	4283	4489	4489
Cargos de livre provimento	55	53	53
Estatutários	7	6	6
Não Estatutários	48	47	47
Total	4338	4542	4542

Fonte: Conab/Sumoc/Gecav

Obs.: A divergência entre os quantitativos de lotação efetiva e lotação autorizada e ideal, relativamente aos cargos de livre provimento, refere-se a dois colaboradores que estão cedidos à Conab, na Matriz.

Quadro 3.02
Composição do Quadro de Recursos Humanos-Matriz
Situação apurada em 31/12/2009

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	NA	NA	NA
Próprios	NA	NA	NA
Requisitados	NA	NA	NA
Celetistas	1004	Não estabelecida	NA
Cargos de livre provimento	55	53	NA
Estatutários	7	6	NA
Não Estatutários	48	47	NA
Total	1059	-	NA

Fonte: Conab/Sumoc/Gecav

Obs.: A divergência entre os quantitativos de lotação efetiva e lotação autorizada e ideal, relativamente aos cargos de livre provimento, refere-se a dois colaboradores que estão cedidos à Conab, na Matriz.

NA = Não se aplica

Quadro 3.03
Composição do Quadro de Terceirizados-Matriz
Situação apurada em 31/12/2009

Terceirizados	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Conservação e Vigilância	64	64	NA
Apoio Administrativo	21	21	NA
Outras Atividades	2	2	NA
Estagiários	78	100	NA
Total	165	187	NA

Fonte: Supad e Sureh

A Companhia encerrou o exercício de 2009 com um quadro de pessoal composto por 4.338 empregados, apresentando um acréscimo de 96 empregados em relação a 2008. Comparativamente ao ano de 2007, cuja variação foi de 27%, tendo sido acrescidos 903 empregados ao exercício seguinte, neste ano de 2009 a Conab manteve um quadro com pouca alteração. Essa situação se reflete na Matriz, onde a variação foi mínima, tendo o exercício encerrado com apenas menos quatro empregados, conforme abaixo demonstrado.

Quadro 3.04
Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)
	Conab		Variação (b)-(a)	Matriz		Variação (d)-(c)	
	31/12/2008(a)	31/12/2009(b)		31/12/2008(c)	31/12/2009(d)		
Em efetivo exercício na Conab	3.073	3.126	53	751	747	(4)	23,9
Cedidos a outros órgãos	1.086	1.118	32	295	298	3	26,65
Com ônus p/ a Conab	1.075	1.108	33	295	298	3	26,9
Sem ônus p/ a Conab	11	10	(1)	0	0	-	0
Licenciados(*)	67	71	4	11	8	(3)	11,27
Contratos suspensos(**)	14	18	4	6	6	-	33,33
Pensão Vitalícia	2	5	3	0	0	-	0
Total	4.242	4.338	96	1.063	1.059	(4)	24,41

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.

(**) licença por motivos particulares etc.

Do quadro geral da Conab, 2.308 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 53% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente. O quadro de pessoal da Matriz é de 1.059 empregados, equivalendo a 24% do quadro total e conta com 336 readmissões, como demonstrado a seguir, sendo que 27% dos empregados da Matriz encontram-se cedidos a outros órgãos, resultando em 747 empregados em efetivo exercício, como acima demonstrado.

Quadro 3.05
Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)
	Conab		Variação (b)-(a)	Matriz		Variação (d)-(c)	
	31/12/2008(a)	31/12/2009(b)		31/12/2008(c)	31/12/2009(d)		
Contrato Padrão	2.049	2.030	(19)	742	723	(19)	35,62
Reintegrado (Transitado)	356	358	2	28	28	-	7,82
Reintegrado Liminar	77	76	(1)	0	0	-	0
Anistiado (Transitado)	255	256	1	2	2	-	0,78
Anistiado (Liminar)	108	104	(4)	4	4	-	3,85
Anistiado (Lei 8878/94)	1.397	1.514	117	287	302	15	19,95
Total	4.242	4.338	96	1.063	1.059	(4)	24,41

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

O quadro que se segue apresenta, de forma detalhada, a situação funcional dos empregados da Conab, assim como da Matriz, nos anos de 2008 e 2009.

Quadro 3.06
Demonstrativo Detalhado da Situação Funcional dos Empregados

Situação Funcional	2008		2009	
	Conab	Matriz	Conab	Matriz
Em efetivo exercício na Empresa (contrato padrão)	3.028	706	3.071	692
Contrato Especial	29	29	39	39
Cargo de direção na própria Empresa	0	0	0	0
Diretor não empregado	5	5	5	5
Conselheiro de administração/fiscal *	9	9	9	9
Cedido à Conab	2	2	2	2
Total de empregados em efetivo exercício na Conab	3.073	751	3.126	747
À disposição com ônus para a Conab-Dec. 4.050	131	131	129	129
À disposição com ônus para a Conab-Lei 10.470	944	164	979	169
Cedidos a Outros Órgãos - Com Ônus	1.075	295	1.108	298
À disposição sem ônus para a Conab-Dec. 4.050	11	0	10	0
Cedidos a Outros Órgãos - Sem Ônus	11	0	10	0
Licenciado INSS/Acidente de trabalho	59	10	64	8
Licença Maternidade - 120 dias/adoção	2	1	2	0
Licença Maternidade - Emp. Cidadã 60 dias/adoção	1	0	1	0
Licença para cargo eletivo com vencimentos	1	0	0	0
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	4	0	4	0
Licenciados	67	11	71	8
Contrato Suspenso/Licença Particular	14	6	18	6
Pensão Vitalícia	2	0	5	0
Falta de frequência por mais de 30 dias	0	0	0	0
TOTAL	4.242	1.063	4.338	1.059

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

* Obs. No quantitativo está incluído o Presidente, como membro do Conselho de Administração.

O perfil da estrutura de pessoal com cargo de carreira, na Matriz, apresenta as seguintes características: 428 empregados enquadrados como técnicos de nível superior (40% do total da Matriz) e 592 empregados em cargos de nível médio e auxiliar. Comparado ao ano de 2008, o quantitativo de empregados de nível superior, na Matriz, decresceu em aproximadamente 3%, refletindo a dificuldade que a Companhia vem enfrentando, de forma generalizada, para a retenção de técnicos concursados. Essa situação já havia ocorrido em 2008, sendo que a evasão foi ainda maior, correspondendo a 40 empregados com cargos de nível superior que pediram demissão naquele exercício.

Quadro 3.07
Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo - Matriz

Discriminação	2008					2009				
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total
Contrato Padrão – normal	93	212	408	29	742	93	210	381	39	723
Reintegração Judicial (Transitado)	9	8	11	-	28	9	8	11	0	28
Reintegração Judicial (Liminar)	-	-	-	-	0	0	0	0	0	0
Readmissão Anistia (Transitado)	2	-	-	-	2	2	0	0	0	2
Readmissão Anistia (Liminar)	1	2	1	-	4	1	2	1	0	4
Anistiado (Lei 8878/94)	171	83	33	-	287	182	85	35	0	302
Total	276	305	453	29	1.063	287	305	428	39	1.059

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

O número de pessoas com contrato especial aumentou no ano de 2009, sendo que estes são empregados detentores de formação superior, contratados para o exercício de funções especializadas ou de assessoria, com atuação exclusiva na Matriz, conforme quadro que se segue.

Quadro 3.08
Demonstrativo de Vínculos Especiais - Matriz

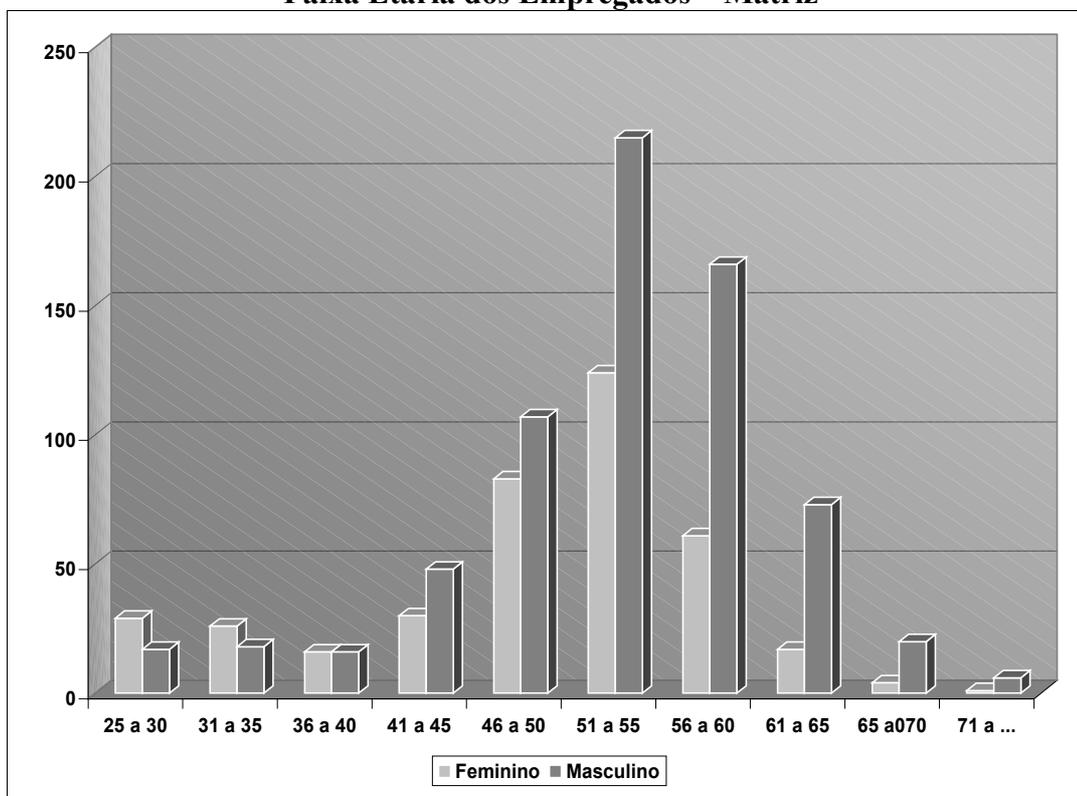
Função	Quantidade	Quantidade
CONTRATO ESPECIAL	27	39
Chefe Gabinete	1	1
Assessor	16	28
Corregedor Geral	1	1
Coordenador	3	3
Ouvidor	1	1
Gerente de Área	2	2
Chefe de Assessoria	1	1
Subcorregedor	1	1
Procurador Geral	1	1
ADMINISTRADORES	13	13
Presidente	1	1
Diretor	4	4
Conselho de Administração	5	6
Conselho Fiscal	3	2
Total	40	52

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

Obs.: A divergência do quantitativo de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, em relação ao quadro anterior, justifica-se pelo fato do Presidente integrar o Conselho de Administração e manter vínculo apenas como Presidente.

A faixa etária dos empregados lotados na Matriz apresenta uma concentração significativa no intervalo de 51 a 60 anos, com destaque para os empregados do sexo masculino, potenciais candidatos à aposentadoria.

Figura 3.01
Faixa Etária dos Empregados – Matriz



Fonte: Sutin

Visando contribuir com o sistema de educação, a Conab oferece oportunidade de estágio a estudantes de nível médio e superior, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais. Ao término do exercício, a Matriz contava com 78 estagiários, representando ligeiro acréscimo em relação ao exercício anterior.

Quadro 3.09
Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição Estagiários em 31/12/2009						Variação 2008/2009
	2008			2009			
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total	
Conab	342	63	405	307	59	366	-9,6%
Matriz	52	25	77	54	24	78	1,3%
Participação	15,2%	39,7%	19,0%	17,6%	40,7%	21,3%	

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

Quadro 3.10
Composição e Custos de Recursos Humanos na Matriz nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

Quadro Próprio						
Tipologia	Quantidade	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	833	78.093.447,64	0,00	6.591.111,46	24.534,66	67.980,68
2008	1.014	93.525.417,93	0,00	7.657.294,35	29.737,00	34.559,21
2009	1.001	102.327.218,23	0,00	8.501.478,14	40.518,70	
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	41	0,00	0,00	5.552.724,47	0,00	0,00
2008	47	0,00	0,00	7.350.421,78	0,00	0,00
2009	56	0,00	0,00	9.510.390,64	0,00	0,00
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	3	0,00	0,00	192.164,80	0,00	0,00
2008	2	0,00	0,00	177.251,76	0,00	0,00
2009	2	0,00	0,00	193.027,20	0,00	0,00
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quadro Terceirizado na Matriz						
Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa(R\$)	Qtde	Despesa(R\$)	Qtde	Despesa(R\$)
Limpeza (servente)	37	875.072,84	37	869.679,02	39	959.840,37
Jardineiro	2		2		3	
Office-boys(contínuos)	15		15		21	
Auxiliar de serviços gerais	2		2		4	
Copeiras	2		2		2	
Vigilância armada	18	467.199,41	18	459.875,29	18	556.309,63
Manutenção de ar condicionado	1	21.600,00	-	15.461,14	-	13.490,04
Estagiários	64	391.739,01	65	422.214,97	78	543.028,89

Fonte: Supad e Sutin

Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 3.11
Demonstrativo do Número de Empregados que Aderiram ao PDV e PDVI

Ano	N.º de Empregados
1994	50
1995	229
1996	212
1997	245
1998	356
2001	615
2002	1.159
Total	2.866

Fonte: Sureh/Gepes

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa neste ano de 2009, gerando um estoque de 7.237.182 toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 179 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2.164.730 toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de 10.425.154 toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

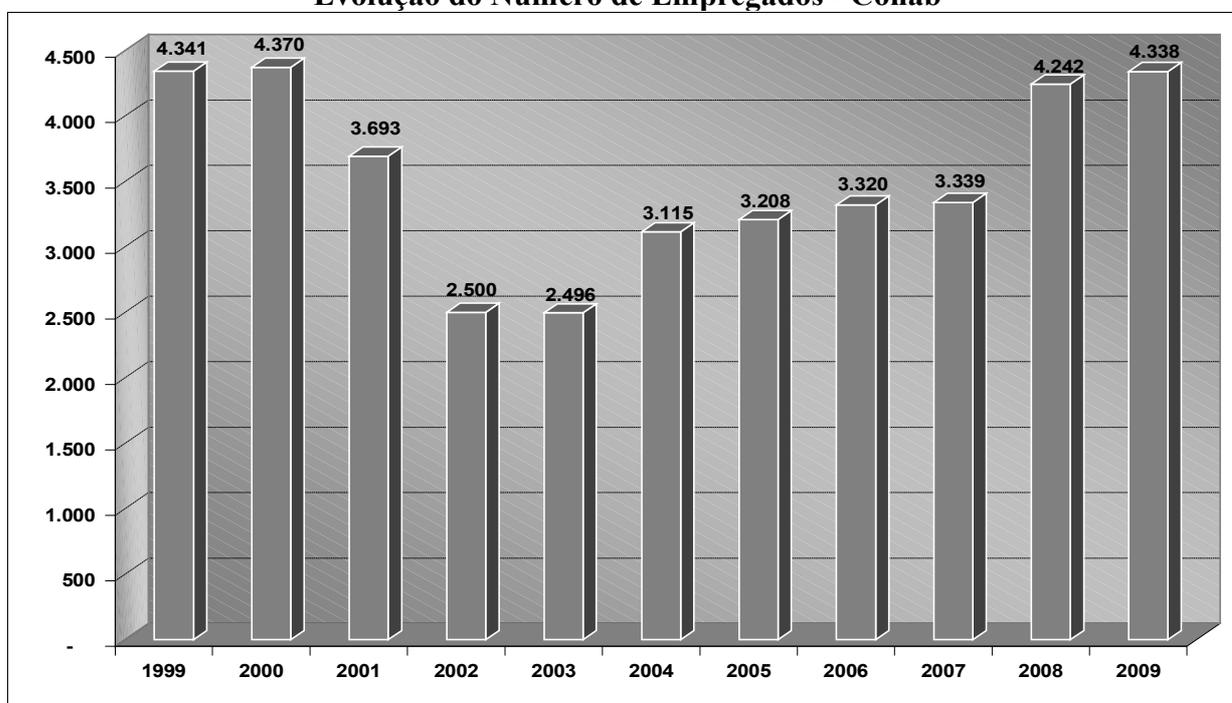
O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, desenvolvidos em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 313 empregados ao final de 2009, correspondendo a 30% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei nº 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria nº 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto nº 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.514 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2009, cerca de 53% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

O quadro a seguir demonstra a variação do quadro funcional da Conab na última década.

Figura 3.02
Evolução do Número de Empregados - Conab



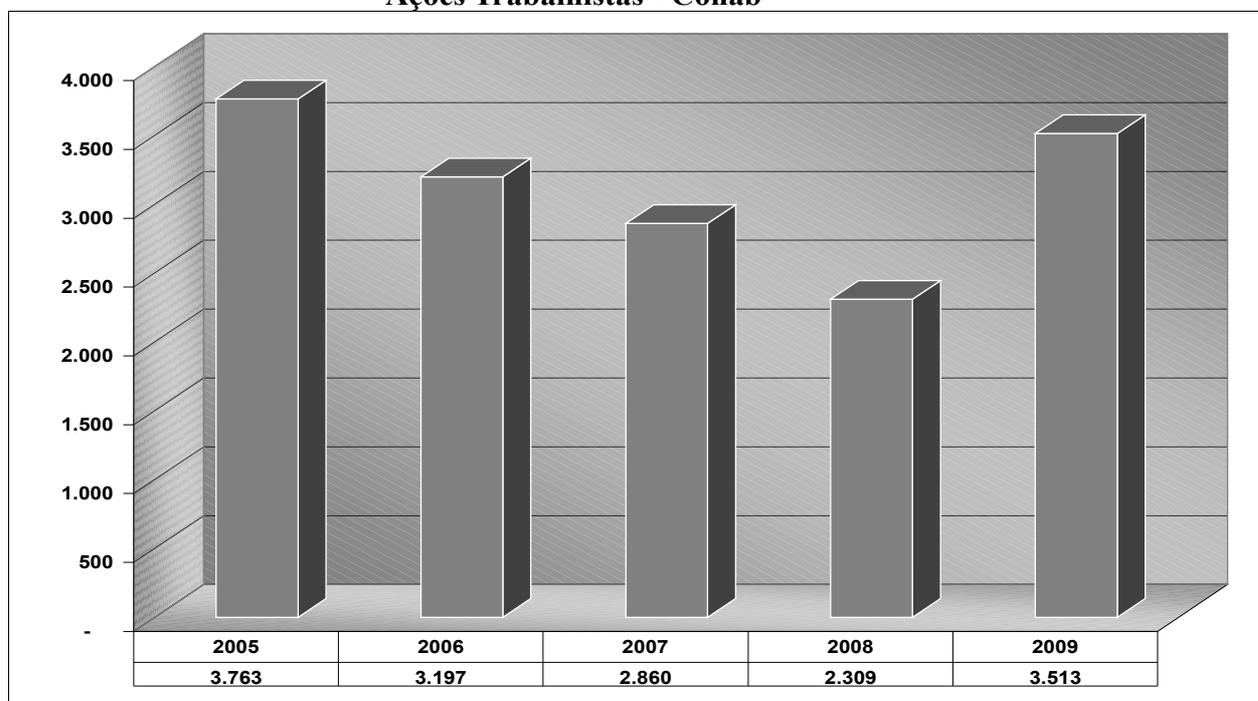
Fonte: Sureh/Gepes

Conforme a Portaria nº 21/2009, do DEST, a Conab está *autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.*

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 4.542 empregados para o ano de 2009, e em 5.076 a partir de maio de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

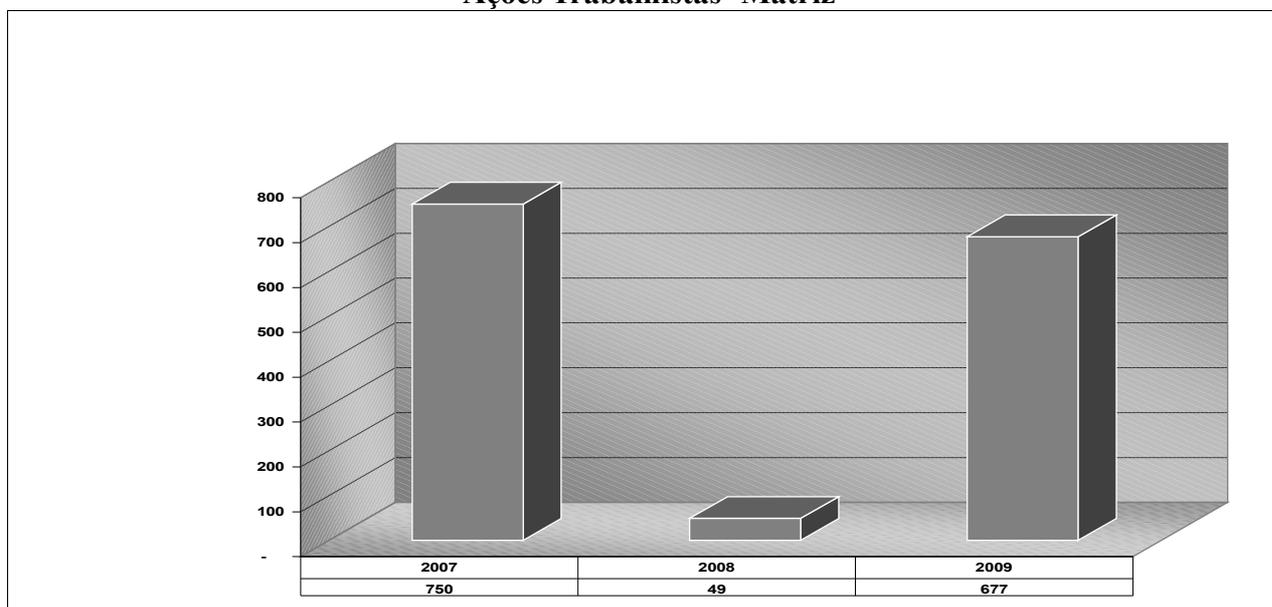
No âmbito administrativo, o retorno dos anistiados resultou em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos, sendo esta uma situação recorrente na Matriz e em todas as Superintendências Regionais. As Figuras a seguir apresentam a evolução do número de ações de natureza trabalhista na Conab e na Matriz, nos últimos cinco e três anos, respectivamente.

Figura 3.03
Ações Trabalhistas - Conab



Fonte: Proge/ Sumaj

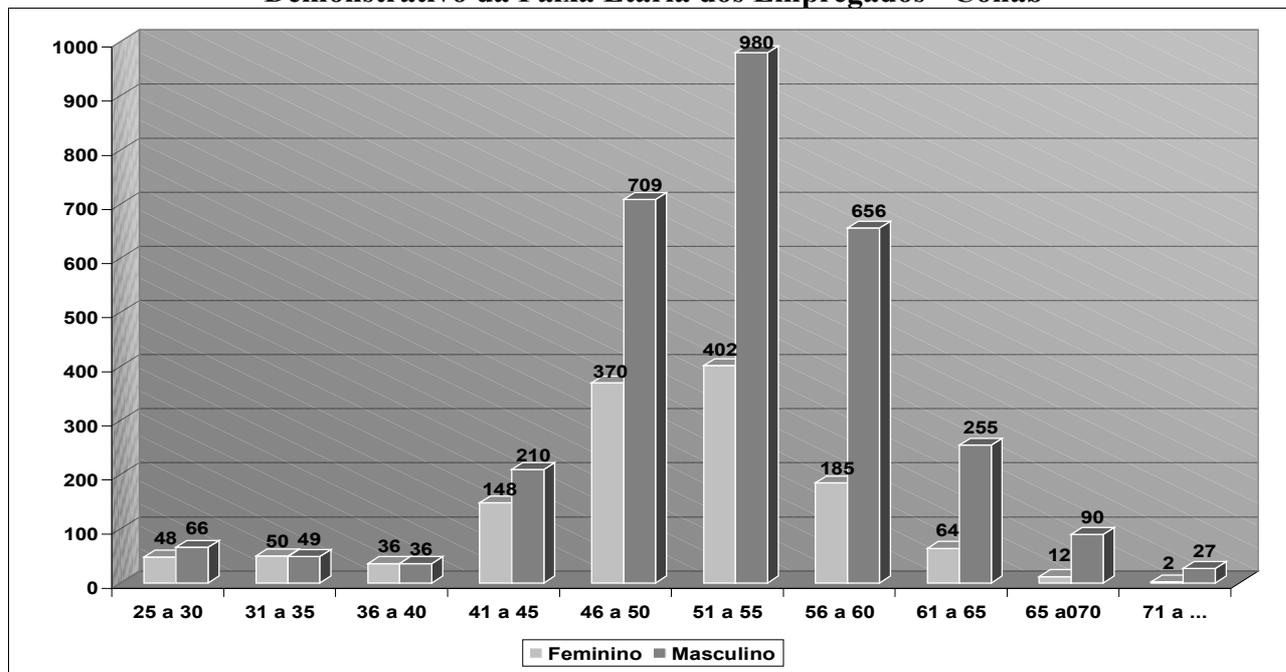
Figura 3.04
Ações Trabalhistas -Matriz



Fonte: Proge/ Sumaj

Quanto ao perfil etário, observou-se a elevação da idade média do quadro de empregados, decorrente do expressivo número de anistiados, que somado ao grupo já existente resultou em cerca de 61% da força de trabalho com idade superior a 50 anos, conforme detalhado na Figura a seguir. A renovação do quadro, recém iniciada com o ingresso de concursados, não foi significativa para alterar esse cenário.

Figura 3.05
Demonstrativo da Faixa Etária dos Empregados - Conab



Fonte: Sureh/Gepes

Não existe uma mensuração explícita quanto à adequação do quantitativo de pessoal de área-meio em relação à área-fim, assim como não foi implantado, até o momento, um sistema de avaliação de desempenho funcional dos empregados. E a tentativa de revitalização do quadro de recursos humanos, e de sua adequação à missão da Companhia, por meio dos concursos públicos realizados, gerou frustrações tanto do ponto de vista organizacional quanto dos próprios concursados, em decorrência dos desligamentos ocorridos, das migrações para áreas que não as de ingresso original e da insatisfação que perdura com os salários atuais.

A política de remuneração, que se dá por meio de Acordo Coletivo de Trabalho bianual e pelo próprio Plano de Cargos e Salários, não tem sido atrativa sobretudo para os empregados que ingressaram recentemente via concurso. A ausência de outras formas de incentivo financeiro, exceção feita àqueles no exercício de funções gerenciais ou de assessoria, tem levado boa parte desses novos empregados a buscar oportunidades mais vantajosas no mercado de trabalho. Inevitavelmente, para essa categoria funcional permanecem lacunas em termos quantitativos e qualitativos, principalmente no âmbito das Superintendências Regionais.

A autorização recentemente concedida, para ampliação do quadro de pessoal, promoveu um acréscimo quantitativo, contemplando basicamente os anistiados. Porém, apenas pequena parte dos empregados que retornaram pela Lei de Anistia possuem o nível superior ou, se graduados, estão impedidos de atuarem como tal já que seus cargos originais e enquadramento atual não são de nível superior. Persiste, portanto, a necessidade de renovação/ampliação do quadro de recursos humanos, particularmente para graduados nas áreas de Engenharia e Agronomia/Agrícola, considerando ser esta a maior carência no âmbito das Regionais. Também a área de Tecnologia da Informação, predominantemente na Matriz, tem sido afetada pela não reposição de seu quadro de pessoal, comprometendo a prestação de serviços de infraestrutura, suporte e desenvolvimento de sistemas. Nesse caso específico, a situação tende a se agravar no curto prazo, já que trata-se de mão-de-obra especializada que vem sendo suprida por contratos viabilizados por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica com a ABC e Pnud, com prazos prestes a expirar.

Em face desse contexto, ao qual se acrescenta a possibilidade de aposentadorias de empregados no médio prazo, a gestão de recursos humanos deve ser revista, de forma a permitir não só a captação mas também a retenção dos recursos humanos da Conab, de forma a não impactar negativamente nos processos finalísticos e nos resultados da Companhia. Um esforço realizado nesse sentido, visando criar regras de movimentação salarial e possibilidade de carreira para os empregados, foi a elaboração do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, autorizado no final desse exercício e com perspectiva de ser implantado no primeiro semestre do próximo ano.

A manutenção dos recursos humanos na Conab tem como foco a qualificação dos empregados, visando o aprimoramento dos processos de trabalho e também o crescimento profissional. Desta forma, as ações de treinamento e desenvolvimento buscam contemplar as competências básicas necessárias ao desempenho das atividades afetas ao cargo, assim como estimulam os empregados para o reingresso na vida acadêmica por meio de cursos de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado, incentivando inclusive a participação em cursos de idiomas. Com um novo PCCS, surge a expectativa de que as oportunidades de desenvolvimento e engajamento de profissionais, frente às competências da Companhia, sejam compatibilizadas com uma carreira estruturada.

A capacitação dos empregados em âmbito nacional, neste exercício, apresentou um resultado inferior ao do ano passado, alcançando 71% da meta de treinandos (empregados que podem receber mais do que um treinamento durante o ano). E embora a execução financeira tenha ocorrido em quase sua totalidade (96%), mostrou-se insuficiente para permitir a realização de todos os eventos programados para a Companhia. Por outro lado, na Matriz, a execução orçamentária



correspondeu a quase 50% da dotação da ação nacional, possibilitando extrapolar a meta de treinandos em cerca de 40%, fato justificado pela concentração de eventos realizados na Matriz, reunindo empregados das Superintendências na modalidade de cursos fechados.

A não ser os indicadores já apresentados para o acompanhamento de ações padronizadas, junto ao Plano Plurianual, a Conab não dispõe de outros indicadores de recursos humanos, de forma sistematizada.

4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência

5 – Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 5.01

Demonstrativo do Pagamento de Restos a Pagar – Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	19.103.118,26	-	-	19.103.118,26
2008	13.404.314,57	-	13.398.021,71	6.292,86
2007	16.538.902,29	15.244,21	14.081.210,89	2.442.447,19
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	20.023.331,71	-	-	20.023.331,71
2008	5.436.369,61	330.996,60	5.105.373,01	-
2007	4.245.670,93	1.431.491,77	2.814.179,16	-

Fonte: Sucon/Gerac

Os saldos em restos a pagar processados, inscritos em 2007 e 2008, nos valores de R\$2.442.447,19 e R\$6.292,86 referem-se:

- ao contrato BRA/03/034 – Programa de Revitalização da Conab, firmado entre a Conab e a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, no valor de R\$2.440.000,00
- o valor de R\$2.447,19 refere-se a apropriações em duplicidade e serão baixados no exercício de 2010.

6 - Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

6.1 - Recursos Recebidos

- ◆ Concedente: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MDA
- ◆ UG Concedente: 490002
- ◆ Tipo: 4 – Termo de Cooperação Técnica
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 21.122.0351.2B83.0001 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar
- ◆ Programa/Ação: 21.605.0351.2B81.0001 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- ◆ Ptes: 022680 e 022699
- ◆ Valor Pactuado: R\$133.940.262,00
- ◆ Contrapartida: R\$11.000.000,00

- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$118.359.327,17
- ◆ Financeiro: R\$118.259.327,17
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$118.359.327,17
- ◆ Financeiro: R\$118.359.327,17
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: 29 de janeiro de 2009
- ◆ Fim: 31 de dezembro de 2009
- ◆ Situação: Concluído

- ◆ Concedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS
- ◆ UG Concedente: 550008
- ◆ Tipo: 4 – Termo de Cooperação Técnica
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 08.605.1049.2802.0001 – Acesso à Alimentação/ Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar
- ◆ Programa/Ação: 08.306.1049.2798.0001 – Acesso à Alimentação/Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
- ◆ Ptes: 007603 e 022938
- ◆ Valor Pactuado: R\$650.000.000,00
- ◆ Contrapartida: R\$7.000.000,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$290.000.000,00(1)
- ◆ Financeiro: R\$290.000.000,00
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$290.000.000,00
- ◆ Financeiro: R\$290.000.000,00
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: 04 de maio de 2009
- ◆ Fim: 31 de julho de 2011
- ◆ Situação: Em andamento
- ◆ Obs.: (1) R\$240.000.000,00 referente a 1.ª parcela e R\$50.000.000,00 referente ao Termo Aditivo

- ◆ Concedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS
- ◆ UG Concedente: 550008
- ◆ Tipo: Emendas Parlamentares
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 08.306.1049.2798.0058 – Acesso à Alimentação/ Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar – No Estado do Rio de Janeiro
- ◆ Programa/Ação: 08.306.1049.2798.0062 – Acesso à Alimentação/Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – No município de Uberlândia

- ◆ Ptes: 029586 e 029588
- ◆ Valor Pactuado: R\$300.000,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$300.000,00
- ◆ Financeiro:
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$300.000,00
- ◆ Financeiro: R\$0,00
- ◆ Situação: Concluído

- ◆ Concedente: Secretaria Nacional de Defesa Civil
- ◆ UG Concedente: 530012
- ◆ Tipo: Plano de Trabalho
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 06.182.1029.4564.0103 – Resposta aos Desastres e Reconstrução/Socorro e Assistência as Pessoas atingidas por desastres
- ◆ Ptes: 014730
- ◆ Valor Pactuado: R\$3.086.800,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$3.086.800,00
- ◆ Financeiro: R\$3.086.800,00
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$3.086.800,00
- ◆ Financeiro: R\$3.086.800,00
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: março/2009
- ◆ Fim: dezembro/2009
- ◆ Situação: Concluído

- ◆ Concedente: Secretaria Nacional de Defesa Civil
- ◆ UG Concedente: 530012
- ◆ Tipo: Plano de Trabalho
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 06.182.1029.4564.0103 – Resposta aos Desastres e Reconstrução/Socorro e Assistência as Pessoas atingidas por desastres
- ◆ Ptes: 014730
- ◆ Valor Pactuado: R\$2.000.000,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$2.000.000,00
- ◆ Financeiro: R\$2.000.000,00
- ◆ Repasse no exercício

- ◆ Orçamentário: R\$2.000.000,00
- ◆ Financeiro: R\$2.000.000,00
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início:
- ◆ Fim:
- ◆ Situação: Concluído

- ◆ Concedente: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS
- ◆ UG Concedente: 550008
- ◆ Tipo: 4 – Termo de Cooperação Técnica
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 21.122.0351.2B83.0001 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar
- ◆ Programa/Ação: 08.244.1049.2792.0001 – Acesso à Alimentação/Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos
- ◆ Ptes: 007597
- ◆ Valor Pactuado: R\$61.000.000,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$61.000.000,00(1)
- ◆ Financeiro: R\$41.000.000,00
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$61.000.000,00
- ◆ Financeiro: R\$40.000.000,00
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: Abril/2009
- ◆ Fim: 30 de junho de 2010
- ◆ Situação: Em andamento
- ◆ Obs.: (1) R\$41.000.000,00 referente ao Termo de Cooperação e R\$20.000.000,00 referente ao Termo Aditivo

- ◆ Concedente: Secretaria de Produção e Agroenergia/MAPA/FUNCAFE
- ◆ UG Concedente: 130137
- ◆ Tipo: 4 – Plano de Trabalho
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 20.122.0350.2272.0001 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira/Gestão e Administração do Programa
- ◆ Ptes: 001596
- ◆ Valor Pactuado: R\$929.024,13
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$929.024,13
- ◆ Financeiro: R\$929.024,13
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$929.024,13

- ◆ Financeiro: R\$929.024,13
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: abril/2009
- ◆ Fim: dezembro/2009
- ◆ Situação: Concluído

- ◆ Concedente: Secretaria de Política Agrícola
- ◆ UG Concedente: 420012
- ◆ Tipo: 4 – Plano de Trabalho
- ◆ Convenente: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
- ◆ UG: Convenente: 135100
- ◆ Programa/Ação: 20.122.0360.2272.0001 –Gestão e Administração do Programa
- ◆ Ptes: 001475
- ◆ Valor Pactuado: R\$649.675,00
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$649.675,00
- ◆ Financeiro: R\$649.675,00
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$649.675,00
- ◆ Financeiro: R\$649.675,00
- ◆ **Vigência**
- ◆ Início: abril/2009
- ◆ Fim: dezembro/2009
- ◆ Situação: Em andamento

6.2 - Recursos Repassados

- ◆ Concedente: Companhia Nacional de Abastecimento
- ◆ UG Concedente: 135100
- ◆ Tipo: 4 – Projeto BRA/03/034-Revitalização da Conab
- ◆ Convenente: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- ◆ UG: Convenente: CNPJ 03723329/0001-73
- ◆ Valor Pactuado: R\$929.024,13
- ◆ Contrapartida: -
- ◆ **Repasse total até o exercício**
- ◆ Orçamentário: R\$929.024,13
- ◆ Financeiro: R\$929.024,13
- ◆ Repasse no exercício
- ◆ Orçamentário: R\$929.024,13
- ◆ Financeiro: R\$929.024,13Fim:
- ◆ Situação: Em andamento

7 – Previdência Complementar Patrocinada

(Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ.

7.1 – Identificação da Entidade

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
NPJ:	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

7.2 – Valor total da folha de pagamento dos empregados participante

Quadro 7.01
Demonstrativo do Valor da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.130.370,00	1,33%
AM	2.832.742,21	1,77%
BA	2.633.257,86	1,64%
CE	8.460.120,60	5,27%
ES	4.204.095,48	2,62%
GO	10.742.893,70	6,69%
MA	2.873.370,79	1,79%
MG	7.821.539,69	4,87%
MS	4.989.680,64	3,11%
MT	3.844.284,77	2,40%
PA	2.622.350,98	1,63%
PB	3.762.783,39	2,34%
PE	8.010.964,44	4,99%
PI	2.534.862,25	1,58%
PR	7.510.769,20	4,68%
RJ	4.313.242,83	2,69%
RN	3.550.333,20	2,21%
RO	2.309.355,01	1,44%
RR	195.623,45	0,12%
RS	4.677.306,27	2,91%
SC	2.871.090,42	1,79%
SP	4.303.006,63	2,68%
TO	2.108.520,23	1,31%
Matriz	61.186.694,10	38,13%
Total	160.489.258,14	-

Fonte: Conab/Sureh

7.3 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro 7.02

Demonstrativo do Valor das Contribuições Pagas Pelos Empregados Participantes

Sureg	Quantidade de Participantes	Valor das Contribuições	Participação %
	Ativos	Empregados Participantes	
AL	36	67.794,00	0,64%
AM	35	198.157,18	1,87%
BA	36	173.453,08	1,64%
CE	129	521.035,01	4,91%
ES	46	303.640,00	2,86%
GO	116	716.527,56	6,76%
MA	47	176.259,28	1,66%
MG	79	516.561,87	4,87%
MS	63	313.758,65	2,96%
MT	48	252.195,53	2,38%
PA	27	174.856,04	1,65%
PB	42	245.942,03	2,32%
PE	114	582.927,59	5,50%
PI	28	162.506,31	1,53%
PR	83	487.407,35	4,60%
RJ	42	287.583,57	2,71%
RN	40	224.948,93	2,12%
RO	26	137.646,71	1,30%
RR	0	7.198,08	0,07%
RS	59	305.011,42	2,88%
SC	29	198.110,12	1,87%
SP	37	288.033,36	2,72%
TO	13	132.683,88	1,25%
Matriz	454	4.129.473,20	38,94%
Total	1.629	10.603.710,75	-

Fonte: Conab/Sureh

➤ **Participantes – R\$10.603.710,75**

7.4 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

➤ Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Quadro 7.03
Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

Sureg	Quantidade de Participantes	Valor das Contribuições	Participação %
	Ativos	Patrocinadora Contribuição Patronal	
AL	36	113.154,46	1,07%
AM	35	201.925,57	1,90%
BA	36	176.114,42	1,66%
CE	129	534.800,64	5,04%
ES	46	303.976,94	2,87%
GO	116	729.928,45	6,88%
MA	47	179.824,71	1,70%
MG	79	524.466,82	4,95%
MS	63	320.415,14	3,02%
MT	48	257.342,08	2,43%
PA	27	178.237,48	1,68%
PB	42	250.601,07	2,36%
PE	114	552.463,99	5,21%
PI	28	166.234,78	1,57%
PR	83	489.304,60	4,61%
RJ	42	283.317,22	2,67%
RN	40	229.403,29	2,16%
RO	26	150.101,33	1,42%
RR	0	7.198,08	0,07%
RS	59	311.551,93	2,94%
SC	29	200.938,86	1,89%
SP	37	291.941,08	2,75%
TO	13	143.284,36	1,35%
Matriz	454	4.002.958,25	37,75%
Total	1.629	10.599.485,55	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

➤ **Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$14.062.398,45**

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

➤ **Total Contribuições – R\$24.661.884,00**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

7.5 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

7.6 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

7.7 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2009

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Quadro 7.04

Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Descrição	Valor	Percentual Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	345.143.566,25	78,55	75,50	100,00
Títulos Públicos	249.842.399,87	56,86		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	235.155.585,25	53,52		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.247.227,06	3,24		
1.3 – LFT-B – Título P. Federal (selic)	439.587,56	0,10		
Aplicação em Instituições Financeiras	87.675.017,55	19,95		
FIF	8.643.774,99	1,97		
1.4 – Banco do Brasil S/A Institucional	8.403.509,09	1,91		
1.5 – UBS Pactual Select Bolsa multimercado	240.265,90	0,05		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	79.031.242,56	17,99		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	10.650.707,73	2,42		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 23/09/14	14.600.439,31	3,32		
1.8-BONSUCÊSSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	6.363.709,54	1,45		
1.9-Beo CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 11/09/13	13.613.002,21	3,10		
1.10-Banco BMG S/A 11/09/09 a 23/09/14	14.447.777,26	3,29		
1.11-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	10.231.109,78	2,33		
1.12-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	9.124.496,73	2,08		
Títulos de Empresas	580.757,85	0,13		
1.13-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	580.757,85	0,13		
Cédula de Crédito Imobiliário	7.045.390,98	1,60		
1.14-Cédula de Crédito Imobiliário da M BRASIL	7.045.390,98	1,60		
2) Renda Variável	57.988.196,30	13,2	15,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	35.304.414,77	8,04		
Aes Tiete PN	400.000,00	0,09		
Ambev PN	1.047.000,00	0,24		
América Latina Logística UNIT	489.000,00	0,11		
BmfBovespa ON	367.500,00	0,08		
Bradesco PN	2.910.400,00	0,66		
Brasken PNA	492.800,00	0,11		
Brasil Foods ON	589.810,00	0,13		
Brasil Telecom ON	203.463,96	0,05		
Brasil Telecom PN	1.325.142,75	0,30		
Cemig ON	2.047.160,00	0,47		
Cia Energética de São Paulo PNB	480.600,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	392.624,00	0,09		
Contax ON	64.488,00	0,01		
Contax PN	135.000,00	0,03		
Cia Vale do Rio Doce PNA	3.165.000,00	0,72		
CSN ON	1.288.000,00	0,29		
Eletrobrás PNB	1.586.000,00	0,36		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	433.580,88	0,10		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	436,85	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	876,60	0,00		
Energisa UNIT	1.770.225,60	0,40		
Fibra ON	106.715,70	0,02		
Gerdau PN	815.920,00	0,19		
Itaunibanco PN	1.925.794,75	0,44		
Itausa PN	821.205,00	0,19		
Lojas Americanas PN	310.600,00	0,07		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	7.338.000,00	1,67		
Sabesp ON	515.700,00	0,12		
Telemar PN	1.001.700,00	0,23		
Telesp Participações PN	308.785,68	0,07		
Usiminas PNA	1.086.580,00	0,25		
Vivo Participações PN	1.634.400,00	0,37		
Weg ON	184.000,00	0,04		
2.2-Fundo de Ações	22.683.781,53	5,16		
Bradesco dividendos	2.928.927,19	0,67		
Bradesco IBX ativo	3.007.553,40	0,68		
Bradesco Infra-estrutura	2.855.799,31	0,65		
Fator Institucional	9.108.629,90	2,07		
Schroder Performance	4.782.871,73	1,09		
3 – Investimentos Estruturados	6.208.068,07	1,41	0,84	20,00
Memorial Office (Ricei Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.545.197,69	0,81		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.662.870,38	0,61		
4) Imóveis	17.423.400,38	3,97	5,16	8,00
Edificações de Uso Próprio	852.234,09	0,19		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	852.234,09	0,19		
Edificações para Renda	8.741.541,29	1,99		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.236.471,46	0,51		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	185.613,58	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.022.252,80	0,23		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	346.068,63	0,08		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.951.134,82	1,13		
Investimento em Shopping Center	7.829.625,00	1,78		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.829.625,00	1,78		
5) Empréstimos aos Participantes	12.604.409,37	2,87	3,50	15,00
Total Geral	439.367.640,37	100	100	

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.456, de 01/06/2007 e alterações e de novas diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

7.8 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/Nº 028, de 09/02/2010, a SPC/MPS somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2009, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2010, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 21 do Anexo C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 100, de 07/10/2009, como segue:

Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;

Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.

7.9 - Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar

Evidenciado o retorno das aplicações, conforme disposto no inciso V do art. 22 da Resolução 3506/2007 do Conselho Monetário Nacional. Com a redação dada pela Orientação Complementar CGU – Atualizada em 25/02/2010:

“Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar (EFPC), evidenciado o retorno das aplicações, conforme documento apresentado pela EFPC correspondente à Secretaria de Previdência complementar (SPC) por força do disposto no artigo 16º da Resolução 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional”.

A Resolução CMN n.º 3792/2009 foi expedida em 24/09/2009 e publicada no DOU de 28/09/2009. Já a Política de Investimentos da entidade foi elaborada sob a égide da Resolução CMN n.º 3.456, de 1º de junho de 2007, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais” e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

“PARTE I - Diretrizes para Alocação dos Investimentos INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A presente Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos disponibilizados no mercado.

Pela importância, destaca-se que a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º

3.456/07 estabelece os seguintes procedimentos quanto a Política de Investimentos:

“(…)

Art. 4º Além da observância das disposições desta resolução e do anexo regulamento, incumbe aos administradores das Entidades fechadas de previdência complementar:

I - determinar a aplicação dos recursos dos planos de benefícios da Entidade levando em consideração as suas especificidades, tais como as modalidades de seus planos de benefícios e as características de suas obrigações, com vistas à manutenção do necessário equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e o respectivo passivo atuarial e as demais obrigações, observadas, ainda, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar;

II - zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos dos planos de benefícios da Entidade.

(…)

Seção II – do Regulamento

Da Política de Investimento

Art 5º A Entidade fechada de previdência complementar deve definir a política de investimentos de cada um dos planos de benefícios por ela administrados.

Art. 6º A política de investimentos dos recursos dos planos de benefícios das Entidades fechadas de previdência complementar deve ser definida e elaborada anualmente pela diretoria-executiva, para posterior aprovação pelo conselho deliberativo, antes do início do exercício a que se referir.

§ 1º A política de investimentos deve, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, fazer menção expressa, no mínimo:

I - à alocação de recursos entre os diversos segmentos e carteiras referidos no art. 3º, indicando os limites estabelecidos, de acordo com a estratégia de alocação de ativos e parametrizada com base nos compromissos atuariais;

II - aos objetivos específicos da gestão de cada limite estabelecido neste regulamento, diante das necessidades de cumprimento da taxa mínima atuarial como referência de rentabilidade, no caso de plano constituído na modalidade benefício definido, e das necessidades de cumprimento do índice de referência, no caso de plano constituído em outra modalidade, e a conseqüente determinação do ponto ótimo na curva de risco/retorno na alocação dos ativos;

III - aos limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

IV - à realização de operações com derivativos, indicando os limites estabelecidos e às condições para atuação nos correspondentes mercados, se for o caso;

V - aos critérios para a contratação de pessoas jurídicas, que devem ser autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras, se for o caso, indicando os testes comparativos e de avaliação para acompanhamento de resultados e a diversificação de gestão externa

dos ativos;

VI - aos critérios a serem observados na precificação de ativos e na avaliação, dentre outros, dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, observado o disposto no art. 61; e

VII - à avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo, indicando a forma de análise dos setores a serem selecionados para investimentos.

§ 2º As informações contidas na política de investimentos do plano de benefícios devem, no prazo de trinta dias contados da data da respectiva aprovação pelo conselho deliberativo, ser encaminhadas à secretaria de Previdência complementar do Ministério da Previdência Social.

§ 3º A documentação relativa à elaboração da política de investimentos deve ficar à disposição do conselho fiscal da entidade fechada de previdência complementar e da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Art. 7º As informações relativas à política de investimentos, ao seu acompanhamento e aos custos com a administração dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar devem ser disponibilizadas aos participantes e assistidos, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar.”

O CIBRIUS administra e executa o Plano de Benefícios Conab, estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujo indexador, para fins de reajuste dos benefícios concedidos e reserva de poupança é a TR/BACEN. Assim, a TR + 6 % a.a. foi adotada como meta, para fins dos estudos de *ALM e Duration*.

No Plano de Benefícios Conab há a necessidade de uma análise permanente do perfil contributivo e dos ganhos patrimoniais auferidos pelos ativos que lhes dão garantia, bem como, dos níveis de risco e liquidez desses ativos, a fim de atender o fluxo de desembolso do plano.

A Política de Investimentos deve, inicialmente, obedecer à legislação aplicada aos mercados financeiros e de capitais expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Banco Central do Brasil - BACEN, em especial, aos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução do CMN n.º 3.456/07, bem como a Lei Complementar n.º 109/01, além de atender às necessidades das exigibilidades atuariais do Plano de Benefícios, quanto aos aspectos de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança dos recursos aplicados nos segmentos dos mercados financeiros, de capitais e de imóveis, estando plenamente em consonância com os riscos do passivo do Plano.

Dessa forma, os objetivos e as metas devem ser traçados no sentido de que os ativos garantidores das Reservas Técnicas possam estar disponíveis a curto, médio e longo prazo, em decorrência do atendimento ao fluxo de desembolso atuarial do plano de benefícios.”

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

Quadro 7.05
Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	
Renda Fixa	79,01%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	15,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos

➤ Derivativos

- DI e DDI futuros BM&F.
- *Swaps* envolvendo taxas pré-fixadas, CDI, índices de preços e taxa de câmbio, com garantia.
- Opções de compra e venda de juros e câmbio, sendo vedadas operações de venda de opções de compra a descoberto.
- Operações a termo com ações do Ibovespa.

A critério da Diretoria-Executiva, e desde que aprovadas por ela, respeitadas as diretrizes deste documento, podem ser adquiridas:

- Cotas de FIs, diretamente pelo Instituto ou através de seus fundos exclusivos.
- Cotas de FIDCs.

A Diretoria do Instituto poderá selecionar, ao longo do ano de 2009, novos ativos elegíveis, de acordo com o contexto do mercado financeiro, e submetê-los ao Conselho Deliberativo para aprovação, para fins de investimento e adequação deste documento.

➤ Operações com Derivativos

Fica estabelecido que os limites utilizados para uso de derivativos devem respeitar os limites legais estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.456/07, isto é:

- as operações com o objetivo de proteção, subordinam-se ao limite das posições detidas à vista;
- as operações que não tenham o objetivo de proteção das posições detidas à vista devem ter igual valor aplicado em títulos de emissão do Tesouro Nacional, desde que estes não estejam vinculados a quaisquer outras operações.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamentos e Mandatos específicos de fundos exclusivos e/ou carteira administradas, desde que respeitado este documento e as normas e legislação vigente.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação**Quadro 7.06****Meta de rentabilidade**

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

➤ **Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.**

➤ **Critérios de Marcação de Ativos**

Deverão ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

➤ **Estratégia de Formação de Preço ótimo no carregamento de posição em investimentos e desinvestimentos**

Os gestores de recursos do CIBRIUS definirão a estratégia ótima de compra e venda de ativos sob sua gestão, com o objetivo de superar a meta de rentabilidade estabelecida e de não infringir os limites de risco tolerados.

Para o caso de gestão não-discrecionária, ao longo da vigência dessa Política de Investimentos, a Entidade poderá utilizar os seguintes critérios para formação do preço ótimo no carregamento de posição em investimento e desinvestimento, em cada um dos segmentos de aplicação:

a) Segmento de Renda Fixa:

Como regras gerais serão utilizados os seguintes critérios:

- serão adquiridos, prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto;
- o desinvestimento em um determinado título pode ser justificado por uma das situações seguintes:

- quando o título deixar de ser atrativo, em função da existência de investimentos mais rentáveis disponíveis;
- quando não houver outros recursos disponíveis para cobertura imediata dos exigíveis do Plano.

Além disso, será feita uma análise particular no caso dos seguintes títulos:

Notas do Tesouro Nacional – Série C (NTC-C) ou Série B (NTN-B)

Serão adquiridas somente no caso de apresentarem cupom negociado anuais superiores a **taxa de juros atuarial**.

- Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

A aquisição e o desinvestimento de títulos públicos, quando efetuados em mercado secundário, devem ser feitos em mercados eletrônicos, de forma a alcançar um preço justo pelos ativos, definido pelas condições de mercado. A plataforma que representa esse mercado eletrônico é o SISBEX e ou CETIPNET.

- Debêntures

Serão adquiridas somente no caso de apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação do *benchmark* do Plano, respeitados os riscos e demais preceitos constantes deste documento.

- Certificados de Depósito Bancário (CDBS)

- No caso de serem pós-fixados só serão adquiridos se apresentarem rentabilidade superior a 100% de seu indexador e tenham perspectiva de rentabilidade superior à variação do *benchmark* do Plano, respeitados os riscos e demais preceitos constantes deste documento;
- No caso de serem pré-fixados só serão adquiridos se apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação do *benchmark* do Plano, respeitados os riscos e demais preceitos constantes deste documento.

A aquisição e o desinvestimento de títulos privados, quando efetuados em mercado secundário, devem ser realizados em mercados eletrônicos, representados pelo CetipNet e pelo BovespaFix.

b) Segmento de Renda Variável

Os investimentos em ações obedecerão aos seguintes critérios:

- A empresa deve apresentar boas perspectivas de crescimento;
- Mesmo no caso de não haver perspectiva de lucro imediato, o papel poderá ser adquirido se a empresa pagar dividendos regularmente.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

A Entidade controlará o risco de crédito não-bancário e o risco de crédito bancário como demonstrado neste item, sempre respeitando os limites e as restrições legais.

Para classificar o risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias que compõem sua carteira, o Instituto fundamentará suas decisões em *ratings* estabelecidos por pelo menos duas manifestações emitidas pelas seguintes agências:

- Moody's Investor;
- Austin Asis;
- Standard & Poor's;
- SR Rating;
- Fitch Rating;
- LF Rating.

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Caso seja adquirido algum papel não avaliado pelas agências classificadores de risco como demonstrado acima, o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.

➤ Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá ao gestor notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira, obedecidas as diretrizes deste documento.

➤ Risco de Liquidez

O Instituto, continuamente, deve proceder ao gerenciamento do risco de liquidez. Como prudência, sugere-se que o CIBRIUS mantenha um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, equivalente a pelo menos 3 (três) meses de suas

despesas previdenciárias mensais. Com a adoção dessa política, o Instituto visa minimizar a possibilidade de que haja dificuldades em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

➤ **Risco Operacional e Controles Internos**

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC nº 13/04, deve monitorar os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

➤ **Risco Legal**

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados e complexos.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

O Conselho Deliberativo do CIBRIUS, com base na proposta da Diretoria Executiva, ao aprovar a Política de Investimentos poderá atingir, entre outras diretrizes principais, o seguinte objetivo:

“Quando for o caso, aplicar os recursos dos planos de benefícios administrados pelo CIBRIUS em projetos ou empresas socialmente responsáveis, desde que, estes empreendimentos, além de atenderem os requisitos de segurança, rentabilidade, liquidez e demais requisitos definidos na Política de Investimentos, sejam competitivos com as demais oportunidades existentes no mercado, bem como estejam previstos na Política de Investimentos.”

Quadro 7. 07
Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos

CARTEIRA	RENTABILIDADE	TR+6% aa JAN A DEZ 2009	RESULTADO
RENDA FIXA	11,78%	6,75%	4,71%
RENDA VARIÁVEL	71,87%		61,00%
IMÓVEIS	25,55%		17,61%
INVEST. ESTRUTURADOS	11,06%		4,04%
EMPRÉSTIMOS	20,92%		13,27%
CARTEIRA GERAL	18,83%		11,31%
CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2009	INPC+5% a.a JAN A DEZ 2009	RESULTADO
RENDA FIXA	11,78%	9,32%	2,25%
RENDA VARIÁVEL	71,87%		57,22%
IMÓVEIS	25,55%		14,85%
INVEST. ESTRUTURADOS	11,06%		1,59%
EMPRÉSTIMOS	20,92%		10,61%
CARTEIRA GERAL	18,83%		8,70%

Fonte: Cibrius

7.10 - Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

A **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, por meio do seu Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, apresentou Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 596.267 mil**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1º instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009 o instituto possui registrado no exigível contingencial o montante de R\$ 189.749 mil, dos quais R\$ 174.892 mil referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos

financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

7.11 - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2009

A avaliação atuarial do ano de 2009 foi realizada na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano Conab do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, assim como para dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas, conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data da avaliação e considerados suficientes e completos.

É pertinente salientar que houve mudança na data da avaliação anual devido o disposto da IN SPC n.º 28/2008, que estabelece orientações para execução da Resolução CPGC n.º 26/2008 quanto ao posicionamento dos dados da avaliação atuarial.

Para atendimento às exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,08% ao ano.

Da avaliação realizada na data base obteve-se um resultado para Reserva Matemática total, que projetado para 31/12/2009 corresponde a R\$877.428.585,12, que comparada ao Ativo Líquido Previdenciário de R\$281.456.912,04, registrado no balancete nesta mesma data que, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido no das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$595.971.673,68, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98 que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto, que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente, o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2009, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$577.789.053,79, que comparado ao valor da insuficiência apurado na avaliação, de R\$578.450.441,65, apresenta uma diferença a maior de R\$661.387,86 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000, atualizada até 31/12/2009, corresponde a R\$752.663.844,13, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$52.857.157,12 e

mais a insuficiência apurada na avaliação, e atualizada até 31/12/2009, de R\$596.266.874,60, apresenta uma redução de R\$103.539.812,41.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2008	2009	%
Custo Normal	18,45%	18,48%	0,03%
Custo a Amortizar Serviço Passado	128,05%	177,92%	49,87%
Custo Total do Plano	146,50%	196,40%	49,90%
Contribuição Total em Vigor	19,54%	19,11%	-0,43%
Déficit de Cobertura	-126,96%	-177,29%	-50,33%

Em contrapartida, as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2008	2009	%
Normais Participantes	9,57%	9,55%	-0,02%
Jóias	0,03%	0,02%	-0,01%
Normais Total Participantes	9,60%	9,57%	-0,03%
Normais Patrocinadoras	9,57%	9,55%	-0,02%
Normais total Patrocinadoras	9,57%	9,55%	-0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,41%	1,22%	-
Patrocinadora – a Amortizar (2)	17,62%	17,20%	-0,42%

(1) % sobre os benefícios dos assistidos

(2) Valor do contrato existente sobre a folha salarial futura (apenas demonstrativo)

Relativamente aos resultados apurados na avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 31/03/2008 e a avaliação, em 31/08/2009, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos:

- Julgamos que o crescimento do custo normal do plano está perfeitamente dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2008, no valor de R\$489.842.658,94, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 128,96% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora Conab, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com reconstrução em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete março/2008 equivale a R\$55.928.316,62, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade em 2009 devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, ou seja, permanece o indexador da TR enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e **consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;**

- **Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora Conab) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI n.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da Conab (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da Conab, consubstanciada no Ofício Conab/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela Conab e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a Conab, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.**

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora Conab encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412 de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, Conab/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, **vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado**, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora Conab sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N°2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe **destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora Conab (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora:**

- A Folha salarial futura dos participantes não iminentes, base de cálculo das contribuições reduziu de 2008 para 2009 em 15%, evidenciando que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- **De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);**

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no exercício de 2009, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 15,78%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,11%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em 4,91% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,71%, resultaria em 8,46% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que se o contrato da Dotação Global aditada, de R\$62.452.477,48 em 31/12/2008, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade real do Patrimônio seria de 6,65%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade real do Plano seria de 9,75%, demonstrando que o indexador de contratação vem trazendo perdas financeiras para o plano.

Devido aos fatos ocorridos e as perspectivas das ocorrências futuras cabe ressaltar as possíveis influências destas ao plano, tais como:

- **Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada na avaliação atuarial.**

Ressalte-se que **para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.**

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$281.456.912,04, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$246.979.102,09, para os Benefícios a Conceder, de R\$630.449.483,03, a cobertura corresponde a 5,47%. **Isto indica que em 31/12/2009 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 5,47%, ou seja, o plano no momento está insolvente.**

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 170,8% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se mostra em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, objeto da intervenção da Entidade, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de oito anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,10%, para cobertura do Custo Normal do Plano Conab, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,55% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,02% à título de jóia. Aos Participantes assistidos, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar, acrescido de 1,22% para cobertura de despesas administrativas.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, na avaliação, 17,20% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 177,92%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e

“Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2008 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para a avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios Conab do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. **Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.**

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7º da Lei n.º108/2001.

Quanto ao disposto no §3º do artigo 1.º da Resolução CGPC n.º 04, de 30 de janeiro de 2002, relativamente à necessidade de liquidez e respectiva capacidade financeira proporcionada pela situação da classificação dos registros contábeis pertinentes aos títulos mantidos até o vencimento, no valor atual de R\$ 296.103.171,40, nesta data, com volume destes títulos a vencer e distribuídos até o ano de 2024, confirmamos pelo fluxo das obrigações da Entidade, ano a ano, durante este período, que o perfil patrimonial de liquidez está adequado e atende a necessidade, desde que consideradas as seguintes situações: 1) o valor das despesas previstas no fluxo de despesas para o ano de 2010, atuarialmente projetado, contempla aproximadamente dez milhões a mais do previsto no orçamento do ano da Entidade devido o fluxo atuarial considerar os benefícios dos participantes iminentes como despesa efetiva; 2) o registro contingencial para possíveis riscos previdenciais pode ser considerado dentro do valor destes títulos em virtude de que seu pagamento, se ocorrer em 2010 por hipótese remota, a fração maior não será paga à vista e sim em forma de benefícios com fluxo de reserva a ser diluída ao longo do tempo; 3) o registro de debêntures no valor de R\$580.757,85, com vencimento em 2024, corresponde a recuperação de recebíveis sem opção de venda antecipada pela Entidade, conforme acordado nas assembleias dos debenturistas, cuja documentação nos foi fornecida pela Entidade. A precificação é realizada mensalmente pelo HSBC - Agente custodiante do CIBRIUS.

Cumpre-nos salientar ainda, que devido às características deste Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, destacamos uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, justificando como recomendação quanto a distribuição de qualquer superávit futuro, com distribuição embasada em estudo atuarial, de acordo com as determinações legais em vigor.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes

fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.”

7.12 - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício

As informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstram o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no período de 21/05 a 05/06/2009, Auditoria Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2008, que deu origem ao Relatório Audin Nº 01/2009, objeto do processo n.º 21200.002684/2009-44, encaminhado à SFC em 27/08/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/n.º 319/2009), cujo relatório consignou as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados aos longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

1. Governança : o processo decisório no âmbito dos órgãos estatutários

Da leitura das Atas das reuniões dos órgãos estatutários, verificamos que, pelo teor dos registros, algumas matérias de grande relevância são colocadas em discussão de forma verbal, sem a divulgação antecipada por meio da pauta, e nem tampouco a apresentação de documento formal, por parte do proponente e/ou relator da matéria, contendo a descrição e os fundamentos fáticos da proposição, o que não se coaduna com as boas práticas de governança. A propósito, mencione-se que, um dos princípios básicos de Governança Corporativa constante do “*Manual de Governança Corporativa*” aprovado pelo Conselho Deliberativo em 29.10.2008, estabelece que os “*órgãos responsáveis pela administração e fiscalização do CIBRIUS deverão prestar contas de todos os atos e decisões proferidos no exercício de suas atividades, de maneira formal e justificados, de modo a responderem integralmente por todos os atos praticados no exercício dos seus mandatos*”.

Consoante as boas práticas de governança, e ainda considerando o disposto no próprio Manual hoje prevacente, recomendamos que sejam estabelecidas formalmente normas e procedimentos que devem nortear as reuniões e o processo decisório dos órgãos deliberativos e de controle e fiscalização do Instituto, contemplando, entre outros, os que se seguem : a) obrigatoriedade que os assuntos sejam precedidos da inserção prévia em pauta (salvo nos casos de urgência e/ou excepcionalidade), assim como da apresentação da matéria, via documento formal (Voto e anexos, se for o caso), por parte do proponente ou relator, contendo a descrição detalhada e os fundamentos fáticos de sustentação da proposta; b) eventuais votos contrários deverão ser explicitados e fundamentados, com os respectivos

registros em Ata.

A propósito, constata-se que o Conselho Deliberativo, em sua 5ª Reunião Ordinária de 2009, apreciou a Programação Econômica 2009 com relação à Política de Investimentos, tendo decidido, por maioria, que a matéria é um ato de gestão da Diretoria Executiva, respeitados os limites e as condições estabelecidas. Na oportunidade foi registrado o voto contrário de um Conselheiro, sob a argumentação de “*segurança do Instituto devido ao momento de instabilidade pelo qual passa o mercado financeiro*” (esse posicionamento se deu no final maio de 2009). Ora, a programação econômica e a execução da Política de Investimentos constituem-se em atos de extrema relevância no processo de gestão dos recursos garantidores da entidade - base de sustentação dos benefícios atuais e futuros dos participantes do Plano de Benefícios -, daí ser imprescindível que a análise de seu conteúdo seja feita de forma bastante criteriosa, e qualquer posicionamento contrário deve ser explicitado, objetivando proporcionar elementos de convicção para a correção de rumos. **Por dever de ofício dos órgãos deliberativos, e ainda o disposto no Manual de Governança Corporativa, recomendamos que o posicionamento contrário à programação econômica de 2009, seja devidamente formalizado, com a fundamentação fática e os elementos técnicos que consubstanciam as fragilidades da programação, com o devido registro em Ata, para adoção, se for o caso, de medidas de correção de rumos.**

Por outro lado, voltamos a reiterar a recomendação sobre a necessidade de promoção de reuniões conjuntas entre os órgãos deliberativos e de controle e fiscalização, com o objetivo de discutir de forma conjunta as questões que envolvem o Instituto, especialmente os aspectos relacionados às insuficiências atuariais e a modelagem do saldamento e fechamento do Plano de Benefícios Conab e a constituição de novo Plano sob a modalidade de Contribuição Variável.

2. A questão do desequilíbrio atuarial : necessidade de ações conjuntas

Pelo que nos foi dado a observar, a questão relativa ao desequilíbrio atuarial constitui-se em um problema crônico vivenciado pelo Cibrius há quase uma década, representado por uma insuficiência atuarial de serviço passado, que já soma mais de R\$ 537 milhões. Apesar da gravidade do problema, este não vem sendo enfrentado por meio de ações e iniciativas conjuntas mais efetivas entre o Instituto e sua patrocinadora principal, conforme é requerido por uma boa prática de governança.

A propósito, as questões relacionadas ao Cibrius são de responsabilidade compartilhada (patrocinada e patrocinadora) e, especialmente o caso em lide, este deve ser tratado pelas partes de forma conjunta e prioritária, já que envolve o futuro de quase 3.000 famílias. **Nesse sentido, recomendamos que a Patrocinadora e Patrocinada, com base em uma agenda positiva, estabeleçam regras de procedimentos e iniciativas conjuntas sobre as questões que envolvam o Instituto, constituindo, para tanto, um grupo gestor de acompanhamento, com prerrogativas de formatar as ações sequenciais do processo, e que deverão merecer tempestivamente o referendo, se for o caso, da direção das partes envolvidas (grupo deverá ser constituído formalmente, com a explicitação clara de suas competências).**

3. A contratação dos serviços técnicos relativos ao saldamento do atual Plano BD (benefício definido) e constituição de um Plano CV (contribuição variável).

Conforme explicitado anteriormente, foi contratada, em 05.11.2007, empresa de consultoria com o objetivo de desenvolver serviços técnicos relacionados ao saldamento do plano atual e constituição de um novo Plano na modalidade de Contribuição Variável.

Em vista das adequações na concepção estrutural e modelagem do saldamento e constituição de novo plano, a patrocinadora demandou outros serviços e ensaios, que foram objeto de propostas técnicas apresentadas pela empresa de consultoria. Como a matéria, quando do encerramento dos trabalhos de auditoria, ainda se encontrava sob análise, esta deverá ser objeto de análise no transcorrer dos trabalhos de auditoria relativos à gestão de 2009.

Não obstante, **recomendamos, desde já, uma análise mais acurada por parte do Cibrius e da Patrocinadora, de forma a verificar o cumprimento do Contrato firmado com a Gama em 05.11.07, assim como a existência de eventuais serviços em duplicidade ou dispensáveis, objeto das propostas 091/08, 092/08, 093/08, 094/08 e 095/08, antes da contratação, se for o caso.**

4. Controles Internos : Normas administrativas e financeiras

Tendo em vista a necessidade de uma maior consistência dos controles internos e, por conseqüência, aumento do nível de segurança no processo de gestão, **recomendamos que seja constituído grupo de trabalho, com o objetivo de promover levantamento no âmbito das áreas, administrativa, financeira, benefícios, cadastro, benefícios e de investimentos, sugerindo normas de procedimentos para as rotinas que ainda não estão normatizadas.**

5. Acompanhamento da execução dos contratos

O Cibrius mantém diversos contratos firmados com terceiros, tendo como objeto a prestação de serviços, sendo que alguns, em vista das peculiaridades e da complexidade de que são revestidos, estão a merecer um acompanhamento mais efetivo. **Nesse sentido, recomendamos, a exemplo do praticado em outras corporações (principalmente as entidades públicas, por força da Lei n.º 8.666/93), que sejam designados formalmente gestores para todos os contratos de prestação de serviços mantidos pelo Instituto (um gestor poderá ser o responsável por mais de um contrato, observado a similitude, volume de serviços envolvidos e grau de complexidade).**

6. As questões que envolvem aspectos jurídicos

Embora o Cibrius disponha, em sua estrutura orgânica, de uma área jurídica, esta não conta com um quadro de colaboradores. A defesa dos interesses jurídicos da entidade está a cargo de escritório terceirizado.

O escritório terceirizado, por contar com outros clientes em seu portfólio, não tem possibilidade de designar profissionais para prestar um assessoramento mais presente junto ao Instituto. Por outro lado, diversos assuntos de natureza administrativa que se apresentam no dia-a-dia, devem merecer, por vezes, um pronunciamento por parte de um profissional de direito, sob o ponto de vista da legalidade frente à legislação cabível à espécie.

Diante do exposto, recomendamos que seja analisada a conveniência, principalmente sob o ponto de vista do custo-benefício, do Cibrius contar, em seus quadros, com um profissional do direito, com a finalidade de atuar, no âmbito administrativo, na análise e parecer sobre a legalidade dos atos e fatos, promover a interação entre a entidade e o escritório terceirizado, como também acompanhar as ações judiciais em curso.”

A equipe de Auditoria, acatou o posicionamento e providências da entidade, concernente aos itens: **1-Governança**, referente cientificação aos Conselhos no sentido de que os assuntos objetos das reuniões deverão ser precedidos de inserção prévia na pauta e formalmente documentado pelo proponente ou relator e os votos contrários explicitados em ata, além da recomendação de reuniões conjuntas e **6-As questões que envolvem aspectos jurídicos**, devendo a entidade informar o resultado dos estudos sobre a necessidade de contratação de profissional da área jurídica.

Quanto aos demais itens se posicionou: **2-Desequilíbrio Atuarial Ações Conjuntas**, no sentido de que a matéria deverá ser objeto de análise nos próximos trabalhos de Auditoria; **3-Contratação de serviços técnicos relativos ao Saldamento**, no sentido de que a matéria será objeto de verificação no transcorrer do exercício de 2009; **4-Controles Internos: Normas Administrativas e Financeiras**, no sentido de que a entidade divulgue periodicamente as alterações das normas e procedimentos, como também a introdução de novos mecanismos de controle e acompanhamento e **5-Acompanhamento da execução de contratos**, manteve a recomendação no sentido de que, para os contratos de maior peso e complexidade no contexto da gestão, seja designado formalmente gestores com a incumbência de acompanhar a execução sob o ponto de vista técnico-operacional, assim como identificar os eventuais fatores de riscos para o cumprimento pleno do objeto.

8 – Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência

9 – Renúncias Tributárias

Não houve ocorrência

10 – Operações de Fundos

Não se aplica à Natureza Jurídica da CONAB.

11A – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

(Orientações Complementares CGU 25/02/2010)

Matriz

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Relatório de Auditoria n.º 224909	Refere-se a Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2008 - Processo de Prestação de Contas da Conab - Matriz	Conab	1 - Foi elaborado o Plano de Providências correspondente, e remetido à Controladoria Geral da União - CGU/Secretaria Federal de Controle Interno - SFC por meio do Ofício Presi n.º 0299, de 13/8/2009. 2 - Aludido Plano foi complementado com a expedição dos Ofícios Presi n.ºs 0386, de 7/10/2009, 0447, de 10/11/2009, e 0015, de 18/1/2010.

Fonte: Conab/Audin

11B – Determinações e Recomendações do TCU

(Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 100/2009 - Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento).

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU – 2009

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB					2114
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	017.651/2006-7	1640-21/2007-2	1.2	DE	OFÍCIO N.º 502/2007/TCU/SECEX-5
02	007.138/2007-2	2120-25/2007-1	1.1	DE	OFÍCIO N.º 579/2007/TCU/SECEX-5
03	009.176/2005-6	1459-18/2008-2	1.3	DE	OFÍCIO N.º 562/2008/TCU/SECEX-RS
04	019.687/2007-7	0425-04/2009-1	1.6	DE	OFÍCIO N.º 119/2009/TCU/SECEX-GO
05	020.982/2008-8	0790-06/2009-1	-	CI	OFÍCIO N.º 13/2009/TCU/SECEX-8
06	007.138/2007-2	1379-10/2009-1	-	CI	OFÍCIO N.º 65/2009/TCU/SECEX-8
07	349.113/1994-7	1666-11/2009-1	-	CI	OFÍCIO N.º 90/2009/TCU/SECEX-8
08	001.649/2009-2	0814-15/2009-PL		CI	OFÍCIO N.º 119/2009/TCU/SECEX-8
09	018.696/2007-1	1835-33/2009-PL		RE	OFÍCIO N.º 374/2009/TCU/SECEX-8
10	002.699/2009-9	5163-35/2009-2		CI	OFÍCIO N.º 1781/2009/TCU/SECEX-8
11	016.821/2001-3	5354-36/2009-2		DE	OFÍCIO N.º 541/2009/TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
01 - Conab/Matriz					002114
02 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa/Conab/Matriz					000015/002114
03 - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul - Sureg/RS					002114
04 - Superintendência Regional no Estado de Goiás - Sureg/GO					002114
05 - Conab/Matriz					002114
06 - Conab/Matriz					002114
07 - Conab/Matriz					002114
08 - Conab/Matriz					002114
09 - Conab/Matriz					002114
10 - Conab/Matriz					002114
11 - Conab/Matriz					002114

Descrição da Deliberação:

01 – “apurar a responsabilidade de quem deu causa à perda do prazo para ajuizamento de ações, incorrendo em prejuízo de R\$283.232,18, conforme narrado no item 5.1.2.1 do Relatório de Auditoria n.º 176103/2006-CGU, referente à auditoria de gestão do exercício de 2005, remetendo o resultado obtido à CGU, no prazo de 180 dias.”

02 – “determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que instaure, se ainda não o fez, tomada de contas especial, no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, destinada à apuração dos atos e fatos demonstrados nos autos do Processo n.º 0000.001233/2005-00-07, fixando-lhe o prazo de 180 dias para conclusão e remessa à Controladoria Geral da União.

03 – “1.3.providencie, no prazo de 90 dias, a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma definida pela IN/TCU n.º 35/2000, com vistas ao julgamento das contas dos responsáveis e reparação dos prejuízos causados à empresa em razão de desvios de produtos de terceiros no Armazém Frigorífico de Porto Alegre, conforme apurado no processo n.º 06.220/2001, atentando para a responsabilidade principal do Gerente do Armazém, tanto em razão das evidências da sua participação direta nos desvios quanto em razão da responsabilidade pela gestão da unidade, pela guarda dos produtos armazenados e pelo controle de estoque e de acesso ao armazém;”.

04 – “1.6 Determinar à Conab/Bsb que mantenha atualizado o sistema Siape, de modo a espelhar, com fidedignidade, o quantitativo de empregados cedidos na Sureg/GO.”

05 – O Acórdão diz respeito ao julgamento das contas do exercício de 2007. No ofício de encaminhamento foi solicitado que os responsáveis fossem cientificados da decisão prolatada.

06 – Diz respeito à comunicação de arquivamento do TC 007.138/2007-2, em face da informação constante do Ofício PRESI n.º 073, de 16/2/2009, sobre o envio do Processo n.º 21200.001924/2007-21, que trata da Tomada de Contas Especial, em face da determinação constante do Acórdão n.º 2499/2007 - 1.ª Câmara.

07 – Diz respeito ao reconhecimento de recurso interposto por ex-dirigentes da ex-CFP que, negado o provimento, ensejou a manutenção da decisão constante do Acórdão n.º 2499/2007- 1.ª Câmara, recorrido.

08 – Trata-se de comunicação sobre a revogação de ofício da Medida Cautelar adotada em 26/1/2009, em face de denúncia inerente aos termos do Edital de Concorrência n.º 001/2008, contratação de empresa para a conclusão das obras do armazém graneleiro em Uberlândia/MG, com conhecimento da denúncia e no mérito considerou-a improcedente.

09 – O assunto diz respeito a Pedido de Reexame (em representação) em que o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil – Cecafé, recorreu de decisão inserta no Acórdão 2037/2007 – Plenário, Processo TC-018.696/2007-1. O Plenário reconheceu o pedido de reexame para, no mérito, dar provimento parcial, tornando-se insubsistente o Acórdão *in lide*, e deliberou por recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Conab que relativamente à elaboração de normas dos leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepero, relativo à comercialização das safras de café que: 1 – adotem o procedimento de efetuar o crédito do prêmio, no caso de cooperativas arrematantes, diretamente às contas dos respectivos produtores cooperados, à semelhança do Regulamento do Pepero n.º 227/2009, relativos às safras de algodão em pluma, e n.º 237/2009, referente à safra de milho; 2) aumentem o prazo mínimo entre a divulgação do aviso e a data do respectivo leilão, para garantir aos certames ampla publicidade junto aos produtores, ampliando o alcance à competitividade e a efetividade dos leilões; 3) estudem a possibilidade de

efetuar os leilões sob a forma regionalizada, com o objetivo de incrementar sua efetividade, a exemplo do modelo adotado nos Regulamentos antes citados. Além de determinar à Conab que: 1) nos termos dos itens 13 a 15 do Regulamento Pepro/Café n.º 2/2007, fiscalize e apure a ocorrência de burla aos limites individuais de venda fixados nos Avisos n.º 362 e 407, aplicando aos responsáveis as penalidades administrativas cabíveis, devendo informar ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência, sobre as medidas adotadas e respectivo resultado; 2) em respeito ao princípio da publicidade, caput do art. 37 da Constituição Federal e por tratar-se de recurso de origem federal, o que justifica a divulgação de seu destino, publique, doravante, em seu sítio na *Internet*, as informações referentes aos produtores beneficiados nos leilões do Pepro.

10 – Encaminhamento, para conhecimento, de cópia do citado acórdão atinente a processo de representação da Conab (TC 002.699/2009-9) em que o Tribunal decidiu conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, dispensando-se a adoção de providências ante as falhas terem sido sanadas no âmbito da própria Unidade, arquivando o processo.

11 - Diz respeito ao julgamento do processo de Prestação de Contas - Exercício de 2000, com aplicação de multa no valor de R\$5.000,00 a dois ex-diretores, e julgadas com ressalvas para os demais responsáveis, dando-lhes quitação, além de determinar:

“9.6. à Conab:

9.6.1. medidas adotadas quanto ao prejuízo ao erário da ordem de R\$14.237.582,89 ocasionado por erro na classificação do algodão em pluma, safra 97/98, adquirido pelo Governo Federal no Estado de Goiás (processo Conab n.º 2999/98);

9.6.2. apuração de responsabilidades e ressarcimento dos valores pagos indevidamente à empresa Argepal - Armazéns Gerais Paranaíba Ltda (processo Conab n.º 908/00);

9.6.3. situação da Ação Ordinária de Cobrança impetrada na 2.ª Vara da Circunscrição de Santo Ângelo - RS, sob o n.º 2006.71.05.002099-2, relativamente à dívida contraída pela Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo Ltda. - Cotrisa, pela apropriação indébita de 108.268.253Kg de soja em grãos pertencentes ao Governo Federal (processo Conab n.º 3373/85);

9.6.4. resultados da Comissão Apuradora instituída mediante Portaria MAPA n.º 307, de 4/7/2005, relativamente à valores pagos indevidamente à Empresa de Transportes Chancellor Ltda. (processos Conab n.ºs 1313/91 e 2265/99);

9.6.5. resultados da Comissão de Sindicância instaurada mediante Portaria Conab n.º 114, de 6/7/2001 para apurar irregularidades relativas à contratação da empresa Comunicações, Processamentos e Mecanismos Automação Ltda. (CPM) sem licitação, no período de 16/12/98 a 30/11/99 (processo Conab n.º 3718/2000);

9.6.6. cumprimento das determinações contidas na Decisão n.º 273/2000 - Primeira Câmara, Decisão n.º 379/2000 - Plenário, Decisão n.º 381/2000 - Plenário, Decisão n.º 432/2000 - Plenário, Decisão n.º 446/2000 - Plenário, Acórdão n.º 174/94 - Segunda Câmara e Acórdão n.º 052/99 - Segunda Câmara;

9.7. à SFC/CGU-PR que informe nas próximas contas da Conab o cumprimento das determinações que vierem a ser proferidas pelo Tribunal.”

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	Código SIORG
01 - Presidência - Presi	002114
02 - Presi	002114
03 - Presi	002114
04 - Dir de Recursos Humanos - Dirhu (Atual Dir Administrativa - Dirad)	002114
05 - Dirad	002114
06 - Presi	002214
07 - <i>Nihil</i>	002114
08 - Dir de Op e Abastecimento - Dirab/Comissão Perm de Licitação-CPL	002114
09 - Dirab	002114
10 - Presi	002114
11 - Diretoria de Financeira - Difin, Corregedoria Geral - Coger, Procuradoria Geral - Proge, Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro - Sureg/RJ Sureg/GO	002114

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

01 – Mediante a Portaria n.º 223, de 9/11/2007, foi constituída a Comissão de Apuração, cujos trabalhos estão em andamento. Cabe o registro de que foram requeridas três dilações de prazo, sendo a última delas, por 120 (cento e vinte) dias, com aquiescência constante do OFÍCIO N.º 1625/2008-TCU/SECEX-5, de 5/12/2008. Pelo Ofício PRESI n.º 110, de 23/3/2009, foi requerida nova dilação de prazo por 180 (cento e oitenta dias). A aquiescência a esse pleito está exarada no OFÍCIO N.º 113/2009-TCU/SECEX-8, de 24/4/2009. Pelo Ofício PRESI n.º 387, de 7/10/2009, foi encaminhada para SFC/CGU-PR cópia do Relatório da Comissão Apuradora, acompanhada da decisão da Autoridade Instauradora. Mediante o Ofício PRESI n.º 399, de 14/10/2009, a 8.ª Secex foi noticiada sobre a providência supra citada.

02 – A Tomada de Contas Especial foi constituída consoante a Portaria n.º 188, de 26/9/2007. Mediante o Ofício PRESI n.º 067, de 12/2/2009, o Processo n.º 21200.001924/2007-21, que trata da TCE, foi encaminhado para a SFC/CGU-PR, e ao TCU mediante o Ofício n.º 065/2009/AECI-GM, de 25/5/2009.

03 – Quanto à Tomada de Contas Especial, subitem 1.3, e em face da questão observada na Unidade Frigorífica de Porto Alegre, essa foi constituída pela Portaria n.º 164, de 18/7/2008, e a Comissão, em seu relatório final, diante da realidade de não se ter identificado os responsáveis pelos desvios, não só pela Comissão de Sindicância, como, também, pelo Inquérito Policial levado a efeito pela Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, que a Direção da Companhia autorizou a baixa contábil do valor objeto da indenização, foi sugerido pela Audin, que a Presidência tomasse conhecimento do relatório e, após, encaminhasse o Proc. n.º 1754/2008, para a Sureg/RS, com o propósito de se enviar cópia do relatório à Secex/RS e CGU/RS.

04 – Mediante o Ofício PRESI n.º 127, de 31/3/2009, foram repassados à Secex/GO os esclarecimentos ofertados pela Dirhu.

05 – Pelo Ofício PRESI n.º 271, de 28/7/2009, a 8.ª Secex foi cientificada que a Dirad providenciou o quê requerido.

06 – *NIHIL*.

07 – *NIHIL*.

08 – Preteritamente à decisão de que se trata, a Conab foi demandada para prestar esclarecimentos que, providenciados, foram objeto do Ofício PRESI n.º 071, de 16/2/2009.

09 – Com fundamento nos esclarecimentos e informações oferecidos pela Dirab, foi expedido o Ofício PRESI n.º 371, de 29/9/2009, à 8.ª Secex.

10 – *NIHIL*

11 – A Audin, mediante as CIs n.ºs 539 a 541, de 22/10/2009, e Despacho, de 23/11/2009, exarado no Processo n.º 3198/1996, respectivamente, diligenciou com o propósito de se ter os esclarecimentos e informações pertinentes para os subintes 9.6.6 (Difin), 9.6.5 (Coger), 9.6.1, 9.6.3, 9.6.4 e 9.6.6 (Proge) e 9.6.6 (Decisão n.º 432/2000) Sureg/RJ.

9.6.1, 9.6.3, 9.6.4 e 9.6.6 (Decisões n.ºs 273/2000 - Primeira Câmara, Decisão n.º 379/2000 - Plenário, Decisão n.º 381/2000 e Decisão n.º 446/2000 - Plenário) - A Proge emitiu a INFORMAÇÃO PROGE N.º JR-198/2009, de 11/11/2009 indicando as informações inerentes aos assuntos do seu mister.

9.6.5 – A Coger disponibilizou cópia do Relatório da Comissão de Sindicância, Port. n.ºs 091/2001 e 114/2001, não identificando responsáveis, que analisado pela Procuradoria Geral - Proge e Corregedoria Geral - Coger, ensejaram a decisão da autoridade julgadora de arquivar o feito.

9.6.6 (Acórdão n.º 174/94 - Segunda Câmara e Acórdão n.º 052/99 - Segunda Câmara) – A Difin encaminhou o Processo n.º 3198/1996 que foi enviando à Sureg/GO, para dizer sobre o andamento da Ação de Execução em face do ex-prefeito.

9.6.6 (Decisão n.º 432/2000 - Plenário) - A Sureg/RJ pelo Fax n.º 2982, de 25/11/2009 consignou que: - “[...], informamos que as determinações do Acórdão n.º 5354/2009 TCU – da 2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União de 16.10.09 - item 9.6, subitem 9.6.6 - Decisão 432/2000, foram os membros da Comissão Permanente de Licitação cientificados da referida Decisão, de forma a observarem com o devido rigor o disposto no parágrafo 2º do Artigo 41 da Lei 8666/93, [...]”

9.6.6 (Processo n.º 3198/1996) - A Sureg/GO informou que continua em trâmite a Ação de Execução na 10.ª Vara da Justiça Federal no Estado de Goiás, sob o n.º 2001.35.00.014893-8, com nova numeração 14870-27.2001.4.01.3500.

No que diz respeito ao Caso Argepal, subitem 9.6.2, o Processo de Tomada de Contas Especial - TCE, n.º 21200.001924/2007-21 foi encaminhado ao TCU, mediante o Ofício n.º 065/2009/AECI-GM, de 25/5/2009. (Em face de determinação constante do Acórdão n.º 2120/2007 - TCU - 1.ª Câmara - TC-007.138/2007-2).

OBS.: AS INFORMAÇÕES ACIMA SERÃO DISPONIBILIZADAS PARA A SFC/CGU-PR, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO SUBITEM 9.7 DO ACÓRDÃO EM BAILA.

Síntese dos resultados obtidos:

01 – A Comissão Apuradora não logrou êxito na indicação de possíveis responsáveis.

02 – Os tomadores de contas indicaram os responsáveis e quantificaram o valor do dano.

03 – A TCE tornou-se infrutífera em face dos pormenores explicitados.

04 – Com os procedimentos levados a efeito pela Gerência de Controle e Relações de Trabalho propiciaram a adequação dos controles.

05 – Os responsáveis foram cientificados consoante a recomendação.



06 – *NIHIL*

07 – *NIHIL*

08 – A decisão permitiu à Conab dar sequência no processo licitatório, que ensejou o início das obras em Uberlândia/MG.

09 – As providências possíveis e levadas a efeito contribuíram para melhorar a operacionalização do programa.

10 – *NIHIL*

11 – As informações levantadas serão repassadas para a SFC/CGU-PR para análise.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Sob um espectro de grande abrangência, o principal fator facilitador diz respeito ao empenho na adoção de providências focadas no atendimento às determinações da Egrégia Corte de Contas, e a variável tempo o grande fator prejudicial.

Fonte: Conab/Audin

12 – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

**Quadro 12.01
Demonstrativo de Admissões e Demissões**

Sureg	Atos/Quantidade											
	Admissões					Demissões						
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Pensão Vitalícia	Total	Registro no SISAC	Sem Justa Causa	Morte	Decisão Judicial	Contrato Especial	Total	Registro no SISAC
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	7	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-
BA	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1
CE	-	4	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	3	-	3	6	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	11	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MG	-	6	-	-	6	-	-	1	-	-	1	1
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
PB	-	14	-	-	14	-	-	1	-	-	1	1
PE	-	22	-	-	22	-	-	1	-	-	1	1
PI	-	4	-	-	4	-	1	1	-	-	2	2
PR	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1
RJ	-	24	-	-	24	-	1	1	7	-	9	2
RN	-	3	-	-	3	-	-	1	-	-	1	1
RO	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1
SC	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	1
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matriz	-	18	26	-	44	-	18	2	-	9	29	20
Total	0	125	26	3	154	0	23	9	7	9	48	32

Fonte: Sureh

- A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar para fins de registro os empregados anistiados e de contrato especiais.
- Com referência às aposentadorias, no caso da Conab estas informações não são prestadas, pois tal benefício se dá no âmbito do INSS, por solicitação do empregado, inclusive podendo este permanecer com vínculo com a Companhia.
- Com relação a pensões, a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

13 – Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

a) Declaração sobre o SICONV



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2009, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 19 de março de 2010.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente



Mara Nívia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

b) Declaração sobre o Siasg

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – SUPAD
GERÊNCIA DE CONTRATOS – GECOT**

DECLARAÇÃO

Esta Gerência de Contratos, a teor de solicitação da SUPOR, traduzida na Comunicação Interna nº 050, de 19 de março de 2010, declara, nos termos do artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que os contratos administrativos advindos da Comissão Permanente de Licitação da matriz desta Empresa Pública Federal são regularmente lançados no SIASG por esta gerência.

Brasília, 22 de março de 2010.

LUCIANO CORCINO DO NASCIMENTO
GERÊNCIA DE CONTRATOS
Gerente

14 – Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Em 2009, a gestão da Companhia pode ser caracterizada por uma performance voltada para o binômio eficiência e eficácia dos seus objetivos institucionais, destacando:

- a) O apoio às necessidades dos produtores rurais da agricultura familiar e empresarial;
- b) O atendimento aos grupos e/ou populações em estado de carência alimentar e nutricional ou atingidos por desastres naturais;
- c) A formatação de uma rede de micro e pequenos varejistas, criando condições administrativas e operacionais que viabilizem a sobrevivência desses comerciantes de alimentos, inclusive, com a disponibilização para venda pelos mesmos de produtos adquiridos por meio do Programa da Agricultura Familiar – PAA;
- d) A criação e manutenção de um sistema integrado de centrais de abastecimento de hortigranjeiros, fornecendo informações importantes para a melhoria da comercialização, formação de preços, redução de perdas, padronização de embalagens e melhoria dos padrões de higiene;
- e) O contínuo monitoramento das condições de abastecimento em todo o País, disponibilizando estoques públicos em regiões e em momentos necessários;
- f) A disponibilização de um significativo volume de dados e informações necessárias à tomada de decisões e ao desenvolvimento de estudos e análises conjunturais no âmbito da agricultura nacional; e,
- g) O correto relacionamento com os órgãos públicos nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, e ainda, com organizações sociais.

Para tanto, a Conab contou com uma estrutura orgânica equilibrada, com uma segmentação que permitiu a divisão clara de responsabilidades e das atividades desenvolvidas, permitindo as boas práticas de governança corporativa e normativos atualizados.

15 – Informações Contábeis da Gestão

15.1 - Declaração do Contador



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

(Previsto na Lei nº 4.320/64)

EXERCÍCIO 2009

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE - MATRIZ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	135100

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Sialf (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília – DF,	Data	30/04/2010
Contador Responsável	Rubinaldo Lameira dos Santos	CRC n°	9252-O



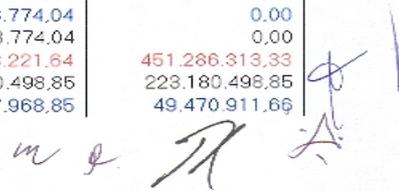
Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendência de Contabilidade
 Contador CRC-DF nº 9.252-O
 CPF nº 067475232-53
 Superintendente

15.2 - Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 4.320/64

Não se aplica

15.3 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	4.605.038.799,15	1.977.015.414,84
DEPÓSITOS	33.757.908,62	19.665.595,93
CONSIGNAÇÕES	2.150.956,19	2.197.623,35
Previdência Social	278,43	0,00
Pensão Alimentícia	4.547,83	13.824,55
Planos de Seguros	168.093,44	63.721,97
Empréstimos	194.114,99	146.647,60
Outros Tributos e Consignações	1.776.747,58	1.973.429,23
Impostos e Contribuições Diversos	7.173,92	0,00
RECURSOS DA UNIÃO	17.118.859,64	11.273.127,92
Recursos Fiscais	5.027.899,28	3.839.400,46
Recursos Previdenciários	12.090.960,36	7.433.727,46
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	14.488.092,79	6.194.844,66
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.571.280.890,53	1.957.349.818,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	217.992.803,35	94.532.826,15
Fornecedores	208.570.261,62	79.015.682,58
Pessoal a Pagar	234.310,55	25.474,89
Encargos Sociais a Recolher	856.603,97	812.624,90
Obrigações Tributárias	428.375,18	1.839.277,06
Débitos Diversos a Pagar	2.875.434,69	6.447.969,74
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	5.027.817,34	6.391.796,98
PROVISÕES	218.640.087,89	84.091.252,89
Provisão para Férias	22.258.212,11	19.686.415,75
Provisão p/IRPJ e CSLL	847.350,16	0,00
ICMS s/Mercadorias para Revenda	367.171,89	1.834.292,47
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	131.701.823,93	0,00
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	7.745.857,81	6.850.872,68
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	529.645.643,65	457.926.343,99
Entidades Credoras	529.645.643,65	457.926.343,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.601.884.180,32	1.320.149.310,36
Operações Especiais	3.601.884.180,32	1.320.149.310,36
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	2.780.940,88	558.848,51
Adiantamentos de Clientes	2.780.940,88	558.848,51
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	37.337,10	7.607,35
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.000,00	10.714,51
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	298.897,34	72.915,15
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	38.308.194,04	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	38.238.774,04	0,00
OBRIGAÇÕES A PAGAR	38.238.774,04	0,00
Entidades de Previdência Complementar	38.238.774,04	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	302.328.221,64	451.286.313,33
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	49.987.968,85	49.470.911,66

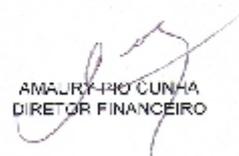


BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Reservas de Capital	26.544.719,04	26.851.281,97
Reservas de Lucros	28.443.249,61	22.513.629,63
LUCROS A DESTINAR	28.159.753,84	178.634.902,82
TOTAL	4.946.675.214,83	2.426.371.146,17


 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


 AMAURY PIO CUNHA
 DIRETOR FINANCEIRO

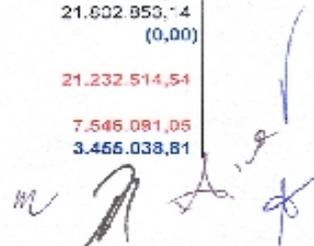

 ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO


 ALEXANDRE MACÁRIO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 SILVÍO ISOPO PORTO
 DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
 INFORMAÇÕES


 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF: 067475232-5

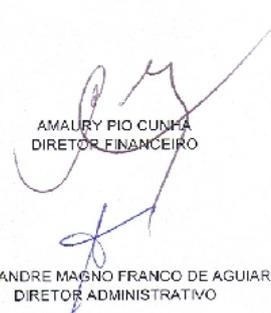
DETALHAMENTO	2009	2008
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	195.266.743,04	762.851.178,19
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	154.515.684,95	727.138.979,78
Vendas Estoques Estratégicos	70.953.029,46	314.229.815,34
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	86.306.728,78	417.140.955,37
Vendas Abastecimento Social	(7.629,93)	43.252,70
Vendas Atacado e Outros	927,48	51.450,21
Adição à Receita de Vendas	(2.737.159,75)	(4.326.554,57)
RECEITA DE SERVIÇOS	40.751.048,08	35.712.198,41
Serviços de Armazenagem	40.751.048,08	35.712.198,41
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	5.946.485,19	28.844.551,32
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	189.320.257,88	734.006.628,87
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	248.548.305,54	737.706.195,31
CMV - Estoques Estratégicos	125.278.083,53	332.439.857,90
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	122.844.632,99	405.224.801,79
CMV - Atacado e Outros	127.588,99	40.525,65
ARREDONDAMENTOS	520.930,79	(128.308,82)
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(120.842.658,37)	(48.590.567,83)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	61.093.577,82	45.020.308,21
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	547.401.715,12	445.774.018,10
(-) DESPESAS DE PESSOAL	313.656.557,81	277.573.766,22
Vencimentos e Vantagens Fixas	214.052.127,03	186.383.952,45
Conguações Patronais	75.580.921,92	65.850.853,38
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	12.520.622,38	10.744.167,37
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	1.402.886,48	14.594.792,02
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	233.745.157,31	168.200.262,88
Despesas/Receitas Financeiras	(5.939.215,72)	(7.203.525,81)
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.661.004,00	22.631.819,11
Transferências ao Exterior	1.729.024,13	12.420.311,26
Material de Consumo	6.483.659,12	6.697.960,95
Dívidas - Pessoa Civil	6.720.509,38	5.436.157,83
Passagens e Despesas com Locomoção	3.635.653,56	3.373.217,12
Serviços de Consultoria	31.000,00	128.840,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.108.095,05	2.023.358,95
Locação de Mão-de-Obra	13.052.071,49	11.832.513,80
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	58.944.326,14	69.291.864,05
Obrigações Tributárias e Contributivas	56.653.545,41	15.954.450,34
Aquisições de Bens para Revenda	197.578,86	33.696,72
Outras Despesas Operacionais	33.028.023,89	24.271.498,56
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	506.239.604,25	421.988.224,43
Transferências Financeiras	419.332.341,19	352.841.990,83
Multas e Encargos de Outras Origens	5.853.837,09	5.257.190,07
Indenizações e Restituições	53.313.501,32	37.442.091,70
Receitas Imobiliárias	4.653.391,05	4.618.786,37
Receitas de Valores Mobiliários	42.731,77	23.310,32
Receitas Diversas	22.838.602,18	21.602.853,14
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	8.609,56	(0,00)
RESULTADO OPERACIONAL	19.922.857,49	21.232.514,54
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23.849.086,47	7.546.081,05
RECEITA NÃO OPERACIONAL	24.107.328,66	3.455.038,81



DETALHAMENTO	2009	2008
Alienação de Bens Móveis	(589.896,88)	(530.884,01)
Alienação de Bens Imóveis	22.981.600,28	2.535.345,79
Depreciação - Reversão	1.715.625,26	1.450.577,03
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	258.242,19	(4.091.052,24)
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	43.771.943,96	28.778.605,59
Provisão para Imposto de Renda	617.405,51	0,00
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	229.944,65	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	42.924.593,80	28.778.605,59
LUCRO POR AÇÃO	23,08	15,47



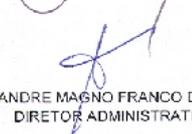
WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE



AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO



ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO



ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR ADMINISTRATIVO



SÍLVIO ISOPE PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

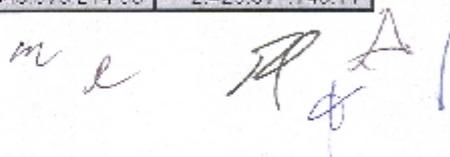


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

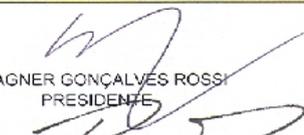
ATIVO	2009	2008
CIRCULANTE	4.453.636.306,52	2.205.718.854,75
DISPONÍVEL	69.258.896,90	64.025.791,55
Bancos Conta Movimento	0.113,12	10.110,12
Aplicações Financeiras	69.249.783,78	64.015.679,43
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	688.639.519,23	591.485.373,15
CRÉDITOS A RECEBER	604.170.044,33	616.629.992,97
Devedores por Fornecimento	24.683.961,44	27.351.450,08
Créditos Tributários	295.575.486,06	182.101.880,49
Recursos a Receber	112.933.698,11	141.355.424,50
Créditos Diversos a Receber	171.010.899,76	165.820.127,90
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	75.576.833,43	71.389.417,50
Entidades Devedoras	11.791.366,60	30.360.315,61
Créditos Parcelados	23.071,63	11.742,68
Recursos da União	63.759.216,22	9.828.839,07
Diversos Responsáveis - Apurados	0,00	31.062.832,14
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.852.106,38	3.465.962,68
Adiantamentos a Pessoal	3.842.910,10	3.447.358,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	9.196,23	10.605,63
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	40.716,39	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.700.736.003,11	1.350.174.866,96
Estoques para Alienação	3.355.133.999,67	996.869.245,68
Estoques Internos - Almostrado	1.072.054,81	1.198.202,81
Títulos e Valores em Circulação	874.999,38	154.890,40
Materiais em Trânsito	1.433.014,00	51.841,04
Compra Antecipada - Entrega Futura	342.639.015,25	352.404.295,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	22.907,28	32.324,09
Valores Pendentes	22.907,28	32.324,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	491.980.900,31	422.652.793,42
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	239.501.844,03	193.617.596,82
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	42.646.235,44	34.296.602,70
Depósito Comulsório	0,00	830.255,17
Recursos Vinculados	42.646.235,44	33.458.337,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	196.934.930,59	159.320.994,12
Devedores - Entidades e Agentes	36.434.005,81	6.882.007,20
Créditos Diversos a Receber	160.500.924,78	152.438.986,92
INVESTIMENTOS	91.530.820,94	90.110.668,78
Participações Societárias	35.864.225,27	35.026.030,10
Outros Investimentos	55.666.595,67	55.084.638,68
IMOBILIZADO	160.826.448,34	139.924.627,82
Bens Imóveis	250.874.891,40	228.535.144,82
Bens Móveis	88.124.519,53	55.164.203,15
Depreciações	(166.172.953,59)	(144.794.723,15)
TOTAL	4.945.375.214,83	2.428.071.143,17

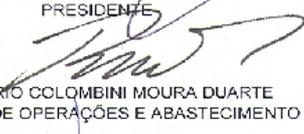


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

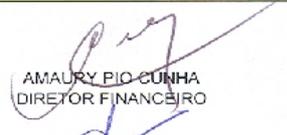
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

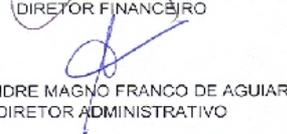
DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	43.772	28.779
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	188.074	(13.910)
Depreciações	11.378	9.959
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(8.405)	(301.936)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	(108.982)	(2.227)
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	28.400	75.701
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Dev.	2.300	263.011
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	(103)	(604)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	(41)	24
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	235	77
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(68.855)	(105.271)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	125.926	62.494
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	8.293	(53.668)
Aumento nos Dividendos a Pagar	(1.364)	2.754
Aumento nas Provisões	133.701	1.861
Aumento nas Entidades Credoras	71.719	46.742
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	2.222	(11.242)
Aumento nos Recursos Vinculados	(8.350)	(1.585)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	231.846	14.869
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Parti. Societárias e Outros Investimentos	(1.450)	293
Aplicações no Imobilizado	(33.280)	(14.551)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(34.730)	(14.258)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	(435)	46
Dividendos a Pagar	(5.028)	(2.066)
Doações e Subvenções p/investimento	(107)	107
Resultado de Exercício Anterior	(163.351)	(266)
Lucros a Destinar do Exercício	(19.856)	0
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.106)	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(191.883)	(2.179)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	5.233	(1.568)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	64.026	65.594
No Final do Exercício	69.259	64.026

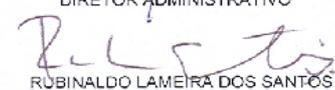

 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


 ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO


 SILVIO ISOIPO PORTO
 DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
 INFORMAÇÕES


 AMAURY PIO CUNHA
 DIRETOR FINANCEIRO


 ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

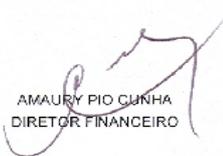

 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

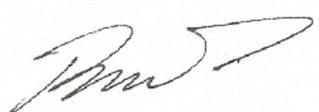
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009

DESCRIÇÃO	2009	%	2008	%
1.RECEITAS	219.113.851,24	43,81	770.397.269,24	195,71
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.264.764,77	39,04	762.851.178,19	193,79
1.2 - Não Operacionais	23.849.086,47	4,77	7.546.091,05	1,92
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	218.071.876,68	43,60	794.602.415,58	201,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	147.001.307,09	29,39	696.034.006,19	176,56
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	71.070.569,59	14,21	99.568.409,39	25,29
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.041.974,56	0,21	(24.205.146,34)	-6,15
4.RETENÇÕES	13.304.113,08	2,66	11.810.969,88	3,00
4.1 - Depreciação	13.304.113,08	2,66	11.810.969,88	3,00
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(12.262.138,52)	-2,45	(36.016.116,22)	-9,15
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	512.453.253,31	102,45	429.659.106,81	109,15
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	512.453.253,31	102,45	429.659.106,81	109,15
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	500.191.114,79	100,00	393.642.990,59	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	500.191.114,79	100,00	393.642.990,59	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	358.304.347,84	71,63	318.356.089,43	80,37
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	96.340.907,87	19,26	46.832.488,09	11,90
8.3 - Juros e Aluguéis	1.773.915,32	0,35	1.675.807,48	0,43
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	43.771.943,96	8,75	28.778.605,59	7,31
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	617.405,51	0,12	0,00	0,00
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	229.944,65	0,05	0,00	0,00
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	42.924.593,80	8,58	28.778.605,59	7,31
8.8 - Dividendos	5.027.617,34	1,01	2.065.621,76	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.058.487,86	0,21	434.867,74	0,00
8.10 - Lucros Retidos	36.838.288,60	7,36	26.278.116,09	6,68


 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


 AMAURY PIO CUNHA
 DIRETOR FINANCEIRO


 ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO


 ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR ADMINISTRATIVO


 SILVÍO ISOPE PORTO
 DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
 INFORMAÇÕES


 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Sumário

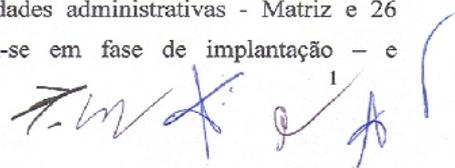
Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional - Estoques
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 encontram-se em fase de implantação – e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

operacionais, representadas por 96 complexos armazenadores (179 armazéns), destinadas à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 100 e 102/09, apenas a Conab-Sede e as Superintendências Regionais nos estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizado, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

Conforme mencionado na Nota 2, com a promulgação da Lei n.º 11.638/07 e a edição da Medida Provisória n.º 449/08, posteriormente convertida na Lei n.º 11.941/09, foram alterados, revogados, complementados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009**

n.º 6.404/76), com vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis relativas ao exercício e aplicáveis a todas as entidades constituídas na forma de sociedades anônimas.

Como é cediço, referidas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

A propósito, em continuidade ao processo de convergência, em 2009 foi expedido uma quantidade significativa de novos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas, para aplicabilidade a partir de 2010.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

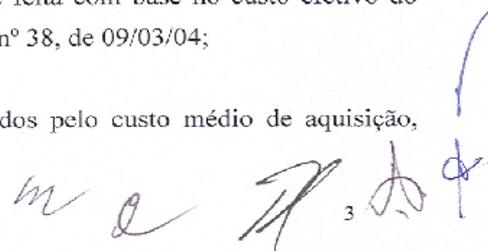
Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$ 3.355.194 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2009, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

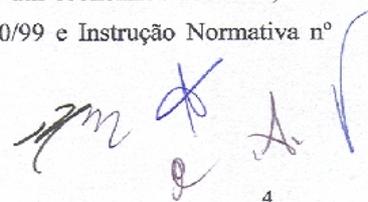
d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

g. Seguros: a Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades;

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;


4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2009, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

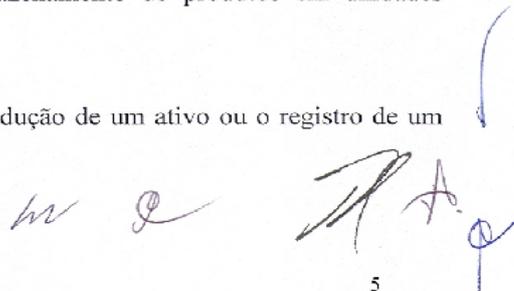
j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os ajustes efetuados no exercício de 2009 totalizaram a cifra de R\$ 163.351 mil, provenientes de provisão de contingências praticamente certas (para os riscos estimáveis, com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Procuradoria-Geral), incluindo, ainda, baixas de créditos prescritos de ICMS, por recomendação da auditoria independente, baixa de créditos incertos, originários do extinto Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos – PRODEA e ajustes na equalização de dezembro de 2008;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

I. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
ICMS a Compensar	294.861	181.160
IRRF a Compensar	578	872
Contribuições Outros Impostos	79	70
Total - Circulante	295.518	182.102

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 112.957 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2010, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do

me

R⁶ A

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009**

Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 436.040 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 5.042 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2009, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 26.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2009, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$ 386.146 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2010;
- R\$ 18.477 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações oriundas de acordos de cooperação técnica, mantidos com outras entidades da administração pública, envolvendo a operacionalização de programas de abastecimento, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2010.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 24.684 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.




Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Créditos por Alienação de Bens	5.686	5.501
Créditos por Cessão de Pessoal	876	1.287
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	8.475	6.682
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	155.974	152.350
Subtotal – Circulante	171.011	165.820

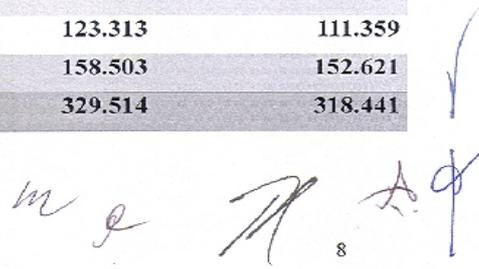
⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Créditos por Alienação de Bens	5.067	9.717
Títulos a Receber	29.741	31.176
Outros Créditos	382	369
Créditos a Receber em Poder da Justiça	123.313	111.359
Subtotal – Não Circulante	158.503	152.621
Total – (Circulante + Não Circulante)	329.514	318.441


 8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda, cuja provisão foi constituída em observância ao pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005. Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2009 e, portanto, representam a cifra de R\$ 1.888.160 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de "valor presente", com a seguinte composição:

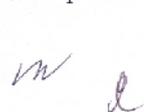
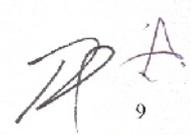
Em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2009	Posição em 31/12/2008
Ajuizados	1.735.601	1.680.419
Encaminhado para Ajuizamento	17.131	16.583
Cobrança em Andamento (administrativa)	3.608	4.764
Outros (*)	131.820	147.544
Total	1.888.160	1.849.310

(*) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2009 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2009, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Entidades Federais	11.791	30.380
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	0	0
Créditos Parcelados	26	117
Recursos da União	63.759	9.829
Diversos Responsáveis – Apurados	0	31.063
Total – Circulante	75.576	71.389

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Entidades Federais	38.239	0
Créditos Parcelados	102	6.579
Créditos a Recuperar	93	103
Total – Não Circulante	38.434	6.682

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$ 42.647 mil.

m a   

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

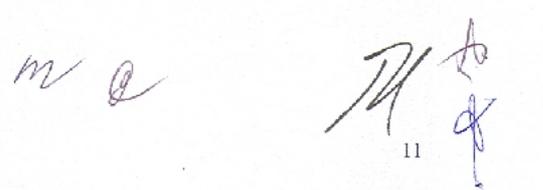
Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 342.638 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitada mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2009	2008
Estoques de Mercadorias	3.355.194	996.370
Estoques de Almoxarifado	1.447	1.349
Estoques em Trânsito	1.486	52
Compra Antecipada - CPR	342.638	352.404
Total	3.700.765	1.350.175

Em R\$ mil



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009**NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2009, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 4.605.038 mil e não havia obrigações vencidas de curto prazo. Portanto, já expressas em valor presente.

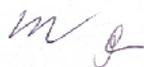
No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 38.308 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 14.488 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES**Passivos Contingentes - Provável****Ações Trabalhistas**

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009**Ações Tributárias**

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Provável Desembolso
Cível	34.791	54.408
Trabalhista	11.249	29.792
Tributária	1.679	390
Total	47.719	84.590

Passivos Contingentes – Possível**Ações Trabalhistas**

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da amnistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da jóia, indenizações por



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

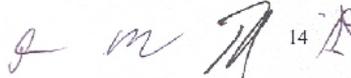
Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Possível Desembolso
Cível	161.772	164.615
Trabalhista	61.234	82.368
Tributária	2.927	7.847
Total	225.933	254.830

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à


14



Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa/2009	Valor do Possível Recebimento
Cível	207.931	1.025.130
Trabalhista	40	188
Tributária	42	46
Total	208.013	1.025.364

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2009, corresponde a R\$ 3.601.884 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2009 foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes.

e m R 15 *A*

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

b.1. Reserva legal: Foi calculada e provisionada a Reserva Legal, de conformidade com o disposto no inciso I do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie.

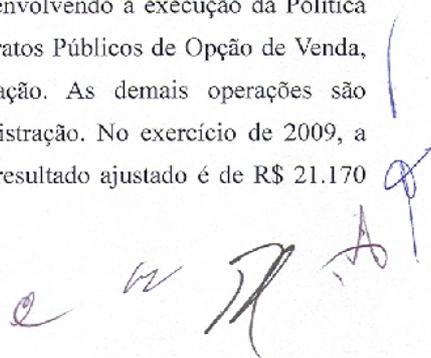
c. Dos Dividendos

Foram realizados diretamente na conta de “Resultados de Exercícios Anteriores”, ajustes no montante de R\$ 163.351 mil, relativos à baixa de créditos a receber, provisões para contingências, provisões de créditos tributários prescritos.

A Conab já promoveu o pagamento de dividendos obrigatórios em exercícios anteriores, e os ajustes de R\$ 163.351 mil evidenciam que os lucros auferidos no passado – base de cálculo para os dividendos – foram superestimados. Assim, fica evidenciado que a Companhia promoveu o pagamento a maior de dividendos nos exercícios anteriores, o que a habilita a compensar integralmente os valores excedentes no presente exercício, por conta do valor dos ajustes.

Nesse sentido, considerando que o valor dos ajustes absorve integralmente o lucro apurado em 2009, não cabe, por consequência, a distribuição de dividendos, razão pela qual, o valor de R\$ 5.027,8 mil, alocado por meio da Nota de Lançamento 2009NL012487, deverá sofrer os ajustes devidos no exercício de 2010, anulando essa obrigação, por ser indevida.

d. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2009, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 43.772 mil, cujo resultado ajustado é de R\$ 21.170 mil.



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

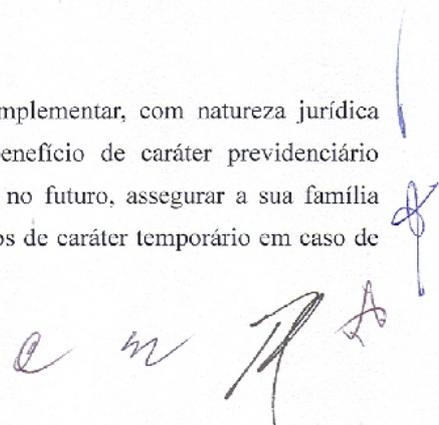
Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2009, foram apurados e transferidos R\$ 398 mil, restando o saldo de R\$ 31.108 mil, conforme segue:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2008	31.506
2009	31.108

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS**INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS****a. Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.



17



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

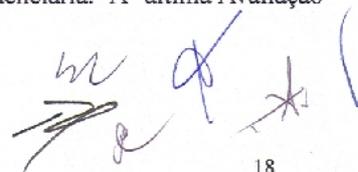
O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2009 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2009, foram amortizadas 191, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, foi de R\$ 50.030 mil e R\$ 60.312 mil. A partir do exercício de 2009, por recomendação dos Auditores Independentes, o saldo do contrato, que até então encontrava-se registrado em contas de compensação, passou a ser reconhecido em contas patrimoniais.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de agosto de 2009.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

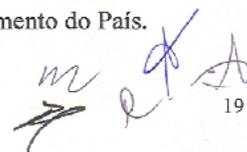
As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2009, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 17.694, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2009, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 7.779 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.



19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

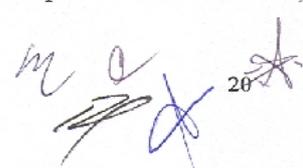
Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2009	2008
Repasse – Recursos Próprios	2.129	168
Repasse – Recursos Outros Órgãos	2.485	9.507
Repasse – Recursos Extraordinários do Orçamento – União	0	0
Total de Repasses	4.614	9.675

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Companhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 946 municípios e 91,4 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 277 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447,

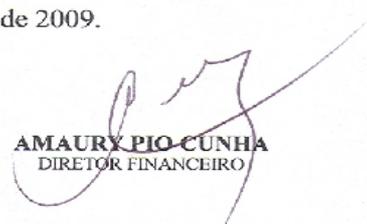
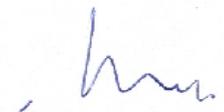
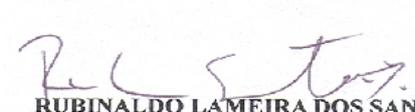


20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

de 07/05/2008. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 288.452 mil, em 2008 e R\$ 362.500 mil no ano de 2009.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2009.


WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE
AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO
ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR ADMINISTRATIVO
SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES
RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

15.4 – Composição acionária e posição da UJ como detentora de investimento

a) Composição Acionária do Capital Social



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.


Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DI 009252/O-8

b) Posição da UJ como Detentora de Investimentos

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2009					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2007 (R\$)	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arroz e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento - FND (1)	1.110.476,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz. Gr. e Entrepósitos do Acre	232.708	BNDES	739.674,91	739.674,91	739.674,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Arroz. Gr. do Est. PE - CAGRIPE	2.000.000	CONAB	96.466,58	96.466,58	96.466,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMIG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agrop. - BRASAORO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Arroz. e Silos do Espírito Santo - CASIS	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logista Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.226.385	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Marada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia. do Ind. Arm. Gr. do S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná - CODAPAR	159.025.149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comúto - Cia Caterinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia. Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CENA - Cia Nat. de Silos e Arroz.	341.082.874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800		24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2007 (R\$)	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	0,00	838.265,17
Seryo da Amazônia S/A	225.438	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. - Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Clajose - Cia. Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	898	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicente Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do M'angueira Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cleanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia. de Cão do Nordeste	70.229	BNDES	4.908,60	4.908,60	4.908,60
Procar e Gamble do Nordeste S/A	1.938.788	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia. de Amaz. e Sinos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.008.467,00	10.008.467,00	10.008.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Omata - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciana Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comita - Cia. Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Têxteis Carlos Renaulx S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957		10.742.262,12	10.742.262,12	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente... (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, estão em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização - FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

R. L. S. S.
 Rubens Lacerda dos Santos
 Superintendência de Contabilidade
 Contador CRC-DF nº 9.252-D
 CPF: nº 067.415.232-53
 Superintendente

15.5 - Parecer da Auditoria Independente

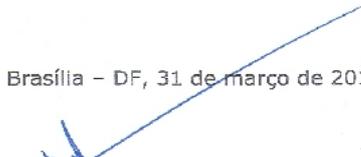


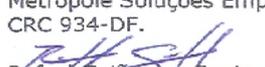
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

  CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento,
Brasília – DF.

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, levantados em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstra es de Resultado, Demonstra o de Fluxo de Caixa, Demonstra o de Valor Adicionado, Demonstra o de Muta o do Patrimônio Líquido correspondente aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de vossa administra o. Nossa responsabilidade   expressar uma opinião sobre essas Demonstra es Contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transa es, o sistema contábil e os controles internos; a constata o com base nos testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informa es contábeis divulgados e a avalia o das práticas contábeis mais representativas adotadas pela Conab – Companhia Nacional de Abastecimento bem como da apresenta o das demonstra es contábeis em sua conjuntura.
3. Em nossa opinião, as demonstra es contábeis apresentadas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posi o patrimonial e financeira da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas opera es, as muta es do patrimônio social, o resultado do fluxo de caixa e o valor agregado pela Companhia referente aos exercícios findos naquelas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legisla o vigente e Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Brasília – DF, 31 de março de 2010.


F bia Marques Braga.
Contadora – Sócia.
CRC 013977/01-DF
Metr pole Solu es Empresariais.
CRC 934-DF.


Rafael Gai o dos Santos.
Contador.
CRC 20723-4-DF

SRTVN – Quadra 701 – Conj. C – Nm. 124 – Bloco A – Salas 719/721 – Centro Empresarial Norte – Asa Norte – Brasília – DF – CEP:
70.719-903 – tel: 061 3326 3145 – 3327 2980 – 9649 5009

16 – Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

16.1 – Demonstrativo do pagamento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Mês	Conselho				Total	
	Administração		Fiscal			
	N.º Conselheiros	Valor (R\$)	N.º Conselheiros	Valor (R\$)	N.º Conselheiros	Valor (R\$)
Janeiro	6	12.188,64	3	6.094,32	9	18.282,96
Fevereiro	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Março	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Abril	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Maio	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Junho	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Julho	6	12.514,92	3	6.257,46	9	18.772,38
Agosto	6	12.583,38	4	8.388,92	10	20.972,30
Setembro	6	12.583,38	3	6.291,69	9	18.875,07
Outubro	6	12.583,38	3	6.291,69	9	18.875,07
Novembro	6	12.583,38	3	6.291,69	9	18.875,07
Dezembro	6	12.583,38	3	6.291,69	9	18.875,07
Total	-	150.195,06	-	77.194,76	-	227.389,82

Fonte: Sureh/Gefop

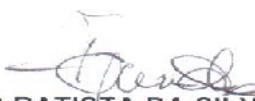
16.2 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal



DECLARAÇÃO

Declaramos que as atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal desta Companhia, realizadas no exercício de 2009, encontram-se assentadas em livros próprios arquivados na Presidência da Conab e estão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2010



JOÃO BATISTA DA SILVA FAGUNDES
Gabinete da Presidência
Chefe